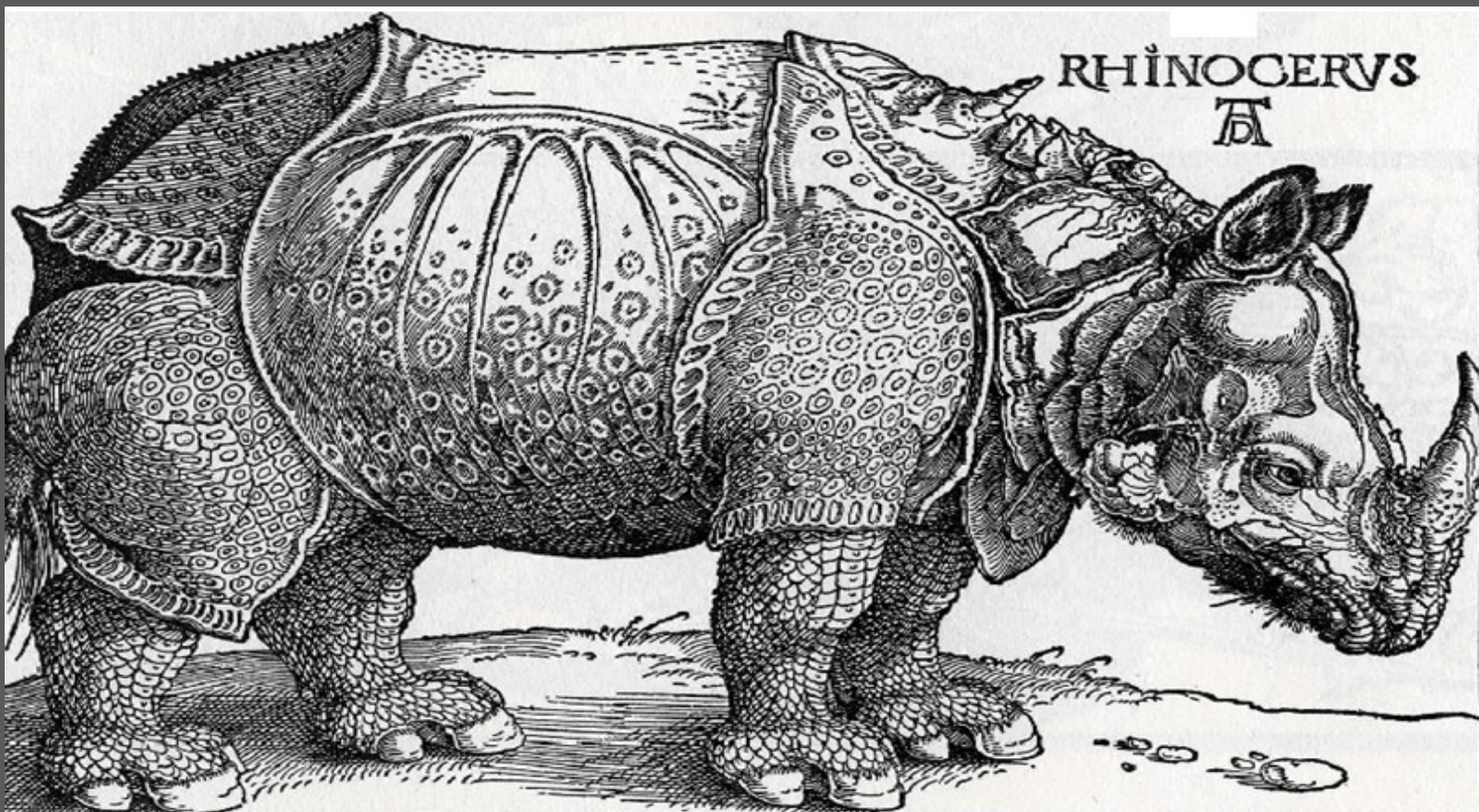


O Manguezal

Revista de Filosofia

Janeiro-Junho

v. 1 n. 5 (2020)



Crise da verdade e crítica da pós-verdade

Expediente

Editores

Dr. William de Siqueira Piauí
Ma. Alexandra Andrade Santana
Marcos Deyvinson Ferreira Damacena
Lauro Iane de Moraes
Allan Wolney Mesquita Santos

Revisores

Dr. William de Siqueira Piauí
Ma. Alexandra Andrade Santana
Marcos Deyvinson Ferreira Damacena
Lauro Iane de Moraes
Mariza Jesus Santos
Cinthia Almeida Lima
Edilamara Peixoto de Andrade
Edson Peixoto Andrade
Uílder do Espírito Santo Celestino
Vagner Gomes Ramalho
Allan Wolney Mesquita Santos

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Crise da verdade e crítica da pós-verdade

Sergio Hugo Menna 4

PÓS-VERDADE: CONTRA O CONHECIMENTO E A LIBERDADE?

Oswaldo M. Ribeiro Jr. 8

PÓS-VERDADE VS. RACIOCÍNIO CRÍTICO

Emerson da Silva Santos 18

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO E PÓS-VERDADE

Daniel Christian dos Santos 26

A COMPAIXÃO NA ERA DA PÓS-VERDADE:

Qual audiência política nos espera?

Uílder do Espírito Santo Celestino 42

O BRASIL DO NEGACIONISMO

Uma análise da disputa entre pós-verdade e ciência

Vagner Gomes Ramalho 53

PÓS-VERDADE E PANDEMIA:

Uma distopia em Slavoj Žižek e Matthew

Merielle do Espírito Santo Brandão 73

CAPITALISMO E PÓS-VERDADE

A pós-verdade pode ser explicada pelos processos do capitalismo?

Edson Peixoto Andrade 89

“BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS”

Considerações sobre o fundamentalismo cristão e o fascismo

Cinthia Almeida Lima 106

BOLSONARISMO

Política do “nós” e “eles”?

Enio Calistro de Souza 123

MITO OU PÓS-VERDADE

Vamos falar de Brasil?

Edilamara Peixoto de Andrade 141

OS SOFISTAS

Precursores da pós-verdade?

Thatiane Santos Meneses 150

PLATÃO E A PÓS-VERDADE:

Vivemos em uma caverna moderna?

Cleudo Melo Araujo 164

UM POUCO DE VERDADE EM NIETZSCHE

Alzairo Alves dos Santos Neto 176

PARA UMA EPISTEMOLOGIA BIOLÓGICA

Crença como produção fisiológica em Nietzsche

Salomão Santana 184

EPICTETO E O PADRÃO PARA PESAR CRENÇAS

Sergio Hugo Menna 192

ARTIGOS DE FLUXO CONTÍNUO.....	209
ESCLARECIMENTO, EMANCIPAÇÃO E EDUCAÇÃO: Notas sobre o papel do professor na contemporaneidade Álex Deiwison Fiel de Andrade Candido.....	210
O ESCOPO DAS PRINCÍPIOS PARA UMA VALIDAÇÃO PRAGMÁTICA ANIMALISTA Fernando Schell Pereira.....	218
O MECANISMO DE DIFUSÃO IDEOLÓGICA Igor Ferreira Fontes.....	230
QUE CETICISMO? O “pirronismo moderno” e o ceticismo acadêmico Karina Nunes dos Santos.....	256
A RUÍNA ESPIRITUAL DA HUMANIDADE EUROPEIA A PARTIR DA CRISE TEÓRICA DOS FUNDAMENTOS: A denúncia de Edmund Husserl ao método positivo de evidenciação real Lucas Mattos Mesquita.....	269
DA DEFINIÇÃO NOS TEXTOS DE INSPIRAÇÃO GEOMÉTRICA DE DESCARTES E SPINOZA Allan Wolney Mesquita Santos.....	282

**Apresentação:
Crise da verdade e crítica da pós-verdade**

Sergio Hugo Menna

Jean: –*Oh, um rinoceronte!*

Garçonete: –*Oh, um rinoceronte!*

A comerciante: –*Oh, um rinoceronte! Vem ver depressa, um rinoceronte!*

O comerciante: –*Oh, um rinoceronte!*

O lógico: –*Um rinoceronte, a toda velocidade, na calçada da frente!*

Eugène Ionesco, *O Rinoceronte*, 1º Ato

As mais profundas questões filosóficas não estão isoladas; elas estão no centro de nossas preocupações culturais mais amplas. [...] Em um mundo onde as coisas se movem tão rápido a ponto do real ser difícil de distinguir do virtual, entender a verdade parece mais relevante do que nunca.

Michael Lynch, 2001: XI

Olhar para telas talvez possa ser inevitável, mas o mundo bidimensional faz pouco sentido se não recorremos a um arsenal mental formado em outro lugar. Quando repetimos as mesmas palavras e frases que aparecem nos meios de comunicação diários, aceitamos a ausência de um quadro referencial maior. Dispor desse quadro referencial exige mais conceitos, e ter mais conceitos exige leitura. Por isso, afaste as telas de sua vida e cerque-se de livros.

Timothy Snyder, 2017: IX

Prezadas e prezados: boas notícias! (Mesmo em um mal ano).

Temos à nossa frente um novo Dossiê de *O Manguenzal – Revista de filosofia*. Bem-vindos!

O presente volume reúne textos de alunos do Programa de Graduação em Filosofia e de alunos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. A todos eles, agradecemos por suas valiosas colaborações.

O ponto de confluência de todos os artigos são o conceito de verdade – sem dúvida um dos mais profundos problemas filosóficos da antiguidade – e o conceito de pós-verdade – talvez o mais interdisciplinar novo problema filosófico da contemporaneidade.

Os artigos são claros e autoexplicativos. Porém, a título de introdução, dedicaremos umas poucas páginas a explicar esses conceitos e, principalmente, a explicitar os problemas filosóficos e vivenciais que surgem do embate entre os cenários de verdade e de pós-verdade.

Verdade e pós-verdade

Segundo muitos analistas, nos encontramos na ‘era’ ou na ‘época’ ‘da pós-verdade’, época caracterizada, entre outras coisas, pelo excesso de informação – e de desinformação –, pela globalização que arrasa identidades, pelas redes sociais que potencializam as notícias falsas e modelam tendenciosamente as emoções, pelos aplicativos que nos levam a fechar-nos em bolhas cognitivas seletivas e pela revolução das técnicas de comunicação e controle que usufruem dos pontos cegos dos vieses cognitivos humanos. Também, pela perda de confiança nas Instituições e nos especialistas, pela desvalorização do conhecimento, pela politização da ciência, pela manipulação política da informação, pelo negacionismo institucionalizado, pelo pós-modernismo e o relativismo filosófico que corroem a noção de verdade e pela descrença generalizada que beira o cinismo niilista. Uma tormenta perfeita que leva a impor um abandono progressivo da razão e da verdade.

Não é um cenário nem agradável nem desejável.

‘Pós-verdade’ é, possivelmente, um neologismo com o qual todos estamos familiarizados. Termo do ano em 2016, ‘pós-verdade’ foi definido pelo *Dicionário Oxford* como forma abreviada para “Circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (*Oxford Dictionaries*, 2016). Paralelamente, o *Diccionario de la lengua española* anunciou que adotaria esse termo com a seguinte definição: “Pós-verdade [é] toda informação ou afirmação que não se baseia em fatos objetivos, mas que recorre às emoções, crenças ou desejos do público” (*RAE*, 2017).

Em um contexto de pós-verdade, os fatos objetivos – o velho farol que orientava em direção à verdade – *têm menos influência* na formação de crenças (pessoais e públicas) do que as emoções e os desejos. Por isso, podemos concordar com o jornal *The Economist* em que o termo ‘pós-verdade’ capta o núcleo de uma novidade: descreve uma época em que “a verdade não é falsificada ou recusada, mas é considerada *de importância secundária*” (grifo meu). Em outras palavras, no contexto da pós-verdade, ninguém interessado em defender uma ideia específica na qual acredita se dá ao trabalho de questionar a verdade (ou de atacar os fatos que funcionam como sinal de sua presença): simplesmente, a deforma ou a ignora. Na pós-verdade política, especifica o jornal, as pessoas confiam “em afirmações que *‘se sentem como verdadeiras’*, mas que não têm base nos fatos” (*The Economist*, 10/09/2016; grifo meu).

Como vemos, as definições de pós-verdade acentuam o contraste entre duas formas radicalmente diferentes de formar e adotar crenças:

- (i) Por um lado, a atenção aos clássicos fatos ou evidências, elementos epistêmicos que, para o raciocínio crítico em geral e o pensamento filosófico em particular, funcionam como indícios da verdade.
- (ii) Por outro lado, a influência de elementos subjetivos como os desejos e as emoções, ou de elementos arbitrários (ou circulares) como a própria crença na crença.

Poderíamos dizer que o caminho da verdade é transitado por procedimentos para avaliar crenças como o método ‘crítico’ (seja ‘científico’, seja ‘filosófico’); a tradição (crítica); os especialistas; a experiência, a razão, a argumentação, o *lógos*...

Em contraposição, poderíamos dizer que o caminho da pós-verdade é transitado por procedimentos para fixar crenças como a revelação, a autoridade, a tradição (acrítica), a fé; a intuição, a persuasão, o pensamento mágico; os gurus, os influenciadores, o mito...

Para o pensamento filosófico e o raciocínio crítico as evidências, estruturadas em argumentos, constituem o melhor (o *único*?) guia para a verdade. Por isso, a pós-verdade nos deixa diante de um novo cenário em que os antigos e clássicos valores – bondade, beleza, igualdade, liberdade, democracia etc. – perdem o seu vínculo com a verdade *e, com ela*, todo o seu suporte epistêmico.

Como vemos, um cenário de pós-verdade desloca, inevitavelmente, o problema da verdade de seu núcleo prioritariamente epistêmico a novos e inesperados núcleos temáticos: político, ético, psicológico, sociológico... Sem fatos objetivos para opor aos relatos arbitrários dos manipuladores de plantão, a crítica política se converte em mais um relato; sem verdades com as quais alimentar o diálogo democrático, o próprio diálogo perde seu caráter humanizador e se converte em uma expressão emotiva vazia de conteúdo cognitivo. Por isso, alguns autores defendem que “A verdade [...] é de urgente importância tanto para a vida pessoal quanto para a vida política” (cf. por exemplo, LYNCH, 2004: 9). Quando abandonamos os fatos e nos distanciamos da esfera pública, debilitamos nossa conexão com a realidade e, como consequência, nos adentramos em um âmbito de aparência e de alienação. Por isso, no atual cenário de pós-verdade, podemos coincidir com Epicteto em que “A luta [pela verdade] não é por algo banal, mas por ficar louco ou não” (fr. 28, *apud* MARCO AURÉLIO, [c. 180]: XI.38). Quando a verdade, o *lógos* que a reconhece e os argumentos que a sustentam são debilitados pela proliferação de mentiras, pelo negacionismo e pelas teorias da conspiração, a retórica fascista “substitui a verdade pelo poder [e] o debate fundamentado por medo e raiva” (Stanley 2018: 57). Desse modo, poderíamos dizer que as circunstâncias que possibilitam um cenário de pós-verdade também possibilitam um cenário de pós-democracia e pré-fascismo (cf., respectivamente, CROUCH, 2004: I e SNYDER, 2017: X).

Verdade e democracia caminham juntas; pós-verdade e fascismo também. Lembremos, a esse respeito, o alerta de Hanna Arendt: “O súdito ideal do governo totalitário [é] aquele para quem já não existe a diferença *entre o fato e a ficção* (isto é, a realidade da experiência) e a diferença *entre o verdadeiro e o falso* (isto é, os critérios do pensamento)” ([1949]: 526; grifo meu). Eugène Ionesco, em sua obra *O rinoceronte*, escolheu o rinoceronte para representar essa figura dramática – i.e., o súdito ideal do governo totalitário, aquele cuja própria confusão o leva a se aferrar às primitivas promessas do relato fascista. Os rinocerontes são o produto radical dos cenários de pós-verdade. A escolha do animal por parte de Ionesco, acho, é perfeita, já que o rinoceronte, além de ser míope e não enxergar adequadamente a realidade, concentra em seu aspecto muito de bobino e tudo de brutal. A máxima estupidez e a máxima violência, a total rusticidade unida à mais crua bestialidade. Apesar do impacto da metáfora, a lição que emana da peça de Ionesco para os leitores é ainda mais aterradora do que os eventos totalitários que ele enfrentou em sua Romênia natal: abandonando o ideal de verdade, todos podemos nos converter em rinocerontes; não é só mais uma assustadora história que nos chega do país do Drácula. Os rinocerontes se sentiram à vontade na longa e obscura Idade Média e no tétrico período de entreguerra do século XX. Hoje, retornam com força para nos assombrar. Já temos um deles na capa da nossa Revista.

Bibliografia utilizada

- ARENDRT, Hanna, [1949], *Origens do totalitarismo*, Companhia das Letras, S.P., 2000.
- ARIAS MALDONADO, Manuel, 2017, “Informe sobre ciegos: Genealogía de la posverdad”, en J. Ibáñez Fanés (ed.), 2017.
- CROUCH, Colin, 2004, *Post-Democracy*, Polity Press, Cambridge.
- FLICHTENTREI, Daniel 2017, “Posverdad: la ciencia y sus demonios”, *Cerebro clínico*, 02/05/2017.
- IBÁÑEZ FANÉS, Jordi (ed.), 2017, *En la era de la posverdad*, Calambur, Barcelona.
- IONESCO, Eugène, [1960], *O rinoceronte*, Agir, R.J., 1962.
- LYNCH, Michael 2004, *True to Life: Why Truth Matters*, MIT Press, Cambridge.
- MARCO AURÉLIO, [C. 180], *Meditaciones*, Gredos, Madrid, 1977.
- SARTORI, Giovanni, 1998, *Homo videns: La sociedad teledirigida*, Taurus, Bs.As.
- STANLEY, Jason, 2018, *Como funciona o fascismo*, L&PM, Porto Alegre.
- SNYDER, Timothy, 2017, *Sobre a Tirania: Vinte lições do século XX para o presente*, Companhia das letras, S.P.

PÓS-VERDADE **Contra o conhecimento e a liberdade?**

Osvaldo M. Ribeiro Jr.¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central apresentar o conceito e, em alguma medida, expor a estrutura da pós-verdade e seu inevitável antagonismo ao conhecimento. Para tanto, uma exposição da Teoria de Verdade como correspondência é realizada visando explicitar a disparidade entre as noções de verdade e pós-verdade. A reflexão da verdade alcança, de modo bicondicional, a concepção de conhecimento. Uma vez que a natureza do conhecimento é de uma potência que conduz ao esclarecimento do indivíduo, a relação de conhecimento e liberdade é, deste modo, constatada. A investigação assume, assim, também, uma dimensão ética. Em consequência disso, o argumento da responsabilidade epistemológica de W. K. Clifford é evocado para responder aos problemas e efeitos de se sustentar crenças falsas. Em vista disso, a pós-verdade é identificada como uma narrativa coercitiva da liberdade e, de fato, contra o conhecimento. Assim, a ameaça do discurso falso da pós-verdade a qualquer sociedade livre fica, então, claramente exposta.

Palavras-chave: verdade; pós-verdade; liberdade; crenças.

Abstract

The present article aims to bring forward, to some extent, the concept, structure and post-truth's necessity of antagonizing on knowledge. In order to do so, aiming to clearly exhibit the disparity between the concepts of truth and post-truth, Correspondence Theory of Truth is presented. The consideration upon the notion of truth reaches, biconditionally, the knowledge one. Since the nature of knowledge empowers individual enlightenment, the relation of freedom and knowledge itself becomes evident. The inquiring assumes, this way, an ethical dimension as well. Because of it, W.K. Clifford's epistemological responsibility argument is thus called forth to give an account of the problems and effects of maintaining false beliefs. By virtue of it all, post-truth is effectively identified as a coercive narrative against freedom, likewise, against knowledge. Thus, it becomes rather clear that post-truth is a real threaten of any free society.

Keywords: truth; post-truth; freedom; beliefs.

Introdução

A “pós-verdade” é um termo que ganhou notoriedade na história recente, mais precisamente em 2016, ano em que foi nomeada a palavra do ano pelo *Dicionário Oxford*. O verbete foi definido, em suma, como um discurso em que as emoções são mais importantes do que os fatos na formação da opinião pública. Evidentemente, a crença meramente subjetiva do receptor não possui competência para determinar o que é verdade ou não. Isto é, da verdade

¹ Graduando em filosofia pela UFS. Atualmente, participante voluntário de um projeto de iniciação científica sobre Raciocínio crítico e pseudociência. E-mail: junior.omr@gmail.com.

enquanto discurso correspondente a realidade enquanto tal. Por isso, o discurso da pós-verdade, para ser validado enquanto narrativa, opõe-se direta, ou indiretamente, ao conhecimento.

A verdade é um conceito fundamental para a noção de conhecimento. Segundo Aristóteles, “Dizer do que é que não é ou do que não é que é, é falso; já dizer do que é que é ou do que não é que não é, é verdadeiro” (*Met.*, IV, 7. 1011 b 26 ss.; V, 29, 1024 b 25). O filósofo grego esboça a mais antiga teoria da verdade, a verdade como correspondência. Em outras palavras, são os fatos, i.e., os eventos da realidade que determinam se um discurso é ou não verdadeiro. Porém, a pós-verdade desapropria a realidade de sua função condicionadora da verdade. Para tanto, a verdade deve ser deliberadamente descaracterizada.

Na medida em que o discurso da pós-verdade se torna cada vez mais comum, os seus efeitos começam a abalar cada vez mais as estruturas de uma sociedade livre. O conhecimento é uma condição necessária para a liberdade efetiva, pois não existe possibilidade de escolher livremente quando as informações que se tem à disposição são falsas. Isso revela o aspecto opressor da pós-verdade, uma vez que, ao hostilizar o conhecimento, vicia as escolhas dos indivíduos, o que resulta em uma sociedade em que a liberdade não passa de um conceito vazio.

Afinal, a verdade pode ser efetivamente soterrada pelo discurso fraudulento e perigoso da pós-verdade? Quais as consequências sociais de viver em tal cenário? Quais medidas podem ser levadas a cabo a fim de emudecer este discurso? Sem dúvidas, trata-se de uma questão não apenas epistemológica, ou seja, que diz respeito ao conhecimento, mas também social e moral. Possivelmente, um ponto seguro de partida para suprimir ou, pelo menos, atenuar a pós-verdade e seus efeitos, seja assumir uma postura epistemológica sobretudo ética, o que pressupõe uma postura social, com efeito, análoga.

Em contraste: Verdade vs. Pós-verdade

Em vista ao esclarecimento dos conceitos de verdade e pós-verdade, uma comparação parece ser suficientemente capaz de pavimentar uma distinção sólida para os propósitos desta investigação. Através disso, aquilo que torna um discurso verdadeiro e falso, e, as diferenças entre mentira e pós-verdade serão, também, mais facilmente percebidas.

Ao que tudo indica, a verdade é um conceito fundamental para a concepção de conhecimento. Uma vez que um discurso falso –isto é, um discurso que não corresponde ao

fato que se propõe descrever—, não é senão uma falsidade. Essa é a noção substancial da teoria de verdade como correspondência. Trata-se do mais tradicional conceito de verdade e está presente no pensamento de vários filósofos desde a antiguidade. No diálogo *Crátilo*, por exemplo, Platão afirma que “a proposição que se refere as coisas como elas são, é verdadeira, vindo a ser falsa quando indica o que elas não são” (*Crátilo*, 385 b).

De fato, existem outras teorias da verdade que procuram dar conta de algumas questões filosóficas mais complexas, mas estas não serão aprofundadas neste texto. A teoria da verdade como correspondência é alicerce suficiente para o objetivo da reflexão proposta na presente investigação, dado que vários exemplos de pós-verdade, como as *fake news* ou as teorias negacionistas, podem ser analisados de modo suficiente por meio da Teoria da verdade como correspondência².

Na *Metafísica*, Aristóteles expõe duas ponderações eminentemente relevantes sobre o discurso verdadeiro e o falso. A primeira reflexão é que “o verdadeiro e o falso não se encontram nas coisas..., mas só no pensamento (ou na linguagem)” (*Met.*, VI, 4, 1027 b 25). A segunda é que:

[...] o ser verdadeiro e falso das coisas consiste na sua união ou na sua separação, de modo que estará na verdade quem considera separadas as coisas que, efetivamente, são separadas e unidas as coisas que, efetivamente, são unidas; ao contrário, estará no erro quem considera que as coisas são contrárias a como efetivamente são. Então, quando temos e quando não temos uma afirmação verdadeira ou uma falsa? [...] De fato, não és branco por pensarmos que és branco, mas porque és branco, nós, que afirmamos isso, estamos na verdade” (*Met.*, IX, 10, 1051 b 5).

Pode-se inferir, a partir das observações aristotélicas que, uma vez que a verdade é um discurso pautado na realidade enquanto tal, a verdade possui, desta forma, uma relação diretamente proporcional a realidade. Em outras palavras, a realidade exerce a função de condicionante do discurso verdadeiro, constringendo a narrativa, validando-a ou não.

A pós-verdade (em inglês: *post-truth*), do outro lado, foi definida pelo Dicionário Oxford como: “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública *do que os apelos à emoção e à crença pessoal*”³. A discrepância entre o conceito de verdade e o de pós-verdade são claramente perceptíveis. Quando os fatos, isto é, os eventos que compõem a realidade, tornam-se de pouco ou nenhuma relevância e a crença

2 Vale ressaltar que a teoria da verdade como correspondência possui uma relação fundamental com as outras teorias posteriormente propostas. Ao influenciar, de modo direto, por exemplo, a teoria semântica de Tarski, ou, pela evidente afinidade com a teoria pragmática de verdade (HAACK, 1998).

3 Disponível em <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth?q=post-truth>>. Acesso em 02 de mar 2020.

estritamente pessoal se torna o ponto de referência do factual, o produto é uma percepção distorcida da realidade.

No entanto, alguém pode dizer que a pós-verdade não passa de um termo elegante para a velha mentira, mas isso seria, ao que parece, impróprio ou, no mínimo, insuficiente. A pós-verdade pode ser compreendida, conforme até então explicitado, sob dois aspectos fundamentais: primeiro, trata-se de um discurso falso, tal noção é imediatamente extraída ao se comparar com o que torna um discurso verdadeiro; segundo, trata-se de um discurso aceitável e ajustado às crenças e emoções do seu receptor, o que está em conformidade com a definição dada pelo Dicionário de Oxford. Assim, o discurso puramente falso, ou simplesmente, a mentira, é apenas uma parte da pós-verdade. Nesse sentido, a pós-verdade é um discurso objetivamente falso, mas subjetivamente “verdadeiro”. Em outros termos, ao invés de, como toda mentira, ser classificada como uma falsidade, ela adquire, na subjetividade do receptor, o valor de “verdade”.

Por conseguinte, na era da pós-verdade, a verdade é desprovida de seu sentido objetivo, conseqüentemente a realidade perde sua função de condição necessária que garante a verdade ou falsidade do discurso. A realidade se torna passível de extravagâncias relativistas, uma vez que a referência da verdade se torna as redes de crenças individuais. Os dados podem ser deliberadamente desprezados, sem que ocorra uma responsabilização social por isso. A relativização irrestrita resulta da falta de critérios plausíveis para se acreditar em algo ou não.

A pós-verdade contra o conhecimento

Pode-se afirmar que o conhecimento possui relação efetiva com, no mínimo, a busca pela verdade, pois se aquilo que se conhece é falso, então não é verdade que aquilo, de fato, é conhecido. Se alguém, e.g., apresenta-se com uma falsa identidade, então não é o caso que se conhece verdadeiramente esta pessoa. Entretanto, alguém pode acusar uma certa ingenuidade nessa obviedade acima descrita, uma vez que o conhecimento não é algo absoluto, mas conjectural e progressivo, portanto, constituído a partir de erros e acertos. Todavia, a própria noção de que o conhecimento é progressivo só é possível na medida que se compreende a verdade que está contida nesta proposição mesma. Isto é, a verdade da natureza epistemológica do conhecimento garante suas bases enquanto tal. Assim, a verdade implica a natureza do conhecimento, e, assim, ao próprio conhecimento.

Do outro lado, o discurso da pós-verdade, na medida em que pretende se sobrepor à verdade, necessita abolir ou, ao menos, reprimir o conhecimento. Esse aspecto da pós-verdade é nuclear, pois é justamente o conhecimento que permite tanto a defesa intelectual do indivíduo quanto o progresso social. O pensamento crítico, responsável pela investigação que leva à aquisição de conhecimento, instancia-se tanto na ciência quanto na filosofia; na verdade, até mesmo na vida cotidiana. Em uma passagem de sua obra *O mundo assombrado pelos demônios*, Carl Sagan apresenta uma excelente síntese do que é o pensamento cético (ou crítico):

O pensamento cético se resume no meio de construir e compreender um argumento racional e – o que é especialmente importante – de reconhecer um argumento falacioso ou fraudulento. A questão não é se gostamos da conclusão que emerge de uma cadeia de raciocínio, mas se a conclusão deriva da premissa ou do ponto de partida e se essa premissa é verdadeira (SAGAN, 2006, p. 197).

Uma breve análise deste excerto é suficiente para apreender a importância de desenvolver esta perícia do intelecto. Sem uma atitude cética, mesmo na vida cotidiana, o ser humano viveria em um estado ingênuo de credulidade absoluta, o que o levaria a um estado análogo ao de uma máquina que funciona conforme aquele que a programa. Estaria, desta maneira, totalmente sujeito aos desejos e interesses alheios. E, é precisamente neste estado mental de subordinação onde o discurso da pós-verdade logra sucesso.

Mas, e se o ser humano fosse “programado” para ser crítico? Nesse caso, o “programador”, mais cedo ou mais tarde, perderia seu controle, uma vez que ele não escaparia, eventualmente, ao escrutínio do investigador crítico. Ou seja, é justamente a capacidade de parar e refletir criticamente que permite o avanço do conhecimento e a efetivação da liberdade. Como afirma Byung Chul-Han em sua obra *A Sociedade do Cansaço*: “A atividade que segue a estupidez da mecânica é pobre em interrupções. A máquina não pode fazer pausas. Apesar de todo o seu desempenho computacional, o computador é burro, na medida em que lhe falta a capacidade para hesitar” (2015, p. 53).

Um caso histórico que exemplifica esse argumento ocorreu nos EUA, no período da escravidão, onde havia uma norma que exigia que os escravos deveriam permanecer analfabetos. “É necessário criá-lo estúpido. É necessário obscurecer sua visão moral e intelectual, e na medida do possível, aniquilar o poder da razão” escreveu Frederick Bailey, ao reproduzir o discurso daquele que era, naquele momento, o seu senhor. Bailey foi um escravo que se tornou, mais tarde, conhecido como Frederick Douglass, um dos mais importantes nomes do movimento e história afro-americana (SAGAN, 2006). Frederick

Douglass aprendeu a ler e escrever, fugiu para Inglaterra e descrevia o poder do conhecimento como algo libertador, literalmente.

Neste sentido, ser contra o conhecimento é ser, também, contra a liberdade. Dado que a pós-verdade é hostil ao conhecimento, e, uma vez que a liberdade está diretamente relacionada a uma sociedade livre, a pós-verdade é, portanto, uma verdadeira ameaça à liberdade e um obstáculo para uma sociedade verdadeiramente livre. Esta reflexão culmina, assim, em uma questão eminentemente ética.

Ao considerar os problemas das crenças falsas, o filósofo e matemático britânico W. K. Clifford (1845-1879) apresentou o argumento da responsabilidade epistemológica. Em seu clássico ensaio “A ética da crença” (“The Ethics of Belief”), Clifford afirma que “é sempre incorreto, em qualquer parte e para qualquer pessoa, acreditar seja no que for sem evidências suficientes” (Clifford, 2009). A relevância do seu argumento é imprescindível para a preservação do discurso construído sobre as bases da verdade e, portanto, em concordância com a liberdade. Deste modo, acreditar sem evidências suficientes é uma atitude não somente pouco racional, mas, também, uma postura irresponsável do indivíduo enquanto parte de uma sociedade; nesse sentido, trata-se de uma conduta antiética.

Pós-verdade: um risco verdadeiro à liberdade

A liberdade é um conceito bastante amplo; discutir todas as suas complexidades e nuances é mais do que se pode oferecer na presente reflexão. Contudo, não é possível deixar de lado uma breve apresentação das principais definições de liberdade, pois, caso contrário, não haveria justificção racional do motivo pelo qual se escolhe uma definição em detrimento das outras.

A primeira concepção fundamental de liberdade, que prevaleceu durante um longo período na tradição do pensamento, é a de autodeterminação. Isto é, ser livre é poder decidir fazer algo ou não, portanto, autodeterminar-se. Por conseguinte, não é possível ser escravo e ser livre, dado que, obviamente, um escravo não pode, ele mesmo, decidir o que fazer. No entanto, esta definição é individualista, assim, pressupõe autocausalidade. Ou seja, o indivíduo é causa de si mesmo (ABBAGNANO, 2007). Como consequência disso, tal concepção de liberdade desconsidera o contexto no qual o indivíduo está inserido. Em outros termos, concebe o ser humano como algo isolado do seu meio, seja, a sociedade, sua cultura e até mesmo a Natureza.

Outra concepção de liberdade que surgiu a partir da primeira possui núcleo similar. Porém, a causa já não se encontra no indivíduo, mas no conjunto que o abrange, seja, o Estado, o Absoluto, a ordem cósmica, a sua religião, o seu partido político etc. (ABBAGNANO, 2007). Apesar da noção substancial de autodeterminação ser conservada, o deslocamento da causa subverte imediatamente a concepção anterior, pois a individualidade é sobreposta pela determinação de um dado corpo coletivo. Em um contexto mais político, ou social, a autodeterminação individualista culminaria em uma espécie de anarquia, ou libertarianismo ingênuo. No caso da autocausalidade coletiva, o resultado seria uma formação absolutista, totalitária.

Em suma, os problemas essenciais das duas concepções apresentadas é que, enquanto uma isola o indivíduo do todo; a outra exclui de modo integral a ação livre do indivíduo, desconsiderando que o todo é o conjunto das partes.

A terceira via, por sua vez, não possui parentesco essencial com as duas supracitadas. A liberdade, nesta concepção, está relacionada com possibilidade. A liberdade é um problema, assim, em aberto; não autodeterminação absoluta. Nesse sentido, livre não é aquele que é causa de si mesmo ou que se identifica com uma totalidade que é causa si mesma, mas aquele que possui determinadas possibilidades de escolha. Portanto, o indivíduo é livre quando pode escolher, mas é limitado pelas possibilidades objetivas, pelos modelos disponíveis e pela sua motivação (ABBAGNANO, 2007).

Entretanto, apesar dessa concepção ter sido proposta, em alguma medida, por Platão, foi esquecida por um longo período, devido a prevalência do conceito de liberdade como autocausalidade e autodeterminação. Não obstante, a liberdade como possibilidade foi retomada na modernidade. Em sua obra *Investigação acerca do Entendimento Humano*, David Hume observa que:

A dependência mútua entre os homens é tão grande em todas as sociedades que dificilmente haverá uma ação humana inteiramente completa em si mesma, ou realizada sem alguma referência às ações de outros que são requeridas para fazê-la corresponder plenamente à intenção do agente (HUME, 2004, p. 129).

Esse trecho é indispensável para compreender, sem equívocos, a definição de liberdade que o filósofo apresenta posteriormente, mais precisamente no parágrafo que se segue:

Por liberdade, então, só nos é possível entender um *poder de agir* ou *não agir*, de acordo com as determinações da vontade; isto é, se escolhermos ficar parados, podemos ficar assim, e se escolhermos nos mover, também podemos fazê-lo. Ora, essa liberdade hipotética é universalmente admitida como pertencente a todo aquele que não esteja preso e acorrentado (HUME, 2004, p. 136-7).

A partir dessas duas ponderações, pode-se inferir que o *poder de agir* ou de *não agir* é determinado pela vontade, contudo, dado a relação social de interdependência entre os seres humanos, a vontade, que move a ação, está imbricada com a totalidade, i.e., com o contexto em que o indivíduo está inserido e do qual, portanto, faz parte. Desse modo, a possibilidade de escolha é determinada pela mutualidade social. Tal concepção de liberdade passou também a ser conhecida como compatibilista (ABBAGNANO, 2007).

Afinal, qual o risco da pós-verdade à liberdade? Como já evidenciado, a liberdade está intimamente relacionada com o conhecimento e, neste momento, a razão disso pode ser compreendida de modo mais claro e preciso: quanto mais conhecimento um indivíduo (ou sociedade) possui, maiores são as suas possibilidades de escolha. Desse modo, a norma escravocrata que proibia o acesso ao conhecimento apresenta sua essência, i.e., a ignorância enquanto método eficaz de restrição da liberdade.

Por conseguinte, o discurso da pós-verdade anula fundamentalmente a liberdade. As *fake news*, os “fatos” alternativos, o negacionismo científico, para citar somente alguns, são mecanismos discursivos que limitam a possibilidade do indivíduo de escolher livremente, pois o impossibilita de ter conhecimento dos fatos, tornando suas escolhas viciadas de antemão. Por exemplo, numa eleição onde um candidato se utiliza de informações falsas, teorias conspiratórias etc., isto é, dos recursos discursivos da pós-verdade para convencer os cidadãos e ser eleito; fica evidente que as escolhas dos eleitores foram manipuladas, pois as razões que os levaram a eleger o impostor são, com efeito, falsas. Assim sendo, uma sociedade construída sob os ditames falsos da pós-verdade, com efeito, não passa de uma sociedade de escravos.

Considerações finais

O discurso da pós-verdade é fundamentado nas redes de crenças individuais, ou seja, sua suposta validação é algo puramente subjetivo e, por isso, meramente ficcional. Na medida em que os fatos são ignorados, a narrativa distorcida da pós-verdade adquire uma potência que ameaça a sociedade em diversos aspectos, dado que a verdade é o único parâmetro capaz de fornecer ao intelecto humano a possibilidade de conhecimento. E o conhecimento, por sua vez, é um preceito imperioso para uma sociedade livre.

Desse modo, é necessário conservar o conhecimento e, conseqüentemente, o método de sua aquisição deve ser salvaguardado. Em outras palavras, a ciência, a filosofia, em suma, o raciocínio crítico deve ser preservado. Preservá-lo é, na prática, desenvolvê-lo. Dado que o conhecimento é o produto da investigação racional em busca da verdade, logo, algo dinâmico. Os riscos sociais do ataque ao conhecimento promovido por aqueles que se utilizam do discurso da pós-verdade, não podem ser minimizados. Uma vez que a perda gradativa e constante do acesso ao conhecimento, viabiliza a substituição do pensamento crítico pela cegueira do fanatismo. Não há outra consequência possível, senão a perda eventual da liberdade. E, visto que o conhecimento é recurso crucial para a liberdade, e esta é possibilidade escolhida, além da relação de implicação desses conceitos, existe uma relação de interdependência. Neste ponto, a ética epistemológica emerge como resultado de tal reflexão.

A questão que se segue é: como desmontar a narrativa da pós-verdade? Não há, obviamente, resposta simples para essa pergunta, porém, a ética epistemológica proposta por Clifford pode ser um caminho. Ou seja, acreditar em algo demanda sérias evidências ou boas justificativas a seu favor. Este argumento é prescritivo. O filósofo evidencia a coexistência da ética e as crenças pessoais. Neste sentido, não existe crença privada, pois elas irão, eventualmente, refletir-se na sociedade. Não existem também crenças inocentes, dado que uma crença aparentemente inofensiva, pode ser a porta (ou a janela) de entrada para uma série de outras verdadeiramente prejudiciais.

Contudo, a ética epistemológica pressupõe o raciocínio crítico, o que significa que, antes de tudo, é a criticidade que deve ser desenvolvida para que qualquer recurso intelectual defensivo tenha efeito. A questão, deste modo, pode ser reescrita de outra forma: como desenvolver o pensamento crítico nas pessoas em larga escala? Este é um ponto fundamental para uma sociedade livre, tema que foi discutido ao longo deste artigo. Uma resposta para tal questão não parece ser simples, mas com certeza possui parentesco estreito com a educação e, portanto, com a acessibilidade ao conhecimento. De todo modo, vale ressaltar: o discurso da pós-verdade é contra o conhecimento e, sem dúvidas, inimigo verdadeiro de qualquer sociedade livre.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

CLIFFORD, W. K. “A Ética da Crença”. *Cadernos UFS Filosofia*. São Cristóvão, v. 8, FASC. XIII, p. 133-137, 2010.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. Tradução de Henrique de Araujo Dutra e Cézar Augusto Mortari. São Paulo: Unesp, 1998.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Gianchini. 2ª ed. [S.l.]: Vozes, 2017.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2004.

PLATÃO. *Teeteto e Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

SAGAN, C. *O mundo assombrado pelos demônios*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

PÓS-VERDADE VS. RACIOCÍNIO CRÍTICO

Emerson da Silva Santos⁴

Resumo

O presente texto contém quatro partes principais. A primeira, é introdutória e consiste em investigar e apresentar, sucintamente, a problemática da pós-verdade, sua natureza e finalidade. A segunda parte expõe de maneira objetiva o papel e influência do raciocínio crítico e como ele orienta e constitui os métodos científicos na busca pela verdade, usando o pensamento e argumentos do filósofo Karl Popper para corroborar com a explicação. A terceira parte traz um contraste entre essas duas posições e em como a realidade é o parâmetro essencial para o conhecimento. A parte final, conclui observando que a sociedade (assim como a verdade e a ciência) enfrenta dias obscuros e que só a reflexão e a busca pelo conhecimento racional, guiado pela busca da verdade, poderá conduzir a sociedade a dias mais prósperos.

Palavras-chave: pós-verdade; raciocínio crítico; ciência; conhecimento; realidade.

Abstract

This text contains four main parts. The first is introductory and consists of investigating and presenting, briefly, the problem of what is the post-truth, its nature and purpose. The second part objectively exposes the role and influence of critical reasoning (and science) and how it guides and constitutes scientific methods in the search for truth, using the thought and arguments of the philosopher Karl Popper to corroborate the explanation. The third part brings a contrast between these two positions and how reality is the essential parameter for knowledge. The final part concludes by noting that society (as well as truth and science) faces dark days and that only reflection and the search for rational knowledge, guided by the search for truth, can lead society to more prosperous days.

Keywords: post-truth; critical reasoning; science; knowledge; reality.

Introdução: O que é a pós-verdade?

Desde antiguidade, a busca pela verdade foi um compromisso filosófico, regado pelo prazer da sabedoria e a busca pelo conhecimento. Todos aqueles que aceitavam esse compromisso, mesmo explicando a busca pelo conhecimento a partir de suas teorias, não estavam interessados em chegar à verdade por meio de crenças irracionais, emoções, por autoridade ou vieses ideológicos e políticos, e sim, a partir de fatos acerca da realidade e do raciocínio crítico e investigativo. E foi assim que, aqueles conhecidos como filósofos (e depois, como cientistas) tentaram explicar a realidade sensível e racional durante a passagem dos séculos, por meio dos fatos e do compromisso com a verdade e a busca pelo conhecimento. Entretanto, sempre houve aqueles que convencionaram a verdade à interpretação dos fatos, crenças, emoções, autoridades, por motivos ideológicos, em troca de

⁴ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe/UFS; emerson0910silva@gmail.com.

dinheiro, fama, manipulação e glória. Estes, mascaravam suas verdadeiras intenções por meio de um falso ceticismo, relativismo, mentiras manipuladoras e enviesadas. Esses dois grupos tiveram um grande papel na história da humanidade e os reflexos e consequências de suas atitudes, pensamentos e teorias, causaram grande impacto na ciência e na filosofia, assim como impulsionando fenômenos como a pós-verdade.

Quando a realidade deixa de ser o parâmetro para dizer o que é verdadeiro (por meio dos fatos derivados dela) e o que é falso, e ser a base das investigações para nós aproximar da verdade, então todas as coisas que forem afirmadas podem ser tidas como verdade, esse é o caso da pós-verdade. A pós-verdade não é um fenômeno novo na sociedade, mas vem ganhando ênfase na contemporaneidade por vários acontecimentos terem impulsionado a sua propagação no meio digital, político e social. Não por acaso, em 2016 pós-verdade foi eleita a palavra do ano pelo dicionário de Oxford, segundo o dicionário, tal verbete significa “relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais”. Dessa forma, a noção de manipulação dos fatos e informações, de que o conhecimento verdadeiro é adquirido a partir das nossas crenças pessoais, o relativismo das teorias, o negacionismo da realidade e do conhecimento intelectual é o que constitui a base e a natureza da pós-verdade.

No livro *Pós-verdade*, o autor Matthew D’Ancona dá um panorama explicativo sobre a pós-verdade na contemporaneidade e alguns dos motivos da sua ascensão nos últimos anos. No capítulo 1, ao discorrer sobre “A chegada da era da pós-verdade”, o autor diz que,

entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo (D’ANCONA, 2018, p.19).

Nesse sentido, percebe-se que a pós-verdade é um evento global que atinge todos os setores da sociedade, desde *fake news* propagadas no cotidiano e no meio jornalístico, até o negacionismo de teorias científicas, cuja consequência se dá na decadência da verdade.

A pós-verdade não busca explicar e argumentar um acontecimento por meio de uma verdade objetiva (ou seja, uma verdade por correspondência, entre o que se é afirmado e os fatos), mas manipular as evidências e relativizar a verdade. Seus “argumentos” fascinam e trazem fortes atrações emocionais aos seus adeptos. Suas premissas e formas de explicação baseiam-se na autoridade, no relativismo, na emoção, no negacionismo científico,

manipulação dos fatos ou em qualquer outra explicação, motivo ou fundamento de natureza análoga.

A pós-verdade não objetiva apenas engendrar e transformar todo o cenário político social, busca também estabelecer nossas crenças pessoais como fonte de conhecimento “verdadeiro” da realidade, a partir de interpretações alternativas e enviesadas dos fatos. Entretanto, a fragilidade epistêmica humana e a nossa frívola compreensão de que nossas crenças nos levam ao conhecimento verdadeiro, não refletem ou condicionam à verdade a subjetividade e a interpretações alternativas dos fatos pelos indivíduos. Como afirma o autor Desidério Murcho, em seu texto “Verdade”,

A verdade não se submete à força bruta nem à crença forte. Contudo, uma superstição comum é que crer com muita firmeza em algo torna verdadeiro o objeto da crença. [...] Pensar que a crença forte produz verdades é uma maneira infantil e vã de tentar garantir que nossos desejos serão realizados se o desejarmos com muita firmeza (MURCHO, 2007, n.p.).

Seguindo esse pensamento, a verdade seria uma narrativa parcial e enviesada, trazendo segurança emocional (entretanto, perdendo seu valor epistêmico). Contudo, um grande problema ao conceber essas noções subjetivas e manipulativas dos fatos, é negar a realidade e relativizar a verdade, para enquadrá-la em nossas crenças e interpretações que qualquer um desejar, pondo em risco a própria vida humana.

Raciocínio crítico, Karl Popper e o conhecimento

Indo na contramão do que foi dito, o raciocínio crítico constitui e forma um dos principais métodos usados pela ciência, em suas teorias e hipóteses na busca pela verdade, e é uma das bases de toda estrutura argumentativa usadas pelos filósofos e cientistas. O raciocínio crítico é o critério que guia a pesquisa e análise racional e que caracteriza o conhecimento objetivo na busca da verdade. Dentre suas principais características, encontram-se importantes pontos que andam lado a lado ou que são derivados dele, como a argumentação (como expressão de pensamento), a justificação (como ação crítica e reflexiva) e a análise objetiva dos fatos. Nesse sentido, o raciocínio crítico forma um dos critérios essenciais para toda organização de conhecimento e é uma das melhores armas para combater a pós-verdade.

A busca pela verdade não depende das nossas crenças, negação e manipulação dos fatos e evidências ou por qualquer motivo, vontade ou emoção que ela traga. Tal busca pela

verdade depende da realidade e das evidências, e por isso ela não pode ser enquadrada como uma convenção ou interpretação. Dessa forma, a busca pela verdade é uma das características fundamentais da ciência, conduzida pelo raciocínio crítico, mas não objetivando apenas o progresso científico, como também o progresso da humanidade. Assim, muitos filósofos e cientistas buscaram construir toda uma estrutura de conhecimento, que buscasse a verdade, estudando a realidade por meio dos fatos experimentados. Por isso, uma das bases da ciência e da busca pela verdade é o raciocínio crítico, e este pode ser encontrado nas ciências empíricas (como a física) e nos métodos que essas usam, aplicando esses métodos para demarcar teorias que buscam em sua essência se aproximar da verdade, separando teorias científicas de não científicas.

O filósofo Karl Popper (1902-1994) foi um grande filósofo da ciência do século XX, que contribuiu e impulsionou o modo de pensar os métodos da investigação científica, o processo de justificação de teorias e, conseqüentemente, o progresso da ciência. Para o pensador austríaco, o conhecimento humano não é um conhecimento certo e indubitável, mais sim falível, hipotético e conjectural. Entretanto, seriam nessas conjecturas feitas, que haveria progresso no conhecimento, nos aproximando cada vez mais da verdade. Nesse sentido, a verdade de um enunciado afirmado é a correspondência que este tem com os fatos, contudo, existiriam verdades que não conseguimos conhecer com tanta certeza e por isso, as conjecturas e teorias feitas, nos aproximaria cada vez mais de conhecê-la, mesmo que não saibamos quando isso acontecer e obtivemos a verdade.

Isto posto, para Popper, o conhecimento é de natureza provisória, pois é provável que teorias e conhecimentos que temos sobre determinados assuntos e fenômenos possam ser refutados futuramente. Por isso, para resolvermos problemas científicos existentes e tentarmos solucioná-los, precisamos ir além das respostas que já foram dadas a eles. Em seu texto “tolerância e responsabilidade intelectual”, Popper destaca e argumenta que, os cientistas são investigadores que buscam encontrar conhecimento sobre determinado fenômeno, contudo, o saber que é empregado nas descobertas científicas, consiste em “conjecturas testáveis”, que são “passíveis de revisões” e por isso não é um conhecimento certo absoluto, mais sim hipotético e conjectural. É importante destacar que, segundo Popper, “enquanto nosso saber hipotético é finito, nossa ignorância é infinita” (POPPER, 2006, p.256), por isso, quanto mais o nosso conhecimento hipotético e conjectural cresce, mais aumenta, gradativamente, o número de problemas e questões a serem resolvidas.

Karl Popper, em seu texto “Sobre conhecimento e ignorância”, dá um breve juízo conceitual sobre a ciência e as teorias científicas, afirmando que, “a ciência é a busca da verdade, pelo que é perfeitamente possível que muitas das nossas teorias sejam, de fato, verdadeiras. Mas ainda que sejam verdadeiras, nunca o poderemos saber com certeza” (POPPER, 2006, p.61). E ainda complementa, quando formula questionamentos a respeito do progresso da ciência e sobre a preferência de hipóteses científicas, que “a ciência é uma atividade crítica. Nós testamos criticamente as nossas hipóteses. Criticamo-las com propósito de detectar erros, e na esperança de eliminar os erros e nos aproximar da verdade” (POPPER, 2006, p.62).

Em vista de tal explanação, os critérios racionais de conhecimento aplicados sobre o objeto de estudo, demonstram que existe uma realidade a ser analisada, e que a partir desta, e dos fatos que dela podem ser obtidos (em um sentido objetivo), podemos formar teorias e hipóteses que objetivem explicá-la, assim como os problemas que dela surgem. Diante disso, as teorias científicas, em sua busca pela verdade, dependeriam exclusivamente dos fatos derivados da realidade para constituir suas hipóteses e testá-las, identificando erros e nos fazendo chegar cada vez mais perto da verdade. E dessa maneira, o raciocínio crítico influencia e constitui os métodos usados pela ciência, beneficiando a humanidade, por nos aproximar cada vez mais da verdade das coisas e do conhecimento da realidade ao nosso redor.

Pós-verdade e raciocínio crítico: a realidade como parâmetro de conhecimento

Os riscos que os discursos pós-verdadeiros propagam afetam a própria noção da vida e do bem-estar, quando estes relativizam a realidade, fazendo o parâmetro que estabelece o conhecimento dos fatos ser apenas uma narrativa de pontos de vista. Enquanto a busca pela verdade e obtenção do conhecimento que o raciocínio crítico estabelece (a todos os indivíduos que o tomam como base para buscar o conhecimento) propaga um bem estar e melhora as condições de vida da humanidade em geral, a pós-verdade põe em risco a própria noção de vida humana e de bem estar, quando esta, desconstrói características essenciais a vida. Tal desconstrução, que distorce a própria realidade e que se fundamenta por narrações fictícias e parciais tidas como certas e seguras, coloca em descrédito noções como a da ciência, de democracia, de tolerância, de liberdade, da saúde e da obtenção de conhecimento com base em dados e fatos extraídos da própria realidade.

Ademais, certamente, a importância da análise crítica da realidade e o compromisso com a busca pela verdade são os grandes suportes para a obtenção do conhecimento e para a noção de progresso social e humano. Na introdução do livro *21 lições para o século 21*, o autor Yuval Noah Harari discute como é preciso ter clareza diante das milhares de informações nas quais somos expostos todos os dias e em como é preciso se manter no debate sobre o futuro da humanidade, focando nossa atenção nas questões que estão acontecendo no atual cenário mundial do século XXI. Diante de toda as reflexões e discussões que o autor aborda, é de extrema importância destacarmos a ênfase e argumentação que o autor faz sobre a pós-verdade e a relação que os seres humanos construíram com esta ao longo dos séculos, representando e descrevendo a realidade por meio de narrativas ficcionais e mitológicas. O autor apresenta a seguinte questão, quanto a sua argumentação sobre a pós-verdade, “haverá ainda uma fronteira nítida entre a realidade e a ficção?” (HARARI, 2018, p. 13). Como resultado de tal afirmação, algumas questões podem ser levantadas, como por exemplo, como se preocupar com o conhecimento e a propagação de informações verídicas sem nem ao menos estar preocupado com tais coisas? E também, quais os limites entre a análise crítica da realidade e a descrição ficcional de narrativas enviesadas e, na maioria das vezes, irracionais?

“Algumas *fake news* duram para sempre”. Com esse *slogan*, Harari dá início a uma análise da pós-verdade na contemporaneidade, no capítulo 17 na parte IV do mesmo livro, e em como alguns eventos específicos a impulsionaram. Contudo, o que é interessante observar é que o autor faz uma reflexão histórica e crítica sobre como a espécie humana tem uma íntima ligação com as características da pós-verdade e em como estes vêm condicionando a realidade a narrativas ficcionais, tentando manipular o conhecimento unindo, assim, os indivíduos ao longo da história. O autor afirma que,

Os humanos sempre viveram na era da pós-verdade. O Homo Sapiens é uma espécie da pós-verdade, cujo poder depende de criar ficções e acreditar nelas. Desde a Idade da Pedra, mitos que se auto reforçavam serviram para unir coletivos humanos. Realmente, o Homo Sapiens conquistou esse planeta graças, acima de tudo, à capacidade exclusiva dos humanos de criar e disseminar ficções. Somos os únicos mamíferos capazes de cooperar com vários estranhos porque somente nós somos capazes de inventar narrativas ficcionais, espalhá-las e convencer milhões de outros a acreditar nelas (HARARI, 2018, p. 202).

Seguindo esse mesmo pensamento, o autor continua a discorrer sobre a problemática de como os seres humanos procuram sempre distorcer a realidade e condicionar os fatos para alcançar seus objetivos, pois “embaçar a linha entre ficção e realidade pode servir a muitos propósitos” (HARARI, 2018, p. 209). Entretanto, um ponto a evidenciar é que mesmo

tomando tais atitudes, os Homo Sapiens sempre procuram equilibrar suas narrativas fictícias e mitológicas com a realidade “crua” e uma segurança na obtenção da verdade. Nesse sentido, o autor argumenta destacando que,

A verdade nunca teve papel de destaque na agenda do Homo Sapiens. Muita gente supõe que se uma determinada religião ou ideologia não representa a realidade, cedo ou tarde seus adeptos acabarão descobrindo, porque não serão capazes de competir com rivais mais esclarecidos. Bem, esse é apenas mais um mito reconfortante. Na prática, o poder da cooperação humana depende de um delicado equilíbrio entre a verdade e a ficção (HARARI, 2018, p. 207).

Assim sendo, critérios como racionalidade, análise reflexiva, o pluralismo de ideias e objetivar o progresso da sociedade são características essenciais na busca pelo conhecimento e aproximação com a verdade, e poderíamos facilmente afirmar que a pós-verdade não possui tais características, por não objetivá-las e nem nos aproximar da verdade. Discursos que propagam a pós-verdade não estão preocupados com a obtenção do progresso do conhecimento e livre pensamento pautado na análise dos fatos, pois não têm a própria realidade como parâmetro para obter conhecimento. Assim, não existe conhecimento quando o que se tem por objetivo não é alcançar o próprio conhecimento. Dessa forma, ao investigarmos a realidade e conhecermos os fatos, buscando sempre nos aproximar da verdade, propagando e progredindo o conhecimento, teremos um bom escudo para nos proteger contra a pós-verdade.

Considerações finais

A ignorância por relativizar os fatos (negando-os e narrando parcialmente os acontecimentos), e não aceitar investigar e compreender a realidade (assim como nós é posta na qual podemos analisar, investigar e conhecer), submetendo nossos discursos a uma irracionalidade reveladora de verdades absolutas, conduz os indivíduos a um único caminho, a autodestruição. Os indivíduos quando, além de contemplarem a realidade, buscam conhecê-la criticamente, analisando e buscando o conhecimento pelo próprio conhecimento, e nesse processo progredindo todos os âmbitos sociais, conduz a humanidade não apenas a um mundo melhor, mas a um mundo em que ainda possam existir seres humanos.

Diante disso, e de tudo o que foi exposto no presente texto, nota-se que a sociedade contemporânea está passando por um momento obscuro, onde o conhecimento científico e intelectual está sendo gradativamente deixado de lado por uma parcela da sociedade. Os

benefícios que o raciocínio crítico constituiu junto a ciência, ao longo dos séculos, trouxe um ganho para todas as sociedades, desde os gregos antigos, até os dias de hoje. Benefícios que não ficaram só no campo intelectual e científico acadêmico, mas que foram desenvolvidos para melhorar todos os setores sociais (na política, na educação, na medicina, na astronomia, entre outros). Benefícios estes, que para alguns, estão deixando de ter qualquer valor, por causa de fenômenos como a pós-verdade. Assim, precisamos lutar e sermos fortes não mais apenas por um mundo melhor, mas também para que o que temos não seja destruído ou que regressemos aos tempos de escuridão, imposição, manipulações e mentiras. Devemos buscar esperança em dias melhores naqueles que sempre lutaram pelo conhecimento e buscaram se aproximar da verdade, objetivando o progresso e bem-estar da humanidade.

Referências bibliográfica

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: A nova guerra contra a verdade em tempos de Fake News*. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

HARARI, Yuval Noah. “Pós-verdade: Algumas fake news duram para sempre”. In: HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MURCHO, Desidério. *Verdade. A minha palavra favorita*. Lisboa: Centro Atlântico, 2007.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARIES. *Post-truth adjective – Definition*. Disponível em <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth?q=post-truth>>. Acesso em 9 de set 2020.

POPPER, Karl. *Em busca de um mundo melhor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONHECIMENTO E PÓS-VERDADE

Daniel Christian dos Santos⁵

Resumo

O conhecimento, em tempos de desalento e desesperança, é escondido por alguns e silenciado por tantos na construção da autoverdade. Esse artigo analisa com rigor filosófico aquele que é o maior desafio da filosofia: desconfiar das crenças dos homens e verificar por meio de justificação se o que se apresenta é mera crença ou conhecimento de fato. Nesse artigo, pretende-se argumentar a necessária comparação do que se postula conhecimento com a realidade e como essa relação mostra-se feita com marcadores epistêmicos. Analisar-se-á também a importância de separar a crença enquanto estado mental e a crença enquanto marcador epistêmico que suscita comprovação pela justificação. Será argumentado como tratou-se o problema do conhecimento na modernidade filosófica, buscando argumentar como se pode confundir crença, mero estado mental, com conhecimento. Analisaremos o texto de Kant buscando o racismo epistêmico dele no texto analisado. Far-se-á uma análise da relação conhecimento - crença com o advento da pós-verdade bem como as consequências trazidas por esse novo formato de debate político. Formato que tem fundamento na crença enquanto estado mental e explora os sentimentos dos indivíduos para manipular a verdade e construir aquilo que chamaremos de autoverdade. Faremos a análise dos resultados da pós-verdade no debate político, verificando o uso desse expediente na política e sua colaboração para ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos da América. Por fim, mostraremos como uma das mais antigas teorias de verdade estudada pela filosofia pode contribuir na desconstrução das crenças que se fundamentam na pós-verdade.

Palavras chave: conhecimento, crença, verdade, epistemologia e pós-verdade.

Abstract

Knowledge, in times of dismay and hopelessness, is hidden by some and silenced by so many in the construction of self-truth. This article analyzes with philosophical rigor what is the greatest challenge of philosophy: distrust of the beliefs of men and verifying through justification whether what is presented is mere belief or knowledge of fact. This article aims to argue the necessary comparison of what is postulated knowledge with reality and how this relationship is made with epistemic markers. It will also analyze the importance of separating belief as a mental state and belief as an epistemic marker that raises proof by justification. It will be argued how the problem of knowledge in philosophical modernity was treated, seeking to argue how one can confuse belief, mere mental state, with knowledge. We will analyze Kant's text seeking his epistemic racism in the analyzed text. An analysis of the relationship between knowledge - belief with the advent of post-truth as well as the consequences brought by this new format of political debate will be made. A format that is based on belief as a mental state and explores individuals' feelings to manipulate the truth and build what we will call self-truth. We will analyze the results of the post-truth in the political debate, verifying the use of this expedient in politics and its collaboration for the rise of Jair Bolsonaro in Brazil and Donald Trump in the United States of America. Finally, we will show how one of the oldest theories of truth studied by philosophy can contribute to the deconstruction of beliefs that are based on the post-truth.

Keywords: knowledge, belief, truth, epistemology and post-truth.

⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: danielchristian@gmail.com

Introdução

Por tempos, filósofos das mais diversas escolas e de diferentes linhas filosóficas buscaram definir qual o propósito da filosofia, a exemplo de Sócrates, Platão, Aristóteles, Epíteto, Descartes, Hegel, Husserl, Heidegger etc. Dentre essas definições não há dúvidas que a validação das crenças, concepção do que é conhecimento e adequação dos métodos e critérios que definem o que é o conhecimento, foram algumas das mais importantes funções da filosofia. Pode-se afirmar que, não fosse a epistemologia, ter-se-ia menos certezas do que as poucas que temos no campo do conhecimento.

Nossa análise, neste artigo, visa buscar como o conhecimento pode ser instrumento de ligação da crença com a realidade. Marcadores epistêmicos estudados e discutidos ao longo da história da filosofia são ferramentas úteis para validar crenças e neste texto vamos verificar como isso é possível bem como a importância disso para a segurança e confiabilidade das crenças em relação à realidade. Vamos analisar a crença como estado mental e crença provada por marcadores epistêmicos.

Na primeira parte com o subtítulo “O problema do conhecimento e sua aplicação na modernidade” será abordado também o conhecimento enquanto problema filosófico e, minimamente da forma que for possível neste artigo, vamos argumentar as bases desse problema. Para tanto vamos focar no conhecimento proposicional que é o que nos interessa na argumentação que pretendemos engendrar em nossa perscruta. A definição clássica de conhecimento proposicional será nosso ponto de partida para argumentação que se seguirá adiante.

Para exemplificar o uso apropriado dos marcadores epistêmicos, ainda na primeira parte da argumentação, traremos como exemplo a argumentação engendada por Kant em seu ensaio sobre estética “Observações Sobre o Belo e o Sublime”. Com a proposição e comparação do trecho estudado desse ensaio do filósofo prussiano, pretende-se mostrar que, inclusive um filósofo competente, pode ‘perder-se’ na argumentação e incorrer no erro de atribuir verdade e status de conhecimento validado epistemologicamente a uma crença forte, comum e popular a pessoas de seu tempo e que o próprio filósofo acredita. Vamos discutir as falhas na argumentação de Kant quando ele destaca diferenças entre brancos e negros: “*Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores.*” (KANT, 1993. p. 114). Destacaremos o erro racista dessa proposição demonstrando a falha na argumentação de Kant.

Com o título “Relação conhecimento e crença na pós-verdade” iniciamos a argumentação da relação conhecimento e crenças fazendo uso de uma citação do filósofo estoico Epicteto. Escolhemos a citação deste filósofo para enfatizar o sentido de desconfiança que o filósofo deve ter em relação a mera crença. Assim, é com esse propósito que pretendemos argumentar a relação crença – conhecimento, contextualizada com a discussão de um problema que afeta as relações no mundo contemporâneo: a pós-verdade.

Nesse caminho argumentativo, buscou-se alertar para o risco de partir de proposições que se desenham na pós-verdade. Para tanto, apresentamos a posição de Martin Heidegger, um teórico do conhecimento reconhecido, em seu alinhamento e adesão ao nazismo. Com essa argumentação queremos reforçar que mesmo os mais experimentados epistemologicamente estão sujeitos a aderirem causas clássicas da pós-verdade como foi o caso do nazifascismo.

Buscamos também referência em Frantz Fanon para tratar do humanismo deficitário que se argumentava na modernidade filosófica. O argumento foi no sentido de que esses deslizamentos epistêmicos de Heidegger e Kant (por extensão de Hume, dado o trecho que referenciamos) foram a serviço de uma ideologia que nada tinha a ver com conhecimento. Mesmo assim, todo o peso teórico desses importantes filósofos foi empregado em prol dessas teorias políticas e econômicas que se pautaram em teses de pós-verdade para se fazerem aceitas. Também entendemos importante trazer a relevância de situar no campo epistêmico a separação da crença enquanto estado mental e ela discutida em grau epistêmico.

Mediante a atualidade e discussão que efetuamos do conceito de pós-verdade nessa argumentação, definimos minimamente o conceito com base nas observações de Timothy Snyder sobre o fenômeno da pós-verdade e suas implicações na contemporaneidade. Dentro da perspectiva do historiador estadunidense, buscamos referenciar o discurso político contemporâneo adotado por Donald Trump nos Estados Unidos da América e de Jair Messias Bolsonaro no Brasil. A ideia é demonstrar o perigo da filiação política ao discurso da pós-verdade e algumas consequências disso no debate público, que tem por pressupostos a crença em estado mental que apela ao sentimento das pessoas nem que para isso tenha que sacrificar a verdade. Faremos também uma breve reflexão dos motivos de perseguição do atual governo brasileiro a filosofia em particular, bem como os ataques de Bolsonaro a esse campo do conhecimento, sempre verificando sua relação com o debate epistemológico.

Por último, traremos uma definição de verdade segundo a teoria de verdade como correspondência. Nessa proposição pretendemos fazer frente ao discurso da pós-verdade

pondo a prova a proposição de Donald Trump sobre um problema que nos afeta na atualidade: a pandemia do covid-19.

O problema do conhecimento e sua aplicação na modernidade

A vida humana, desde muito tempo, deixou de se guiar exclusivamente pela intuição e instinto. Sabemos que o homem deixou de ser nômade, dominou a técnica da agricultura e se estabeleceu em lugares de sua escolha. As escolhas humanas por lugares onde se estabelecer, técnicas agrícolas viáveis, técnicas de segurança do grupo social etc., foram pautadas por observações que levaram a crenças que, eventualmente, foram justificadas provando ser a melhor opção. Portanto, desde que o homem passou a usar sistemas, técnicas etc., ele passou a fazer uso do conhecimento e o problema que se impõe é saber como determinar, em bases objetivas e método claro, sobre o que é conhecimento de fato.

O problema do conhecimento na história da filosofia, jamais deixou de ser abordado e, ao que tudo indica, não está plenamente resolvido. Primeiro ponto que nos leva a esta afirmação é que, por mais que fora abordado por diferentes escolas filosóficas, em diferentes épocas, não há consensos nem entre os pesquisadores da teoria do conhecimento, sobre a definição última e acabada quanto ao questionamento: o que é conhecimento? Dito isto, será que há algo nesse campo da filosofia que nos permita caminhar por estradas menos sinuosas? Vamos nos debruçar sobre esse problema em nossa argumentação.

Nesse caso, se queremos argumentar sobre teorias mais aceitáveis e hipóteses menos prováveis do diálogo epistemológico, devemos ter em perspectiva como se constrói a ideia de conhecimento e isso passa por entender as teorias que pretendemos nos filiar nesta argumentação. O método de aferir conhecimento proposicional que parte de uma crença é a chave de nossa perscruta, deixá-lo claro será nossa busca durante nossa argumentação. Para tanto, far-se-á necessário ter claros os métodos para se comprovar o conhecimento que adotaremos como paradigma, além disso, ter bem delineado os exemplos dos quais faremos uso para obter as respostas as nossas indagações quanto ao problema do conhecimento. Para avançar na definição do conhecimento usaremos como paradigma a definição clássica de conhecimento proposicional onde temos que “S conhece p se e só se S acredita, justificadamente, que p é verdadeiro” (cf. SAAB, 2013, p. 67). Essa definição nos dá uma primeira noção de como podemos entender o conhecimento.

O conhecimento é um problema que, até entre os filósofos mais capazes, podemos encontrar equívocos na aplicação ou construção de argumentos, inclusive quando trata de

discussões próprias da filosofia. Se tomar como exemplo Emanuel Kant, filósofo de incontestável importância para a filosofia ocidental, com várias obras listadas entre os “cânones” filosóficos do ocidente (inclusive no campo da epistemologia) incorreu em flagrante “imprecisão” ao discutir um tema político e humanitário. Kant contradiz sua própria argumentação na *Crítica da Razão Prática* ao formular a argumentação desenvolvida no ensaio “Observações sobre o sentimento do belo e do sublime” conforme segue:

“Os negros da África, por natureza, não têm nenhum sentimento que se eleve acima do pueril. O senhor Hume desafia quem quer que seja a citar um único exemplo de um negro demonstrando talento e afirma que dentre as centenas de milhares de negros que são transportados de seus países para outros, mesmo dentre um grande número deles que foram libertados, ele nunca encontrou um só que, seja em arte, seja nas ciências, ou em qualquer outra louvável qualidade, tenha tido um papel importante, enquanto que dentre os brancos, constantemente ele constata que, mesmo se nascidos das camadas mais baixas do povo, estes sempre se elevam socialmente, graças a seus dons superiores, merecendo a consideração de todos. Tanta é a diferença essencial entre estas duas raças; ela parece também tão grande no que concerne às capacidades quanto segundo a cor. A religião fetichista, largamente difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria que se enraíza tanto na puerilidade quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, um chifre de uma vaca, um búzio, ou qualquer outra coisa ordinária, desde o instante em que esta coisa seja consagrada por certas palavras, é um objeto de veneração e invocada em juramentos. Os negros são muito vaidosos, mas à maneira negra, e tão tagarelas que é preciso dispersá-los a golpes de porrete” (KANT, 1993, p. 114).

Ora, na afirmação de Kant, podem ser apontadas várias falsidades que alicerçam sua argumentação, vamos nos ater a apenas uma. A falsidade que analisaremos diz respeito a determinação da existência de uma diferença “essencial” entre negros e brancos e determinação daquilo que é de ‘natureza do negro’ aqui interpretado como “essência do negro”. Ora, para ele há uma essência comum a todos os humanos classificados como negros que é diferente da essência de todos os humanos classificados como brancos. Por si a classificação “negro” feita pelo filósofo prussiano é inconsistente, o que são negros para Kant? Somente os que foram sequestrados e forçados a escravização e os que ficaram em África? E quanto a outros que também são pretos como os da África também estão inclusos nessa classificação? O que define essa categoria é local de nascimento e cor de pele? Com que precisão Kant trata da “natureza dos negros africanos” sem ter estado em África para comprovar? A filosofia de Hume bastava para tal? Há problemas na classificação de Kant.

Além disso, se há uma essência do negro africano que é diferente e inferior à do branco, porque temos tão variadas culturas, variados destinos, variados modos de viver e de pensar na África Negra? Se essa essência é pueril como afirma o filósofo, porque tivemos

tantos escritores negros a exemplo de Cruz e Souza⁶ e Machado de Assis⁷ no Brasil, W. E. B. Du Bois⁸ e Frederick Douglass⁹ nos Estados Unidos, Zera Yacob¹⁰ na Etiópia (este último, segundo estudos de Claude Sumner¹¹, precedeu o próprio Kant na concepção e desenvolvimento de ideias iluministas)? Vale pontuar que os três primeiros exemplos eram descendentes de pessoas escravizadas sequestradas na África e trazidas para as Américas. Frente ao exposto cabe um questionamento: Kant pauta-se na realidade, ou seja, ele analisa com rigor científico aos que classifica “negros” para que chegasse a essa “essência - natureza do negro africano”? Além disso, essa análise cobre todo o universo daqueles que ele classifica “negros”?

Respostas para esses questionamentos podem ser comprovadas com perscruta cuidadosa. Fazendo uma análise epistemológica podemos avaliar a afirmação “há uma *essência negra*”, a conclusão que chegaríamos aplicando o princípio de crença verdadeira justificada é que a proposição é falsa. Conforme provou-se anteriormente, Kant não a investigou suficientemente, isto é, não foi possível a Kant em vida investigar todas as características daqueles que ele definiu negro – não seria possível a nenhum ser humano da época por mais hábil e dedicado que fosse fazê-lo.

A prova disso é que se perscrutamos a categoria “essência” a luz da fenomenologia temos que, segundo a análise hermenêutica de Abbagnano (2007), o estudo de Husserl caracteriza ‘essência’ como o que se encontra no ‘*ser próprio*’ de cada indivíduo, nas palavras de Husserl seu *quid*¹². Ora, por essa análise não é possível afirmar a existência de uma “essência negra” pois, ela teria que ser comum a todos os indivíduos que Kant designa “negro”. Pode-se, portanto, concluir que a crença de Kant em uma “essência negra” diferente de uma “essência branca”, por mais forte e comum que seja a grande parte de europeus de seu tempo, é falsa e tem sua base na visão de um senso comum predominante em seu tempo qual seja: racista, euro-centrado e provinciano.

6 Poeta catarinense nascido em 1861 morto em 1898. Introduziu a estética simbolista em nossas letras, descendente de pai e mãe escravizados, *categorizado* como “negro”. Produziu as mais importantes obras dessa estética literária: *Broquéis, Farol, Evocações* etc.

7 Considerado por muitos o maior escritor brasileiro, fundador da Academia Brasileira de Letras.

8 Sociólogo estadunidense.

9 Foi um abolicionista, estadista e escritor estadunidense.

10 Filósofo etíope; viveu de 1599 a 1692.

11 Filósofo canadense. Ficou conhecido por seu trabalho sobre filosofia etíope e, em particular, por apresentar os filósofos Zera Yacob e Walda Heywat ao mundo de língua inglesa.

12 O ‘*quid*’ aqui é classificado como o ‘*que*’ de cada indivíduo, um ‘*que*’ que gramaticalmente pode ser definido como um pronome relativo e tem essa função quando se verifica a essência do indivíduo, isto é, relativo a ele.

A definição clássica de conhecimento proposicional que segue o esquema “C = Cr., V, J” (Conhecimento é crença verdadeira e justificada) pode ser uma forma eficaz na busca da classificação do conhecimento proposicional desde que a justificação seja fundamentada na realidade, no tempo e na história. Quando partimos da crença para buscar uma justificação que a defina conhecimento, todos os pressupostos que a coloque em contato com a realidade devem ser comprovados. Por exemplo, a crença na ‘abertura do mar vermelho’ por Moisés (Bíblia, Êxodo 14-16) carece de elementos históricos que a comprovem como um evento fatídico, isto é, conhecimento válido. Se não forem encontradas provas reais que afirmem a ocorrência de tal evento ele continuará sendo crença, um estado mental de fé. Esta última pode prescindir de comprovação como afirmou o Apóstolo Paulo em sua carta aos Hebreus: “*Ora, a fé é a certeza de coisas que se esperam, e a convicção de fatos que se não veem*” (BÍBLIA, Hebreus 11-1). A fé, como afirma Paulo de Tarso, é ‘firme fundamento’, representação idealizada de verdade que não corresponde à realidade.

Mesmo os filósofos mais experimentados, inclusive epistemologicamente como é o caso de Immanuel Kant, podem incorrer em erro proposicional que invalidem sua proposição como conhecimento. Além disso, não raro podemos encontrar proposições falaciosas que buscam a *autoverdade* em uma dessas crenças fortes, de ampla adesão. Como vimos, não poderemos creditar verdade a este ‘estímulo de popularidade de uma proposição’ de modo que, incorrer no erro de pautar-se em uma verdade construída é o menor dos problemas. Tivemos consequências sérias na ‘verdade’ afirmada por Kant no trecho que trabalhamos, ela trouxe como resultado a força auxiliar do peso da opinião, de um importante filósofo, favorável a colonização, a escravização dos corpos negros, a objetificação de seres humanos.

Relação conhecimento e crença na pós-verdade

Para Epicteto a filosofia tem uma origem que é a tomada de consciência da existência do conflito entre crença e a necessidade de investigar a sua correção. Para o filósofo estoico sempre haverá desconfiança quanto a mera crença conforme segue:

“Esta é a origem da filosofia: a tomada de consciência que existe um conflito entre as crenças dos homens, e a procura da fonte de tal conflito, acompanhada por uma atitude de desconfiança em relação a mera crença. Também a necessidade de investigar cada crença para ver se é correta, e da necessidade de se descobrir um certo padrão de juízo, comparado a balança que inventamos para determinar pesos, ou a régua, para linhas retas e tortas” (EPICTETO, *Circa* 100).

Não é diferente a atitude dos homens contemporâneos frente às questões de crença que permeiam a realidade de nosso tempo, contudo, observamos uma mudança de rumos quanto a crença e o que é o conhecimento. Na atualidade podemos observar um acirramento pelo controle sobre o discurso da verdade, como se ela pudesse ser construída a partir de pressupostos que agradem os grupos de crédulos. Com isso, o que se observa é uma busca constante pela ‘falsificação’ de conhecimentos comprovados e construção de uma *auto verdade* do grupo que controla o discurso.

Ora não se pode afirmar que em tempos passados, a razão e a procura da verdade fora rigorosamente buscada pelo homem ocidental, um exemplo de falsidade proposicional está na análise anterior que fizemos do texto de Kant, a humanidade nunca esteve livre da crença sem desconfiança, acatada de imediato como conhecimento. Mesmo sem ingenuidade quanto ao desejo de acessar os processos de busca por conhecimento, o que se pode afirmar é que a busca pelo conhecimento foi genuína em vários momentos da história da filosofia, por exemplo, mesmo que tenha cometido a perfídia do racismo e da ficção da raça, Kant foi um competente teórico do conhecimento.

Com isso queremos afirmar que o risco de se apegar a crenças que nos agradam, sem passá-las pelos crivos mínimos de justificação é real e não é exclusividade de nossos tempos. Podemos buscar mais um exemplo na história da filosofia. Martin Heidegger, competente teórico do conhecimento, teve sua marca no século XX no que se refere a este campo da filosofia, no entanto, o mesmo século que testemunhou as colaborações que Heidegger trouxe para a filosofia, também pôde assisti-lo filiar-se a mais uma monstruosidade cometida pelo homem branco europeu: o nazismo. O filósofo alemão solenemente proclama: “Hitler desperta nosso povo” conforme segue trecho de uma carta enviada a seu irmão menor Fritz:

“Caro Fritz, parece que a Alemanha despertou, compreendeu seu destino. Gostaria que lesse o livro de Hitler, fraco nos capítulos iniciais autobiográficos. Já ninguém mais pode negar que este homem possui, e sempre possuiu, um seguro instinto político, quando todos nós ainda estávamos obnubilados. O movimento nacional-socialista crescerá no futuro, com novas forças adicionais. Já não se trata da mesquinha política de partido – trata-se antes a salvação ou do ocaso da Europa e da cultura ocidental”¹³.

Ora, citamos dois competentes teóricos do conhecimento que se filiaram a noções controversas de política, ligadas ao extermínio de seres humanos, o que nos remete ao seguinte questionamento: se estes filósofos aplicassem suas teorias a suas crenças teriam

13 IHU, 2016. Cf. As cartas trocadas entre Martin Heidegger e seu irmão menor Fritz. As cartas analisadas vão do período de 1930 a 1949.

evitado participar no crime contra a humanidade que ajudaram a perpetrar? Talvez, essa resposta requeira um desenvolvimento mais aprofundado que não teremos tempo de proceder.

O que podemos afirmar com certeza é que Kant emprestou seu prestígio para servir ao escravismo e sequestro de seres humanos e que Martin Heidegger tenha apoiado um regime igualmente atroz e genocida. Para esta afirmação encontramos em Frantz Fanon¹⁴ um posicionamento interessante quando ele escreve:

[...] quando um antilhano diplomado em filosofia decide não concorrer para ser admitido como professor por causa de sua cor, dou como desculpa que a filosofia nunca salvou ninguém. Quando um outro tenta obstinadamente me provar que os negros são tão inteligentes quanto os brancos, digo: a inteligência também nunca salvou ninguém, pois se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio (FANON, 2008, p. 42-43).

No que foi dito por Fanon podemos usar para fortalecer a argumentação de que a teoria do conhecimento que prescindia de um humanismo real, pode nos levar aos desastres que destacamos. O humanismo, que segundo Abbagnano (2007), constitui a origem da cultura moderna, não dá conta de toda a humanidade, pelo menos o que se entende por humanidade na contemporaneidade. Baseando-se na escrita de Fanon pode-se fazer um paralelo com a ideia de que o humanismo, da modernidade filosófica, não salvou ninguém que ele não considerasse humano – negros, índios etc. – apenas serviu para decidir o extermínio em diferentes ocasiões daqueles considerados menos humanos.

A crença é um estado mental ‘através do qual afirmamos a verdade ou a realidade de uma coisa’ que, se não foi colocada a prova, tem sua validade epistemológica questionável. Temos crenças diversas e elas nos direcionam em nossas ações, o que não quer dizer que são corretas e verdadeiras. Pensemos que o fato de Kant acreditar com forte convicção que negros são essencialmente inferiores a brancos a ponto de afirmar que “[...] *Tanta é a diferença essencial entre estas duas raças; ela parece também tão grande no que concerne às capacidades quanto segundo a cor*” (KANT, 1993, p. 114).

Se a filosofia busca analisar criticamente as crenças, não é razoável admitir que uma crença possa ser proclamada como conhecimento pela força de adesão e popularidade junto à opinião pública. Ora por mais que houvesse na época de Kant e Heidegger uma grande

14 Frantz Fanon foi psiquiatra, filósofo e importante ensaísta marxista. Francês da Martinica (América Central) de ascendência francesa e africana. Fanon fez uma discussão muito importante do movimento de libertação da África e as consequências psicológicas do racismo colonialismo tanto para o colonizador quanto para o colonizado. Fanon atuou na Frente de Libertação Nacional Argelina como um de seus intelectuais orgânicos. Entre suas principais obras estão *Pele Negra Máscaras Brancas e Os Condenados da Terra*.

parcela de europeus que acreditavam na afirmação do prussiano, bem como outros tantos na afirmação do filósofo alemão, sabemos, conforme argumentamos, que a afirmação de Kant é falsa pois, existem argumentos científicos e provas empíricas contundentes que podem refutar essa crença, sendo que o mesmo podemos dizer da posição de Heidegger (à luz da história e da ciência). Ou ainda, se um sujeito acredita que o Covid-19 acomete o infectado as mesmas convalências de uma gripe comum, não muda o fato que milhares de pessoas morreram após contraírem o vírus. Portanto, nossa crença por mais forte e convicta que seja carece de análise crítica para que seja comprovada, só assim podemos afirmar tratar-se de conhecimento.

A crença é uma representação mental de estado exterior susceptível de ser verdadeira ou falsa, presença certa na mente humana, ela vai se acumulando ao longo de nossa existência. Algumas delas perdem sentido, seja por terem sido testadas ou por terem sido substituídas, o fato é que ao longo da existência humana, as crenças norteiam as ações do indivíduo por consequência podem ser determinante para seu destino e se imaginarmos uma escala maior pode ser determinante para o destino de um país, por fim da humanidade.

Desse modo no fenômeno nomeado pós-verdade temos na crença uma forte base – quando não a única – para argumentação. Quando temos afirmação de uma ministra de estado do tipo “*a ‘igreja’ perdeu espaço nas escolas para a ciência*” (Istoé, 2019; destaque nosso) podemos afirmar que o fenômeno da pós-verdade avança de forma orgânica em várias esferas de poder no Brasil e no ano de concepção deste texto temos isso muito claro.

Para além desse fenômeno que se fortalece na contemporaneidade é preciso pontuar que as instituições de ensino após séculos de embate com as questões de fé, tinha alcançado uma relativa laicidade e liberdade de cátedra. Podemos dizer que o fenômeno da pós-verdade – que mostra parâmetros similares ao que encontramos no texto de Kant anteriormente discutido – avança sob o marco racional crítico, que historicamente teve a comprovação epistêmica no trabalho de filósofos como Karl Popper, Blaise Pascal e René Descartes; de cientistas como Galileu, Copérnico e Newton. O risco que se corre na contemporaneidade, é o de ter conhecimentos comprovados, que passaram por um exame crítico, substituídos por esse estado de crença coletiva que é motivada pelas emoções e proclamada como verdade sob o pretexto de liberdade de opinião.

O fenômeno da pós-verdade tem sido um importante instrumento de luta política na contemporaneidade. A julgar pelas eleições de Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos

Estados Unidos, vemos uma importante mudança na relação da política com a verdade. Snyder traz a seguinte interpretação do fenômeno:

“Estamos preocupados com o que chamamos de ‘pós verdade’ e tendemos a pensar que o desprezo pelos fatos cotidianos e a construção de realidades alternativas sejam algo novo ou pós-moderno. Contudo, há pouca coisa aqui que George Orwell não tenha captado há sete décadas com sua ideia de ‘duplipensar’. Dentro dessa filosofia, a pós-verdade restaura precisamente a postura fascista em relação à verdade” (SNYDER, 2017. p. 68-69).

Quanto ao uso da pós-verdade como fenômeno político, entendemos que não há mais uma preocupação de retomada de uma postura fascista. Isso é observado no posicionamento de políticos que se elegeram sob esta plataforma, por exemplo, quando o Presidente do Brasil diz que a pandemia de covid-19 não passa de uma “gripezinha ou um resfriadinho” (Folha de São Paulo, 2020) há uma clara opção por negar a realidade. Há uma semelhança entre as falas quando Donald Trump diz que seria bom injetar desinfetante nos doentes para uma “limpeza interna” (G1, 2020) contra o coronavírus. Podemos observar em ambas as falas, um esforço de ressignificar a realidade com objetivo de criar uma verdade própria, Bolsonaro nega a pandemia, enquanto Trump busca alternativa inviável cientificamente. Em ambos os casos, o que se pretende é o compromisso irracional dos seguidores, o que menos importa nesses casos é a verificação da crença, sua comparação com a realidade.

Sabemos que existem argumentos diferentes quanto às formas de justificação das crenças para que estas se tornem conhecimento e os delimitadores epistêmicos por vezes é objeto de contenda entre filósofos. Mas uma coisa pode-se ter por certa: uma crença por mais que seja convicta, tradicional e forte jamais poderá ser justificada somente por estas características ou extensão da rede de convictos. É necessário que se justifique uma crença para que esta torne-se conhecimento. Nos exemplos anteriores, tanto Bolsonaro quando Trump querem invalidar qualquer possibilidade de verificação de suas proposições, fazem isso chamando seus seguidores a atacar os que argumentam em contrário por se tratarem de esquerdistas ou comunistas.

Sabe-se que a crença pode ser doxástica bem como adquirida por meio cognitivo, sentidos, experiências etc. Nesse contexto entendemos que todo ser humano capaz de julgar os sentidos, desenvolver uma ação cognitiva, refletir e ‘opinar’; pode ser considerado portador de várias crenças. A crença é situada na mente que acredita. Portanto, a crença acompanha nossa ação, às vezes até a determina, na medida em que agimos, pois, somos impulsionados

pelo desejo de um resultado ou para impedir que esses resultados aconteçam e, nesse sentido, a crença leva a reflexão para determinação de nossas atitudes.

Se a crença é a impulsionadora da ação humana porque pô-la a prova se o humano continua a agir, tal qual sempre o fez, de acordo com suas crenças? E qual seria o benefício da prova de verdade dentro de um método que comporte valores epistêmicos comprovadamente válidos? Esses questionamentos são respondidos de diferentes formas na epistemologia e os argumentos são os mais variados ao longo da história da filosofia. Contudo, a filosofia nunca deixou de ser ciência investigativa com uma forte tendência crítica, não se pode esperar da filosofia passividade frente a qualquer crença verificável por meios epistêmicos válidos, que tenha por objetivo a comprovação de verdade de uma crença.

Talvez essa análise crítica empregada pela filosofia, no que se refere às crenças, seja a explicação mais convincente para dar conta da perseguição à filosofia empreendida por parte de governos eleitos usando métodos da pós-verdade, notadamente o caso brasileiro conforme declaração que segue:

“Os cursos de filosofia e sociologia estão na alça de mira da presidência da República. Na manhã de sexta-feira (26), no twitter, o Bolsonaro declarou que o MEC ‘estuda descentralizar investimento (SIC) em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)’. Na rede social, o presidente fez duas publicações em referência ao conteúdo dito durante a live semanal, no dia anterior.

Para Bolsonaro, esses cursos de humanas oferecidos pelas universidades públicas seriam um desrespeito com ‘o dinheiro do contribuinte’. No twitter, o presidente escreveu: ‘A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício’.

Na transmissão semanal, Bolsonaro estava acompanhando de Abraham Weintraub, atual ministro da Educação. O chefe do MEC já havia criticado o ensino de filosofia nas universidades públicas, desta vez, ele disse: ‘Pode estudar filosofia? Pode. Com dinheiro próprio’. Na declaração, Weintraub fez uma comparação com o Japão. Segundo ele, no país oriental, cursos como de filosofia são ‘para uma pessoa que já é muito rica ou de elite’” (ANDES, 2019).

A crença enquanto uma representação mental é assim classificada por não ter uma análise epistêmica que a valide como conhecimento. Assim, alguma crença é potencial fonte de conhecimento até que seja testada de alguma forma que a coloque a prova e possibilite uma coerência com a realidade para só então sugerir-se sua validade. Dessa forma, podemos admitir que a crença enquanto representação mental pode ou não figurar no campo do conhecimento. Contudo, a crença da pós-verdade não pretende ser provada por marcadores epistêmicos, uma vez que ela parte para a manipulação dos sentimentos para criar a “verdade mais agradável”.

Em filosofia entende-se a necessidade de conceituar a verdade de maneira mais concreta, investigando premissas que permitam ligar o analisado, no nosso caso a proposição com a realidade. O fato é que para entender a categoria conhecimento temos que nos debruçar sobre a verdade. Então precisamos de um conceito que nos auxilie em nossa investigação e que responda: como podemos definir a verdade? A que propósito servirá a verdade? Como aplicá-la às crenças? Quanto à definição da verdade pode-se encontrar diferentes teorias de verdade e há um ponto que podemos considerar comum entre a maioria dos filósofos: a filosofia é a busca da verdade.

Para iniciar uma definição pode-se afirmar que a verdade é aquilo que está ‘conforme a realidade’ sentido semântico etimológico tirado do dicionário, entretanto, há o temor que esse conceito não seja suficiente para definir e conceituar a verdade. Tem-se o problema levantado pela palavra ‘conformidade’ isso sem falar no ‘real’ que filosoficamente tem acepções variadas. Contudo, não há dúvidas que a definição etimológica pode traçar caminhos que auxilie na busca pelo conceito de verdade.

Em Abbagnano (2007) encontramos algumas teorias de verdade. A que elegemos foi a teoria da verdade como correspondência. Então, cumpre-nos agora a definição de verdade segundo a teoria da verdade como correspondência. Segundo Abbagnano (2007), foi pressuposto por muitas escolas pré-socráticas sendo Platão o primeiro a formulá-la formalmente. Ele pautou a verdade no discurso desenvolvendo a seguinte proposição; *“Verdadeiro é o discurso que diz as coisas como são; falso é o que diz as coisas como não são”* (ABBAGNANO, 2007. p. 994).

O discurso, portanto, era passível de provação de verdade segundo Platão. Para Aristóteles que dentro do pressuposto de verdade como correspondência dizia “Negar aquilo que é e afirmar aquilo que não é, é falso, enquanto afirmar o que é e negar o que não é, é a verdade” (ABBAGNANO, 2007. p. 994). Para Aristóteles a verdade estava no pensamento e na linguagem ao mesmo tempo e a medida da verdade é o ser e a coisa. Neste caso, Aristóteles afirma o que é a verdade e onde ela se situa. Portanto, tanto para Aristóteles quanto para Platão verdade e critério de verdade são coincidentes.

Em ambas concepções tanto de Platão quanto de Aristóteles é possível analisar a crença da pós-verdade colocando-a em análise. Se Trump afirma que seria interessante injetar desinfetante em pessoas para curar a covid-19 ele está afirmando ser verdade aquilo que não é (essa ação não curaria as pessoas, pelo contrário as matariam). Essa análise simples poderia tirar as pessoas do entorpecimento dessa falsa crença. Para quem analisa é elementar,

contudo, vimos que o fenômeno da pós-verdade usa a crença para reforçar os sentimentos das pessoas, o que as compromete em analisá-las.

Considerações finais

Diante da argumentação aqui estabelecida, podemos entender que mesmo que não haja consensos no que se refere ao debate sobre o conhecimento, pode-se afirmar que há ao menos um caminho mais seguro para buscar o conhecimento. Um desses caminhos que apontamos em nossa argumentação parte da definição clássica de conhecimento proposicional a saber: conhecimento é crença verdadeira e justificada.

Ainda assim, conforme argumentamos, os marcadores epistêmicos podem ser suprimidos mesmo na argumentação de filósofos experimentados como Kant. Dada essa possibilidade, entendemos que a vigilância epistemológica das crenças que se propagam e são comuns em determinadas épocas devem ser verificadas, até mesmo quando a proposição parte de filósofos com vasta contribuição para os estudos epistêmicos, como é o caso de Kant. Neste ponto é importante destacar que é muito relevante que as crenças, que figuram no debate público, sejam provadas quanto a sua validade epistêmica.

A exposição que trata da relação das crenças e conhecimento, no debate contemporâneo da pós-verdade, provou que é possível livrar-nos das armadilhas da verdade fabricada sob medida. A atitude epistêmica de desconfiar da crença dos homens, conforme bem tratou Epicteto, é uma ação que se faz muito presente na discussão filosófica. A ação crítica frente às crenças, possibilita a análise e impede as armadilhas contemporâneas, que nos levaram novamente a esta encruzilhada civilizatória que nos deparamos – Trump, Bolsonaro etc. – observada também, no primeiro quarto do século XX. Vislumbramos em um horizonte não muito distante, a força de ideias fascistas que povoam o debate político e pensamento de uma massa cada vez mais volumosa, fermentadas pelo advento dos algoritmos e manipulação dos sentimentos em escala jamais vista pela humanidade. A desconfiança filosófica é necessária como instrumento de combate a essas ameaças.

A não observância dessa desconfiança na crença dos homens, mostrou-se problemática no passado, com a anuência por parte de filósofos importantes a crimes enormes cometidos contra a humanidade. O sequestro de pessoas na África, a escravização de seres humanos e a desumanização do europeu e do escravizado foram as causas mais urgentes que a falta de

aferição das crenças nos legou. O risco de repetir este feito na contemporaneidade se faz premente e, ao nosso ver, a solução passa por método comum que deveria ser aplicado na modernidade filosófica e na contemporaneidade: desconfiar das crenças e busca de validação delas usando marcadores epistêmicos.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BÍBLIA, A. T. “Êxodo”. In: BÍBLIA. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução: José Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 50.
- BÍBLIA, N. T. “Hebreus”. In: BÍBLIA. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução: José Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 184.
- EPICTETO, circa 100, Discursos, Livro II, Cap. 11, § 13-25.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- GALLO, Silvio. *Filosofia: experiência do pensamento*. Volume único / Silvio Gallo 1ª edição. São Paulo: Scipione, 2013.
- IHU, 2016, “Hitler desperta nosso povo”. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 18 de outubro de 2016. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/561279-o-nazismo-segundo-heidegger-hitler-desperta-nosso-povo. Acesso em 19 de setembro de 2020.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Ensaio. Campinas: Papirus, 1993.
- PETER, Michael et al. (eds.), 2018, “Post-truth, Fake News: Viral Modernity and Higher Education”, Springer, Singapore, 4-12.
- SAAB, Sandra, 2013, “La creencia”. In: L. Villoro (ed.), *El conocimiento*. Trotta, Madrid, 63-87.
- SNYDER, Timothy. “Acredite na verdade”. In: *Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente*. Tradução: Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. cap. 10, p. 63-69.
- SUMNER, Claude. *Classical Ethiopian Philosophy*. Addis Ababa, Ethiopia: Commercial Print, 1985.
- EM VIDEOS Damaris Alves diz que igreja perdeu espaço para ciência nas escolas. *Istoé*, 10 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/em-video-damara-alves-diz-que-igreja-perdeu-espaco-para-a-ciencia-nas-escolas/>. Acesso em 19 de setembro de 2020.
- DE ‘GRIPIZINHA’ a pacto, compare pronunciamentos de Bolsonaro na crise do coronavírus. Folha de São Paulo, São Paulo, 8 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/de-gripezinha-a-pedido-por-uniao-compare-os-pronunciamentos-de-bolsonaro-na-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em 19 de setembro de 2020.

TRUMP fala em injeção de desinfetante contra coronavírus e médico rebate: ‘irresponsável e perigoso’, G1, Rio de Janeiro, 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/24/trump-fala-em-injecao-de-desinfetante-contracoronavirus-e-medico-rebate-irresponsavel-e-perigoso.ghtml>. Acesso em 19 de setembro de 2020.

A COMPAIXÃO NA ERA DA PÓS-VERDADE: qual audiência política nos espera?

Uílder do Espírito Santo Celestino¹⁵

Resumo

O presente artigo divide-se em dois momentos, o primeiro deles correspondendo ao diálogo que promovemos com as ideias dos autores Matthew D’Ancona (2018), Jason Stanley (2020) e Lee McIntyre (2018), interessados na “era da pós-verdade”. No segundo momento, abordamos as temáticas dos direitos humanos e da compaixão em suas tensões conceituais, para refletir como todos estes temas impactam na audiência política a ser constituída em torno da crise de refugiados, anunciada para ocorrer em grandes proporções em decorrência de questões geopolíticas, pandemias, crises ambientais e climáticas globais. Por fim, integra o tema dos direitos humanos ao da compaixão no contexto da “era da pós-verdade”, envolvendo maiores complexificações que deixam indefinições sobre compaixão igualitária, compaixão restritiva, manutenção de imposições de direitos humanos como neocolonização, investimentos no projeto fundacional contra-hegemônico de tais direitos, pluralismo com traduções interculturais, divulgação de *fake news*, de pós-verdades como irrealidades e velhas mentiras fascistas.

Palavras-chave: pós-verdade; fascismo; compaixão; direitos humanos; refugiados.

Abstract

This article is divided into two moments, the first of which corresponds to the dialogue we promote with the ideas of the authors Matthew D’Ancona (2018), Jason Stanley (2020) and Lee McIntyre (2018), interested in the “post-truth age”. In the second moment, we will approach the themes of human rights and compassion based on the conceptual tensions and then reflect on how all these issues impact the political audience to be constituted around the refugee crisis, announced to occur in large proportions due to geopolitical issues, pandemics, environmental crises and global climate change. Finally, it integrates the theme of human rights with that of compassion in the context of the “post-truth age”, involving greater complexifications that leave vagueness about egalitarian compassion, restrictive compassion, maintenance of human rights impositions such as neo-colonization, investments in the foundational project against hegemonic of such rights, pluralism with intercultural translations, dissemination of fake news, post-truths like unrealities and old fascist lies.

Keywords: post-truth; fascism; compassion; human rights; refugees.

Introdução

Parte do título deste artigo inspira-se em capítulos do livro “Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*” de autoria do jornalista inglês Matthew D’Ancona. Por três ocasiões, a obra caracterizou o momento que estamos enfrentando, de controvérsias com a verdade que se estabeleceu entre nós mediante um novo tipo de audiência política iniciada nos Estados Unidos e Reino Unido, mas também presentes na Rússia,

¹⁵ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: uilder.celestino@gmail.com.

empregando o termo “era”. Segundo Matthew D’Ancona, as ocorrências políticas de Trump e do Brexit contribuíram para inaugurar essa “era da pós-verdade” no Ocidente. Talvez não seja possível, nesta quadra histórica e neste artigo, responder categoricamente se houve ou não, um exagero com relação à opção do termo “era”, que nos soa incômodo, já que supõe uma permanência e uma continuidade, numa vasta extensão de tempo, com características específicas, definidoras e diferenciadoras de alguma outra “era” anterior, quando as verdades e os fatos ganhavam outro tipo de audiência política.

Não fez parte do objetivo do autor, empregar o termo “era” para enunciar outra extensa fase da história humana tal como empregamos o termo para delimitar os grandiosos períodos geológicos e glaciais do planeta terra. Ou seja, ao invés de nos preocuparmos com a quantidade de tempo com que haveremos de lidar com essa situação de “guerra contra os fatos”, teríamos que estar atentos menos com o tempo e mais com a novidade e a intensidade com que essa audiência política tem se constituído em nossa sociedade. Seria, neste sentido, que estamos atravessando uma “era da pós-verdade”. Mas, é certo que também não sabemos por quanto tempo tal audiência às *fake news* e ao não-saber seguirão fortes em nosso mundo e definindo os rumos da política. E não sabemos se frases, anteriormente desprezadas, continuarão a ganhar, cada vez mais, voz e audiência entre as pessoas, tais como o descaso do expresso “quem se importa” de Donald Trump, quando confrontado com a verdade ou se o lema “ouse não saber”, uma inversão da proposta de Immanuel Kant, continuará sendo uma atitude cada vez mais frequente até nas mais recentes normas curriculares aprovadas na educação básica brasileira, que trocaram os conteúdos dos componentes curriculares por “objetos de conhecimento”, cujos inúmeros problemas de imprecisão de saberes não interessam mais de serem questionados¹⁶.

Os exemplos presentes no trabalho de Matthew D’Ancona, bem como o caso da educação fundamental brasileira, destacados no parágrafo e nota anteriores, nos possibilita a constatação de que uma novidade desta “era” é a de não estarmos mais lidando com a simples mentira. No lugar dela, estamos lidando com um novo tipo de audiência política, isto é, com uma mensagem cuja audiência descuida-se da verificabilidade do conteúdo, privilegiando a aplicabilidade do enunciado. Trata-se de uma atitude perante um conteúdo ou um fato, que os

16 Com tal afirmação, queremos chamar a atenção para metodologias recentemente homologadas no território brasileiro com o documento Base Nacional Comum Curricular, s/d [2018], normatizando o trabalho docente da educação básica em sala de aula, que disciplina o desenvolvimento de habilidades e competências a partir de “objetos de conhecimentos” não fixados pelo agente educador e que não atendem aos contextos educacionais locais. A mudança normativa deslocou a função docente de articulador de saberes para aplicador de metodologias, fazendo com que a era da pós-verdade chegue às salas de aula, processo cujo autor deste artigo testemunhou parte da fase local de normatização.

fazem circular com *status* de verdadeiro ou correto, tendo em vista que pessoas da sociedade, ou o aceitam como tal ou não se dispõem para corrigi-los, causando idêntico efeito prático. Não será exagerado dizer que a pós-verdade, como “era”, tem o potencial de interferência em diversas camadas da vida, desde o ensino, com a desacreditação de saberes e com as progressões automáticas, passando pelo sensacionalismo das mídias e pelos tantos “e daí?” e “quem se importa?” dos discursos de políticos.

Fundamentos do termo “pós-verdade”

Feita esta reflexão inicial sobre as implicações do emprego do termo “era” por Matthew D’Ancona para designar a fase que atravessamos, pretendemos também, destacar alguns fundamentos do termo “pós-verdade”, correspondendo ao primeiro momento de desenvolvimento deste artigo científico, para tal empregando aqui o diálogo com outros dois autores, igualmente interessados nesta “era”. Inicialmente, temos o filósofo estadonidense Jason Stanley, por apresentar os idênticos episódios de Brexit na Europa, de governo Trump nos Estados Unidos e Putin na Rússia, entre atos de outras autoridades políticas nacionais, situadas nesta mesma fase histórica, todavia sem fazer o emprego do termo “pós-verdade”, preferindo atribuir os “velhos” termos “mentira” e “fascismo”. Para Stanley (2020), o que está em jogo em nosso tempo é a velha estratégia fascista, que transforma mentiras em verdades. Em dado momento, citou os *Essays in Understanding 1930-1954* de Hannah Arendt, para comparar o ontem com o hoje:

Sempre foi uma particularidade muito pouco notada na propaganda fascista a ideia de que eles não gostavam de mentiras, mas propunham deliberadamente transformar suas mentiras em realidade [...]. Para tal fabricação de uma realidade mentirosa ninguém estava preparado. A característica essencial da propaganda fascista nunca foi suas mentiras, pois isso é algo mais ou menos comum à propaganda de todos os lugares e de todos os tempos. O principal é que eles exploraram o antigo preconceito ocidental que confunde a realidade com a verdade, e tornam “verdade” o que então só podia ser declarado como mentira (ARENDRT *apud* STANLEY, 2020, p. 156).

Nesta passagem, Arendt se referiu aos jornais da Alemanha nazista, que anteciparam para a comunidade europeia que os judeus viveriam em condição de mendicância. Os nazistas fabricaram esta verdade, antecipando no texto o que fariam (e fizeram) com muitos judeus, explorando xenofobias e preconceitos. Quando a *shoah* tornou-se realidade, aquelas mentiras também se transfiguraram, transformaram-se em “verdades”. Assim concluiu Stanley: “o argumento de Arendt é que a irrealidade fascista é uma nota promissória no caminho para

uma realidade futura que transforma em fato pelo menos alguma base do mito outrora estereotipado” (STANLEY, 2020, p. 157).

Sem fazer o emprego do termo “pós-verdade”, Stanley dialogou com as ideias de Arendt para descrever este procedimento nazista de fabricação de uma “verdade para o futuro”, que virá a ser no futuro, para a qual haverá os que não acreditam na possibilidade ou os que não estão preparados para ela. Tal descrição, poderia nos autorizar a falar da “pós-verdade” como uma verdade que está sendo fabricada, como sendo um devir. Mas, Stanley se recusou a pensar nos termos de uma “pós-verdade”, Arendt muito menos, dados os anos em que se deram seus escritos. Além do mais, nosso tempo, também é fortemente marcado pelas *fake news* que fabricam “verdades” (pós-verdades, mais precisamente) da mesma maneira que o exemplo mencionado do projeto nazista de transformar judeus em mendigos. A rigor, uma *fake news* antecederia uma “verdade” como pós-verdade. Mas, em Stanley, assim como não houve espaço para o termo pós-verdade, as *fake news* foram citadas uma única vez e igualmente em paralelo com práticas nazistas:

A propaganda alemã sobre o suposto estupro em massa de mulheres alemãs por soldados franceses das colônias africanas se espalhou rapidamente, e contou com artigos traduzidos para quase todas as línguas europeias, inclusive esperanto [...]. O fato de tudo isso espelhar de modo assustador a disseminação da campanha de propaganda alemã na década de 1920 do “horror Negro no Reno” deveria nos dissuadir de adotar a visão, atualmente em voga, de que esse tipo de “fake news” é uma consequência da revolução moderna nas mídias sociais (STANLEY, 2020, p. 128-33).

Com a passagem última, queremos destacar que, para Stanley, o que chamamos de *fake news* não são uma consequência das “mídias sociais”, mas a disseminação, no presente, de outra prática nazista, conforme espalharam por diversas línguas europeias a “notícia” de que soldados negros franceses haveriam estuprado mulheres alemãs após ocupação de 1919. A análise de Stanley, portanto, negou qualquer uso para os termos “pós-verdade” e “*fake news*”, apesar de estar escrevendo nesta, e sobre esta “era”, quando o primeiro verbete surgiu em 2016 no dicionário de Oxford, conforme revisões de D’Ancona (2018), anteriormente citado, mas também em McIntyre (2018):

Os dicionários de Oxford definem “pós-verdade” como “aquilo que se relaciona com, ou denota, circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na hora de formar a opinião pública que as apelações emocionais e as crenças pessoais”. Nesta definição, sublinha-se que o prefixo “pós” pretende indicar não tanto a ideia de que “deixamos para trás” a verdade em um sentido temporal (como se sucede em “pós-guerra”), mas no sentido de que a verdade está sendo eclipsada: que é irrelevante. Estas palavras são motivo de conflito para muitos filósofos, mas

vale a pena assinalar que esta controvérsia é muito mais que uma disputa acadêmica (MCINTYRE, 2018, p. 21, tradução nossa).

A abordagem de McIntyre sobre o tema da pós-verdade, corresponde a nossa segunda possibilidade dialógica neste artigo, já que abordou o mesmo cenário de episódios discutidos por Stanley (2020) e D’Ancona (2018), assim como o último, partindo das definições contidas nos dicionários de Oxford. Todavia, destacamos que em McIntyre, podemos refletir melhor sobre a problemática do sufixo “pós”, bem como diferir pós-verdade de realidade. A respeito da primeira imprecisão, o autor optou por seguir a delimitação presente nos escritos de Oxford, conforme o traduzimos em citação anterior, ou seja, que o “pós”, guarda referência ao que “vem depois”, no sentido temporal, tal como o termo “pós-guerra”, mas guarda também relação com o fato de se “deixar a verdade para trás”, quer dizer, a pós-verdade como uma espécie de negacionismo da verdade.

As reflexões de McIntyre (2018) posicionaram a pós-verdade lado a lado com um pós-modernismo de direita, mas se negou a afirmar que os procedimentos científicos da desconstrução seriam os responsáveis pelo movimento negacionista, que tem usado as dúvidas sobre a verdade para defender que todas as afirmações da verdade estariam sempre politizadas. Por mais que percebamos que o negacionismo recebeu a influência das técnicas da desconstrução, a problemática estaria recaindo-se não sobre o método, mas sobre o que tem sido feito com ele. Foi nesta relação que, aproveitando-se do fato de que a ciência nunca é detentora do monopólio de toda a verdade, os conservadores cunharam na década de 1980 o conceito de *Design* Inteligente (DI), para “ensinar as controvérsias” da teoria da evolução nas escolas públicas dos Estados Unidos e, em seguida, defender o criacionismo. Diante desta e de outras investidas de movimentos conservadores na educação e na política, em tom de alerta, McIntyre cogitou: “Não é, portanto, irracional pensar que os partidos de direita têm usado alguns dos mesmos argumentos e técnicas do pós-modernismo para atacar a verdade de outras afirmações científicas que entram em choque com sua ideologia conservadora” (MCINTYRE, 2018, p. 114, tradução nossa).

Outra distinção possível de se obter a partir de McIntyre (2018), é a dos perigos da pós-verdade como “pré-verdade”. Para tal, lembrou-se do episódio do desastre ocorrido com o ônibus espacial Challenger e da investigação seguinte, que rendeu o prêmio Nobel de física para Richard Feynman, ao desvendar o equívoco que foi lançar a aeronave num atípico dia de frio na Flórida. Sobre o episódio, Feynman posteriormente declarou: “para que uma tecnologia tenha êxito, a realidade deve ter prioridade sobre as relações institucionais, pois

não se pode enganar a natureza” (FEYNMAN *apud* MCINTRYRE, 2018, p. 137, tradução nossa). Em outras palavras, a pós-verdade em nada tem a ver com a realidade.

Até aqui, apresentamos reflexões sobre nossa época, como “era da pós-verdade”, a partir de três autores que guardam impressões diferenciadas acerca deste momento histórico. Enquanto Stanley (2020) evitou o emprego do termo para enxergar o funcionamento do fascismo de nosso tempo, McIntyre (2018) explicitou a relação da pós-verdade com o pós-modernismo e investiu na distinção de pós-verdade com a realidade. De maneira semelhante, D’Ancona (2018), percebeu o traço permanente da definição dos dicionários de Oxford, segundo os quais a pós-verdade não tem a ver com fatos, mas tem a ver com as emoções. É um tipo de fenômeno político de audiência, um tipo de resposta que as sociedades têm dado ao aceitarem a ação de uma “indústria da desinformação”. É provável que muitos de nós saibamos sobre o quanto os políticos mentem (a literatura aqui visitada comprovou hábitos quase incorrigíveis de mentiras veiculadas por Donald Trump), mas parece que inauguramos outra fase onde a mentira dos políticos passou a importar menos, contanto que, conforme se sabe, inclusive sobre o caso particular do Brasil, ao mentirem, tais líderes reforcem nossos interesses, desde os financeiros, as vontades por bolsas e cargos sem trabalho, fraudes e demais enganações, mas também mentiras que reforcem nossas convicções, medos e preconceitos.

Há razões objetivas para que políticos invistam nas velhas mentiras para obterem poder de mando e defendam atrocidades para tornarem-se populares. Inspirando-se em D’Ancona (2018), pode-se dizer que tais razões passam por nossa audiência, ao menos pela audiência de uma maioria. A ocorrência da crise sanitária global decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) tornou mais evidente que diversos governos há muito já não gozavam da confiança da população, como China, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e outros países que mantêm protocolos secretos para controle de massas e adulterando dados de governo. Mas, esses governantes renovam seus laços de identificação com as populações mediante a manutenção de outros sentimentos e emoções compartilhadas, governando por meio de grosserias, negacionismos e palpites:

Ora, não poderíamos dizer que algo semelhante se deu com a disseminação do coronavírus? Os epidemiologistas vinham nos alertando que o vírus chegaria até nós, inclusive fornecendo previsões precisas. Greta Thunberg está certa quando diz que os políticos deveriam dar ouvidos à ciência, mas estávamos propensos a confiar em nossas intuições mais imediatas (o próprio Trump usou a palavra “*hunch*”) [palpite] – e é fácil entender o porquê (ZIZEK, 2020, p. 125).

Sem considerar as controvérsias do tema do comunismo, que não parecem fazer sentido para explicar o acontecimento global da pandemia do novo coronavírus (convid-19), neste trecho transcrito e em vários outros momentos, também Zizek refletiu sobre como os governantes desta nossa “era” faltam com a transparência e, mais recentemente, governam explorando falas que tocam na intuição das pessoas, na xenofobia, no conservadorismo, num nacionalismo extremado de direita, evitando falar ou seguir o que recomenda a ciência, seja sobre os problemas decorrentes da pandemia, seja sobre os problemas anteriormente alertados a respeito da crise climática, com potencial de agravar ainda mais o drama dos refugiados. Na Europa, essa epidemia, a estagnação financeira e as ameaças dos governos Putin, Erdogan e Assad estariam formando uma “tempestade perfeita”, uma catástrofe que precisa ser evitada (ZIZEK, 2020, p. 62-4).

Audiência política da compaixão na era da pós-verdade

Diante deste quadro geral, pretendemos avançar nossas reflexões para o segundo momento de desenvolvimento deste artigo, quando procuraremos entender como pode surgir (ou não surgir) uma audiência política sobre o tema da compaixão, na “era” em que estamos vivendo, a da pós-verdade. Ao reconhecer que todas as crises que estamos enfrentando têm impactos diretos em populações com potencial de se tornarem de refugiados, faremos um esforço para procurar compreender como se pode mobilizar o tema da compaixão no contexto destas prováveis crises. Para tal, primeiramente lançaremos mão do resumo de ideias presentes em dois outros textos (ZIZEK, 2010; CHAUI & SANTOS, 2013), que abordaram os temas dos direitos humanos, para em seguida, confrontar essas abordagens com uma tradição iluminista sobre o tema da compaixão, desenvolvida durante a modernidade no ocidente.

O primeiro texto fez questão de apresentar a polêmica e se enunciar contrário aos direitos humanos. Nele, Zizek (2010), argumentou que os direitos humanos seriam álibis para uma imposição cultural fundamentalista e intolerante do ocidente sobre o restante dos povos. Para este autor, quando o ocidente se refere aos direitos humanos está, na verdade, exigindo o enquadramento de outros povos ao modo de vida e cultura ocidental, uma espécie de neocolonialismo travestido de um retorno a uma universalidade que somente comportaria o próprio ocidente:

Longe de serem pré-políticos, os “direitos humanos universais” designam o espaço preciso da politização propriamente dita, eles equivalem ao direito de universalidade

como tal – o direito de um agente político em declarar sua não-coincidência radical consigo mesmo (na sua identidade particular), para postular a si mesmo como o “supra-numerário”, aquele sem lugar adequado no edifício social; e, portanto, como um agente da universalidade do social em si. Por conseguinte, o paradoxo é muito preciso e simétrico em relação ao paradoxo dos direitos humanos universais como direitos daqueles reduzidos à inumanidade (ZIZEK, 2010, p. 28).

Na passagem destacada, os direitos humanos foram tratados fora da condição “pré-política”, ele próprio já sendo político e, portanto, paradoxal. Um povo não ocidental que aceitasse os direitos humanos como premissa universal, estaria anulando sua identidade “consigo mesmo”, estaria reduzindo-se a uma “inumanidade”, que seria uma negação de si, para ceder às intolerâncias do ocidente. Há audiências práticas desta reflexão em todas as tensões entre mundo árabe e cristão, entre branquitude e negritude, trançando-se apenas os aspetos culturais e raciais desta tensão. Diante deste paradoxo, Chauí & Santos (2013) propuseram uma saída contra-hegemônica dos direitos humanos, com uma transição do “regime universal” para o “regime fundacional”, assim explicado:

Não é um retorno ao passado; é acima de tudo uma revisão do passado em função da ideia, cada vez mais credível, que o mundo do futuro será menos eurocêntrico que o mundo dos últimos quinhentos anos. Por outro lado, é a emergência de concepções alternativas de valores últimos, válidos em todos os contextos culturais. Não se trata de universalismos rivais mas antes de particularismo rivais, diferenças profundas na definição de objetivos de emancipação, de libertação e de dignidade e de tipos de lutas para os alcançar. Convidam a um pluralismo que, para não ser paralisante e segregador, deve transformar-se num vasto campo de tradução intercultural (CHAUI & SANTOS, 2013, p. 59).

As duas últimas passagens destacadas, apresentam duas audiências possíveis para o tema dos direitos humanos. Podemos considerá-lo como prática neocolonial conforme a argumentação de Zizek (2010) ou podemos aceitar o projeto exposto por Chauí & Santos (2013) que buscam superar o paradoxo apontado por Zizek (2010) para refundação dos direitos humanos, saindo da esfera do universalismo europeu para a assunção de um “regime fundacional” plural. O plano seria tornar os direitos humanos não mais eurocêntricos, a serem reconhecidos a partir de valores comuns a vastos contextos culturais com possibilidades de traduções culturais em várias direções. Mas, a pergunta que fizemos no subtítulo deste artigo, continuará sem resposta definitiva, não sabemos sobre qual das duas audiências nos aguarda, se o tema dos direitos humanos caminhará para uma matriz pluralista com aproximações e aceitações recíprocas ou se as emoções que determinarão o futuro deste debate será o da intransponibilidade do paradoxo da matriz universalista ocidental para a matriz fundacional plural. Vale destacar que a obra escrita em conjunto por Chauí & Santos (2013) considerava a

realidade brasileira como lugar de possibilidades de expressão de um pluralismo, época em que ainda não se cogitava qualquer presença do bolsonarismo como movimento dotado de força capaz de polarizar um espectro das ideias políticas do país.

Visto em perspectiva, a justificção do projeto de Chauí & Santos (2013) a partir da experiência brasileira, parece que esbarrou-se na acidez do projeto bolsonarista até agora triunfante no Brasil, que passou a empregar as táticas e os métodos anteriormente descritos neste artigo a respeito da política nos Estados Unidos e regiões da Europa, valendo-se do emprego de pós-verdades, *fake news* e discursos do pós-modernismo enviesados pela política de direita para atacar a ciência, pregar o negacionismo, o conservadorismo e o fundamentalismo religioso. No Brasil, podemos resumir o episódio mediante a opção do *slogan* da campanha presidencial vitoriosa em 2018 com o uso da passagem bíblica “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, que foi traduzida por Hidalgo em função de seu sentido prático político equivalente: “serás afetado pela pós-verdade e ela vos escravizará” (2020, p.117).

A presença do fundamentalismo religioso no caso da política brasileira recente, é mais um traço que a aproxima do modelo também experimentado nos Estados Unidos para a primeira eleição de Donald Trump. Tais episódios, demonstram como a mesma matriz inspiradora dos cétricos iluministas da modernidade pode ser deslocada para despertar emoções violentas e ideias segregadoras entre as pessoas, além de *fake news* e pós-verdades como não realidades. Na obra “Homens e tempos sombrios” (2008), tal ceticismo, como reconhecimento da ignorância humana frente aos desígnios de Deus, foi resumido a partir da seguinte relação entre verdade e humanidade, segundo o iluminista alemão Lessing: “que cada um diga o que acha que é verdade e que a própria verdade seja confiada a Deus” (LESSING *apud* ARENDT, 2008, p. 40), passagem que empregamos neste texto para indicar a permanência de valores cristãos, desenvolvidos por Lessing em meio aos valores da amizade e da compaixão.

O tema da compaixão esteve presente em diversos outros autores, filósofos e pensadores, pois se refere a um sentimento universal. Ele está presente nos termos “amizade” de Aristóteles, “humanidade” em Cícero, “piedade” em Rousseau e “compaixão” em Schopenhauer. Em Bacon, tem relação com o conceito do ateu virtuoso, segundo o qual podemos ter virtudes morais mesmo sem possuir religião. Em seu exemplo, uma pessoa diante de uma criança em perigo, certamente buscaria meios para salvá-la da morte, independente de cor, condição social ou religião, tal como num impulso instintivo de um tipo de humanidade.

Mas o tema não é consensual, conforme exemplo estacado por Arendt (2008) em torno dos pensamentos de Lessing e Rousseau:

No século XVIII, o maior e mais efetivo defensor deste tipo de humanidade foi Rousseau, para quem a natureza humana comum a todos os homens se manifestava não na razão, mas na compaixão, numa aversão inata, conforme colocou, a ver um companheiro humano suportando sofrimentos. Em consonância notável, Lessing também declarou que a melhor pessoa é a mais compassiva. Mas Lessing se preocupava com o caráter igualitário da compaixão – o fato de que, como ressaltou, sentimos “algo próximo da compaixão” também pelo malfeitor. Isso não incomodou Rousseau. No espírito da revolução francesa, que se apoiou em suas ideias, ele via a *fraternité* como a realização plena da humanidade (ARENDR, 2008, p. 20).

A divergência entre Lessing e Rousseau, apontada por Arendt (2008), acerca do conceito de compaixão reaparece em diversos textos sobre momentos da história. Segundo Valle (2005, p. 56), o impacto da entrada da compaixão em meio à Revolução Francesa trouxe consigo, conforme a leitura de Arendt, mais sofrimento e miséria. Apesar de um conceito virtuoso, Arendt (2008) também argumentou que “a forma de fraternidade, de modo invariável, aparece historicamente entre povos perseguidos e grupos escravizados” (ARENDR, 2008, p. 21). Em outras palavras, a extensão da compaixão a grandes grupos, pode produzir este tipo de efeito, tanto uma comunidade coesa pode se converter em comunidade fraca, diante das invasões e ameaças de estrangeiros colonizadores e escravizadores, como também se pode promover mais revoltas e mortes, tal como o terror revolucionário francês. Por esta razão, Arendt divergiu do caráter igualitário da compaixão.

Considerações finais

Com a abordagem geral da compaixão a partir de tensões conceituais, presentes entre visão iluminista e contratualista, e dos direitos humanos e a partir de um tipo de pensamento liberal, seguido das críticas a este liberalismo, objetivamos chamar a atenção para o fato de que tais tensões conceituais, aqui apontadas, participam do jogo da exposição de argumentos o que, até antes da “era da pós-verdade”, consistia no movimento esperado para o exame de conceitos e ideias. No entanto, os elementos que se impõem em nosso tempo, apreciados a partir da literatura do primeiro momento de desenvolvimento deste artigo com o tema da “era da pós-verdade”, nos permite antecipar que também não é possível definir o tipo de audiência política esperada para os temas dos direitos humanos e da compaixão na “era” da pós-verdade. Se filósofos como Zizek (2010; 2020) e Stanley (2020) nos alertam para a iminência

de grave crise de refugiados, como efeitos de tensões geopolíticas ou da crise climática (da qual a pandemia da Covid-19 é participante no sentido de um subproduto da crise ambiental), tão pouco sabemos como tais acontecimentos poderão ser narrados e transmitidos segundo modelos fascistas, de *fake news* e de pós-verdades.

Ainda mais complexo, é captar a lógica a ser empregada para fins de manter engajamentos por meio de emoções entre os povos supostamente receptores destas populações refugiadas, apesar da tendência da audiência marcadamente xenofóbica entre europeus. Para fases anteriores da “era” da pós-verdade (D’ANCONA, 2018; MCINTYRE, 2018), temos a experiência histórica das dominações coloniais escravagistas, seguidas das revoluções, grandes guerras e seus movimentos de populações diaspóricas, apátridas e de refugiados, tendo Arendt participado e/ou comentado tais momentos. Mas, nada disso permite definir a audiência a ser aceita majoritariamente pela população não refugiada aos esperados novos refugiados, se a audiência política da compaixão igualitária para todos os que chegam, da compaixão restritiva de grupos, se da manutenção de imposições de direitos humanos como neocolonização, se do investimento no projeto fundacional contra hegemônico de tais direitos humanos, rumando para um pluralismo com traduções interculturais ou se da divulgação de *fake news*, de pós-verdades como irrealidades ou da velha mentira das políticas fascistas.

Referências bibliográficas

- ARENDR, Hannah. *Homens e tempos sombrios*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- CHAU, Marilena; SANTOS, Boaventura de Souza. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.
- D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- HIDALGO, Matheus. “Bolsonarismo e pós-verdade”. In: LINS, M; SANTOS, M. *Entre o mito e a política*. Universidade Federal de Sergipe, 2020.
- MCINTYRE, Lee. *Posverdad*. [edição digital]. Madrid: Edições Cátedra, 2018.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- VALLE, Maria Ribeiro. *A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse*. São Paulo: Unesp, 2005.
- ZIZEK, Slavoj. “Contra os direitos humanos”. In: *Mediações*. Londrina, v. 15, n. 1, p. 11-29, Jan/Jun, 2010.
- ZIZEK, Slavoj. *Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

O BRASIL DO NEGACIONISMO

Uma análise da disputa entre pós-verdade e ciência

Vagner Gomes Ramalho¹⁷

Resumo

Em meio à maior pandemia dos últimos cem anos e um clima de polarização política que tem como pano de fundo um autoritarismo crescente, o Brasil se vê às voltas em um debate público marcado pela institucionalização do negacionismo; os canais oficiais de comunicação do Estado Brasileiro e os posicionamentos de seus principais representantes minimizam as mortes registradas pelo novo coronavírus, culpam inimigos irrealistas e tentam mascarar a incompetência generalizada da atual gestão federal em lidar com as crises que surgem a cada semana. As ideias negacionistas têm sido maximizadas pela disputa de narrativas desencadeadas pelo fenômeno da pós-verdade. A constante negação em junção ao revisionismo histórico que tem como figura central o próprio presidente da República, toma ares dramáticos em decorrência dos atentados constantes contra a educação e a ciência. O conhecimento científico tem sido apresentado à população como uma narrativa, fundada no interesse de inimigos ocultos. Nesse ínterim, o resgate dos valores iluministas se mostra essencial para a popularização da ciência e a constituição de elementos racionais que sirvam contra os elementos irracionais do debate atual. Nas linhas a seguir, pretendo analisar como o negacionismo brasileiro tem sido potencializado e como representa um perigo para os valores humanistas.

Palavras-chave: negacionismo; pós-verdade; ciência; valores humanistas; valores iluministas.

Abstract

Amid the biggest pandemic of the century and a context of political polarization that has as its background a growing authoritarianism, Brazil finds itself in the midst of a public debate marked by the institutionalization of denialism. The official communication channels of the Brazilian State and the positions of its main representatives minimize the deaths recorded by the new coronavirus, blame unrealistic enemies and try to mask the widespread incompetence of the current federal administration in dealing with the crises that arise each week. The denialists ideas have been maximized by the dispute of narratives triggered by the phenomenon of post-truth. The constant denial in conjunction with the historical revisionism that has as its central figure the President of the Republic himself, takes on dramatic airs as a result of the constant attacks on education and science. Scientific knowledge has been presented to the population as a narrative, founded in the interest of hidden enemies. In the meantime, the rescue of Enlightenment values is essential for the popularization of science and the constitution of rational elements that serve against the irrational elements of the current debate. In the following lines, I intend to analyze how Brazilian denialism has been enhanced and how it represents a danger to Enlightenment values.

Keywords: denialism; post-truth; science; humanistic values; Enlightenment values.

17 Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe/UFS; Professor do Instituto Federal de Alagoas/Ifal; E-mail: vagnergramalho@gmail.com.

Introdução

No início de janeiro de 2020 diversas notícias começaram a aparecer revisitando uma certa “gripe espanhola”¹⁸, informando como essa doença ceifou entre 50 e 100 milhões de vidas num mundo que tinha, no início do séc. XX, por volta de 1,6 bilhões de pessoas, tornando-se uma das pandemias mais mortais da história. Hoje, com uma população planetária que ultrapassa os 7,5 bilhões de pessoas, vivemos a maior crise epidemiológica desde então.

No Brasil do séc. XXI, as medidas políticas de contenção do contágio de COVID-19 por parte do Governo Federal não parecem seguir uma lógica científica (tampouco lógica alguma), uma vez que é explícita a falta de ações consistentes por parte do Poder Executivo Brasileiro. Dentre as características contraintuitivas das medidas adotadas pelo Executivo para lidar com a pandemia de COVID-19, destacam-se as sucessivas trocas no Ministério da Saúde, as deliberadas ações para desinformação da população, a criação de uma guerra ideológica contra inimigos imaginários, sonegação de dados, pouca ou nenhuma transparência no uso de recursos públicos, a insistência no uso de duas drogas pouco conhecidas como forma de prevenção ao novo coronavírus e com uso bastante controverso para o tratamento dos sintomas da doença e, principalmente, o descaso pelas orientações científicas.

Somando-se a isso, as medidas adotadas no Brasil concorrem com cortes nas áreas da educação, ciência e tecnologia, de bolsas de pesquisa nas universidades brasileiras e contínua ameaça de falta de recursos financeiros num país que conta com reservas internacionais que giram em torno de 340 bilhões de dólares.

Passados cerca de cem anos desde a pandemia do início do séc. XX, contamos com mais conhecimento técnico de como as pandemias e os vírus funcionam, o que, em tese, deveria tornar mais fácil compreender as razões pelas quais coisas como o distanciamento social e o uso de máscaras são tão importantes para conter o agravamento da situação. Essa percepção seria mais fácil não fosse um novo surto que se espalha pela população brasileira: o negacionismo, ou seja, o ato de negar fatos, mesmo que estejam amparados em evidências científicas.

O negacionismo tem sido ampliado pela corrente onda de pós-verdade. A pós-verdade traz em si uma tentativa inconsequente de levar o debate científico ao campo das meras

¹⁸ Como ficou conhecido o influenzavírus H1N1.

opiniões, que, embora muitas vezes absolutamente equivocadas, buscam alçar-se ao estatuto de “verdade”.

Nas linhas a seguir, pretendo analisar alguns elementos do discurso negacionista, que têm ganhado características específicas no Brasil. Compreendo que vivemos uma crise na forma como compreendemos a produção de conhecimento e – como característica brasileira – a institucionalização do negacionismo pode ser apontada como um dos maiores causadores desse problema.

Para dar conta da temática proposta, divido o texto em dois momentos; no primeiro, analisarei as características do discurso negacionista e as características próprias do discurso negacionista brasileiro como elementos constituintes da pós-verdade, que tem sido institucionalizado pelo Poder Executivo; no segundo momento, pretendo uma breve revisão dos valores iluministas, para compreender como eles estão em jogo e como, ao mesmo tempo, podem ser uma alternativa para sairmos da crise em que nos encontramos.

Negacionismo e negacionismo à brasileira

No atual contexto do debate público, há um relevante crescimento do interesse pela análise dos discursos das principais personalidades políticas brasileiras, sobretudo em relação ao conjunto expressivamente vago das afirmações negacionistas sobre o conhecimento científico. Esse conjunto deve ser tratado em termos de uma crise institucionalizada, proposital, que visa atacar a razão em geral e a aquisição de conhecimento científico – que serve como fundamento para compreensão da realidade em que vivemos – em particular.

Vejo essa análise como necessária porque o negacionismo científico é algo grave, que colabora com uma visão de mundo deturpada, calcada em preconceitos e generalizações ao absurdo. O negacionismo parte de uma análise superficial do conhecimento científico e tenta se passar como uma crítica despreziosa à autoridade científica, é “a recusa em acreditar em teorias científicas bem justificadas, mesmo quando as evidências são esmagadoras” (MCINTYRE, 2019, n.p.). Como mostra McIntyre, a constante negação não é despreziosa, pelo contrário, carrega em si intenções bem particulares. Segundo ele,

Muitos cientistas têm achado inacreditável que nos últimos anos, suas conclusões sobre temas empíricos estejam sendo questionadas por aqueles que se sentem livres para discordar com base em nada mais do que instinto e ideologia. Isso é irracional e perigoso. O negacionismo sobre a evolução, as mudanças climáticas e as vacinas tem sido despertado nos últimos anos por aqueles que têm interesses econômicos,

religiosos ou políticos em contradizer certos achados científicos. Em vez de apenas desejar que determinados resultados científicos não sejam verdadeiros, esses grupos têm recorrido a uma campanha de relações públicas que tem feito grandes avanços na tarefa de minar a compreensão do público e o respeito pela ciência. Em parte, essa estratégia tem consistido em tentativas de “intimidar a ciência” por meio de financiamentos e promoções de pesquisas questionáveis — que quase nunca estão sujeitas à revisão por pares — a fim de inundar os meios de comunicação com o aparecimento de controvérsias científicas que, de fato, não existem. O resultado tem sido um esforço perigosamente bem-sucedido para subverter a credibilidade da ciência (MCINTYRE, 2019, n.p.).

É meritório perceber que o negacionismo possui pretensões ocultas, que vão além da crítica à atividade científica e ao conhecimento em geral. Saliente-se que criticar a atividade científica e o conhecimento que dela é resultante é algo necessário e tem especial utilidade metodológica, contudo, a crítica dos negacionistas se concentra em exemplos sempre muito específicos e que facilmente mostram-se relacionados a interesses particulares. Há algo de errado quando negar a emergência climática passa a ser especialmente relevante para a indústria de países que registram os maiores números de emissão de gases; de igual modo, negar a pandemia de coronavírus se torna importante apenas para aquelas personalidades políticas que se veem diante da incapacidade técnica de lidar com a situação ou que passaram a usar a necropolítica como ideologia de governo.

Em “A ciência e a estrutura social democrática”, Robert Merton ([1942] 2013) deu destaque ao que ele chamou de “anti-intelectualismo”, que na década de 1940 era vista como algo que ameaçava “tornar-se endêmico”. Esse anti-intelectualismo parece ter sido inflado constantemente de 1940 para cá, colaborando com o que hoje estamos chamando de negacionismo.

Para Merton, a ciência funciona como uma instituição dotada de estrutura cultural e, por isso, é capaz de sofrer com as pressões sociais que lhe são comuns. A atividade científica está no âmbito da ação humana e, portanto, sujeita às interações que ocorrem nos grupos nos quais está inserida. Esse é o âmbito que está em disputa pelos negacionistas: a suposição de que a ciência é tão somente uma construção cultural.

Segundo Merton,

“Ciência” é uma palavra enganosamente inconclusiva, que se refere a uma variedade de itens distintos, embora inter-relacionados entre si. É comumente usado para denotar:

- (1) um conjunto de métodos característicos por meio dos quais o conhecimento é certificado;
- (2) um estoque de conhecimento acumulado que se origina da aplicação desses métodos;

- (3) um conjunto de valores e costumes culturais que governam as atividades denominadas científicas; ou
- (4) qualquer combinação das três anteriores (MERTON, [1942] 2013, p. 182-3).

A compreensão dos fatos atrelados à ciência sobre os quais discorro nesse texto, procura se ligar ao item (3) apontado por Merton, pois acredito que é esse tipo de visão sobre o que é a ciência que se encontra atualmente no centro das disputas narrativas do contexto de pós-verdade. Para utilizar as palavras de Merton, “estamos preocupados aqui com a estrutura cultural da ciência, ou seja, com um aspecto limitado da ciência enquanto instituição” (MERTON, [1942] 2013, p. 183).

Consoante ao negacionismo,

Há vários tipos de negacionistas e negacionismos: há os por assim dizer independentes e há os que, por baixo do pano, são pagos por grandes corporações, pelas companhias de carvão, petróleo e gás para produzir artigos de jornal baseados em falsas pesquisas científicas. Mas há ainda um outro tipo de gente que, por motivos diferentes, ou “não aceita” a realidade das mudanças climáticas, ou aceita, mas “não tanto assim”. São pessoas até bem esclarecidas, que dizem frases como: “ah, nisso eu não posso acreditar”, “isso também não, aí já é demais”, “isso aí já é catastrofismo”, “Catastrofismo não” (DANOWSKI, 2012, p. 6).

Conforme Danowski, existem muitas formas de negar e também muitas razões para negar. No caso brasileiro, sobretudo no uso institucional da negação, esse mecanismo tem sido utilizado com a pretensão de afastar qualquer suspeição em relação ao Governo Federal e de constante justificativa para os erros de gestão facilmente identificáveis. Para a análise proposta aqui, estou considerando o atual governo brasileiro como centro do que estou chamando de negacionismo à brasileira.

Embora o negacionismo como fenômeno presente no Brasil seja bastante anterior à disputa eleitoral de 2018, defendo que com o advento do governo de J. M. Bolsonaro, setores do próprio Governo Federal passaram a liderar a narrativa negacionista brasileira, tornando o negacionismo em um discurso sistematizado e institucional¹⁹.

19 O marco fundamental dessa afirmação é a utilização de sistemas oficiais de comunicação, como os sites institucionais e os pronunciamentos públicos dos representantes do governo, para negar fenômenos como a mudança climática decorrente do aquecimento global, minimizar as milhares de mortes decorrentes da pandemia de coronavírus, dentre muitíssimas outras coisas (vide: publicações no site do Ministério das Relações Exteriores como a que pode ser consultada em <<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/2017-centenas-...mergencia-climatica-the-washington-times-30-de-setembro-de-2019>>> acesso em 4 de ago de 2020, “Centenas de engenheiros e cientistas declaram para a ONU: ‘Não há emergência climática’”, que nega a emergência climática; manifestações oficiais contrárias à divulgação por parte do Inpe de dados sobre queimadas na Amazônia, que teve como desfecho a exoneração de Ricardo Galvão; a recusa em cumprir os protocolos da OMS no início da pandemia; etc.) e, mais recentemente, as informações que compõem a CPI das Fake News, que tomou como alvo o “gabinete do ódio”.

O negacionismo no Brasil tem um implemento substancial com o acirramento da disputa eleitoral em 2018, ainda que lhe seja anterior. O então candidato do Partido Social Liberal – PSL, era um notável defensor do regime militar brasileiro – quando militares se apossaram do poder por meio de um golpe em 1964. O então extremista e deputado federal Bolsonaro, ficou conhecido nacionalmente por desafiar o bom senso, propondo uma revisão histórica da ditadura militar, da tortura e do desaparecimento de perseguidos políticos.

É correto dizer que propor uma revisão histórica desse período recente não foi nenhuma novidade por parte do então deputado, mas a tônica do discurso empreendido tinha algo de novo: ele não se importava em defender de forma aberta suas ideias, mesmo que fosse às custas do politicamente correto. Ademais, ele falava de forma agressiva e no lugar de argumentos que pudessem ser verificados, levantava sempre a dúvida acerca das razões do Estado Brasileiro em situações análogas ao terrorismo de Estado proposto pela ditadura militar. Num país que não costuma revisitar os fatos históricos de seu passado a fim de uma reflexão franca, sem cair no hábito de negar ou tentar minimizar os horrores praticados, o discurso bolsonarista caiu como uma luva para na mão dos que sempre alentam os sonhos de país amável e feliz por meio do esquecimento seletivo e que fundamentam o negacionismo da ditadura militar²⁰.

Com base no tipo de negação pretendido pelo presidente desde que ainda era deputado, ainda podemos adicionar que o negacionismo é uma forma de conceber o mundo a partir de um ponto de vista pouco crítico, que funciona colocando em suspeição qualquer tipo de conhecimento ao vinculá-lo a uma autoridade (geralmente velada). É como se o conhecimento científico não pudesse ser referência no que tange às explicações sobre o mundo, pois supostamente haveria uma autoridade implícita que coloca a ciência em suspeição; assim, a ciência não seria uma atividade honesta nem isenta, pois sempre haveria uma intenção de manipular as pessoas que nela acreditam.

[os negacionistas] argumentam que o Holocausto (e outros genocídios) nunca aconteceu, que a mudança climática antropogênica (causada pelo homem) é um mito, que a Aids ou não existe ou não está relacionada ao HIV, que a evolução é uma impossibilidade científica e que todo tipo de outras ortodoxias científicas e históricas devem ser rejeitadas (KAHN-HARRIS, 2018, n.p.).

Com base nesse tipo de raciocínio, se desdobram, ao menos, duas novas conclusões equivocadas. A primeira é que pouco importam os dados empíricos, pois a ciência se

20 O fenômeno que permitiu a eleição de J. M. Bolsonaro ainda é pauta de discussões acaloradas e pesquisas acadêmicas sérias, ainda sem pacificação no que tange ao assunto, mas concorda-se que o misto de pós-verdade e sentimento de medo que tomou a população brasileira contribuiu decisivamente para isso.

sustentaria em uma autoridade. Se se sustenta na autoridade, os dados (geralmente difíceis de compreender por um negacionista típico e, logo, descartados, simplificados ou tomados como sem importância) são menos relevantes do que o discurso em si, não importando se fazem ou não sentido. Você sabe, para contradizer hipóteses científicas é necessário compreender bem os dados utilizados e o fato é que nem sempre essa compreensão ocorre de forma adequada sem que uma pessoa tenha frequentado por muitos anos a educação formal²¹.

Além disso, se o discurso importa mais do que os dados que corroboram uma hipótese, a compreensão de uma hipótese não se dá no campo cognitivo, mas se torna uma tarefa desenvolvida no campo emocional, no qual a simpatia conta muito mais do que conclusões advindas de observações e deduções.

A segunda conclusão equivocada é que o conhecimento é relativo. Essa ideia se funda na concepção de que a realidade é individualizada. Sim, podemos aceitar que no campo dos valores as concepções seriam individualizadas e a partir daí indagar se seriam possíveis valores universais, mas não se pode compartimentalizar a realidade e supor que a gravidade funciona de forma diferente pra cada pessoa, ou que a Terra é plana porque se teria alguma espécie de direito de pensar dessa forma, por exemplo. A realidade não depende de forma exclusiva das crenças individuais; não é a nossa crença em determinado elemento que o torna real e verdadeiro.

Com base nessas duas conclusões, as condições para substituir qualquer explicação pelo simples ato de negar estão dadas. Em todas essas conclusões — que, vale lembrar, não encerram o conjunto de conclusões equivocadas — se compartilha uma desconfiança em relação à atividade científica e coloca-se em perspectiva a honradez das pessoas que exercem essa atividade ao apontar para a premência da autoridade em prejuízo dos dados.

Me parece claro que o negacionismo não se preocupa em contradizer hipóteses científicas com base em uma investigação séria e criteriosa, mas é tão somente uma tentativa de negar evidências com base em um sentimento que busca se fundamentar em conclusões equivocadas. Sentimento este que parece se desdobrar da seguinte forma: se há uma autoridade que trama secretamente e gasta rios de recursos (financeiros, tecnológicos, culturais, etc.) na construção de uma visão de mundo equivocada, ela só pode ser mal-intencionada.

O negacionismo não deve ser confundido com uma crítica bem-intencionada sobre a atividade científica. Pelo contrário, a crítica negacionista é uma forma de colocar a atividade

21 A distância entre o conhecimento científico e a compreensão do público em geral é um fenômeno que tem custado muito caro para a comunidade científica. Falarei sobre isso no próximo subtítulo desse artigo.

científica e o que é proveniente dela em suspeição. Esse ato de negar abre espaço para formas obscuras de descrever a realidade, nas quais a razão não significa nada em face da tola perspectiva pretendida pela compreensão negacionista da ciência.

O acúmulo desse tipo de conclusão precipitada e uma pitada de pós-verdade ajudam a naturalizar o ato de negar. Sim, é absurdo. Mas tem funcionado muito bem. As pessoas negam porque sentem medo. E temem por uma razão: elas desconhecem o verdadeiro funcionamento do conhecimento científico²².

Acerca do negacionismo, Dunker assevera que:

Uma nova expressão cognitiva ascende com um novo tipo de irracionalismo que conseguiu recolocar na pauta temas como: o criacionismo contra o darwiniano, a relatividade da “hipótese” do aquecimento global, a suspeita sobre a indução e o autismo por vacinas e tantas outras teorias mais ou menos conspiratórias diluídas por um novo estado da conversa em escala global, facultado de modo inédito pelas redes sociais. Neste novo suporte, as crenças mais estranhas e regressivas adquiriram uma espécie de *backing vocal* garantido (DUNKER, 2018, n.p.).

Essas hipóteses requeitadas são potencializadas pelo medo, que tem sido utilizado como método de manipulação há séculos. No Brasil do bolsonarismo esse uso não tem sido diferente. Alerto, mais uma vez, para o uso proposital dessa estratégia por parte do governo como mecanismo que na atual gestão tem feito parte da estrutura estatal.

O medo em conjunção com o negacionismo brasileiro tem servido de alicerce para o atual governo, que passa incólume mesmo depois de fracassos sucessivos nas medidas econômicas, um desmonte sistêmico das instituições de ensino e pesquisa do país e, mais recentemente, o decurso de uma necropolítica escancarada, que até aqui já deixou morrer mais de 130 mil brasileiras e brasileiros em virtude do que o presidente insiste em chamar de “uma gripezinha”.

No Brasil, o fenômeno da pós-verdade tem servido de mecanismo para possibilitar uma disputa de narrativas extremamente polarizadas, entre a ultradireita brasileira e setores ligados à esquerda. Na disputa de narrativas, de forma provisória, tem vencido a narrativa do medo, impulsionada, hoje é sabido, por complexos mecanismos de propagação de *fake news*.

Sobre isso, a política adotada desde as eleições por parte da ultradireita assemelha-se muito aos regimes fascistas. Segundo Jason Stanley, os políticos fascistas:

22 Importante frisar que pessoas que possuem um instrumental teórico que deveria ser suficiente para afastar qualquer manifestação negacionista também fazem, por vezes, uma defesa incondicional de teorias conspiratórias e negam fatos científicos. Isso é no mínimo curioso. Aparentemente, essas pessoas não compreenderam bem como a ciência funciona.

justificam suas ideias ao aniquilar um senso comum de história, criando um passado mítico para respaldar sua visão do presente. Eles reescrevem a compreensão geral da população sobre a realidade distorcendo a linguagem da idealização por meio da propaganda e promovendo o anti-intelectualismo, atacando universidades e sistemas educacionais que poderiam contestar suas ideias. Depois de um tempo, com essas técnicas, a política fascista acaba por criar um estado de irreabilidade, em que as teorias da conspiração e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado (STANLEY, 2018, n.p.).

No caso brasileiro, o presidente da República tem se prestado a recriar um passado no qual poderíamos nos orgulhar dos atos mais espúrios praticados pelo Estado, como que refundando um patriotismo ingênuo como mote para uma espécie de nova forma de pensar o Brasil.

O implemento substancial do negacionismo a partir de 2018 também marca seu ápice. Muitas pessoas passaram a lidar da pior maneira possível com os erros históricos do passado, procurando uma nova retórica que os justifique ou, simplesmente, os negando. Hoje em dia é lugar comum a negação da ditadura militar, da escravidão negra, do machismo, do politicamente correto, do feminicídio, do extermínio das nações indígenas, etc. Ironicamente, os negacionistas também insistem em negar que estão negando²³.

As atrocidades praticadas pelo Estado Brasileiro, que deveriam servir de forma aberta e ampla para nossa memória como atroz exemplos de como NÃO devemos fazer, tem sido alvo de diversas tentativas de revisão histórica, de apagamento sistematizado, sonegação de informações, tudo sendo varrido pra debaixo do tapete do fascismo²⁴.

A educação tem um papel fundamental para orientar o diálogo com os fatos históricos e interpreta-los à luz da razão. Não à toa, para minar qualquer possibilidade de crítica ao revisionismo em curso, o negacionismo brasileiro tem buscado identificar professoras e professores como vilões do Brasil.

23 Em relação às injustiças e erros que me refiro no texto, considero que no Brasil, ainda não vivemos um período de comoção nacional advinda de uma profunda reflexão sobre as bases históricas brasileiras. Não encaramos de frente as origens das desigualdades sociais e de gênero em nosso país a fim de uma autocrítica e desenvolvimento amplo de políticas públicas capazes de remediar – perdoe-me o eufemismo – as profundas cicatrizes que existem no nosso tecido social. A escravidão negra, o genocídio dos povos indígenas, o colonialismo, a ditadura, o feminicídio, o machismo e a masculinidade tóxica, a pobreza extrema, a violência institucionalizada, só para citar alguns elementos, tendem a reaparecer e continuará assim até que consigamos compreender esses períodos históricos como erros violentos e pensemos as estratégias necessárias para lidar com todos os problemas que tem sido advindos desse conjunto.

24 Sobre a sonegação de dados, uma matéria interessante pode ser consultada em: NOVAES, M. Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes. Disponível em <<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>>>. Acesso em 7 de jun 2020. A matéria trata do apagão proposto pelo Governo Federal sobre os dados de contágio do covid-19 e consegue mostrar bem o “espírito” negacionista desse governo.

A partir do contexto eleitoral de 2018 a atividade docente passou a ser alvo de constantes criminalizações por meio das ideias advindas da noção de que a escola é um espaço de doutrinação de esquerda. Do sentimento surgido dessa concepção equivocada – mais uma vez, causado pelo desconhecimento dos processos educacionais – surgiu o movimento pela “escola sem partido”²⁵.

A justificativa ideológica para esse movimento é que os inimigos também estariam nas escolas e universidades e agiriam livremente na construção de um mundo de esquerda, de gênero, contra a família, a religiosidade cristã e de estimulação sexual. Para tanto, o mecanismo utilizado por escolas e universidades seria, supostamente, a doutrinação.

Essa localização física tenta demonstrar que o inimigo é real, pois está contido num espaço e esse espaço está sob controle das pessoas que tratam diariamente dos filhos e filhas da nação. Essa localização permite outra percepção equivocada, que a família, núcleo duro da moral ultradireitista e conservadora, está sob ataque. Note que, normalmente, os inimigos propagados pelo negacionismo são ocultos, mas, no caso brasileiro, a localização e nomeação dos supostos inimigos é algo muito presente no discurso.

A localização de supostos inimigos gera um clima de desconfiança enorme, o acirramento das polarizações políticas e a conseqüente ideia radical do “nós contra eles”. Instiga também a defesa de valores cada vez mais conservadores. As falsas percepções colaboram para uma realidade paralela. Na esteira da falsificação que engendrou essa realidade paralela, as primeiras medidas discutidas foram, dentre outras, o *homeschooling* e as tentativas de reordenamento da forma de financiamento das instituições públicas de ensino²⁶.

Tornando o show de disparates ainda maior, o ministro das Relações Internacionais, Ernesto Araújo, tenta de forma insistente refundar as bases da epidemiologia, buscando atribuir a pandemia ao que ele chama de “projeto chinês” que tem por objetivo o “globalismo para o comunismo”. Para Araújo, o “projeto chinês” já vinha sendo implementado por meio do que ele chama de “climatismo” e “alarmismo climático”²⁷. Essas manifestações podem ser

25 Hoje em dia esse movimento parece estar mais contido, embora continue movimentando um secto inflamado. Existem sites focados na exploração do tema, que se propaga por meio de ataques e intimidação. Exemplo disso é o site escolasempartido.org, que se identifica como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológico das escolas brasileiras”. Disponível em <<<https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>>. Acesso em 8 de ago 2020.

26 A respeito da percepção do Ministério da Educação sobre as universidades, veja uma matéria que consegue ilustrar bem essa visão: “Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub”, Veja, 30 abr 2019. Disponível em: <<<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>>>. Acesso em: 3 jun 2020. É notória a fixação pelo tema “educação” e como o bolsonarismo vê na educação um grande inimigo.

27 Cf. ALONSO, L. Em blog, Ernesto Araújo escreve que coronavírus desperta para ‘pesadelo comunista’”. Disponível em <<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/em-blog-ernesto-araujo-escreve-que-corona-virus-desperta-para-pesadelo-comunista.shtml>>>. Acesso em: 7 de jun 2020.

observadas, inclusive, no site do Ministério das Relações Exteriores, configurando um tipo de uso incomum dos canais oficiais do Governo Federal.

Na esteira do negacionismo, o governo brasileiro parece tentar engendrar uma nova espécie de ciência, que tenha como princípio o nacionalismo e que defenda a qualquer custo uma imagem internacional positiva, mesmo que pautada na negação científica e às custas da manipulação de dados. Esse parece ser o tiro de misericórdia que o bolsonarismo tenta dar na ciência: fazer com que os brasileiros e brasileiras passem a pensar que a ciência brasileira não é nacionalista e, portanto, está traindo a pátria ao tornar públicos dados que não são positivos para a nação.

O negacionismo à brasileira vai muito além de deixar fatos subentendidos, pois localiza o inimigo. Em algumas ocasiões o inimigo é o comunismo, em outras o PT; há ainda o inimigo como sendo a velha política, as minorias, o Congresso, o STF; a lista é extensa. Muitos inimigos são professores e às vezes até mesmo um busto na frente de um ministério também pode ser²⁸. A escola é a inimiga; a universidade, ainda mais. Às vezes é a imprensa, outras vezes é a ciência.

O verdadeiro inimigo do negacionismo à brasileira é o debate que explora o que há de contraditório na política nacional, sobretudo do governo e de seus aliados; qualquer discurso que se proponha à análise contextual dos atos praticados pelo Governo Federal é um inimigo em potencial. Os ataques são institucionais, pois vale-se da comunicação oficial e dos novos meios atrelados a ela para atacar e negar. O negacionismo à brasileira é, portanto, o negacionismo institucionalizado.

Revisitando os valores iluministas contra a pós-verdade e o negacionismo à brasileira

O ano de 2018 também marca o momento em que reações contrárias aos discursos obscurantistas passaram a ser localizadas e difundidas com maior abundância e de forma mais consistente. Ainda que hoje em dia o quadro geral não seja totalmente animador, a partir de 2018 o medo passou a dar lugar à esperança de dias melhores e diversas mobilizações passaram a ser organizadas contra a onda fascista que tomou o país²⁹.

28 Em uma entrevista como ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, além de afirmar que, ao viajar, “o brasileiro é um canibal” e que “rouba coisas dos hotéis”, também falou de uma “faxina ideológica”, na qual poderia trocar o busto de Paulo Freire, que fica em frente a entrada do MEC, por uma do astrólogo e caçador de patos que vive nos EUA, Olavo de Carvalho. Disponível em <<<https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>>>. Acesso em 8 de ago 2020.

29 As formas de organização e reação ao bolsonarismo têm sido muito diversas. Sobre a pauta, livros têm sido publicados, comunidades virtuais estão sendo criadas, sistemas de verificação de informações em combate às

Em decorrência dos constantes atentados contra a razão observados mundialmente, Steven Pinker (2018) escreveu o livro *O novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. Na introdução de seu livro, ele fala sobre a diversidade de perguntas que já lhe foram feitas ao longo de suas palestras e, com surpresa, faz um breve relato sobre “a pergunta mais instigante” que já teve que responder. Ele se refere à pergunta “Por que eu devo viver?” feita por uma de suas espectadoras. Para Pinker “No próprio ato de fazer essa pergunta você está buscando *razões* para suas convicções, portanto está comprometida com a razão como o meio para descobrir e justificar o que é importante para você” (PINKER, 2018, n.p.).

A razão é apresentada por Pinker como um compromisso que devemos ter e ir em defesa, principalmente em tempos como os que vivemos. Parece que na geração em que vivemos, a razão não é algo importante, pois não se sabe as custas que a humanidade teve que arcar para que ela fosse um princípio norteador, porque, sim, a humanidade viveu períodos em que a razão deixou de ter centralidade na construção do conhecimento. Por isso, segundo Pinker,

[...] Mais do que nunca, os ideais da razão, da ciência, do humanismo e do progresso necessitam de uma defesa entusiasmada. Não damos o devido valor às suas benesses: recém-nascidos que viverão por mais de oito décadas, mercados abarrotados de alimentos, água limpa que surge com um movimento dos dedos, dejetos que desaparecem com outro, comprimidos que debelam uma infecção dolorosa, filhos que não são mandados para a guerra, filhas que podem andar na rua em segurança, críticos de poderosos que não são presos ou fuzilados, o conhecimento e a cultura mundiais disponíveis no bolso da camisa. Mas tudo isso são realizações humanas, e não direitos cósmicos inatos. Na memória de muitos leitores deste livro – e na experiência de pessoas em partes menos afortunadas do planeta –, guerra, carestia, doença, ignorância e ameaça letal são uma parte natural da existência. Sabemos que países podem regredir a essas condições primitivas, portanto é um perigo não darmos o devido valor às realizações do Iluminismo (PINKER, 2018, n.p.).

A razão está em jogo. Nos tempos da pós-verdade, os negacionistas, que encontraram um lugar especialmente privilegiado na realidade brasileira, na centralidade do Poder Executivo Brasileiro, procuram fazer uma ampla revisão dos valores iluministas³⁰.

fake news implementados; também: dismantling de redes de influenciadores pró-fascismo, organização de *slams*, fortalecimento de coletivos feministas, conscientizações em relação à precarização do trabalho, percepção de fenômenos como a uberização, resistência às intervenções do governo nas instituições federais de ensino, debates sobre a função do Estado, só para citar algumas iniciativas. O livro de Rosana Pinheiro-Machado *Amanhã vai ser maior* faz uma narrativa animadora de como temos resistido ao fantasma do fascismo. Some-se a isso a possibilidade de um autogolpe que está no horizonte, mas que tem sido combatido pela resistência desses movimentos e as máscaras do regime bolsonarista que estão cada vez mais no chão. Óbvio que o fascismo é sempre a próxima fronteira para o agravamento da barbárie que vivemos e, por isso, um autogolpe não pode ser descartado.

30 Para Pinker, se convencionou a situar historicamente o Iluminismo no contexto das amplas discussões sobre a

Os valores iluministas são aqueles derivados do “ideal secular”, e que foram se desenvolvendo ao longo do tempo. Yuval Harari fala desse ideal por meio de compromissos. Segundo ele,

O compromisso secular mais importante é com a verdade, que se baseia em observação e evidência e não na fé. Os seculares esforçam-se para não confundir verdade com crença. Se você tem uma crença muito forte numa narrativa, isso pode revelar muitas coisas interessantes sobre a sua psicologia, sua infância e sua estrutura cerebral – mas não prova que essa narrativa é verdadeira (HARARI, 2018, n.p.).

Como podemos deduzir, dentre os temas apontados por Harari o mais importante tem sido, desde o Iluminismo, a razão, de tal forma que pensar sem que tenhamos como baliza a razão seria um retrocesso.

O negacionismo à brasileira, representa esse retrocesso, que, além de tudo, ainda pretende um revisionismo histórico sob o critério de procurar justificar os piores erros históricos cometidos no passado. Como já afirmei anteriormente em relação ao negacionismo e sua institucionalidade, o revisionismo também ocupa lugar de destaque no Planalto Central e tem sido manifestado cotidianamente pelas falas dos principais representantes dos poderes constituídos, em especial, os do poder executivo. Como observa um comentarista:

Em grande medida, as falas revisionistas de Bolsonaro, negando fatos sobre a ditadura militar ou alardeando uma “ameaça comunista”, têm origem em Olavo de Carvalho, um dos responsáveis por importar e reembalar teorias conspiratórias norte-americanas. [...] ele foi consolidando, em círculos marginais sem qualquer reconhecimento acadêmico, uma reputação como filósofo conservador, negando o legado do Iluminismo, da ciência moderna e dos valores democráticos decorrentes da Revolução Francesa (BUGALHO, 2020, n.p.).

Ilustrando como a razão está sob ataque nos solos brasileiros, permita-me retomar um acontecimento que segue me intrigando. Tendo como pano de fundo o contexto dos contingenciamentos dos investimentos em educação, propostos pelo então ministro Abraham Weintraub, foi fixada na sede da Reitoria da Universidade Federal do Paraná uma faixa com os dizeres: “EM DEFESA DA EDUCAÇÃO #OrgulhoDeSerUFPR #UniversidadePública #EuDefendo”. É uma faixa absolutamente necessária hoje em dia e quem, em plena consciência, poderia se achar no direito de discordar da defesa da educação?

condição humana a partir de seus mais diferentes aspectos, no período histórico que compreende “os dois últimos terços do século XVIII, embora tenha brotado da Revolução Científica e da Idade da Razão no século XVII e extravasado para o apogeu do liberalismo clássico na primeira metade do século XIX (2018, n.p.)”. Durante esse período, a centralidade do debate foi tomada pelos temas “razão, ciência, humanismo e progresso”.

Parece despautério (e de fato foi), mas manifestantes vestidos pró-Bolsonaro arrancaram a referida faixa no dia 26 de maio de 2019, sob o argumento de que “prédios públicos não são espaços para propaganda ideológica”. Como assim? Como uma faixa pode ser motivo para tanto ódio e servir de justificativa para uma compreensão absurda da realidade, na qual uma faixa denota que um prédio público foi “ideologizado”? A manifestação e a retirada da faixa parecem assinalar bem os caminhos percorridos quando valores racionais são substituídos pelo obscurantismo negacionista.

Pinker questiona “Quem poderia ser contra a razão, a ciência, o humanismo ou o progresso?” e acrescenta:

Desde os anos 1960, a confiança nas instituições da modernidade despencou, e a segunda década do século XXI viu a ascensão de movimentos populistas que repudiam com estardalhaço os ideais do Iluminismo. Eles são tribalistas em vez de cosmopolitas, autoritários em vez de respeitar o conhecimento e têm saudades de um passado idílico em vez de esperança em um futuro melhor (PINKER, 2018, n.p.).

Os movimentos aos quais Pinker se refere, no Brasil tiveram um salto gigantesco a partir de 2016. Não por coincidência, no mesmo contexto que a militância *on-line* pró-golpe desenvolveu por meio do discurso de ódio as condições estruturais para a crise que vivemos hoje³¹.

As respostas contra a onda da pós-verdade podem ser obtidas pelo fortalecimento da educação e pela popularização do saber científico, considerando que a atividade científica como resultante do fortalecimento das ações da educação está em consonância com os temas centrais do Iluminismo.

Nesse ínterim convêm lembrar o que Merton menciona como elementos constituintes da atividade científica, os quais podemos compreender como ligados aos valores iluministas. Para Merton, os comportamentos comuns da atividade científica estão analisados sob a ótica do *éthos* científico. Esse *éthos* é composto pelos elementos: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado. Vejamos:

O universalismo encontra expressão imediata no cânone de que as alegações de verdade, de qualquer que seja a fonte, devem ser submetidas a critérios pessoais preestabelecidos: consoante com a observação e com o conhecimento anteriormente confirmado. A aceitação ou rejeição das alegações que são consideradas científicas

31 Um conjunto de relatos nesse sentido podem ser lidos em *O ódio como política*, livro organizado por Esther Solano. No livro, destacam-se as análises sobre os conceitos de “nova direita”, “onda conservadora”, “reacionarismo”, “neoconservadorismo” e “fascismo”. É uma análise possível de como a popularidade do então candidato a presidente J. M. Bolsonaro cresceu à medida que os temas anti-racionalistas foram sendo ampliados e acolhidos pelo debate público.

não deve depender de atributos pessoais ou sociais de seus protagonistas, sua raça, nacionalidade, religião, classe e qualidades pessoais são irrelevantes.

[...]

O caráter comunal da ciência reflete-se no reconhecimento dos cientistas de sua dependência de uma herança cultural em relação à qual não há direitos diferenciais. O comentário de Newton – “se pude ver mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes” – expressa simultaneamente um senso de dívida para com a herança comum e um reconhecimento da qualidade essencialmente cooperativa e cumulativa da realização científica.

[...]

A demanda por desinteresse tem uma base firme no caráter público e testável da ciência e pode-se supor que essa circunstância tem contribuído para a integridade dos homens de ciência.

[...]

[o ceticismo organizado] é um mandato tanto metodológico como institucional. A suspensão do julgamento até “que os fatos estejam à mão” e o escrutínio imparcial de crenças em termos de critérios empíricos e lógicos têm periodicamente envolvido a ciência em conflitos com outras instituições (MERTON, [1942] 2013, p. 186-97).

As características apontadas por Merton tentam demonstrar que no *fazer científico* há que se ter um constante fluxo de pensar o *para quê* e o *como* da ciência. Ele apresenta a atividade científica como dotada de base histórica e social e tenta mostrar que a finalidade da ciência é o avanço nas questões importantes para uma sociedade. Essa dimensão apresenta a ciência como um conhecimento comprometido com a sociedade – não contrária à sociedade, como tentam nos fazer entender os negacionistas.

Diante da noção apresentada por Merton, podemos compreender que a atividade científica não produz um conhecimento estanque, mas, pelo contrário, um conhecimento que pode estar em constante movimento. Isso quer dizer que as certezas científicas não são absolutas, posto que as hipóteses, mesmo tendo sido verificadas, estão sempre sujeitas à melhores observações e conclusões.

Melhores observações colaboram para o processo de esclarecimento dos objetos em análise, pois trazem novos elementos à investigação. Esse processo faz com que a ciência não tenha como objetivo fornecer um conhecimento absoluto e final. Essa é uma das características que torna o conhecimento científico seguro, pois a provisoriedade dos resultados científicos permite que haja espaço para a discordância qualificada e que melhores conclusões possam ser tomadas sobre um conjunto de dados em discussão. As conclusões científicas, portanto, são, em tese, melhores à medida que há maior participação da comunidade científica.

Por ignorância de como a atividade científica funciona, uma pessoa desavisada talvez presuma, equivocadamente, que não ter uma certeza absoluta seja uma grande fraqueza dos resultados das investigações científicas. Contudo, a característica da provisoriedade de suas

conclusões é um dos grandes méritos da ciência, pois ao estar sempre aberta à crítica construtiva, está limitada à capacidade humana (e não a algum saber iniciático ou divino) a responsabilidade de dizer o que se sabe sobre como as coisas são e como elas não são, tornando muito menor o peso que alguma autoridade oculta poderia exercer. Se o conhecimento científico fosse, ao contrário, espaço exclusivo de iniciados e adquirido por meio de revelações sobrenaturais, aí sim, uma pretensa autoridade infalível estaria sempre presente³².

Penso que essa capacidade, de substituir conhecimentos estabelecidas por outras explicações mais bem fundamentadas, ao longo do tempo tenha colaborado para gerar a falsa sensação de que hipóteses científicas, pela sua provisoriedade, sejam meras opiniões.

Ao invés de darmos respostas a esse tipo de conclusão, tornando a ciência uma atividade cada vez mais aberta, parece que começamos a falhar, atribuindo à ciência uma responsabilidade maior do que lhe era conveniente e tornando o acesso aos espaços de discussão científica cada vez menos democráticos.

Aos poucos, as disciplinas científicas foram ficando tão esotéricas, tão restritas a poucos ouvintes, tão herméticas, que o grande público ficou alheio aos debates. Some-se a isso a falta de universalização do acesso ao conhecimento formal e o implemento de algo como uma elite do pensamento, formada por certo culto à personalidade e a crença equivocada de que somente alguns gênios conseguiriam compreender toda a matemática e as equações complicadas que servem para revelar as complexidades do multiverso.

Nossas percepções sobre as questões científicas foram se modificando para a noção de que os resultados da atividade científica são tão complexos que as pessoas que estão fora da academia já não se sentiam incluídas. Foi aí que passaram a discordar e inventar suas próprias explicações para o mundo? A questão me parece relevante, pois a crescente onda da pós-verdade também pode ser compreendida como uma tentativa de tomar parte no diálogo científico, mesmo que seja com uma baita falta de rigor metodológico.

Ainda que as formas de acesso tenham se alargado nas últimas décadas, apenas nos últimos anos a educação superior e o trabalho com pesquisas científicas avançou alguns passos em direção à universalização de seu acesso. Embora mais acessível que há 20 anos, ainda hoje o acesso a uma universidade em nosso país é bastante restrito.

32 Precisamos estar alertas quanto à capacidade do conhecimento científico poder ser capturado por interesses que fogem ao âmbito do conhecimento, haja vista ser coerente pensar o conhecimento científico em suas relações de poder. Ainda assim, não há alternativa melhor que o método científico para inquirir essas possibilidades.

Em contrapartida, as novas plataformas virtuais, como Youtube e Facebook, parecem ter ocupado a lacuna deixada pela falta de democratização das vias formais de produção de conhecimento. É certo que as plataformas virtuais potencializaram a difusão do conhecimento academicamente estruturado, mas também a autopromoção de discursos mais familiares ao grande público, que, infelizmente, tem se identificado mais com os discursos de ódio e com o negacionismo em geral do que com o campo das investigações científicas.

No lugar dos especialistas, as pessoas afetadas emocionalmente pelas crenças corroboradas pela pós-verdade passaram a dar ouvidos aos *influencers*. Diferente dos cientistas, *influencers* conseguem manter canais abertos de comunicação com a grande massa e, muitos, apresentam formas enviesadas de análise, que são aceitas com certa facilidade pelo público menos acostumado a ter reflexões mais críticas.

Pelo acesso aos meios digitais, cada pessoa está menos distante de manifestar suas opiniões, muitas delas descabidas, imprecisas e passionais, mas que servem para inflamar espectadores contra algumas pautas e colaboram de forma negativa para o debate público. É como se, aos poucos, a verdade tivesse ficado cada vez mais no passado e menos necessária, abrindo margem para explicações com base nos sentimentos em detrimento da razão.

No mundo dos influenciadores digitais, a qualidade e a veracidade do conteúdo parecem não ser o mais importante; o que conta mesmo é a quantidade de seguidores e de curtidas que um influenciador possui. O número de seguidores de uma pessoa poderia induzir o grau de confiabilidade que possui seu discurso? No campo formal dos argumentos e da investigação científica, claro que não; mas, em relação à quantidade de pessoas que legitimam o discurso, tem funcionado para o público em geral.

Some-se a esse fenômeno o fato de que no mercado capitalista, seguidores também são um produto disponível para compra³³. Para Evgeny Morozov, “O modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam [...]” sendo assim, no universo da pós-verdade, “Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas” (MOROZOV, 2018, p. 11).

33 Em rápida pesquisa realizada no buscador mais popular da internet com o termo “compra de seguidores”, é possível verificar a existência de muitos sites especializados nesse tipo de comércio. A pesquisa retornou termos como “turbine seu perfil”, “mais engajamento e mais vendas”, “bombe seu perfil”, “turbine seu crescimento”, etc. É curioso notar que a compra de seguidores é vendida nesse tipo de site como uma “atitude empreendedora” para dar visibilidade a perfis de redes sociais, e não como uma forma de supervalorizar o perfil, lhes atribuindo uma espécie de autoridade decorrente da quantidade de seguidores. Esse tipo de comércio se alinha com a percepção de que quanto maior o número de seguidores, melhor seria a condição de representatividade das ideias/produtos destacados pelo perfil.

Esse quadro geral colabora de forma marcante para que o negacionismo tenha se tornado tão presente nas formas dos discursos afetados pelo fenômeno da pós-verdade. Contra a pós-verdade e o negacionismo, a secularização do conhecimento é essencial e a ciência tem um papel importantíssimo a cumprir. A produção de conhecimento científico serve bem aos ideais seculares advindos do Iluminismo e é a ferramenta para a explicação da realidade mais coerente que temos. Resta sua universalização.

Em certa medida, a universalização do acesso à educação não é, por si só, garantia de que no futuro a pós-verdade e o negacionismo não tenham espaço no debate público. Digo isso porque, em boa medida, pessoas que tiveram acesso ao conhecimento científico e à educação formal em níveis altos de especialização, resolveram, por opção, apoiar projetos obscurantistas e a própria institucionalização do negacionismo. Contudo, o que nos resta senão amplificar ainda mais o acesso ao conhecimento científico a fim de que equívocos sejam evitados? É necessário todo esforço para respondermos essa pergunta, tendo em mente que contra o negacionismo, os valores seculares são cada dia mais prementes.

Considerações finais

A análise do negacionismo como elemento que ganha força como fenômeno da pós-verdade em oposição aos valores seculares herdados do Iluminismo, nos mostra que há um tortuoso plano institucionalizado em curso. Esse plano tem empurrado a sociedade brasileira para um retorno ao obscurantismo e em direção ao totalitarismo.

Acredito que muitas frentes de combate e resistência precisam ser erigidas em oposição ao obscurantismo e outras fortalecidas. É necessário que pensemos sobre nosso passado, apontando criticamente cada erro e opressão cometidos. Esse olhar deve permitir que as injustiças históricas sejam concertadas e que nosso presente seja inclusivo, acolhedor e transformador.

Um dos caminhos que precisamos trilhar é o de popularização do conhecimento científico e acesso às formas críticas de pensar o mundo. É um esforço em tornar os espaços de produção acadêmica menos herméticos e capazes de cumprir sua função social e emancipatória. Acredito que essa é uma forma de, no longo prazo, ajudar as pessoas a compreenderem a importância do pensar de forma racional e inviabilizar futuras ondas tão perigosas como as próprias da pós-verdade.

Os valores iluministas nunca foram tão necessários no Brasil, pois o quadro que é desenhado é cada vez mais de uma grande revisão histórica que tem como etapa posterior um regime fascista.

Enquanto a suposição de que a verdade é uma narrativa em disputa for engendrada de forma tão perversa e tão intrínseca por grupos organizados e de forma tão escancaradamente institucional, precisaremos resistir e mostrar o quanto temos a perder. É cada vez mais crucial irmos em defesa do secularismo, e para isso precisamos voltar a ter a verdade como norte, para que na disputa entre pós-verdade e ciência no Brasil do negacionismo, vença a ciência.

Referências bibliográficas

ALONSO, Lucas. *Em blog, Ernesto Araújo escreve que coronavírus desperta para 'pesadelo comunista'*. Disponível em <<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/em-blog-ernesto-araujo-escreve-que-coronavirus-desperta-para-pesadelo-comunista.shtml>>>. Acesso em: 7 de jun 2020.

BUGALHO, Henry. *Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil*. [s.l.]: [s.n], 2020.

CASTRO, Gabriel; VIEIRA, Maria Clara. *Faxina ideológica: O ministro da Educação diz que o sistema de cotas deve acabar, defende a volta da educação moral e cívica e mensalidade nas universidades federais*. Disponível em <<<https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/>>>. Acesso em 8 de ago 2020.

DANOWSKI, Débora. *O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo*. Disponível em << <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n70.html>>>. Acesso em 4 de ago 2020.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARARI, Yuval Noah. *Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KAHN-HARRIS, Keith. *Denialism: what drives people to reject the truth*. Disponível em <<https://www.theguardian.com/news/2018/aug/03/denialism-what-drives-people-to-reject-the-truth>>>. Acesso em 2 de ago 2020.

MCINTYRE, Lee C. *The Scientific Attitude: defending science from denial, fraud, and pseudoscience*. Cambridge: The MIT Press, 2019.

MERTON, Robert K. A ciência e a estrutura social democrática. In: *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, [1942] 2013.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NOVAES, Marina. *Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes*. Disponível em <<<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>>>. Acesso em 7 de jun 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior – O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINKER, Steven. *O novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther (Org.). *O ódio como política – a reinvenção das diretas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.

RICHARDSON, Valerie. *Centenas de engenheiros e cientistas declaram para a ONU: “Não há emergência climática”*. Disponível em <<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/20917-centenas-...mergencia-climatica-the-washington-times-30-de-setembro-de-2019>>>. Acesso em 4 de ago de 2020.

VEJA. *Universidades com “balbúrdia” terão verbas reduzidas, diz Weintraub*. Disponível em <<<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>>>. Acesso em: 3 de jun 2020.

PÓS-VERDADE E PANDEMIA: Uma distopia em Slavoj Žižek e Matthew D’Ancona

Merielle do Espírito Santo Brandão³⁴

Resumo

Este artigo tem como objeto de conhecimento a pós-verdade no cenário atualíssimo da pandemia e a estruturação de um contexto distópico em meio a interesses políticos, a era da informação e o acesso as ferramentas da tecnociência. O entendimento das novas regras do descrédito da ciência, a linguagem (*modus operandi*) fascista, a pandemia e invalidade dos fatos mediante *fake news* que configuram a crise epistemológica e política difusa, serão analisados sob uma perspectiva crítica. Para isso, buscaremos através de prismas filosóficos em Slavoj Žižek e nos fatos jornalísticos, fundamentais ao pensamento da história futura, em Matthew D’Ancona e demais pensadores sondar esta realidade contemporânea configurada no estatuto do “novo normal” da pós-verdade em meio a uma pandemia mundial e a realidade factualmente distópica.

Palavras-chave: Pós-verdade; Pandemia; Distopia.

Abstract

This article has as its object of knowledge the post-truth in the very current scenario of the pandemic and the structuring of a dystopian context amid political interests, the information age and access to the tools of technoscience. The understanding of the new rules of the discredit of science, the fascist language (*modus operandi*), the pandemic and invalidity of facts through fake news that configure the epistemological and diffuse political crisis, will be analyzed from a critical perspective. For that, we will search through philosophical prisms in Slavoj Žižek and in the journalistic facts, fundamental to the thought of the future history, in Matthew D’Ancona and other thinkers to probe this contemporary reality configured in the status of the “new normal” of the post-truth amid a worldwide pandemic and the factually dystopian reality.

Keywords: Post-truth; Pandemic; Dystopia.

Introdução

Desde o século XX, algumas narrativas da modernidade vêm sendo desafiadas em um cenário que, além de controverso e multifacetado, inaugura a possibilidade da ultra *tekhné* e da informação; logo, o virtual, o *mass media*, o *input* são fatores fulcrais de inserção do sujeito no “admirável mundo novo” da tecnociência, da realização do silício e também da crise do carbono, o moderno; e de fato, das crises estruturais de conceitos antes intocáveis.

34Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mestra em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal De Sergipe – UFS. Especialização em Filosofia e Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Doutoranda em Filosofia do Conhecimento e Linguagem pela Universidade Federal De Sergipe – UFS. E-mail: meriellebrandao@gmail.com.br.

Ciência, verdade, realidade racionalizada, realidade existencial, o sujeito, dentre outros conceitos engendrados nas luzes, chocam-se a uma velocidade de um click e, em fragmentos, decompõem-se em múltiplas facetas, formando um campo vasto só possível nos devires contingentes e em uma realidade típica do interior de um acelerador de partículas. O choque, o estarrecimento, a contramão, os dados fluidos, a liquidez, o fluxo contínuo e vertiginoso do mundo ao alcance de “todos” e, ao mesmo tempo, fugaz aos olhos de quem o alcança, não tange só o pensamento pós-moderno, antes sim, a realidade se efetiva nos acontecimentos.

É dentro dessa enxurrada de probabilidades e em um terreno já pantanoso, que recentemente, também alcançamos o descrédito das instituições, abalos nos discursos políticos, um fantasma do passado na política mundial retornando em novas faces de uma estrutura velha e decadente e é, da mesma forma, dentro das crises epistemológicas humanas e das instituições que, por fim, alcançamos um desequilíbrio natureza-homem ou, buscamos encarar o fato de uma natureza mais ativa e vívida que aquela bem disposta à serventia da modernidade.

A ironia se perfaz entre o ápice da técnica e o caos da ciência, na mesma via de mão única. Com a pandemia, o agora é uma realidade sempre possível – a realidade do poder letal da natureza e nossa parte integrante e suscetível a esta – contudo, anunciada por um “Coro de Cassandras”. Na mitologia grega, Cassandra era filha de Príamo e conduzia em si o poder da adivinhação, por possuir “o dom da profecia. Apesar de não ser ouvida, todas as suas profecias se cumpriam veementemente.”³⁵ A narrativa mitológica conta que:

“para seduzi-la, [Apolo] ofereceu-se para ensinar-lhe a adivinhação. Cassandra aceitou, mas tão logo se viu instruída não quis ceder ao desejo de Apolo. Este, por despeito, cuspiu-lhe na boca, privando-a com isso não da ciência, mas do dom da persuasão. E apesar da pobre Cassandra fazer as mais verídicas profecias, ninguém lhe dava crédito” (GRIMAL, 2009, p. 28, grifo nosso).

Portanto, por mais assertivo que fosse o coro, esperava-se o improvável não-acontecimento. Da mesma forma, o sujeito contemporâneo sofre de subestimação do poder da natureza, um misto de negação e arrogância, que anuncia nosso falimento mediante tal poder:

“A epidemia viral nos lembra do caráter em última instância contingente e desprovido de sentido de nossas vidas. Não importa quão magníficos são os edifícios espirituais que nós, humanidade, somos capazes de produzir, uma contingência natural estúpida como um vírus ou um meteoro pode acabar com tudo de uma só vez” (ŽIŽEK, 2020, pp. 27-28).

35 Ver, GRIMAL, Pierre. *Mitologia Grega*. Tradução: Rejane Janowitz. Editora: L&pm, 2009. p. 28. grifo nosso.

Deste modo, é ainda no ano de 2019 que a contingência natural se faz presente na província de *Hubei*, em *Wuhan*, na República Popular da China, e a partir de onde o presente se efetivaria. A síndrome respiratória aguda (SARS-CoV-2) causada por um vírus (o inimigo invisível), desembocaria no que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarava como uma pandemia de COVID-19 já em curso.

Posta a realidade entre pós-verdade e pandemia e as crises de narrativas modernas, descréditos, esfacelamento da verdade, histerias, delírios coletivos e fantasmas obscurantistas totalitários; como foco deste trabalho buscaremos pensar sobre a realidade atualíssima do cenário pós-verídico e pandêmico, bem como às implicações da crença em detrimento da ciência. Para isso, as contribuições jornalísticas do inglês Matthew D'ancona sobre a pós-verdade no livro *Pós-verdade - a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*³⁶ (2018) e a realidade pandêmica a partir de críticas específicas do filósofo esloveno Slavoj Žižek no mais recente livro *Pandemia – Covid-19 e a reinvenção do comunismo*³⁷ (2020), serão abordadas neste trabalho – galgando uma visão da possibilidade de um “novo normal” que nos remete a cada noticiário ou na própria realidade vivida, a um contexto histórico aparentemente distópico.

A distopia da pós-verdade: bem-vindos ao “novo normal”

Se a escrita sobre uma realidade atualíssima sempre cai no vão da probabilidade do fervor dos fatos, por falta de distanciamento histórico, esse artigo buscará tecer os pontos de vista específicos e atuais da visão jornalística – os quais servirão em um futuro próximo como

36 “Publicado no Brasil em 2018 pela Faro Editorial, o livro *Pós-verdade: a Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News*, reflete a crescente tendência por pesquisas voltadas à compreensão de fenômenos potencializados com o advento da Web 2.0. O autor, Matthew D'Ancona, é jornalista e nasceu em 1968, no sul de Londres. Sua trajetória no jornalismo foi iniciada em 1991 e ascendeu através da atuação em veículos como The Guardian, London Evening Standard, GQ, The New York Times, Index on Censorship, The Times, The Sunday Telegraph, The Spectator e Prospect.” FIRMINO, Thaís; FIRMINO, Thaianne. *Resenha: Pós-verdade - a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*. Publicado em Revista Passagens do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Volume 9, nº 1, ano 2018, p. 225.

37 “Nesta obra, escrita em plena quarentena, o filósofo esloveno Slavoj Žižek, mergulha de cabeça no espírito de nossa época. Ao longo de treze ensaios de escrita rápida, afiada e bem-humorada, são destrinchados diferentes aspectos do surto provocado pelo novo coronavírus: filosóficos, psicanalíticos, políticos, sociais, econômicos, ecológicos e ideológicos. Quando governos austeros, reconhecidos por cortes implacáveis nos gastos públicos, decidem subitamente gerar trilhões, Žižek demonstra como uma nova forma de comunismo pode ser a única maneira de evitar uma descida à barbárie global. Escrito com seu conhecido estilo irreverente e o gosto do autor por analogias da cultura *pop* (Tarantino, Hitchcock e H. G. Wells flertam com Marx, Hegel e Lacan nestas páginas), este livro fornece fotogramas concisos e provocativos da crise à medida que ela se alastra e engole todos nós.” Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/pandemia-covid-19-e-a-reinvencao-do-comunismo-960>>.

material histórico – em D’Ancona, no seu livro escrito em 2018 e uma necessária análise filosófica e crítica da pós-verdade e pandemia em Žižek em seu recente livro sobre o tema. Suscitando não só uma revisão da literatura, mas também acrescentando pontos de vista sobre outros prismas, análises e críticas.

De fato, entre 2018 e 2020 muita coisa aconteceu e, dada a velocidade dos tempos citados na introdução, “a velocidade de um click”, as percepções vertiginosas de um mundo igualmente vertiginoso nos traz uma gama de fatos históricos retalhados e, ao mesmo tempo, interconectados. Temos então o que um cenário até então imerso em um “novo normal” se construía, contudo, é na pandemia que comumente se anuncia essa novidade. Se a pós-verdade é o “novo normal”, a pandemia mostra sua pior face com o peso do adoecimento global na era da pós-verdade e o descrédito na ciência. O caos da ciência moderna por um triz estaciona a verdade em uma via crítica onde a negação é a doença da cegueira cognitiva (a doença a-epistemológica) em um ano de doença natural. O delírio coletivo é também uma nova regra, parte fundamental da crise cognoscente do sujeito cognoscível, logo, estamos doentes e renegados da verdade na plenitude da tecnociência informativa, estamos mediante um “novo normal” distópico.

Quando pensamos em distopia encontramos uma guisa literária como referência. No crivo da imaginação criativa é ainda difuso para qualquer leitor formular em seu imaginário como seria um mundo absurdamente inverso na vida real. Ao pensar no termo logo remete-se a algo que só é possível na imaginação; porém, se averiguarmos, não é exatamente tão distante falar em distopia no cenário atualíssimo que o mundo se encontra. De modo breve, vale ressaltar que “etimologicamente, “distopia” e “utopia” provêm da palavra grega τόπος e, a mesma, refere-se a “lugar”. De τόπος (lugar) surge a junção com a partícula negativa “u” a partir do filósofo [...] Thomas Morus (1478-1535) – que em 1516 escreve [sua obra] *Utopia*. Assim, a palavra utopia passa a significar [...] “não-lugar”, ou, um “lugar-nenhum”.³⁸ Contudo, é:

“Em 1868 pensando [em] uma inversão de valores utópicos de Thomas Morus, [...] o filósofo e economista John Stuart Mil, em um discurso para o Parlamento Britânico, cita a palavra “Dystopia”. [...] A saber, agrega-se a nova partícula: δυο (“dis” ou “dys”), que significa “dor”, “infelicidade”, dando novo sentido à palavra grega τόπος (lugar). Deste modo se estabelece à palavra “distopia” para designar um lugar em condição nefasta ou situação de infelicidade (“lugar-ruim”, ou, “lugar-infeliz”) – contrapondo-se a “utopia” (SAVANA; AZEVEDO, 2019 [Obras educacionais], pp. 186-187, grifo nosso).

38 Ver BRANDÃO, M. E. A.; SPINELLI, C. H. A. Educação e Distopia: o ideário pedagógico kantiano na suplantação de realidades distópicas. Em *Obras educacionais: A realidade da educação pela perspectiva de quem entende e convive diariamente*. 1. ed. Maceió. Editora: Atitude impressa, 2019. p. 186. grifo nosso.

Este “lugar-infeliz” e inverso foi narrado como gênero literário diversas vezes e em modo um tanto quanto profético. Em 1984, William Gibson publicou o romance distópico de ficção científica conhecido como *Neuromancer*. O livro é publicado em um ano sugestivo, tal qual George Orwell anunciara um estabelecimento de uma sociedade controlada pelo “O Grande irmão” das telas no seu livro *1984*. Em Orwell uma distopia se estabelece também a partir do *mass media*, onde, em um estado de controle pelas telas, o governo *Big Brother* rege, observa e manipula a população. No clássico de Orwell, algumas ferramentas de controle estão ligadas ao surgimento de uma realidade baseada na negação da verdade; a exemplo, temos na obra de Orwell o que ele chama de “Ministério da Verdade”. No Brasil, em um artigo jornalístico político do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o professor, advogado e ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Bahia, Eduardo Rodrigues de Souza, escreve que:

“O Ministério da Verdade se ocupa de notícias, entretenimento, educação e cultura, sendo o responsável pela falsificação de documentos, escritos variados e mesmo literatura que pudessem servir de referência ao passado. A ideia das alterações nesses escritos é fazer com que tudo sempre condiga com o que o Partido diz ser verdade. Isso mesmo, o Ministério da Verdade é encarregado, no livro de Orwell, a modificar a história passada de modo a deixá-la de acordo com a vontade daquele que está no poder. Uma das formas de fazer isso é a mudança de significados das palavras, em uma tática de renovação da língua e seus significados que foi batizada de “novilíngua. [...] Ao que parece, o Brasil dará mais um passo a caminho da concretização do roteiro do livro referencial de George Orwell. Em entrevista ao site Valor, no dia 03 de abril, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, diz que “haverá mudanças progressivas” nos livros didáticos para “que as crianças possam ter a ideia verídica, real” do que foi a sua história. [...] O ministro se referia à maneira como o golpe militar de 1964 e a ditadura são retratados nas escolas. Ao negar a história, o ministro, que já esteve envolvido em outras polêmicas, diz que não houve ditadura, mas um regime democrático de força, e que a Constituição da época foi seguida. [...] Ao tentar reeditar a história, o ministro mostra, mais uma vez, o caráter autoritário das ações do Governo Federal atuante no País. Seguindo o roteiro orwelliano, constrói um ministério que se encarrega de modificar a história passada para que fique ao gosto dos governantes, um Ministério da Verdade à brasileira. Como se vê, o livro do escritor inglês, lançado em 1949, está completamente atual. Bem-vindos a *1984!*” (SOUZA, 2019, p. 01).

A ironia destes ministérios, o da verdade de Orwell e o da Educação no Brasil, é justamente o fato do estabelecimento do compromisso com a mentira. Na distopia de Orwell o ministério tem, na figura do personagem principal do livro Winston Smith (o qual diferente do ex-ministro da educação (de 1º de janeiro a 8 abril de 2019), Ricardo Vélez Rodríguez, produzia um trabalho apático e instrumental), um falsificador de registros históricos. Essa prática comum do(s) ministério(s) é usada como método de negação não só da história, mas

também como meio de criação de uma realidade paralela, totalmente alienada e desamparada da verdade. Na obra *1984* temos então um estabelecimento de uma pós-verdade como meio de validação do governo totalitário do ditador das “teletelas” – e qualquer semelhança com a atualidade não é mera coincidência.

Ao passo que, em Orwell, temos uma distopia de cerceamento do acesso à verdade, como também temos em outros clássicos dessa mesma natureza como *Fahrenheit 451* (1953) de Ray Bradbury e *Admirável mundo novo* (1932) de Aldous Huxley; no romance mental de Gibson, temos um contexto diferente, todavia também adepto à nossa realidade. Já na obra *Neuromance*, Gibson nos apresenta uma distopia sobre um delírio coletivo digital no qual o mundo inteiro hiperconectado adentra em um “paraíso virtual” para ter acesso a tudo e com a possibilidade de tudo conhecer. Neste caso, não é o impedimento e sim o esgotamento mental quando se tem o acesso a uma gama de informação e em uma velocidade imensa. Em Gibson, a ameaça é individual no poder da troca do mundo real pelo virtual com um “paraíso” de dados verídicos disponíveis, mas exauridos pela quantidade de verdades acessáveis virtualmente através dos aparelhos da era da informação. “Eles encontraram seu paraíso, um “paraíso de pirata”, na periferia bagunçada de uma grade acadêmica de nível baixo de segurança. À primeira vista, parecia o tipo de grafite que operadores universitários às vezes deixam nas junções de linhas de grade, grifos tênues de luz colorida que tremeluziam contra os contornos confusos de uma dezena de faculdades de letras.”³⁹

A única falha da distopia de Gibson consiste no fato de que ele se apercebe de uma ideologia por trás desse mundo hiperconectado – como se as ferramentas de produção desta realidade tivessem um caráter autorreferencial e dissociados de interesses. No entanto, a pontualidade dos fatos narrados no livro com a nossa atualidade podem ser conferidos mediante um espectro de mundo atual paradoxal, antes visto apenas na literatura: o acesso à verdade é livre, o condicionamento a este acesso não; o acesso à verdade é facilmente alcançável, todavia a produção da informação possui um perfil desgastante. Para além, no mundo real que beira a ficção a verdade hoje também sofre do subproduto da negação (como em Orwell): o campo “confortável” e obscuro das *fake news*.

Pós-verdade, pandemia, distopia

³⁹ Ver, GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Editora Aleph, 1991. p. 76.

Há um debate claro na história da filosofia sobre *Aletheia* e, ainda muito antes da tríade grega clássica, quando o conceito é pensado em virtude do homem da pólis aliado à bondade e à beleza e serviam de pilares fulcrais os quais o homem deveria se guiar. Nos primeiros princípios da acepção em Homero, como cita Corazzon: “A noção homérica de *Aletheia* que emerge de examinar seus usos, é precisamente a mesma, com a mesma força e sabor, que a consagrada no juramento tradicional ou na afirmação solene exigida de uma testemunha em processos judiciais: *dizer a verdade, toda a verdade e nada além da verdade*”⁴⁰. Também é passível de compreensão um alcance da *Aletheia* no modo de princípio da identidade do pré-socrático Parmênides: o que é, é; e o que não é, não é. Que depois em Platão, no diálogo *Crátilo*, o filósofo afirma: “Verdadeiro é o discurso que diz as coisas como são; falso é aquele que as diz como não são” (Crat., 385 b; Sof., 262 e; Fil., 37 c).

Dito isto, de fato, se nos debruçarmos sobre a verdade na história da filosofia desde o conceito próprio de *Aletheia* grego, passando pela epistemologia da modernidade e os conceitos de verdade do contemporâneo onde a busca pela resposta “O que é a verdade?” ainda se perfaz; iremos traçar diversos pontos de vista, no entanto, obedecendo a um núcleo duro resistente necessário: a verdade é aquilo que corresponde à realidade e por realidade entende-se os fatos reais; como cita Karl Popper sobre a correspondência entre verdade e realidade: “Uma teoria ou uma proposição é verdadeira, se o estado de coisas descrito pela teoria corresponde à realidade.”⁴¹ Se a verdade é aquilo que por correspondência é a realidade, o fenômeno decadente da pós-verdade não é o que está para além da verdade e sim aquilo que surge de pior quando a verdade não é mais fundamental e válida, a mentira – é assim que o cenário da pós-verdade desemboca em uma realidade distópica.

No prefácio do livro: *Pós-verdade - a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*, Matthew D’Ancona define as razões do livro e, em como assistimos tudo de olhos atentos ao que ele chama de “momento cauteloso”. Um momento atento que não deve ser pensado por vias da histeria – apesar da presunção de histeria; porém, um momento em que “da mesma forma, não é hora de ser otimista ou ter a confiança presunçosa de que aquilo que chamamos de pós-verdade seja apenas a última moda sobre a passarela intelectual, que desaparecerá espontaneamente na insignificância”⁴².

Apesar do receio e ao mesmo tempo uma alerta a não-histeria, D’Ancona atenta em seu livro a uma carta de George Orwell numa menção ao medo do discurso da pós-verdade

40 Ver, PETER; MICHEL et al. (eds.), 2018, *Post-truth, Fake News: Viral Modernity and Higher Education*. Springer, Singapore, p. 04.

41 Ver, POPPER, Karl. Sobre conhecimento e ignorância. 1984.

42 Ver, D’ANCONA, 2018. p. 15.

como ferramenta do fascismo – Orwell assistiu atônito ao sucesso da propaganda fascista e seu alcance aterrorizante. A carta citada, mostra um Orwell em que, pelo tom da escrita e do medo sobre o fenômeno da mentira crescente, anuncia também o que o jornalista chama de início da era da pós-verdade. Na mesma linha do medo de Orwell ao fascismo e ao uso de um sentimento muito mais ligado à crença e à emoção que as evidências da verdade e da razão, em um artigo intitulado “A verdade em um mundo de pós verdade”, Michel Lynch, reafirma sobre Orwell, atentando que “George Orwell enfatizava que sem a ideia de verdade não é possível resistir ao poder, pois sem uma ideia de verdade a crítica política se converte em uma expressão de sentimentos, em algo que não pode ser justificado nem rebatido pela evidência”⁴³

Desta forma, o temor que tem início ainda na década de 1930 posteriormente é visto no capítulo I em D’Ancona como a chegada definitiva da era da pós-verdade em 2016 (“Não por acaso, em 2016, o *Oxford Dictionaries* escolheu “pós-verdade” como sua palavra do ano”) com dois destaques para a política mundial e a correlação com o tema: o BREXIT e a eleição do 45º presidente norte-americano, Donald John Trump. Para Orwell havia uma “sensação de que o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo. Afinal, há chances de essas mentiras, ou em todo caso mentiras semelhantes, passarem para a história.”⁴⁴ O temor de Orwell se justifica, o fascismo não só recorre a uma linguagem própria, como lembra-se Humberto Eco em seu livro *O fascismo eterno* (1997), como também se solidifica com uma aversão a história e a veracidade dos fatos, fazendo da mentira uma marca inversa e infelizmente também histórica; visto que é comum ao *modos operandi* do fascismo a ascensão por meio da falsa linguagem.

Disto isto, estaríamos em retorno ao fascismo e por má sorte também expostos a um golpe da natureza? A crise da verdade é a possibilidade do fascismo? O produto de todo esse contexto vigente estreia com a pós-verdade e as notícias falsas um método de linguagem “nazi-fascista” que incita o descrédito na ciência? E em uma perspectiva minimamente otimista, o *crash* mais marcante do contemporâneo se dará na reinvenção de um mundo mais justo? O limiar tecnocientífico é uma reformulação do acesso à verdade? As perguntas e as possibilidades são inúmeras, no entanto, pensemos uma conexão caótica dos fatos, uma vez que a guerra contra a verdade se efetiva não só na vazão da razão, todavia também como brinquete político:

43 Ver, LYNCH, Michael. A verdade no mundo da pós-verdade, 2016.

44 Trecho retirado do ensaio “Recordando a guerra civil”, do livro *Lutando na Espanha*, de Geoge Orwell, tradução Ana Helena Souza, Editora Globo. Original de 1938 e tradução de 2006.

“Entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que as ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida como um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada como suspeição, às vezes, franco desprezo (D’ANCONA, 2018, p. 19).

Do que define D’Ancona como o início da pós-verdade até o momento em que carecemos fielmente da verdade – política mundial, retorno a extremismos, inimigo natural – e de fato a atualíssima pandemia em meio à negação, a linha não só é tênue quanto controversa.

Em *Pandemia – Covid-19 e a reinvenção do comunismo*, numa tentativa de encarar o ataque viral como uma necessária hostilidade natural positiva onde o mundo se inteirará da nossa hiperconexão como fator social, Žižek também está pensando os boatos, o pânico e a linha tênue entre realidade e uma realidade simbólica (onde para Žižek, por influência da psicanálise, a vida se efetiva) que necessariamente merece ser ressignificada. Apesar do tom pouco científico e muito mais filosófico-ideológico, o capítulo de entrada do livro de nome: “vírus da ideologia”, parece haver uma tentativa de pensar um para-além do mundo pandêmico no filósofo esloveno:

“Uma coisa é certa: isolamento, novos muros e mais quarentenas não resolverão o problema. Precisamos de solidariedade incondicional e de uma resposta globalmente coordenada, uma nova forma daquilo que certa vez se chamou de comunismo. Se não orientarmos nossos esforços nessa direção, a Wuhan de hoje talvez venha a ser a imagem da cidade de nosso futuro. Muitas distopias já imaginaram um futuro semelhante: ficamos em larga medida em casa, trabalhamos de nossos computadores, nos comunicamos via videoconferência, nos exercitamos em aparelhos no canto de nosso home office ocasionalmente nos masturbamos em frente a uma tela exibindo sexo explícito e encomendamos comida a ser entregue em casa” (ŽIŽEK, 2020, p. 13).

Apesar da negação ao isolamento, fator fulcral de contenção do Covid-19, e tal negação acontecer insanamente em nome do “vírus ideológico”, o filósofo esloveno destaca um imaginário distópico em meio a esse caos. Žižek recorre ao entendimento claro a todos de que o desenrolar de uma vida contemporânea se estabelece quase que de perfil verossímil entre virtual e real. Produzimos ferramentas tecnológicas que por sua vez produzem o ambiente da disseminação e acessibilidade das *fake news*; que por conseguinte podem ser causa, também, da exaustão entre verdades, informações e dados hiperconectados, como em *Neuromancer*. Da natureza, tema agora recorrente, malogramos toda sorte de sermos ainda e apenas, corpo suscetível às intempéries da mesma: o “desenvolvimento tecnológico nos torna

mais independentes da natureza e, ao mesmo tempo, em outro patamar, mais dependentes dos caprichos da natureza.”⁴⁵ Essa interdependência nos faz um tanto quanto mais virtuais, mas de dimensões que se fundem também ao real:

“Talvez apenas a realidade virtual seja considerada segura, e se deslocar livremente em um espaço aberto se torne algo reservado às ilhas privativas dos ultrarricos. Mas mesmo no nível da realidade virtual e da internet, vale lembrar que nas últimas décadas os termos “vírus” e “viral” foram usados principalmente para designar fenômenos digitais que estavam infectando nosso espaço virtual e dos quais não estávamos cientes, ao menos não até que seu poder destrutivo (digamos, de corromper nossos dados ou torrar nossos HDs) eclodisse. O que estamos testemunhando agora é um retorno massivo ao significado literal originário do termo. As infecções virais operam de mãos dadas em ambas as dimensões, real e virtual (*Ibidem*, 2020, p. 32).

Essa imersão ao virtual não só transforma o contexto da verdade e sua acessibilidade, mas reconfigura em uma realidade pandêmica a negação tanto da informação em grande quantidade quanto da própria verdade em si e a quem é acessível. Quando diversas questões de divulgação de dados e verdades estão alcançáveis a milhares de acessos, a guerra entre verdade *versus* fake news (ou negação) se torna inclusive jogo de estratégia política. D’Ancona relata essa prática quando lembra em seu livro que o secretário de imprensa da Casa Branca em entrevista um dia após a posse, afirmou que a cerimônia de Donald Trump foi a maior já vista e assistida “presencialmente e em todo o mundo, ponto-final.”⁴⁶ Além da informação falsa, há o apelo midiático na construção da imagem positiva de Trump logo nos primeiros dias de governo (da mesma forma que na campanha presidencial), que está muito mais para animador entre o meio termo de um *freak show* e um *stand up* de mau gosto, que para presidente de uma das nações ainda potentes do mundo – um verdadeiro “American Horror Story”.⁴⁷

A saber, o terror midiático apelativo se torna parte da construção de governos como os de Trump e os fatos jornalísticos, os quais serviriam como material histórico futuro, são afetados também pela apelação. D’Ancona aponta que:

“Em dezembro de 2016, Scottie Nell Hughes, comentarista de tendência conservadora, sustentou que a percepção era tudo o que contava. “Em toda a campanha, uma coisa interessante de observar é que as pessoas dizem que fatos são fatos. Não são realmente fatos”, ela afirmou no programa The Diane Rehm Show, da National Public Radio. “É como analisar índices de audiência ou um copo de água

45 Ver, ŽIŽEK, 2020, p. 16

46 Ver, D’ANCONA, 2018, p. 23.

47 Seriado de TV estadunidense sobre histórias de terror típicas da América do Norte. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/series/serie-10001/>>. Acesso em: 10/08/2020.

cheio pela metade. Todos têm uma maneira de interpretá-los como verdade ou não verdade. [e conclui]: Infelizmente, fatos não existem mais” (D’ANCONA, 2018, [*Pós-verdade – a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*], p. 24, grifo nosso).

O posicionamento da jornalista-comentarista da CNN Scottie Nell Hughes escancara de modo nietzscheano: “Não há fatos, apenas interpretações”, o novo modelo de política a qual a pós-verdade não é apenas aliada, antes sim é modelo de apelação necessária para esta nova configuração.

Em Žižek há o relato da mesma forma de estratégia política, contudo acontecida na Rússia. Em uma reportagem feita pela BBC News sobre um quadro da rede de televisão russa com foco em teoria da conspiração e Covid-19, a BBC pontua o interesse por trás da propagação da conspiração. O artigo jornalístico (de tradução livre) inicia-se com a informação de que “o surto de coronavírus na China forneceu um terreno fértil para teorias da conspiração e desinformação na web em toda parte, mas na Rússia elas estão sendo espalhadas em programas de notícias do horário nobre.”⁴⁸

“Um caso escancarado de boataria se deu em uma das principais redes televisivas russas, a Channel One, que lançou um quadro regular dedicado a teorias da conspiração a respeito do coronavírus em seu principal noticiário noturno, Vremya [Tempo]. O estilo da reportagem é ambíguo: ao mesmo tempo que parece refutar as teorias apresentadas, deixa os telespectadores com a impressão de que elas contêm um fundo de verdade. A mensagem (elites ocidentais ocultas e especialmente os Estados Unidos são de alguma forma os grandes responsáveis pela epidemia do coronavírus) é assim transmitida como um boato duvidoso: é tudo doido demais para ser verdade” (ŽIŽEK, 2020, p. 21).

No entanto, mesmo com o entendimento pleno do que chama de ‘boataria’, Žižek de modo duvidoso conclui: “A suspensão da verdade efetiva estranhamente não elimina sua eficácia simbólica. Além disso, tampouco devemos descartar a possibilidade de que, às vezes, não contar toda a verdade para o público pode efetivamente evitar uma situação de pânico que poderia, por sua vez, acarretar um maior número de vítimas.” (*Ibidem*, 2020, p. 21). É claro aqui que o fator pós-verdade fica como dito anteriormente, também na esfera da estratégia política. D’Ancona lembra-se que a questão da “mentira é parte integrante da política desde que os primeiros seres humanos se organizaram em tribos. [E que] Platão atribuiu a Sócrates a noção de “nobre mentira”: um mito que inspira a harmonia social e devoção cívica. No

48 “Coronavirus: Russian media hint at US conspiracy”, *BBC News*, 7 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-51413870>>. Acesso em: 10/08/2020.

Capítulo XVIII de O Príncipe, Maquiavel recomenda ao governante ser “um grande fingidor e dissimulador”. (D’ANCONA, 2018, p. 32, grifo nosso).

Apesar do recurso ao fingimento ser engrenagem política, o caos distópico que nos encontramos se assenta não só na possibilidade da negação, mas da reformulação da verdade em mentira e com chances largas de que a mentira e a negação sejam aceitas, afinal, “a pós-verdade também vende”⁴⁹, e vende no artifício do apelo, na emoção, no delírio coletivo e portanto nos mercadores de atenção; os quais no jogo político da atualidade tem grande poder e influência.

O recurso ao apelo que tem como modelo o mesmo recurso da autopromoção em perfis de redes sociais, atinge a produção do saber e a política mesclando inclusive fatos com irrealidades e deturpando a verdade em todas as suas instâncias, inclusive na verdade por correspondência citada anteriormente. Em D’Ancona: “os sites corporativos e a mídia social tratam com desdém os jornais impressos ou a grande mídia, considerando-os a voz desacreditada de uma ordem “globalista”; uma elite liberal”, cujo tempo já passou. [...] “Ouse saber” foi o lema proposto por Immanuel Kant, para o Iluminismo. O congênere de hoje é: “Ouse não saber”.”⁵⁰ A saber, as definições de um mundo no modelo político entre fascismo e redes interconectadas da tecnociência produz uma simulacro de mundo, onde o paralelo/virtual não atende apenas a um ritmo histórico, todavia a interesses capitais, políticos, econômicos e de alienação. Para isto, é fulcral um modelo distante da realidade e da verificação de hipóteses, de evidências e correspondências com a realidade; fundamental para os dados da ciência e da filosofia.

Essa estrutura de mundo cria um padrão de perfil e reação nos sujeitos praticamente nulo em ambos os casos. No máximo, lidamos com um conforto da acessibilidade atrelado ao modelo capitalista e aparentemente, em larga escala, os sujeitos contemporâneos realizam-se em trivialidades deste sistema. A saber, para Žižek, “muitas distopias já imaginaram um futuro semelhante: ficamos em larga medida em casa, trabalhamos de nossos computadores, nos comunicamos via videoconferência, nos exercitamos em aparelhos no canto de nosso home office e ocasionalmente nos masturbamos em frente a uma tela exibindo sexo explícito e encomendamos comida a ser entregue em casa.” (ŽIŽEK, 2020, p. 09)

Essa imersão ao virtual e a forma como se configura nas distopias de Orwell, de Gibson ou na citação de Žižek para atualidade possui todo um aparato que D’Ancona chama de “indústria da desinformação” e que o filósofo esloveno classifica em estágios em que a

49 Ver, D’ANCONA, 2018, p. 42.

50 Ibidem, 2018. p. 42.

primeira parada dessa histeria é a negação. “Isso vale também para a crescente ameaça do controle digital sobre nossas vidas. A primeira tendência é a negação: “É um exagero, uma paranóia esquerdista, nenhuma instância pode controlar nossas atividades cotidianas”⁵¹. Tanto no jornalista quanto no filósofo o que se configura por trás de todo esse caos-surreal que poucos se apercebem é a ligação entre sistema capitalista, ferramentas da tecnociência, alienação e pós-verdade.

O que está em jogo é, inclusive, o declínio do modelo institucional alegando a necessária forma de “pensar”, “ser” e não agir”; como uma estado de inércia aliado às ruínas do que já declaram falido: “Se o fracasso institucional erodiu a primazia da verdade, também para isso contribuiu a indústria multibilionária da desinformação, da propaganda enganosa e da falsa ciência que surgiu nos últimos anos.”⁵² Aqui a crise das instituições estaria em D’Ancona atrelada à indústria da desinformação, no entanto, de modo pouco crítico, o jornalista se esquece de subscrever na própria crítica aos descréditos das instituições, os interesses de cunho político fascista, da era midiática e de toda a edificação alienante das estruturas sociais que perfazem a esmo esse caminho distópico atual. Estruturas estas sempre presentes, por mais que por vezes não pareçam ativas, como cita Žižek:

“A atual propagação da epidemia do coronavírus também desencadeou um enorme surto de vírus ideológicos que se encontravam em estado dormente em nossas sociedades: fake news, teorias da conspiração paranoicas, explosões de racismo. A necessidade concreta e bem-fundamentada de implementar quarentenas reverberou nas pressões ideológicas de erguer fronteiras claras e submeter a condições de isolamento “inimigos” que representariam uma ameaça a nossa identidade (ŽIŽEK, 2020, p. 29).

No anúncio de uma saída dessa estrutura quase metabólica em meio à pandemia, o filósofo esloveno recorre a uma saída; a de utilizarmos o “fio de Ariadne” para sair deste velho e mesmo labirinto agora reprogramado ao virtual, fascista e pós-verdadeiro; e a possibilidade de entendermos essa estrutura ao buscarmos uma compreensão mundial de que este labirinto é a velha versão apenas em um novo insight: o insight das mídias, do click, do acesso a toneladas de informação e do descaso informacional, do cessar da evidência e do projeto de falência da verdade em nome do sistema. Podendo haver em meio aos distúrbios globais que assistimos a reconfiguração do sistema, mesmo que com um tom esperançoso, como afirma Žižek: “Minha modesta opinião, contudo, é muito mais radical que essa: arrisco dizer que a epidemia do coronavírus é uma espécie de ataque mental com a “técnica dos cinco

51 Ver, ŽIŽEK, 2020, p. 26.

52 Ver, D’ANCONA, 2018, p. 46.

pontos que explodem o coração” a todo o sistema capitalista global – um sinal de que não podemos mais continuar tocando as coisas da mesma forma, e de que é necessária uma mudança radical.” (ŽIŽEK, 2020, p. 30).

Já em D’Ancona e em seu papel de jornalista, cabe uma visão clara e concisa dos fatos que hoje nos vale já como história, por não possuímos a história em si em meio aos fatos vigentes e constantes em terabytes de informação, há de fato para o jornalista uma estrutura hiperconectada de fatos e interesses políticos na efetivação total da pós-verdade.

Saltamos assim da literatura distópica de grandes nomes aqui citados para a realidade de um meio termo de sujeito racional desprovido de certezas, acessível ao todo e comandado por poucos. O sujeito sábio de David Hume que sabe adaptar o que crê às evidências se perdeu desde a modernidade na possibilidade de tornar a verdade algo pouco acessível e produto para poucos. Saltamos talvez não da ampla racionalidade, aquela imensamente engendrada na modernidade das luzes, mas daquele homem/sujeito simples que se realiza quanto espécie da dúvida, o sujeito do [thauma] filosófico como diz Daniel Dennett no texto *Fé na verdade*:

“Somos a espécie que descobriu a dúvida. A comida armazenada será suficiente para o Inverno? Terei feito os cálculos mal? Estará a minha companheira a enganar-me? Deveríamos ter ido para Sul? Será seguro entrar nesta caverna? As outras criaturas são muitas vezes visivelmente inquietadas pelas suas próprias incertezas acerca destas mesmas questões, mas, porque não podem, na verdade, *colocar-se a si mesmas* estas perguntas, não podem articular, perante si próprias, os seus dilemas, nem tomar medidas para aperfeiçoar o seu controle da verdade. [...] Só nós podemos ser arruinados pela dúvida e só nós fomos impelidos por essa inquietação epistêmica a procurar uma cura: melhores métodos de procurar a verdade (DENNETT, 1997, p. 01).

Por fim, temos os sujeitos apáticos de inquietação epistêmica e apenas inseridos quanto sujeitos de uma racionalidade puramente mecânica, por fim mergulhamos no homem descentrado e conectado, racional e desprovido de correspondência de realidade, tecnocientífico e passivo, histórico e inerte em meio a uma estrutura que não só o define e o guia, mas afunda o mesmo em um simulacro de realidade onde agora a vida acontece – com acontecimentos múltiplos e no velho modo de impossibilidade, agora possível, de uma distopia contemporânea. Seu papel ainda pensado na visão simplista – carente de superação – de como este sujeito apercebe-se de si, hoje, é em uma realidade descentrada, hiperconectada, virtual e em sua essência epistemológica, absorta.

Considerações finais

A realidade entre a pós-verdade e a pandemia nos insere em um contexto de crises de narrativas, instituições, esvaimento da verdade, delírios coletivos e o retorno a espectros totalitários do fascismo geram uma realidade distópica. O não-lugar, o lugar-infeliz das grandes narrativas literárias se sobressaem ao cotidiano em prismas destoantes e efetivações duvidosas. De um lado, o discurso das instituições perfaz os ecos de suas estruturas já não tão sólidas, por outro, a realidade multifacetada, do virtual, do *mass media*, do *input* são fatores fulcrais de inserção do sujeito no “admirável mundo novo” da tecnociência. As grandes narrativas não findaram? A ciência e a verdade chocam-se na construção de uma vida paralela e fundamentalmente virtual e fragmenta; formando um campo vasto só possível nos devires contingentes e em uma nova configuração. A sociedade dos dados, dos fluidos, da liquidez, do fluxo contínuo e vertiginoso do mundo, ao recriar a possibilidade no virtual se desprende das narrativas da ciência e da verdade; e tem no papel perigoso do jogo da política não só uma nova roupagem, mas uma realidade que transpõe o real e imerge em um espectro de distopia da pós-verdade.

Referências Bibliográficas

- D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade – a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*. Faro Editorial, São Paulo, 2018.
- DENNETT, Daniel. *Fé na Verdade*. Oxford Amnesty Lectures, Oxford, janeiro de 1997.
- FIRMINO, Thaís; FIRMINO, Thaianne. “Resenha: Pós-verdade - a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News”. In: *Revista Passagens do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará*. Volume 9, nº 1, 2018.
- PLATÃO. *Crátilo*. [Tradução de Maria José Figueiredo] Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- GIBSON, William. *Neuromancer*, São Paulo: Editora Aleph, 1991.
- LYNCH, Michael. *A verdade em um mundo de pós-verdade*. 2016.
- ORWELL, George. *1984*. 29ª ed. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.
- RIDER, Sharon; PETER, Michel. *As profundas raízes culturais da verdade na tradição ocidental*. 2018.
- SOUZA, Eduardo R. *Bem-Vindos A 1984 E Ao Ministério Da Verdade*. PDT, 23 de Abril, 2019. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/bem-vindos-a-1984-e-ao-ministerio-da-verdade/>>. Acesso em: 20/07/2020.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Pandemia – Covid-19 e a reinvenção do comunismo*. Tradução: Artur Renzo. 1 ed. Editora Boitempo. São Paulo, 2020.

American Horror Story. Seriado de TV estadunidense sobre histórias de terror típicas da América do Norte. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/series/serie-10001/>>. Acesso em: 10/08/2020.

Coronavirus: Russian media hint at US conspiracy, *BBC News*, 7 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-51413870>>; acesso em: 2 abr. 2020.

CAPITALISMO E PÓS-VERDADE

A pós-verdade pode ser explicada pelos processos do capitalismo?

Edson Peixoto Andrade⁵³

Resumo

O presente artigo, propõe-se analisar as possíveis associações entre as diversas manifestações individuais e grupais da sociedade contemporânea reunidas no conceito de pós-verdade e os processos de produção, distribuição e consumo que engendram o sistema capitalista atual. O texto defende a ideia de que a pós-verdade é expressão do capitalismo, a partir dos referidos processos. Num primeiro momento, apresenta as principais ideias acerca do que é pós-verdade. Em seguida, discorre de forma breve acerca dos processos de produção, distribuição e consumo, como dispostos na introdução da obra *Grundrisse*, de Karl Marx. Num terceiro momento, discorre-se acerca do consumo, do individualismo e da competição como elementos exemplares, que possibilitam compreender a sociedade capitalista atual. Por fim, analisam-se alguns exemplos que explicitam as configurações da pós-verdade, agrupadas na ideia de produção de verdade, ereção de mitos e eleição de inimigos e busca-se justificar a tese defendida, discutindo-se acerca da religiosidade e dos meios de comunicação na era da pós-verdade.

Palavras-Chave: Sociedade; Capitalismo; Verdade; Pós-verdade.

Abstract

This article proposes to analyze the possible associations between the countless individual and group manifestations of contemporary society gathered in the concept of post-truth the processes of production, distribution and consumption that generate our current capitalist system. The text defends the idea that post-truth is an expression of capitalism, based on these processes. At first, presents the main ideas of what post-truth is. Then, it briefly discusses processes of production, distribution and consumption, as set out in the introduction of the work of *Grundrisse*, by Karl Marx. In a third moment, it discusses consumption, individualism and competition as exemplary elements, which make it possible to understand the current capitalist society. At last, it analyses some examples that explain the post-truth configurations, grouped in the idea of production of truth, myths setup and choosing enemies and seeks justification of the defended thesis, discussing religiosity and media in the post-truth era.

Keywords: Society; Capitalism; Truth; Post-truth.

Introdução

O presente artigo propõe-se analisar as possíveis associações entre as diversas manifestações individuais e grupais da sociedade contemporânea reunidas no conceito de pós-verdade e os processos de produção, distribuição e consumo que engendram o sistema capitalista atual. O texto defende a ideia de que a pós-verdade é expressão do capitalismo, a

⁵³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe; E-mail: edsonpsique1@yahoo.com.

partir dos referidos processos. Num primeiro momento, apresenta as principais ideias acerca do que é pós-verdade. Em seguida, discorre de forma breve acerca dos processos de produção, distribuição e consumo, como dispostos na introdução da obra *Grundrisse*, de Karl Marx. Num terceiro momento, discorre-se acerca do consumo, do individualismo e da competição como elementos exemplares, que possibilitam compreender a sociedade capitalista atual. Por fim, analisam-se alguns exemplos que explicitam as configurações da pós-verdade, agrupadas na ideia de produção de verdade, ereção de mitos e eleição de inimigos e busca-se justificar a tese defendida, discutindo-se acerca da religiosidade e dos meios de comunicação na era da pós-verdade.

Partimos da hipótese de que a pós-verdade é uma expressão do capitalismo. Assim sendo, procuramos estabelecer relações entre os elementos centrais da pós-verdade, enquanto movimento característico dos pensamentos e das práticas do nosso tempo e os processos de produção, distribuição e consumo que, segundo Karl Marx, seriam basilares para entender a dinâmica das sociedades em qualquer período histórico.

Pontos de vista acerca da “pós-verdade”

Para alguns, a contemporaneidade pode ser estudada a partir do conceito de pós-verdade. Na tentativa de compreender tal conceito, poderíamos fazer um percurso que nos permita apreendê-lo sob a perspectiva do fenômeno em si e, em seguida, sob a perspectiva dos indivíduos que são alvos do fenômeno.

Partindo da perspectiva do fenômeno da pós-verdade em si mesmo, é possível defini-la como a resposta pública ou a resposta do público ao fenômeno da mentira, a qual dá-se em termos de indiferença e convivência com a mesma, ao invés de seguir o viés da “indignação” (D’ANCONA, 2018, p. 10). A pós-verdade é, nessa visão, uma característica da nossa época que faz com que as pessoas não sintam estranheza por aquilo que não condiz à verdade ou que não corresponde àquilo que, de fato, pode dar provas de sua existência ou apresentar evidências de sua existência.

Analisando essa definição de pós-verdade, percebe-se que, dois termos merecem destaque na discussão: indiferença e convivência sem indignação. Trata-se de um movimento que fragiliza a capacidade de criticar, de observar, de analisar. Desse modo, passa-se a conviver com determinadas crenças e atitudes, sem exigir as credenciais de fidedignidade, de relação com a realidade, de comprovação etc. Mas, por que isso acontece? Por que a opinião

pública passa a conviver com a mentira como se fosse verdade? Esse fenômeno da pós-verdade é atual ou foi engendrado em épocas anteriores? Em algum momento da história é possível encontrar o equivalente à pós-verdade? Falar em termos de pós-verdade esgota o tema da contemporaneidade? Quais elementos da contemporaneidade ficam de fora do conceito de pós-verdade e quais elementos são contemplados nesse conceito? Qual o ganho efetivo ao conceituar a pós-verdade? A pós-verdade indica alguma possibilidade de saída desse movimento que ela engendra? Falar em termos de pós-verdade é consideração estática da realidade ou engendra alguma forma de posicionamento crítico, político, construtivo? Quando se pensa a pós-verdade busca-se o passado ou o futuro? Qual seria o futuro sem a ideia de pós-verdade? O que foi a verdade e o que é a pós-verdade?

Para pensar nessas questões, podemos recorrer a Dunker (2017), o qual nos alerta que a pós-verdade não pode ser reduzida à mera supressão da necessidade de fazer referências a fatos, de comprovar objetivamente o que é dito, de verificar as fontes do discurso, de observar e criticar as possíveis manipulações, dentre outras atitudes que poder-se-ia elencar aqui. Ela trata-se de um fenômeno, a seu ver, muito mais complexo e que diz respeito à manipulação da verdade, dos fatos, das ideias etc. A pós-verdade, segundo ele, combina, de forma meticulosamente calculada “observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis” numa verdadeira “mistura” que, no seu bojo, apresenta-se como “falsa e interesseira” (DUNKER, 2017, p. 34). Nesse sentido, podemos dizer que a pós-verdade pode ser explicitada a partir da ideia de manipulação daquilo que tem-se como realidade objetiva, como verdade, como fatos.

Ao que parece, a pós-verdade não se trata apenas de uma convivência com a mentira sem a devida crítica. O problema central da pós-verdade é o fato de que a mentira passa a ser apresentada a partir de plataformas que, trazem, em si, elementos que podem ser, em parte, comprovados. Isso mostra que, há na pós-verdade, como já foi dito anteriormente, a manipulação da realidade de forma “falsa e interesseira”. Nesse sentido, há uma manipulação da verdade, objetivando apresentar algo que não pode ser comprovado como verdadeiro. Esse processo faz com que a opinião pública aceite tal estado de coisas com naturalidade, sem crítica e sem movimento de contestação. Aqui, reside o grande problema da pós-verdade. Há uma situação de convivialidade com a mentira ou a supressão das exigências de comprovação de algo, para dar créditos de verdade quando da sua manifestação.

Dito isso, poderíamos levantar algumas questões acerca dos interesses inerentes à pós-verdade, e, sobretudo, a respeito de quais grupos que são interessados na pós-verdade. Nesse

sentido, podemos perguntar: a pós-verdade é produto consciente de determinados indivíduos ou grupos ou é um fenômeno espontâneo? Quando dizemos que a pós-verdade é uma mistura de elementos verificáveis com elementos falsos, esse processo é espontâneo ou planejado? Se for espontâneo, como pode ser evitado? Se for planejado, de que modo é esse planejamento e quem são seus autores? Na pós-verdade há um movimento coeso, com lideranças que assumem claramente seu papel e manipulam a realidade a fim de atingir seus objetivos ou trata-se de um movimento autônomo com relação aos indivíduos e grupos embora, semelhante nas suas manifestações?

Do ponto de vista dos indivíduos, podemos encontrar algumas características que permitem compreender o modo como a manipulação se instala nas consciências e nas práticas. Trata-se de alguns elementos que, segundo a literatura, permitem problematizar como se dá esse processo de convivência sem “indignação” com relação à mentira ou de manipulação da verdade. O primeiro elemento seria a busca individual de segurança emocional. Tal busca, caracterizar-se-ia pela busca individual daquelas respostas que dariam segurança emocional em detrimento daquelas que decorreriam de evidências de veracidade. Isso levaria o indivíduo a optar claramente por acreditar naquilo que lhe faz bem, ao invés de conviver de forma positiva com a realidade que se impõe. O segundo elemento seria o relativismo, o qual conduz à negociação do conceito de verdade. Por fim, o terceiro elemento é o enfraquecimento da ideia de confiança no grupo social ou, aquilo que chama-se coesão social (D’ANCONA, 2018, p. 10). Esses elementos, tomados em conjunto, tornam o indivíduo propenso à manipulação da verdade. Nesse sentido poderíamos problematizar: o processo de manipulação atinge os indivíduos por meio de tais elementos ou esses mesmos elementos apresentam-se como o fio condutor da manipulação do discurso e da pós-verdade? Alguém estaria por detrás da pós-verdade ou ela apresenta-se como um movimento espontâneo? Quais condições servem ao sentido de engendrar a pós-verdade?

Em suma, tanto do ponto de vista do fenômeno em si, quanto do ponto de vista dos indivíduos imersos em tal fenômeno, podemos analisar a pós-verdade a partir de alguns elementos-chave, a saber, a convivência com a mentira sem indignação; a manipulação; a busca da segurança emocional; o relativismo; o enfraquecimento da coesão social. Tendo esses elementos como basilares, tentaremos responder às questões acerca de como surge e como se mantém a pós-verdade. Defendemos a tese de que, aquilo que é possível encontrar na pós-verdade é passível de ser analisado dentro dos padrões de análise do sistema capitalista.

Em outras palavras, defendemos a ideia de que a pós-verdade e o capitalismo possuem ambos, a mesma gênese e os mesmos princípios teleológicos.

Partindo desses pressupostos, analisaremos alguns exemplos da nossa história atual os quais nos permitirão pensar as relações aqui defendidas, a saber, as relações entre as características da pós-verdade e as características do capitalismo. No entanto, para fazer isso, é indispensável apresentar aquelas características que consideramos fundamentais para pensar o capitalismo e faremos isso, apoiando-nos em Karl Marx.

Marx e os processos de produção, distribuição e consumo

Na introdução à sua obra *Grundrisse* (1857-58), Karl Marx analisa três movimentos que, segundo ele, são indispensáveis para a compreensão das sociedades e, conseqüentemente, da sociedade capitalista. São eles, os movimentos da produção, do consumo e da distribuição/troca ou circulação.

De acordo com Marx, grande parte dos teóricos do século XVIII, defende que, na “sociedade da livre concorrência”, o indivíduo não mais aparece como “um conglomerado humano determinado e limitado”, mas “desprendido dos laços naturais” (MARX, 2011, p. 54). Esse desprendimento seria como um processo evolutivo, um ideal atingido e não, como um processo histórico. Marx, ao contrário, defende que, só é possível compreender as relações que existem em determinadas sociedades, se partirmos dos seus determinados processos de produção, de distribuição a partir dessa produção e do consumo, entendendo que tais movimentos são engendrados nas próprias relações sociais. Nesse sentido, de acordo com Marx, o ponto de partida para a análise de uma dada sociedade, como a “sociedade da livre concorrência” é o fato de que os indivíduos produzem em sociedade, ou seja, que “a produção dos indivíduos é determinada socialmente” (Id., 2011, p. 54) e que seus modos de produção, as distribuições existentes e o consumo daí resultantes, são definidos na própria sociedade, por meio de uma relação direta entre os três processos, a saber, a produção, a distribuição e o consumo. Nesse sentido, não há como compreender a sociedade, sem observar a pressuposição recíproca entre os processos citados. A função da dialética, nesse contexto, seria a de apontar as relações entre o modo como a produção, a distribuição e o consumo, pressupõe-se reciprocamente e engendram os movimentos uns dos outros. É a distribuição social que define uma dada produção e essa produção, por sua vez, engendra um sujeito de

consumo. Contudo, é o consumo quem define o que deve ser produzido e o modo como deve ser feito.

O indivíduo depende de um todo maior, da família, da tribo, das cidades etc. Nesse sentido, não há isolamento possível, quando se pretende compreender o contexto de produção, distribuição e consumo. Mesmo isolado, o indivíduo permanece em sociedade. Assim sendo, defende Marx, “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2011, p. 60). É a sociedade que media as formas de produção. Não há uma predisposição natural de indivíduos ou de contextos naturais que engendram dado modo de produção, dadas relações ou determinados produtos. O que existe, é um mecanismo social que, por sua vez, facultam determinada forma de produção, define sua distribuição e seu consumo.

Partindo desses pressupostos, entende-se a impossibilidade de compreender o indivíduo isolando-o do seu contexto. Os indivíduos, em dada sociedade, são perpassados por processos de subjetivação que, por sua vez, são dados pelas condições materiais da mesma sociedade, as quais facultam as relações de produção, distribuição e consumo. Não há o indivíduo isolado passível de análise. O que, de fato, existe, são processos de produção, distribuição e consumo que atuam no sentido de fornecer as condições de subjetividade. O indivíduo, nesse contexto, é subjetivado pelas condições materiais do seu contexto. Nesse sentido, percebe-se que as estruturas da sociedade são resultantes desses processos de subjetivação. Segundo Marx, “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo etc.” (MARX, 2011, p. 60). Uma sociedade é alterada, quando existem perturbações. As perturbações, por sua vez, surgem quando as condições sociais a determinados estágios de produção começam a se formar ou começam a desaparecer (Id., 2011, p. 61).

Processos de produção e pós-verdade

Mas, qual o nosso objetivo em dizer tudo isso? Se quisermos analisar as possíveis relações entre a pós-verdade e a sociedade capitalista, partindo dos princípios marxistas dos processos de produção, precisamos compreender como se dão os ditos modos de produção desta sociedade capitalista e os processos de subjetivação que ela engendra ou que ela permite. Essa tarefa, por sua vez, requer uma visão clara acerca dos processos produtivos que perpassam e definem esta sociedade.

Partindo das ideias de Marx, podemos perceber que toda a sociedade é investida por essas relações de produção, distribuição e consumo e assim, não há possibilidade de entender os comportamentos individuais prescindindo das condições materiais, isto é, não há como desconsiderar o que Marx defende, a saber, que só há possibilidade de isolamento do indivíduo, se tal isolamento for percebido como um isolamento em sociedade (MARX, 2011, p. 55). Desse modo, defendemos a tese de que todos os comportamentos que podemos dizer pós-verdadeiros não podem ser analisados apenas do ponto de vista dos agentes individuais, uma vez que são comportamentos que surgem dentro de um contexto específico de produção, distribuição e consumo em seu movimento de pressuposição recíproca.

Para ficar mais claro, faremos dois movimentos em nosso texto. Em primeiro lugar, vamos tentar apresentar o processo de pressuposição recíproca aventado, de forma mais pormenorizada. Em segundo lugar, vamos analisar esses movimentos dentro de um contexto social concreto para que, em seguida, possamos ter condições de relacionar esses movimentos, aos comportamentos que podem ser enquadrados dentro do conceito de pós-verdade.

Como se dá a subjetivação? Marx defende que, em diferentes sociedades, há uma apropriação dos bens, de acordo com as necessidades, uma distribuição dos bens, a apropriação e desfrute do que é distribuído. Produção, distribuição e consumo dão-se a partir de mecanismos que surgem no próprio processo. Produzir é consumir. O indivíduo que se desenvolve produzido, gasta-se ao produzir. O consumo, torna-se mediador de produção

Em primeiro lugar, produção e consumo pressupõe-se mutuamente. Por um lado, o ato de produção é um ato de consumo. O indivíduo se desenvolve ao produzir, mas despense suas capacidades na produção. Nesse sentido, produção é consumo. Há uma produção e consumo do ser humano em que coisifica-se o produtor e “personifica-se a coisa por ele criada” (MARX, 2011, p. 64). O consumo, sendo mediador da produção, cria “para os produtos o sujeito para o qual são produtos” (Id., 2011, p. 64). O consumo “cria a necessidade de nova produção” e assim, “torna-se o fundamento ideal internamente impulsor da produção, que é o seu pressuposto” (Id., 2011, p. 65). Assim, “o consumo põe idealmente o objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade” (Id., 2011, p. 65). A produção cria o objeto de consumo, mas cria também o modo de consumo objetiva e subjetivamente. Assim sendo, a produção produz o consumo ao criar o material para o consumo, determinar o modo de consumo e gerar a necessidade no consumidor pelos

produtos por ela produzidos. Em suma, produz “o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo” (Id., 2011, p. 66).

Partindo desses pressupostos, é possível perceber que, segundo a linha de pensamento de Marx, não há possibilidade de analisar o indivíduo de forma isolada de seu contexto. Os indivíduos são perpassados pelas condições materiais que forjam relações de produção, distribuição e consumo. Assim sendo, suas relações são perpassadas por esses investimentos que definem o que deve ser produzido, como deve ser distribuído e o que deve ser consumido. Os mecanismos de subjetivação, que são dados a partir de condições materiais, nesse contexto, podem explicar os diversos posicionamentos, posturas, comportamentos, ideologias, pensamentos de determinada forma de sociedade. Podemos perceber que uma sociedade, como a capitalista, é perpassada por ideais a serem atingidos.

Mas, o que permite pensar a relação entre capitalismo e pós-verdade? Para responder a essa questão, pensamos com Marx que, a sociedade é perpassada por mecanismos de subjetivação. São esses mecanismos de subjetivação que definem a produção, o produto, a distribuição e o consumo. Tais mecanismos estão diretamente relacionados às condições materiais da sociedade. Ou seja, são as condições materiais que permitem determinadas configurações de produção, distribuição e consumo e que forjam, desse modo, os mecanismos de subjetivação. Assim sendo, podemos dizer que são diversos, os elementos que podem ser percebidos na atual configuração econômica que chamamos de capitalismo. Iremos discutir acerca de quatro deles, a saber, consumo, individualismo, competição e liberdade, os quais serão basilares para a análise da relação entre capitalismo e pós-verdade.

O consumo, na sociedade capitalista, é a base de tudo. Observa-se que, nas configurações desse sistema, tudo torna-se ato de consumir e produto a ser consumido. Podemos dar alguns exemplos dessa relação entre consumir/ser consumido. Em primeiro lugar, a educação. O ato de educação/ser educado é produto a ser consumido e é produção desse produto. Nesse sentido, a educação torna-se consumo e produção. Além disso, o produto educação não é distribuído uniformemente entre todos e, é justamente a forma desigual dessa distribuição, que alavanca os processos de ascensão ou permanência, os lugares, as vantagens no seio da sociedade. Aprender é um produto adquirido a partir das possibilidades de distribuição. E ter acesso à educação, além de definir lugares, posições na esfera social, é um produto desejado e mecanismo que tende a mostrar a cada indivíduo o seu lugar, as suas possibilidades etc. Tais processos de subjetivação acontecem, a partir das condições materiais existentes em dada sociedade e nos diferentes grupos sociais.

Outro exemplo é o trabalho. O trabalho dá possibilidades de consumo. Trabalhar é poder adquirir bens. O indivíduo aliena sua força de produção em troca da possibilidade de poder adquirir os produtos. Ele, desse modo, torna-se produto enquanto produtor e assim, produto/produtor que se torna consumidor. No decorrer do processo, observa-se que a finalidade do trabalho passa a ser consumir aquilo que se produz. A necessidade não é natural, mas é naturalizada no processo mesmo da produção/consumo. Além disso, o trabalho institui lugares, define quem pode comprar cada tipo de produto e torna-se, em si mesmo, um produto. O indivíduo sonha ter determinado tipo de trabalho, isto é, consumir determinado tipo de trabalho, a fim de gozar a possibilidade de comprar determinado tipo de produto. O valor subjetivo passa a ser definido pela posição que o trabalho define na esfera social e pelas possibilidades dadas por essa mesma posição.

As tecnologias fazem parte de outro conjunto de exemplos que poderíamos citar aqui. Elas definem posições perpassadas pelo acesso, distribuindo os indivíduos entre aqueles que têm ou não têm acesso a elas. Tais posições, muitas vezes, são ilusórias. O indivíduo tem a falsa sensação de poder, participação, controle quando, na verdade, muitas vezes, sem perceber, torna-se alvo de manipulação e controle. Observa-se que, nesse tempo, inventam-se produtos e necessidades do consumo dos produtos inventados, processos otimizados, pela limitação do tempo de uso dos produtos adquiridos e pelas falsas necessidades de novos produtos que, mesmo executando as mesmas funções, aparecem ao desejo do sujeito como a fonte das realizações materiais mais prementes.

Além desses exemplos, poderíamos ainda, falar da saúde, dos bens culturais, da habitação e de tantos outros. Por ora, entendemos que os exemplos trabalhados são suficientes para perceber como os processos de produção, distribuição e consumo perpassam diversos campos da existência humana, como mecanismos materiais de subjetivação dos indivíduos.

Tendo analisado, o consumo, passaremos brevemente por duas outras características, a saber, o individualismo e a competitividade presentes na sociedade hodierna. O individualismo é percebido dentro do contexto de produção de subjetividades a partir da produção, distribuição e consumo a partir de alguns exemplos muito comuns das histórias de sucesso, das ferramentas de *coaching*, da responsabilização do indivíduo sobre seus processos de vitória e de derrota, sempre prescindindo da análise das condições materiais do sujeito e fazendo a distribuição entre aqueles que conseguem e os que não conseguem, como se isso dependesse unicamente da pessoa individual. A ideia de vitória torna-se um produto produzido sob medida para determinados grupos sociais e apresentada como produto

necessário para a definição do lugar que cada um vai ocupar dentro dos padrões definidos como ideais. O que tem-se é a produção de ideais a serem alcançados por indivíduos isolados, sendo que, esforçar-se para conseguir é inerente às características naturais do sujeito, sem considerar as subjetividades produzidas no contexto social e as condições materiais para tais.

O individualismo torna-se competição, que é outra característica marcante da sociedade capitalista. Tal competição se dá em vários níveis: trata-se de uma competição consigo mesmo, uma vez que o indivíduo desenvolve crenças de que está em seu poder conseguir ou não conseguir alcançar as metas que são definidas na sociedade e assim, ele quer ser sempre o melhor, ter sempre mais, está sempre à procura de algo e nunca consegue preencher-se. Mas, essa competição também se manifesta com relação ao outro. É sempre necessário superar o outro, mostrar que o outro não consegue, impedir que o outro consiga. Zizek, ao definir o desejo, diz que o desejo é sempre desejo do outro, apresentando-se como desejo pelo outro, desejo de ser desejado pelo outro e desejo pelo que o outro deseja (ZIZEK, 2010, p. 48). A psicanálise, certamente oferece condições de analisar esses mecanismos do individualismo e da competição na sociedade contemporânea.

O capitalismo explica a pós-verdade?

Terminada essa exposição acerca dessas quatro características que poderiam ajudar a explicar o capitalismo contemporâneo, voltamos à questão originária desse trabalho: é possível explicar a pós-verdade a partir da organização do sistema capitalista atual? Para responder a essa questão, poderíamos tentar relacionar as características da pós-verdade com as características do capitalismo.

Vimos, no início desse texto, que no plano do fenômeno em si, a pós-verdade apresenta-se, em síntese, como convivência com a mentira sem indignação e, no plano dos indivíduos, como busca de segurança emocional; defesa do relativismo e fragilidade da coesão social. Tais características podem ser apreendidas, no contexto social, a partir de vários exemplos, dos quais falaremos acerca de alguns.

O primeiro exemplo é a nova concepção de verdade. As discussões em torno da verdade são diversas. Para Desidério Murcho (2007), a verdade apresenta-se de modo independente com relação ao pensamento humano. Nesse sentido, para saber se algo é verdadeiro é preciso procurar as provas ou as evidências de algo. Contudo, na era da pós-verdade, não se pode dizer nem que haja uma verdade. Não existe, nesse contexto de pós-

verdade, uma busca por uma verdade que possa ser comprovada racionalmente. O que vale, no contexto da contemporaneidade pós-verdadeira, é a verdade produzida e defendida no interior de determinados grupos que, por sua vez, cada vez mais, tornam-se menores, quase como guetos, uma vez que, no interior destes, não existe lugar para a divergência e o pensamento contraditório.

Nos grupos dos tempos de pós-verdade, não há espaço para o diálogo. O que se busca é a afirmação de determinadas crenças sendo que, tais crenças, são filtradas a partir de interesses cada vez mais específicos, por um número cada vez mais restrito de indivíduos que tornam-se curadores do que deve ou não ser acreditado e defendido como verdadeiro. A verdade produzida em época de pós-verdade é uma verdade de momento. Em tal contexto, qualquer coisa que se defenda como verdadeira, uma vez que não está atrelada a nenhuma garantia de veracidade nem às exigências da necessidade de ser comprovada, deve ser assumida por todos, daí o caráter proselitista dos defensores das ditas verdades. Contudo, essa “verdade” da pós-verdade, é volúvel, maleável, fluida. Está alicerçada na força emocional e é garantida por aquilo que Dunker (2017) chama de mais baixo (“no sentido de desleal e intimidador”) e mais alto (“no sentido de mais escrachado e chulo” (DUNKER, 2017, p.32)).

Essa verdade, da era da pós-verdade, é uma verdade da repetição, é o que Dunker chama de “dominação pelo eco” (Id., 2017, p. 32). Desse modo, trata-se de uma verdade, por sua vez, limitada à propaganda em que seu único limite de abrangência, é a capacidade de defini-la como verdade, apresentá-la e fazer os outros se convencerem de que é verdade. E tal capacidade de apresentação da verdade é otimizada pela carga emocional a ela relacionada. Nesse contexto, a era da “pós-verdade” não apresenta-se necessariamente apenas como negação da verdade, mas como condição de possibilidade de produzir uma verdade afeita aos interesses de determinados grupos e de defendê-la, independentemente das condições de sua comprovação.

A partir dessa verdade produzida sob os moldes provenientes dos interesses individuais e grupais, institui-se as categorias do dentro e do fora, do amigo e do inimigo, do bom e do mau, do que deve ser acolhido e do que deve ser excluído. Trata-se, em suma, da produção de inimigos a combater. Por exemplo, institui-se as categorias do bandido em oposição ao homem de bem; do bandido mau que mata e do homem de bem, na figura de agente de segurança, que mata o bandido, tido como homem mau; a aversão ao estrangeiro, tido como perigoso para a soberania do país; a aversão ao diferente e a negação de seus direitos como algo naturalizado; a tentativa de eliminação aos que pensam política e

economicamente de forma divergente, aglutinados sob a imagem do comunista; a visão negativa da natureza e dos recursos naturais em si, tidos como entraves ao pleno desenvolvimento econômico, os quais devem ser usufruídos, destruídos, jogados fora e tantos outros exemplos que poderiam ser colocados aqui. Institui-se o “nós” em oposição aos “outros”. No entanto, a ideia de “outro” também torna-se fluida, frágil. É sempre um “outro” em relação às crenças defendidas. Se houver o mínimo de divergência, as posições do “outro” avizinha-se do interior do grupo e acaba por incluir aqueles membros que, por divergirem, tornam-se proscritos. No fundo, cada indivíduo escuta apenas a si mesmo. Desse modo, os discursos tornam-se monólogos, é o que Dunker (2017) chama de “corrosão do diálogo”.

Ao que parece, não há, na pós-verdade, um único ideal de grupo ou uma única ideologia a ser defendida. O que existe, em tempos de pós-verdade, é a contínua produção de inimigos a ser combatidos. E o gozo, o consumo e a distribuição dependem não tanto do massacre de tais inimigos, mas da manutenção de sua existência.

A verdade que institui o dentro, como amigo e o fora, como inimigo, possibilita diversos fenômenos, dentre os quais, podemos citar, as notícias falsas (fake News), o descrédito à ciência, a exclusão de pessoas e grupos, a fabricação de heróis e mitos. Certamente, poder-se-ia acrescentar muitos outros elementos a essa lista, porém, mais importante do que isso, é analisar o modo como cada um desses elementos mantém relações entre si, tanto do ponto de vista genético quanto do ponto de vista da finalidade. Dito de outro modo, essas manifestações têm como ponto de partida comum aquilo que já foi apresentado como as características centrais da pós-verdade, a saber, a convivência com a mentira sem indignação, a fragmentação dos laços sociais, a busca de segurança emocional e a visão relativista sobre todas as coisas. Nesse sentido, fica fácil estabelecer a relação entre os quatro elementos citados.

Dado que a verdade é produzida no interior dos grupos e serve para a manutenção daquilo que é almejado pelos mesmos, não existe a necessidade de buscar referenciais científicos para a comprovação daquilo que se apregoa no plano das crenças. Em outras palavras, não é preciso provar nada, o que vale é o sentimento grupal o qual, por sua vez, garante que alguma afirmação é verdadeira ou falsa. Basta que o grupo, por menor que seja, acolha algo como verdadeiro, para que aquilo torne-se, de fato, verdadeiro. Nesse contexto, por um lado não há necessidade do método científico para comprovar o que se acredita e apregoa e, por outro lado, a ciência é tida como inimiga, quando defende aquilo que vai de encontro aos interesses das crenças.

Nesse sentido, mais do que negar a ciência de forma explícita, o que percebe-se em muitos momentos, é o evento de dar uma aparência de ciência, ou criar uma pseudociência para justificar, com suposta autoridade, aquilo que pretende-se afirmar ou então, isolar-se de qualquer contato com aquilo que pode-se dizer científico, uma vez que pretende-se ser autônomo em relação a este. É o sentimento de segurança emocional dado pelo grupo que possibilita isso.

Na esteira desse movimento, surgem as *Fake News* ou notícias falsas, as quais ancoram-se numa visão de pseudociência ou de total negação da mesma, de negação da realidade, manipulação de fatos, dados, imagens etc. O avanço das tecnologias de informação e comunicação tornou essa tarefa muito mais fácil, isto é, otimizou a potencialidade das produções e disseminações de notícias falsas. E isso está ancorado na ideia de manipulação e negação da realidade. O sentimento de segurança emocional dado pelo grupo faz com que, o próprio grupo queira defender seus ideais, sobrepondo-se à realidade.

Quando analisamos o fenômeno das *Fake News* podemos pensar em duas coisas. Em primeiro lugar, numa notícia falsa produzida, numa informação distorcida, na manipulação de um documento que possa comprometer alguém etc. Desse ponto de vista, existe aquele que produz a notícia falsa. Contudo, não parece-nos viável encontrar os agentes produtores de tais notícias para responsabilizá-los e assim, neutralizar o movimento. Isso não é possível porque o processo de produção de notícia falsa é o mesmo processo de consumo da notícia falsa e os dois, estão imbricados na distribuição do que deve ser visto como verdadeiro e do que deve ser relegado à categoria do falso. É a mesma sociedade que lê e acredita na notícia falsa, porque esta vem de encontro aos seus interesses, que cria as próprias notícias.

Embora, não seja possível negar a hipótese de escritórios especializados, como veiculados nos meios de comunicação de nossa época, a praticar o crime da produção de notícias falsas, encontrar tais sujeitos produtores não é chegar à gênese do problema. A gênese do problema está interligada às ideias distribuídas na sociedade e defendidas nos grupos, que permitem determinados tipos de leitura e determinados tipos de produção. Como dissemos anteriormente, é certo que existem grupos especializados em produzir notícias falsas. Mas, mesmo que conseguíssemos neutralizar todos esses grupos, o fenômeno continuaria, porque é um fenômeno social. É a sociedade que lê apenas o que quer, extrai da realidade apenas o que lhe interessa e investe sobre a mesma sociedade o que resta desta leitura. Nesse sentido, parafraseando Deleuze de *O anti-Édipo*, não se pode dizer que as massas são ingênuas ou desprovidas de inteligência quando elegem determinados candidatos,

adotam determinadas posturas ou apoiam determinados discursos. As massas não fazem isso por desconhecimento ou burrice. São processos agenciados que permitem tais produções no meio das massas. E tais processos, como vimos, dependem das condições materiais para existir.

Para que esse processo possa continuar, duas condições impõem-se, a saber, a eleição de heróis e de mitos e a segregação de pessoas e grupos. Como vimos, a pós-verdade não significa a rejeição de toda e qualquer possibilidade de verdade, mas uma nova conotação de verdade, que não está mais atrelada à busca de comprovação das evidências, mas ao sentimento de pertença, à segurança emocional dada pelo grupo, à defesa de determinados ideias construídos e defendidos no próprio grupo em detrimento de qualquer validação externa do comportamento e do pensamento. Esse conjunto de coisas leva à ereção de algumas figuras à categoria de herói ou mito. Trata-se de figuras de liderança que aparecem nessa sociedade da pós-verdade como aglutinadoras dos ideias mais baixos e mais altos, como defendido por Dunker (2017). Nesse contexto, a afiliação das pessoas aos ideias defendidos e aos comportamentos praticados por esses líderes tidos como heróis ou como “mitos”, não se dá por verificar a autenticidade de suas propostas nem se desconstrói por demonstrar a incongruência das mesmas. Trata-se de outro regime de filiação que, deve ser compreendido em si mesmo, a fim de ser combatido. Essa filiação às lideranças carismáticas, as quais defendem princípios que, na maioria das vezes, não concordam com nenhuma posição cientificamente válida ou moralmente aceita no plano do direito, ancora-se na exclusão de determinados grupos, tidos por inimigos. Em suma, trata-se de uma filiação a alguém ou a algo, a fim de proteger-se contra aqueles que são tidos como ameaçadores no plano externo.

Considerações finais

Como vimos, os principais elementos dos comportamentos ou das atitudes ditas “pós-verdadeiras” podem ser compreendidas a partir dos processos de produção, distribuição e consumo, como defendidos por Marx. Para Marx, tais processos ocorrem em todas as sociedades. Nesse sentido, a sociedade capitalista, como o modelo atual mais comum de desenvolvimento econômico, também é perpassada pelos referidos processos. Sendo assim, tais processos podem ser usados como elementos estruturais para a compreensão dos fenômenos que ocorrem na mesma sociedade.

Dito de outro modo, observando as pressuposições recíprocas entre consumo, distribuição e produção, tem-se as condições de analisar os diferentes movimentos que ocorrem em dado agrupamento social, num determinado momento histórico. Nesse sentido, a pós-verdade, como estamos defendendo, pode ser analisada como efeito desses processos materiais de produção, distribuição e consumo que perpassam a sociedade. Importa frisar, que os movimentos que ocorrem, dependem das condições materiais para acontecer.

É perceptível que vivemos numa sociedade que sofreu, por diversos motivos, um intenso processo de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Esse é um aspecto importantíssimo para a compreensão da pós-verdade em associação com o capitalismo. As condições materiais, como por exemplo, as possibilidades de comunicação, engendraram formas diversificadas de distribuição, produção e consumo. A comunicação, no tocante ao consumo, por exemplo, cria as necessidades de consumir. E consumimos tudo: beleza, saúde, religião, educação etc. Esse desejo de consumir provoca a produção daquilo que pretende-se consumir e, por sua vez, a produção atua no sentido de fazer o produto e fazer com que a necessidade de consumir o produto também surja. A distribuição, por seu turno, atua no sentido de apontar que, só pode gozar, aquele que tem o produto, sendo que, para ter o produto, é preciso ocupar o seu lugar, o qual, por sua vez, é definido pelos processos anteriores.

Esse exemplo pode explicar outros processos que se dão no tocante à pós-verdade. As condições materiais, atreladas à ideia de comunicação virtual dá aos indivíduos e grupos, a sensação de participação, de poder falar, de influir nas decisões, de estar presente. Essas necessidades, por sua vez, são absorvidas a partir dos processos de distribuição que fazem com que as pessoas pensem que, somente quem pode participar, tem poder e tem direitos. Nesse contexto, vemos também o fenômeno da manipulação. As tecnologias permitem que imagens, áudios, documentos, notícias sejam manipuladas de modo a gerar necessidades, criar inimigos, materializar ideias. E assim, como já vimos anteriormente, a produção de verdades, distribui lugares para as pessoas e grupos de acordo com a congruência ou incongruência em relação a tais verdades produzidas e defender a verdade produzida torna-se um produto a ser feito e consumido. As pessoas desejam isso. Do mesmo modo, quando analisamos as questões dos inimigos criados para serem combatidos percebemos uma distribuição que se dá entre aqueles que estão dispostos a combatê-lo e aqueles que se recusam a fazê-lo, os quais tornam-se, por participação, também inimigos. O gozo ou o consumo, nesse contexto, seria ver o inimigo a ser destruído, muito mais do que combatê-lo.

Dois exemplos podem nos ajudar a explicitar essa relação entre capitalismo e seus processos e a pós-verdade. O primeiro deles é a religião. Observa-se em muitos lugares, como por exemplo, católicos conservadores, católicos carismáticos, protestantes tradicionalistas, evangélicos etc. os mesmos princípios que, apesar das diferenças de práticas, ritos e crenças, permitem analisa-los num mesmo conjunto. Tais grupos, por diversos métodos e instrumentos, apelam para a emoção seja pelo prazer da música, da euforia, seja pelo apelo ao medo, seja pelo apelo às lembranças dolorosas, condições materiais desfavoráveis, doença ou pela junção de tudo isso, de modo que as pessoas que se juntam a esses grupos, o fazem em virtude dos investimentos emocionais que incidiram sobre elas e pela liderança exercida pelas figuras carismáticas sobre suas condutas. Em suma, a pessoa faz uma experiência emocional marcante e essa experiência é retroalimentada o tempo todo quer pela repetição dos estímulos, quer pela modificação dos estímulos e tudo isso a partir das figuras centrais, que são as lideranças. Por sua vez, tais lideranças, investem sobre os indivíduos por meio da ereção de inimigos, da promulgação de regras morais rígidas as quais, por seu turno, estão alinhadas a promessas futuras que são estimuladas por meio de experiências de sucesso, os ditos “testemunhos”.

O que temos aqui? Uma produção de desejos (repetir a experiência inicial), ligada ao consumo de uma verdade (o inimigo a combater) que, por sua vez, distribui indivíduos e “bênçãos” de acordo com o lugar que cada indivíduo ocupa no combate proposto. Seguir o líder, suas regras, seus exemplos e os testemunhos dados, é o único meio de gozar aquilo que se pretende. O interessante é que, os discursos se repetem indefinidamente e as pessoas, investidas pelos mesmos, são de tal modo imergidas nesse agenciamento de coisas, que elas passam a desejar a mera repetição do processo, sem considerar a possibilidade ou impossibilidade de chegar à meta pretendida. O que vale é fazer o grupo acontecer ou manter o movimento e isso equivale a combater o que tem de ser combatido.

Vendo as coisas por esse ângulo, talvez seja possível perceber as motivações de determinados grupos quando, por exemplo, elegem determinados líderes políticos sob motivação do discurso religioso. Nesse contexto, o esforço de relacionar o discurso do grupo religioso com as evidências de verdade não logram êxito. Os indivíduos que aí estão não consideram as mesmas coisas, não têm o mesmo ponto de vista dos observadores externos. Eles estão imbricados num movimento dialético que, como vimos, pode ser expressado pelos processos de produção, distribuição e consumo.

O segundo exemplo são os meios de comunicação ou meios midiáticos. E aqui, podemos distinguir entre as mídias que produzem notícias e aquelas que produzem propagandas. No segundo caso, parece mais fácil perceber a relação com os processos do capitalismo. A propaganda cria a necessidade do consumo e o consumo cria o produto que deve ser produzido, os indivíduos consumidores e a distribuição dentro do consumo. A relação entre a propaganda e a pós-verdade também é fácil. Como vimos, a pós-verdade atua no sentido de divulgar determinadas ideias, independentemente das relações que podem ser estabelecidas entre estas e as referências de verdade. A propagação, a divulgação em massa, a repetição, o ponto de vista focado etc. é o que faz a pós-verdade ter êxito. E todos esses, são elementos da propaganda. Porém, a propaganda, em tempos de pós-verdade, investe sobre a produção de notícias, mesmo daquelas que, aparentemente, são verdadeiras. E isso acontece de várias formas, por exemplo, quando determinado telejornal enfatiza determinados aspectos de alguns fatos em detrimento de outros ou mesmo quando fazem associações entre fatos que, necessariamente, não estão ligados, de modo a criar a falsa impressão de ligação entre os mesmos. É o fenômeno da manipulação da notícia, o que não deixa de ser *Fake News*, se entendermos *Fake News* não como uma notícia necessariamente falsa, mas como a utilização forçada da mesma em determinados contextos.

É preciso considerar que a pós-verdade não é um movimento. Dela, não participam apenas algumas pessoas que, por opção livre ou alienada envolvem-se em suas estruturas. A pós-verdade é um efeito dos modos de produção da sociedade atual. A questão que se impõe é perceber o que é da pós-verdade em cada pessoa, grupo, atitude, indivíduo e o que é contestação a ela. Mais do que eleger determinados alvos como sendo pós-verdade em comparação a outros que não seriam, é preciso considerar que esse fenômeno atua em todos os lugares o tempo todo sendo, como defendemos, efeito do capitalismo.

Referências bibliográficas

- D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: as novas guerras contra os fatos em tempos de fake news*. Trad. Carlos Szlak.- 1. ed. – Barueri: Fato Editorial, 2018.
- DELEUZE, G.; Félix Guattari. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DUNKER, Christian. “Subjetividade em tempos de pós-verdade”. In. DUNKER, C. et. All [Org.]. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- MARX, K. *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer, Nelio Schneider. – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 [1857-58].

MURCHO, Desiderio. “Verdade”. In. REIS-SÁ, Jorge [Org.]. *A minha palavra favorita*. Portugal: Centro Atlântico, 2007.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

“BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” Considerações sobre o fundamentalismo cristão e o fascismo

Cinthia Almeida Lima⁵⁴

Resumo

Com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, na campanha presidencial do ano de 2018, o Militar Reformado Jair Messias Bolsonaro foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil, identificado nesse estudo como Senhor J. B., “que embora Messias, não faz milagres”, consagra-se, para muitos cientistas políticos e filósofos brasileiros, assim como para estudiosos e pesquisadores de outros países, um Presidente que fere rotineiramente normas constitucionais, nacionais e internacionais, um líder político autoritário que governa alicerçado no Fundamentalismo cristão e no fascismo. Diante dessas características atribuídas ao atual Presidente da República do Brasil, esse artigo tem como objetivos: apresentar o marco histórico do nascimento do Fundamentalismo cristão, falas, frases, posicionamentos, pronunciamentos e discursos do Senhor J. B., a fim de mostrar como o Fundamentalismo cristão esteve e ainda continua presente ao longo da sua trajetória política; apontar a definição do termo ‘fascismo’ no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, tecer algumas considerações sobre a postura do atual Presidente desde o início de sua gestão; realizar uma exposição sucinta sobre as considerações do que sejam totalitarismo e fascismo para Umberto Eco em “O fascismo eterno”, e evidenciar que o Fundamentalismo cristão do atual Presidente da República pode ser apontado como uma das bases de seu fascismo.

Palavras-chave: Fundamentalismo cristão; Fascismo; Presidente da República Federativa do Brasil.

Abstract

With the slogan “Brazil above all, God above all, in the 2018 presidential campaign, the Retired Militar Jair Messias Bolsonaro was elected President of the Federative Republic of Brazil, identified in this study as Senhor JB, “ who, although Messiah, did not works miracles ”, for many Brazilian political scientists and philosophers, as well as for scholars and researchers from other countries, a President who routinely violates national and international constitutional norms, an authoritarian political leader who governs based on Christian Fundamentalism and fascism. Given these characteristics attributed to the current President of the Republic of Brazil, this article aims to: present the historical landmark of the birth of Christian Fundamentalism, speeches, phrases, positions, pronouncements and speeches by Mr. JB, in order to show how Christian Fundamentalism was and still remains present throughout its political trajectory; to point out the definition of the term ‘fascism’ in the *Policy Dictionary* of Norberto Bobbio, Nicola Matteucci and Gianfranco Pasquino, to make some considerations about the position of the current President since the beginning of his term; make a brief presentation on the considerations of what totalitarianism and fascism are to Umberto Eco in “The eternal fascism”, and show that the Christian fundamentalism of the current President of the Republic can be pointed out as one of the bases of his fascism.

Keywords: Christian fundamentalism; Fascism; President of the Federative Republic of Brazil.

54 Advogada, pós-graduada em Direito do Trabalho pela Universidade Tiradentes, pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal pela Estácio FASE, graduanda, mestra e doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cinthialimaadv@gmail.com.

Introdução

Não é de hoje que política e religião no Brasil têm um casamento sólido. Embora a Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, estabeleça em seu texto que “a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito” no qual o princípio da laicidade, a liberdade de crença assegurada aos cidadãos brasileiros e a desvinculação dos atos governamentais de dogmas religiosos sejam princípios vetores do Estado Brasileiro” (BRASIL, 2020a), o que se percebe no Brasil ainda é a prática de uma política na qual o discurso religioso exerce grande influência para que determinado candidato assuma um cargo político, seja qual cargo ele for.

Embora o artigo 5º da CF/88 em seus incisos VI e VIII assegurem, respectivamente, “a inviolabilidade da liberdade de crença” e que “ninguém sofrerá privação de direitos por motivo de crença religiosa” (BRASIL, 2020a), no próprio Preâmbulo da Constituição, quando de sua origem, há referência de que “sobre a proteção de Deus” a vigente Constituição Brasileira foi promulgada” (BRASIL, 2020a). Isso já mostra que mesmo o Brasil, sendo teoricamente um Estado Laico, desde a Constituinte de 1988, “a crença em Deus” esteve e ainda continua mais que presente na política brasileira, e tal crença foi declarada na própria Constituição de 1988 da nossa República.

Diante da constatação de que o Brasil é um país no qual a política é influenciada pelo Fundamentalismo cristão desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e de um estudo mais aprofundado dos discursos políticos do atual Presidente da República Federativa do Brasil (sem partido desde novembro de 2019), Senhor Jair Messias Bolsonaro (Glicério/SP, 21/03/1955), que aqui nesse trabalho será identificado como Senhor J. B., desde as suas candidaturas e eleições como Vereador do Estado do Rio de Janeiro (1989-1990) e de seus sete mandatos como Deputado Federal (1991-2018), até a sua eleição como Presidente da República (2019-atual), foi possível perceber que seus discursos eram e ainda são marcados por apelos religiosos fundamentalistas e que possivelmente (para não dizer com certeza) tenha sido eleito, para os cargos que concorreu, por eleitores que se identificaram com tais discursos e apoiam atos fundamentalmente autoritários, conservadores, negacionistas, obscurantistas, machistas, sexistas, misóginos, racistas, homofóbicos, antidemocráticos, isto é, atos estes exaltados durante a trajetória política do atual Presidente.

Assim, esse artigo tem como objetivos: apresentar o marco histórico do nascimento do Fundamentalismo cristão, falas, frases, posicionamentos, pronunciamentos e discursos do Senhor J. B., a fim de mostrar como o Fundamentalismo cristão esteve e ainda continua presente ao longo da sua trajetória política; apontar a definição do termo ‘fascismo’ no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, tecer algumas considerações sobre a postura do atual Presidente desde o início de sua gestão; realizar uma exposição sucinta sobre as considerações do que sejam totalitarismo e fascismo para Umberto Eco em “O fascismo eterno”, e evidenciar que o Fundamentalismo cristão do atual Presidente da República pode ser apontado como uma das bases de seu fascismo.

Origem histórica do fundamentalismo cristão

Para compreender o que seja um discurso fundamentalista cristão é preciso recorrer a dicionários da Língua Portuguesa, a dicionários filosóficos, a livros de história e a textos filosóficos relacionados à temática.

Os termos ‘Fundamentalismo’ e ‘Fundamentalista’, que aqui nesse estudo referem-se ao ‘Fundamentalismo cristão’, foram utilizados pela primeira vez no século XX, mais precisamente no ano de 1920, pelo editor e pastor batista americano Curtis Lee Laws⁵⁵, cujos termos foram inspirados a partir de uma série de ensaios de sua autoria sob o título *Os fundamentos: Um Testemunho da Verdade*, publicados entre os anos de 1910 e 1915, identificando assim todos aqueles protestantes que, para ele e nessa época, estivessem dispostos a defender veementemente os fundamentos preconizados pela Bíblia. Considerando esse marco histórico, o termo ‘Fundamentalismo’ ingressou efetivamente no vocabulário inglês na referida década e é utilizado, em vários textos sobre o aludido movimento religioso, com a inicial maiúscula para se referir ao movimento cristão iniciado por C. L. Laws.

O Fundamentalismo cristão nasce então a partir desse movimento que eclode nos Estados Unidos da América, no ano de 1920, no qual “teólogos liberais” (ou ainda chamados “teólogos modernistas”), eram militantes a favor de um modernismo cultural, como também de uma relativização da leitura dos textos da escritura sagrada e adeptos de um liberalismo teológico. De acordo com Ben Dupré (2016) esses “modernistas” buscaram interpretar, através de metáforas e de uma forma simbólica, os ensinamentos bíblicos e “os milagres do

55 “Segundo a declaração do batista conservador Curtis Lee Laws em 1920: “Nós sugerimos que aqueles ainda agarrados aos grandes fundamentos e prontos a lutar pelos fundamentos seja chamado ‘Fundamentalista’. Por esse nome, o editor [...] gostaria de ser chamado”. (MOORE JR., 1968, p. 196 *apud* CALDEIRA, 2018, p. 28)

Evangelho”, assim como começaram também a entrar em choque com as posições “fundamentalistas” dos “teólogos conservadores”. Essa é uma fase na qual há uma controvérsia entre esses grupos eminentemente ligados a questões religiosas em razão de uma busca pelo poderio das igrejas protestantes norte-americanas e uma resistência por parte dos “teólogos conservadores” ao afastamento da religiosidade que poderia vir a ser causada, e talvez tenha sido mesmo provocada, pela ciência dos “reformadores progressistas” da educação, e pelo avanço da urbanização e da industrialização nas comunidades estadunidenses. Além disso, pela ótica cristã protestante da época, o crescimento da atividade econômica e o surgimento de uma cultura evolucionista darwiniana, que se afastava dos desígnios e das palavras de Deus, fatalmente levariam a sociedade norte-americana a um “fracasso nacional”. Também nessa fase, com amparo nas concepções fundamentalistas e no movimento antievolucionista, algumas legislações proibiam o ensino de quaisquer teorias que negassem a criação divina do homem e fossem de encontro a educação tradicional protestante norte-americana, a exemplo da lei *Butler Act* (1925) do Estado de Tennessee e da legislação do Estado de Kentucky (1922).⁵⁶ Portanto, o Fundamentalismo foi originado pelo movimento de cristãos protestantes que rejeitavam os posicionamentos liberais de outras igrejas também protestantes que tentaram compatibilizar os dogmas cristãos amparados na Bíblia com as ideias provenientes do marxismo e do evolucionismo darwiniano.

O ponto principal desse movimento religioso a ser destacado aqui é o caráter separatista das igrejas então identificadas como fundamentalistas que não aceitam a interferência de interpretações dissonantes da escritura sagrada. Para os Fundamentalistas cristãos, os mandamentos bíblicos não podem ser contestados por quaisquer teorias, ideologias ou mesmo pela ciência.

É importante ressaltar que o Fundamentalismo cristão não pode ser confundido com outras espécies de fundamentalismos, a exemplo do “fundamentalismo islâmico” e do “fundamentalismo judaico”, cujos livros sagrados são o Alcorão e a Torá, respectivamente, e Jesus Cristo não é a figura central de idolatria dessas religiões.

É possível entender, em decorrência desse estudo da origem do termo ‘Fundamentalismo’, que o nomeado Fundamentalismo cristão encontra na crença religiosa de um ser superior, nas escrituras sagradas e na revelação divina a fonte de toda “a verdade”.

56 Sobre a história da origem do termo ‘Fundamentalista’ e do Fundamentalismo religioso e cristão norte-americano recomenda-se a leitura do texto *Evolution: A Journal of Nature [manuscrito]: ciência, evolução e fundamentalismo nos Estados Unidos (1927-1938)* de Henrique Rodrigues Caldeira (2018).

Como também é admissível considerar que esse movimento religioso defende a interpretação literal e absolutamente fiel da Bíblia e que os mandamentos bíblicos são um dever sagrado.

Embora, contemporaneamente, o termo ‘Fundamentalista’ seja utilizado de forma pejorativa para caracterizar alguém que assume qualquer postura religiosa extremista, a aludida palavra tenha diversas conotações e possa abarcar diversas formas de pensamento religioso, e, segundo Dupré (2016), esse termo tenha sido aplicado a “uma variedade de ideologias e ortodoxias”, a denotação de Fundamentalista cristão é aquela que está relacionada ao movimento religioso que surgiu no início do século XX e tinha como convicções fundamentais que os ensinamentos bíblicos e a revelação divina expressam “a verdade” das escrituras.

Alguns protestantes e evangélicos de diversos segmentos preferem não ser identificados como Fundamentalistas ou como adeptos do Fundamentalismo, utilizando na nomenclatura de suas igrejas o termo ‘fundamental’, pois não aderem a todas as bases de crenças e pensamentos do Fundamentalismo cristão norte-americano. Assim, um dos pontos de maior importância e de convergência entre os Fundamentalistas cristãos é a “inerrância da bíblia”, ou seja, a Bíblia é entendida como a palavra de Deus e Sua palavra é expressão da “verdade”.

Diante dessas informações históricas, da definição de Fundamentalismo cristão e do fato do Senhor J. B. citar em vários de seus discursos passagens bíblicas para respaldar suas ações políticas, entendeu-se, no presente estudo, que a política praticada pelo atual Presidente da República do Brasil é uma política que recorre as bases do Fundamentalismo religioso (dito cristão) e que tal postura reflete o seu fascismo, nada disfarçado. Então vejamos.

O fundamentalismo cristão identificado em falas do Senhor J. B.

Nesse momento do texto, serão transcritas e destacadas algumas frases e alguns posicionamentos, pronunciamentos e discursos do Senhor J. B. em algumas de suas campanhas eleitorais e no decorrer de sua atuação como Vereador do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Federal e atualmente como Presidente da República, identificando nessas passagens textuais o Fundamentalismo cristão do Senhor J. B.

Após uma pesquisa sobre a vida política do Senhor J. B., foi possível perceber que o Fundamentalismo cristão do atual Presidente já se anunciava quando atuou inicialmente como Vereador. O Senhor J.B., embora não tenha desejado intimamente ter se afastado da carreira

militar, no posto de Capitão ingressou na reserva em 1988, por ter militado contra os baixos soldos pagos à corporação⁵⁷. No ano de 1989, entrou na carreira política como Vereador do Estado do Rio de Janeiro com filiação pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Esse partido, cuja a história do mesmo pôde ser acessada em alguns sites sobre partidos políticos no Brasil, surgiu no ano de 1985 e foi extinto em 1993, e tinha como principais ideologias o conservadorismo, a democracia cristã e o liberalismo econômico. Quando Vereador, o fato do Senhor J.B ter se filiado à época a um partido conservador e relacionado a dogmas religiosos já nos indica uma postura direcionada ao Fundamentalismo cristão.

No período que foi Deputado Federal entre os anos de 1991 e 2018, o Senhor J. B., por incontáveis vezes, foi apontado pela mídia e pela crítica política como um político autoritário, conservador, negacionista, obscurantista, machista, sexista, misógino, racista, homofóbico, antidemocrático e Fundamentalista cristão, e por essa última característica a ele atribuída, lembraremos de algumas falas de teor fundamentalista durante essa sua fase política. Assim, quando exercia tal cargo, o Jornal *ESTADÃO* noticiou algumas frases polêmicas do Senhor J. B., em entrevista concedida ao Programa CQC, e uma delas foi a seguinte frase em destaque:

O discurso do deputado do PP teve ainda questionamentos ao ministro da Educação, na época, Fernando Haddad. “*Povo paulistano, será que o Haddad como prefeito vai colocar uma cadeira de homossexualismo no primeiro grau?*”, perguntou Bolsonaro.⁵⁸ (Grifo nosso)

Em várias falas do Senhor J. B., durante tal mandato legislativo, pôde ser identificada sua repulsa à homossexualidade. Inclusive, na frase destacada acima, ele usa o termo ‘homossexualismo’ que no fim do século XIX estava ligado a “condições patológicas”, entretanto, em 17 de maio de 1990, houve a exclusão do ‘homossexualismo’ da lista de distúrbios mentais, da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) e sua substituição pelo termo ‘homossexualidade’, conforme pôde ser constado no site da OMS e em alguns textos sobre a origem desta última palavra .

Lembremos que, em vários momentos de um de seus mandatos como Deputado Federal, o Senhor J. B. foi acusado de cometer homofobia ao se referir de forma jocosa à orientação sexual do ex-Deputado Federal Jean Wyllys, assumidamente gay e filiado ao “Partido Socialismo e Liberdade” (PSOL), que desistiu de seu terceiro mandato após receber

57 JANSEN, Roberta. Como vereador, Bolsonaro apresentou projeto de transporte gratuito para militares. *BOL NOTÍCIAS*. 26 nov. 2017.

58 AS FRASES polêmicas de Jair Bolsonaro. *ESTADÃO*, 07 fev. 2014.

ameaças de morte desde o assassinato da Vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco que era filiada ao mesmo partido e conhecida por defender especialmente os direitos das mulheres e a inclusão social.

Em entrevista concedida ao Jornal *CORREIO BRAZILIENSE*, perguntado pelo entrevistador se a homofobia deveria ser crime, o Senhor J. B. respondeu da seguinte forma:

O senhor acha que a homofobia tem que ser crime? Por que não “porcofobia”, por que não “flamengofobia”? Se você quer defender que homossexualismo é uma questão natural, que a pessoa nasce assim, vamos respeitar os pedófilos, que também nasceram assim. No meu tempo, não existiam tantos gays. Hoje, é muito influenciado pela mídia. Quando você vê uma novela, geralmente o casal homossexual é mais inteligente, vive melhor, não tem traição. No subconsciente, vai influenciando e, em geral, as crianças.⁵⁹ (Grifo nosso)

A fala acima também é uma das declarações preconceituosas do Senhor J. B. direcionadas à homossexualidade com o uso do termo ‘homossexualismo’. Além de comparar a homofobia a outras ações preconceituosas que não devem ser criminalizadas, faz referência à mídia, incluindo a novela, como incentivadora do “comportamento homossexual”, principalmente em crianças uma declaração sem qualquer base científica que a justifique.

Em entrevista à Revista *Playboy*, no ano de 2011, alegando a “defesa da família”, o Senhor J. B. proferiu a seguinte opinião:

“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo. Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza”.⁶⁰

Nessas falas extraídas de reportagens sobre o Senhor J. B. e suas condutas antiéticas e preconceituosas, podemos perceber que a homossexualidade é um dos temas mais rechaçados por ele e a homossexualidade é vista como um “pecado bíblico”. Como bem observa o filósofo norte-americano Jason Stanley (1969), a homossexualidade é abominada abertamente pelos políticos [fascistas] e “o cavalo de Tróia” do liberalismo é a igualdade (2018).

Atualmente, no site <https://www.bolsonaro.com.br/> de propriedade particular do Senhor J. B. e de sua família, ao realizar sua autobiografia, o mesmo expõe que:

Em seus mandatos parlamentares, destacou-se pela defesa dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas, lutou contra a erotização infantil nas escolas e por um

59 “CUNHA não se safa dessa”, afirma Jair Bolsonaro em entrevista. *CORREIO BRAZILIENSE*, 15 nov. 2015.

60 Idem.

maior rigor disciplinar nas instituições de ensino, pela redução da maioria penal, pela posse de arma de fogo para o cidadão de bem e direito à legítima defesa, pela segurança jurídica na atuação policial, pelos valores cristãos e pela família tradicional.⁶¹

Nessa última passagem de sua autobiografia e como nas três passagens de reportagens anteriores acima transcritas ficou evidente o Fundamentalismo cristão do Senhor J. B. ao assumir ser um defensor dos valores cristãos e da família tradicional. Para um Fundamentalista cristão, nos moldes que apresentamos nesse estudo, uma das verdades da Bíblia e dos ensinamentos de Jesus Cristo é que o casamento admitido pela Bíblia deve ocorrer apenas entre homem e mulher, não havendo qualquer possibilidade de uniões maritais dentre pessoas do mesmo sexo. A repulsa do Senhor J. B. ao homossexualismo, ao casamento e a uniões entre pessoas do mesmo sexo (gênero) sempre é uma pauta presente e evitada de preconceito em seus discursos em favor da família e dos bons costumes. Uma das formas de criticar as uniões homoafetivas foi durante uma de suas declarações sobre a Portaria nº. 666, de 25 de julho de 2019, do Ministério da Justiça, posteriormente revogada, que dispunha “sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”, e ao se referir ao jornalista Glenn Greenwald do site *The Intercept* que, em junho de 2019, editou reportagens publicando trechos de conversas entre o ex-Juiz e à época Ministro da Justiça Sérgio Moro e o Procurador da República Dr. Deltan Dallagnol durante a Operação Lava Jato, conversas estas fornecidas por hackers e que comprometiam a imparcialidade jurisdicional e constitucionalmente assegurada do então Juiz Sérgio Moro, o Senhor J. B. assim declarou:

“Ele tem ‘carta branca’. Eu teria feito um decreto. Tem que mandar pra fora. Quem não presta, tem que mandar embora. Tem nada a ver com o caso desse Glenn não sei o quê (Glenn Greenwald, editor do *The Intercept*), aí. Tem nada a ver com o caso dele. Tanto é que não se encaixa na portaria o crime que ele tá cometendo.”

Ao negar que a portaria tenha tido qualquer relação com Glenn Greenwald, que é norteamericano, Bolsonaro citou que o editor do site *The Intercept* é “casado com outro homem” e tem filhos brasileiros.

“Até porque ele é casado com outro homem, e tem meninos adotados no Brasil. Tá certo? Malandro, malandro, pra evitar um problema desse, casa com outro malandro, ou não casa, e adota criança no Brasil. É um problema que nós temos...Ele não vai embora. O Glenn pode ficar tranquilo. Talvez ele pegue uma cana, aqui, no Brasil. Não vai pegar lá fora, não.”⁶²

61 BOLSONARO. *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, 2020b.

62 SATRIANO, Nicolás. 'Talvez pegue uma cana aqui no Brasil', diz Bolsonaro sobre Glenn Greenwald. *GI Rio*, 27 jul. 2019.

Durante sua campanha política para o cargo de Presidente da República duas das frases mais emblemáticas de seu Fundamentalismo cristão são “Brasil acima de tudo, Deus acima de Todos” e “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (“João 8:32”⁶³), frases estas corriqueiramente utilizadas em seus pronunciamentos como Presidente da República. Além dessas frases, assim que eleito, ao conceder entrevista para o site *R7*, O Senhor J. B. declarou que durante seu governo como Presidente da República será “guiado pela Bíblia” e que “pretende seguir os ensinamentos de Deus”, assim, de acordo com a reportagem:

Eleito presidente do Brasil neste domingo (28), Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que será guiado pela Bíblia e pela Constituição durante seus quatro anos de governo. Em discurso transmitido pela internet menos de meia hora após o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) anunciar sua eleição, o político de extrema-direita chamou a Bíblia de "caixa de ferramentas" para consertar o homem e a mulher.

“O que mais quero é, seguindo os ensinamentos de deus, ao lado da Constituição brasileira, inspirando-se em grandes líderes mundiais, e com uma boa assessoria técnica e profissional, isenta de indicações políticas de praxe, começar a fazer um governo a partir do ano que vem que possa realmente colocar o nosso Brasil no lugar de destaque. Temos tudo para ser uma grande nação”, afirmou.

Em discurso recheado de referências cristãs, Bolsonaro afirmou que Deus o salvou da morte em 6 de setembro, quando foi atacado a faca durante ato de campanha em Juiz de Fora (MG), chamando o trabalho dos médicos que o atenderam de "milagre". "Deus reservou algo para mim e para todos nós no Brasil", declarou.

“Fizemos uma campanha não diferente dos outros, mas como deveria ser feita, afinal de contas, a nossa bandeira, o nosso slogan eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramentas para consertar o homem e a mulher, que é a bíblia sagrada”, disse. [...]⁶⁴

Não há dúvidas de que nessas, como em outras falas do Senhor J. B., o Fundamentalismo cristão do mesmo está evidenciado. E tal Fundamentalismo se reproduz nas falas de seu eleitorado e seguidores nas redes sociais. Além do atual Presidente da República do Brasil ser, transparentemente, Fundamentalista cristão, pode-se ainda apontar seu fundamentalismo econômico, no qual a manutenção do sistema econômico capitalista tem mais importância do que a manutenção de vidas humanas. Provas disso são as declarações irônicas, sarcásticas, desrespeitosas e “desumanas” do Senhor J. B. durante a atual Pandemia do Covid-19 e o total desprezo pelas vidas das pessoas que foram contaminadas no Brasil e de quem já foi a óbito, com frases como: “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. É a vida. Você

63 Ou: ⁶³ “E conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres.” (Disponível em: <https://www.biblegateway.com/passage/?search=Jo%C3%A3o+8%3A32&version=OL>)

64 JUNQUEIRA, Diego. Bolsonaro diz que vai governar o Brasil com a Bíblia e a Constituição. *R7*, 28 out. 2018 (Atualizado em 29 out. 2018).

não pode parar uma fábrica de automóveis porque há mortes nas estradas todos os anos”⁶⁵; “70% da população vai ser infectada, não adianta querer correr disso”⁶⁶; e “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”⁶⁷. Assim, a junção desses dois fundamentalismos leva o atual Presidente a praticar uma “teopolítica fundamentalista neoliberal”⁶⁸. Não é à toa que o Senhor J. B. e seus filhos Senador Flávio Bolsonaro, o Vereador Carlos Bolsonaro e o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, e como ele mesmo os chama de filhos 01, 02 e 03, “odeiam” os comunistas, socialistas e humanistas e declaram raivosamente que os ideais marxistas são muito piores que os ideais nazistas.

Vimos então algumas falas discursivas proferidas pelo Senhor J. B., sejam pela televisão, sejam pela Internet, têm alguma frase, texto ou declaração que exalta e deixa completamente em evidência o seu Fundamentalismo cristão.

É certo também que o Senhor J. B. espelha-se na figura do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Nova York, 14 de junho de 1946), inclusive, no que tange aos seus pronunciamentos. Podemos apresentar aqui algumas semelhanças entre eles enquanto líderes políticos nacionalistas cristãos, de extrema-direita e defensores de métodos ditatoriais, a fim de entender em seguida o fascismo do atual Presidente da República do Brasil.

Donald Trump é um cristão presbiteriano, empresário, magnata norte-americano e ganhou fama entre os populares de seu país por ter apresentado um *reality show* chamado *The Apprentice*. O Senhor J. B., militar reformado, embora de formação católica romana, afirma ter frequentado a Igreja Batista por alguns anos, foi batizado no rio Jordão pelo pastor Everaldo Pereira (Presidente Nacional do PSC) e sua campanha para Presidente da República teve como alicerce primordial as redes sociais. Ambos, em suas candidaturas presidenciais, foram apoiados pelo “evangelicalismo”. Além de terem uma formação religiosa cristã, Trump e o Senhor J. B. são conhecidos por suas personalidades impulsivas, narcisistas, egocêntricas e por seus “jeitões” espontâneos e grosseiros. Quanto às questões políticas e relacionadas à humanidade, e especificamente aos direitos humanos e sociais, os dois líderes políticos, em seus pronunciamentos, vários deles disponíveis na Internet, partem em defesa de métodos ditatoriais como métodos de manutenção no poder (a exemplo da intervenção militar para reprimir protestos populares ou para “equilibrar” os poderes Executivo, Legislativo e

65 REDAÇÃO JORNAL DE BRASÍLIA. 25 ‘pérolas’ de Bolsonaro sobre a pandemia – e contando. *Jornal de Brasília*, 23 abr. 2020.

66 REDAÇÃO CARTA CAPITAL. “70% da população vai ser infectada, não adianta querer correr disso”, diz Bolsonaro. *CARTA CAPITAL*, 20 abr. 2020.

67 GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA. Hamanda. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. *GI*, 28 abr. 2020.

68 GASDA, Élio. Teopolítica fundamentalista neoliberal: assim governam os perversos. *DOM TOTAL*, 20 jun. 2019.

Judiciário), do porte de armas a fim de que o cidadão tenha o direito de exercer legítima defesa, da privatização de órgãos públicos, da redução da carga tributária para empresas privadas e da propriedade privada como “bem sagrado”, da despreocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade, da diferenciação entre seres humanos em razão da origem, cor, gênero e orientação sexual e do desprezo por imigrantes e refugiados. Essas são características de líderes autoritários, tiranos⁶⁹, ditadores, enfim, perversos.

Segundo Jason Stanley, em entrevista concedida ao site *UOL* e publicada em 16/12/2018: “a semelhança principal entre Trump e Bolsonaro está na característica fascista de seus discursos” e “que lideranças com discursos e práticas fascistas estão surgindo em várias partes do mundo, em resposta a uma ordem internacional preestabelecida e em reação ao crescimento de pautas identitárias, como o movimento LGBTQ+ e feminista”⁷⁰.

Feita essa sucinta exposição sobre as particularidades desses dois líderes políticos, passemos então a conferir posições fascistas do atual Presidente da República do Brasil.

O Senhor J. B. é fascista?

Com a finalidade de entendermos o porquê do atual Presidente do Brasil ser considerado, por alguns cientistas políticos e filósofos, um político fascista, recorreremos à definição de fascismo para Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino no *Dicionário de Política* e ao manifesto “O fascismo eterno” de Umberto Eco.

No *Dicionário de Política* acima mencionado, o termo ‘fascismo’ apresenta definições diversificadas, contraditórias e múltiplas diante de sua complexidade. Diante disso, há a explicação de que o uso do aludido termo geralmente se restringe ao “Fascismo histórico” dos anos de 1919 e 1945, ao Fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão. Ainda nesse dicionário, o Fascismo é apontado como:

[...] um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente

69 Para Nicola Abbagnano: “[...] A definição de tirano já se encontra nos versos de Eurípides: "Não há pior inimigo que um tirano numa cidade, sob o qual desaparecem todas as leis comuns, e só uma pessoa comanda, tendo a lei em suas mãos" (*Suppl.*, II, 429-32). [...] O conceito de T. [Tiranía] acompanhou a formação do liberalismo político porque serviu de pedra de toque ou de símbolo para tudo o que o liberalismo condenava. Como tal, também constitui um dos temas da retórica revolucionária e liberal a partir do séc. XVI. Hoje esse termo é bem menos usado, não porque os regimes tirânicos tenham desaparecido ou porque não haja mais o perigo de que estes se instaurem mesmo onde vigore certo grau de liberdade, mas apenas porque ele parece pertencer a uma espécie de retórica fora de moda [...]” (2012, p. 1141-1142).

70 GRAMINHA, Pedro. Trump e Bolsonaro têm ideal fascista e contagiarão mundo, diz autor dos EUA. *UOL*, 16 dez. 2018.

organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 466).

Diante dessa definição, podemos fazer algumas considerações importantes sobre a postura do atual Presidente desde o início de sua gestão. O Senhor J. B., desde novembro de 2019, encontra-se sem filiação a partido político e tentou criar o partido “Aliança pelo Brasil” cometendo várias irregularidades junto ao Tribunal Superior Eleitoral para a formação do mesmo, dentre elas, a apresentação de eleitores já falecidos na lista de assinaturas de criação. A formação desse partido obviamente foi frustrada por não atender aos requisitos legais exigidos, mas tal ato de iniciativa de criação de um partido político mostrou de forma clara que o atual Presidente gostaria de filiar-se a um partido político no qual suas ideologias fossem realmente atendidas e sua figura fosse “cultuada”. Além disso, em entrevistas concedidas em momentos de aparições públicas já declarou que era “um mito” e que seria a “própria Constituição Federal”, o que evidenciou o seu autoritarismo, sua postura antidemocrática e seu desejo de manipulação da representação política.

O Senhor J. B. já se manifestou também por diversas vezes publicamente contra o comunismo e o socialismo, exaltou e exalta figuras ditatoriais em manifestações e aparições públicas, participou de manifestações antidemocráticas, adotou e ainda adota em seu governo uma política de cunho populista que desprivilegia as massas.

Quanto ao texto de Umberto Eco, limitar-nos-emos apenas a tratar das particularidades de governos totalitários e do fascismo descritos pelo filósofo italiano. Assim, para ele, as principais características do totalitarismo⁷¹ e do fascismo (ou como ele nomeia do “Ur-Fascismo”, ou “fascismo eterno”) são: à submissão de qualquer ato individual ao Estado e à ideologia do tirano (representante do Estado); o culto da tradição, ou tradicionalismo que implica na recusa das “benesses” da cultura moderna e das tecnologias; o irracionalismo, com

71 Segundo Abbagnano, o [...] “*Absolutismo* ou *totalitarismo* são os termos que substituíram *tiranía*, mas o conceito não mudou, e estas mesmas palavras significam ainda: regime no qual o arbítrio individual ocupa o lugar da lei; escravidão imposta por escravos; governo que não pode ser mudado nem corrigir a não ser pela violência (ABBAGNANO, 2012, p. 1142).

a recusa dos ideais iluministas e a suspeita ao intelectualismo com o uso de frases como “As universidades são um ninho de comunistas”; o afastamento do pensamento crítico que causa desacordo e este seria traição; a repulsa à diversidade que eclode no racismo; o apelo às classes médias frustradas individual ou socialmente; o nacionalismo e apelo à xenofobia; a humilhação de seus adeptos pela riqueza ostensiva e pela força do inimigo; o afastamento do pacifismo com a implantação da ideia de “guerra permanente”; o “elitismo popular” ou “elitismo de massa” que reflete o líder que despreza seus subordinados e líderes subordinados que desprezam então seus subordinados desembocando em ciclo vicioso; o culto do heroísmo (ligado à mitologia) que está intrinsecamente unido ao culto da morte, já que a morte é a recompensa da vida de um herói (mito); a transferência da vontade de poder para questões sexuais que desemboca na intolerância de gênero, no machismo e na provocação da humilhação de mulheres, homossexuais e todos aqueles que se desviem dos padrões tradicionais; o “populismo qualitativo” e “o povo” como expressão da “vontade comum”; o líder como intérprete da vontade do povo; e a “novilíngua” que é a utilização de uma linguagem empobrecida⁷², de uma maneira de fala que limita a reflexão e o pensamento crítico. (ECO, 1995).

Em decorrência dessas colocações, destacamos que o slogan da sua campanha presidencial “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” remete a um dos lemas mais significativos do Estado Nazista “Alemanha acima de tudo”, e que frases como: “Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha de Estado Laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvem!”⁷³ e “Quero entregar um país muito melhor que recebeu do sucessor. Sigamos “João 8:32”: E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”⁷⁴. Essas e tantas outras frases ditas pelo Senhor J. B confirmam a faceta tirânica, fascista⁷⁵ e Fundamentalista cristã do Senhor. J. B.

72 Sobre esse aspecto, podemos afirmar que o líder fascista Benito Mussolini e o líder nazista Adolf Hitler se utilizaram de uma linguagem específica para dominar as massas e “envenenar” os mais cultos. Como bem observa o filólogo Victor Klemperer, em sua obra *LTI : a linguagem do Terceiro Reich*, “[...] o nazismo foi aceito como evangelho por milhões de pessoas porque ele usou a linguagem do Evangelho” (2009, p. 197). E, “o que acontece se a língua culta tiver sido constituída ou for portadora de elementos venenosos? Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar. [...]”. (*op. cit.*, p. 11)

73 BIANCHINI, Lia. Bolsonaro é fascista? Listamos 13 frases do candidato para reflexão. *BRASIL DE FATO: UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO*, 17 out. 2018.

74 PY, Fábio. Cristofascismo em 7 atos: como Bolsonaro usou a alegoria da Páscoa para não perder popularidade. *THE INTERCEPT BRASIL*, 1 mai. 2020.

75 “[...] Como notou Klemperer, o estilo fascista baseia-se na “repetição interminável”, destinada a tornar o ficcional plausível e a conduta criminoso, desejável. [...]”, a esse modo de “assassinar a verdade” Timothy Snyder (2017, p. 63-64) chama de “encantamento xamanista”.

Assim, entendemos que o Fundamentalismo cristão do atual Presidente da República pode ser apontado como uma das bases de seu fascismo ou Cristofascismo⁷⁶, uma vez que em nome de Deus e em respeito às escrituras sagradas o Senhor J. B. pode atuar politicamente de forma racista, misógina, sexista, homofóbica, xenofóbica, desumana, pode cometer ações contrárias às normas constitucionais, nacionais e internacionais, e pode legitimar atos corruptos ou genocidas, enfim, em nome de Deus se pode tudo.

Considerações finais

Nesse estudo, foi apresentado o marco histórico do nascimento do Fundamentalismo cristão e falas, frases, posicionamentos, pronunciamentos e discursos do Senhor J. B., a fim de mostrar como o Fundamentalismo cristão esteve e ainda continua presente ao longo da sua trajetória política. Também foi apontada a definição do termo ‘fascismo’ no *Dicionário de Política* de Bobbio, Matteucci e Pasquino, feitas algumas considerações sobre a postura do atual Presidente desde o início de sua gestão, foi realizada uma exposição sucinta sobre as considerações do que sejam totalitarismo e fascismo para Umberto Eco em “O fascismo eterno”, e evidenciado que o Fundamentalismo cristão do atual Presidente da República pode ser apontado como uma das bases de seu fascismo.

Então, diante dos argumentos apresentados aqui, é possível alegar que o atual Presidente, tem o Fundamentalismo cristão como principal base do fascismo, e que desde o início da sua gestão, ele vem violando normas, constitucionais, nacionais e internacionais referentes a direitos humanos, direitos fundamentais individuais e coletivos e direitos sociais (especialmente trabalhistas), diminui as mulheres, os negros, os povos indígenas, os povos quilombolas, os imigrantes, os homossexuais, as pessoas mais pobres, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, de uma maneira geral, as minorias, os mais vulneráveis, e todos aqueles opositores políticos sejam ou não de esquerda.

O Senhor J. B., em seu atual governo, ainda despreza as políticas públicas sociais e ambientais, confunde a opinião pública com *fake news*, agride jornalistas e descredibiliza a imprensa, apoia manifestações antidemocráticas e a intervenção militar, minimiza as torturas

76 De acordo com Fábio Py, sobre o governo do Senhor J. B.: “Seu cristofascismo se promove por meio de uma teologia política autoritária pautada hoje no clima apocalíptico do coronavírus, baseada no ódio à pluralidade democrática. Esse ódio é salpicado por técnicas governamentais de promoção da discriminação, do ódio aos setores heterodoxos. Diante do avanço da pandemia no Brasil, sua característica antidemocrática se somou ao discurso economicista como justificativa para a explícita permissão da política da morte – a necropolítica discutida pelo filósofo camaronês Mbembe, cujos alvos são os pobres, os mais velhos, os diabéticos e os hipertensos.” (*Ibid.*)

e as mortes da ditadura, exalta a figura de ditadores, desarmoniza os poderes públicos com ataques diretos ao Poder Legislativo (Congresso Nacional) e ao Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal).

Enfim, o Senhor J. B. é um político que durante a sua trajetória política mostrou-se despreocupado com o interesse público e o bem-estar dos brasileiros. Essa despreocupação ficou ainda mais evidente durante o período atual da pandemia pelo Covid-19 no qual o Senhor J. B. desdenhou das recomendações da Organização Mundial de Saúde, foi totalmente de encontro aos decretos dos Governadores dos Estados quando autorizou a reabertura do comércio sob a campanha “O Brasil não pode parar”, mesmo diante do aumento do número de infectados e de mortos pelo Coronavírus no país, descumpriu ordem judicial para uso obrigatório de máscara em aparições públicas, deixou o Ministério da Saúde há quase quatro meses sem um Ministro da Saúde titular e nomeou o Ministro interino à Ministro da Saúde Titular um militar que não é um especialista em saúde pública, negou as orientações da ciência, distorceu informações e manipulou a opinião pública pela Internet, principalmente em suas redes sociais pessoais com *fake News*, e, no ápice da sua despreocupação com a saúde pública, minimiza a atual pandemia.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6. ed. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

AS FRASES polêmicas de Jair Bolsonaro. *ESTADÃO*, São Paulo, 07 fev. 2014. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro,1127819>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BIANCHINI, Lia. *Bolsonaro é fascista? Listamos 13 frases do candidato para reflexão*. BRASIL DE FATO: UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO, Curitiba, 17 out. 2018, TOTALITARISMO. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BIBLEGATEWAY. *João 8:32*. Disponível em: <https://www.biblegateway.com/passage/?search=Jo%C3%A3o+8%3A32&version=OL>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BOLSONARO, Jair. *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Disponível em: <https://www.bolsonaro.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020b.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 07 abr. 2020a.

CALDEIRA, Henrique Rodrigues. *Evolution: A Journal of Nature [manuscrito]*: ciência, evolução e fundamentalismo nos Estados Unidos (1927-1938). Dissertação (mestrado) -

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BALFC5/1/disserta_o_henrique_caldeira_com_ficha_e_aprova_o.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

“*CUNHA não se safava dessa*”, afirma Jair Bolsonaro em entrevista. CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, 15 nov. 2015, Política. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/11/15/interna_politica,506556/cunha-nao-se-safa-dessa-afirma-jair-bolsonaro-em-entrevista.shtml. Acesso em: 17 abr. 2020.

DUPRÉ, Bem. *50 grandes ideias da humanidade que você precisa conhecer*. 1. ed. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

ECO, Umberto. “O fascismo eterno” (1995). In: *Cinco Escritos Morais*. Tradução de Eliana Aguiar, Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

FASCISMO. In: BOBBIO; Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. v. 1. 11.ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora UNB, 1998.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Harba, 2006.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. ‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’. G1, Brasília, 28 abr. 2020, POLÍTICA. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2020.

GASDA, Élio. *Teopolítica fundamentalista neoliberal: assim governam os perversos*. DOM TOTAL, Belo Horizonte, 20 jun. 2019, RELIGIÃO. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1365806/2019/06/teopolitica-fundamentalista-neoliberal-assim-governam-os-perversos/>. Acesso em: 22 mai. 2020.

GRAMINHA, Pedro. *Trump e Bolsonaro têm ideal fascista e contagiarão mundo, diz autor dos EUA*. UOL, São Paulo, 16 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/12/16/jason-stanley-filosofo-fascismo-trump-bolsonaro-como-o-fascismo-funciona.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

JANSEN, Roberta. *Como Vereador, Bolsonaro apresentou projeto de transporte gratuito para militares*. BOL NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 nov. 2017. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2017/11/26/como-vereador-bolsonaro-apresentou-projeto-de-transporte-gratuito-para-tropas.htm>. Acesso em: 17 abr. 2020.

JUNQUEIRA, Diego. *Bolsonaro diz que vai governar o Brasil com a Bíblia e a Constituição*. R7, São Paulo, 28 out. 2018 (Atualizado em 29 out. 2018), Eleições 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/bolsonaro-diz-que-vai-governar-o-brasil-com-a-biblia-e-a-constituicao-29102018>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich I*. tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

PY, Fábio. *Cristofascismo em 7 atos: como Bolsonaro usou a alegoria da Páscoa para não perder popularidade*. THE INTERCEPT BRASIL, 1 mai. 2020, VOZES. Disponível em:

<https://theintercept.com/2020/05/01/cristofascismo-bolsonaro-pascoa/>. Acesso em 12 jun. 2020.

REDAÇÃO CARTA CAPITAL. “70% da população vai ser infectada, não adianta querer correr disso”, diz Bolsonaro. CARTA CAPITAL, 20 abr. 2020, POLÍTICA. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/70-da-populacao-vai-ser-infectada-nao-adianta-querer-correr-disso-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

REDAÇÃO DO POVO ONLINE. *Confira dez declarações polêmicas de Jair Bolsonaro*. O POVO online, Fortaleza, 14 ago. 2015. POLÍTICA. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2015/08/14/noticiaspolicas,3486769/confira-dez-declaracoes-polemicas-de-jair-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2020.

REDAÇÃO JORNAL DE BRASÍLIA. 25 ‘pérolas’ de Bolsonaro sobre a pandemia – e contando. Jornal de Brasília, Brasília, 23 abr. 2020, POLÍTICA & PODER. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/25-perolas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia-e-contando/>. Acesso em: 29 abril. 2020.

SATRIANO, Nicolás. “Talvez pegue uma cana aqui no Brasil”, diz Bolsonaro sobre Glenn Greenwald. G1 Rio, Rio de Janeiro, 27 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/27/talvez-pegue-uma-cana-aqui-no-brasil-diz-bolsonaro-sobre-glenn-greenwald.ghtml>. Acesso em 28 abr. 2020.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo, A política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: Editora LP&M, 2018.

SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente*. 1. ed. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BOLSONARISMO **Política do “nós” e “eles”?**

Enio Calistro de Souza⁷⁷

Resumo

No presente artigo, busca-se avaliar se o movimento político denominado bolsonarismo é fascista. Para tanto, avalia-se se há relações entre os discursos do bolsonarismo – enquanto ação política – e as características das políticas fascistas – do “nós” e “eles” – apresentadas por Stanley na obra *Como funciona o fascismo*: retorno ao passado mítico, patriarcalismo extremado, ataque à democracia, negacionismo científico, uso massivo de fake news, vitimização e políticas da lei e da ordem. Simultaneamente, avalia-se se o bolsonarismo serve-se do fenômeno da pós-verdade para tal fim. Desse modo, faz-se uso dos métodos: de análise dos discursos, do materialismo dialético e do estrutural. Defende-se a hipótese que o bolsonarismo é um movimento político fascista, embora não se vive, no Brasil, sob o jugo de um regime político fascista. Nesse sentido, entende-se que as respostas ao problema proposto podem ser fundamentais para orientar as ações políticas presentes e futuras.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Fascismo; pós-verdade; notícias falsas.

Abstract

In this article, we seek to assess whether the political movement called bolsonarism is fascist. To this end, it is assessed whether there are relations between the speeches of bolsonarism - as a political action - and the characteristics of fascist policies - of “us” and “them” - presented by Stanley in the work *How fascism works*: return to the mythical past, extreme patriarchy, attack on democracy, scientific denialism, massive use of fake news, victimization and policies of law and order. At the same time, it is assessed whether bolsonarism uses the phenomenon of post-truth for this purpose. In this way, methods are used: discourse analysis, dialectical and structural materialism. The hypothesis is defended that bolsonarism is a fascist political movement, although it is not lived, in Brazil, under the yoke of a fascist political regime. In this sense, it is understood that the answers to the proposed problem can be fundamental to guide present and future political actions.

Keywords: Bolsonarism; Fascism; post-truth; fake news.

Introdução

Vive-se, no Brasil, momentos de grande medo e angústia diante do sentimento de morte iminente, por grande parte da população, corolários da pandemia da covid-19 e do movimento político denominado bolsonarismo⁷⁸.

⁷⁷ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe.

⁷⁸ Entende-se o bolsonarismo enquanto um movimento político formado não apenas pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, mas também por seus integrantes oficiais e extraoficiais civis e militares. E-mail: eniocal@bol.com.br.

Além do coronavírus e das inestimáveis vidas perdidas⁷⁹, o que assusta e deixa os cidadãos em estado de alerta são os comportamentos, as políticas públicas e os discursos falsos, desumanizados e antidemocráticos do bolsonarismo⁸⁰. Esses discursos, invariavelmente, são carregados de desinformação, anticientíficos, relativistas e sem qualquer compromisso com a verdade epistêmica, nos quais a emoção domina a razão, atacando as instituições democráticas (Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, universidades públicas, instituições de pesquisas e imprensa), colocando em xeque o Estado democrático de direito⁸¹, potencializando, assim, o efeito letal do vírus.

Diante dos fatos supracitados, parte da imprensa nacional acusa o bolsonarismo – movimento brasileiro de extrema ou ultradireita –, que conquistou sectários, sobretudo, após os protestos democráticos de 2013 e a seguida crise socioeconômica do Brasil, de fascista⁸² ou de neofascista.

As acusações parecem, num primeiro momento, extremadas ou artifícios retóricos e políticos de oposição; no entanto, deve-se atentar que as políticas e as ideologias fascistas tendem a transformar o que é moralmente extraordinário em ordinário e tolerável como fizeram em outras paragens. Assim, não é fácil diagnosticar tal enfermidade sociopolítica, cultural e ideológica, por isso, Umberto Eco, no seu livro *Fascismo eterno*, incita a uma atenção meticulosa e permanente:

Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O fascismo eterno ainda está a nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: “Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!”. Ai de mim, a vida não é fácil assim! O fascismo eterno pode

79 Morreram, até a presente data, 18 de setembro de 2020, 135.793 brasileiros por covid-19. Cf. Coronavírus/Brasil: “Painel coronavírus”. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

80 Entende-se que as falas e os discursos políticos enquanto retóricos são ações políticas. Cf. ADVERSE, Helton. Maquiavel: *política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

81 “[...] destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida [...]” (BRASIL, 2018, p. 13).

82 “Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais” (BOBBIO, 2010, p. 466).

voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo (ECO, 2018, p. 46).

À vista do que foi apresentado e visando a responder se o bolsonarismo representa a política do “nós” e “eles” em terras tupiniquins e se, para tanto, serve-se do fenômeno da pós-verdade, objetiva-se: avaliar se o bolsonarismo é um movimento fascista e se o mesmo vale-se do fenômeno da pós-verdade para tal fim.

Enquanto um exercício intelectual, as respostas às perguntas acima podem, talvez, nortear as ações políticas presentes e futuras e, se positivadas, auxiliar para que o governo não cumpra sua vocação.

Nesse sentido, utilizar-se-á como parâmetros as caracterizações e as táticas das políticas fascistas apontadas pelo professor de filosofia da Universidade de Yale, Jason Stanley, no livro *Como funciona o fascismo*, e o conceito de pós-verdade, conforme o Dicionário Oxford (2016) e D’Ancona (2018). Assim, entende-se pós-verdade enquanto “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (DICIONÁRIO ORFORD, 2016) e segundo o conceito de D’Ancona que o completa, a saber, a pós-verdade “não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência.” (D’ANCONA, 2018, p. 34).

Nessa perspectiva, entre as características da pós-verdade, apresentadas por D’Ancona (2018), cita-se a ascensão da desinformação, a negação da ciência, o uso massivo de fake news, a desvalorização da razão em face da valorização da emoção e a ressignificação de signos e símbolos. Em face das características apresentadas, assim como Snyder (2017, p.34), considera-se que “a pós-verdade restaura precisamente a postura fascista em relação a verdade.”

Contrapondo-se a hipótese que se defende, que o bolsonarismo é um movimento político fascista, Chauí (2019, p.1) fundamenta-se no conceito de fascismo histórico de Bobbio (2010), ao afirmar que não se vive, no Brasil, em uma condição que se poderia cognominar fascismo, mas sim num totalitarismo: pois o fascismo tem uma dimensão “militarista que, apesar [...] da valentia do homem armado pelo governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, não podem ser identificados com a ideia fascista do povo armado”; assim como “porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado, porém a globalização, [...] retira do nacionalismo o lugar de centro mobilizador da política e da

sociedade” e “porque o fascismo pratica o imperialismo sob a forma do colonialismo, mas a economia neoliberal dispensa esse procedimento”.

Em conformidade parcial com Chauí (2019), Bignotto (2020), no Congresso Virtual da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em mesa intitulada “Sobre o fascismo hoje”, concebe que não se vive, hodiernamente, em terras brasileiras, sob o jugo do regime político⁸³ fascista; embora identifique elementos de similitudes entre os fascismos e o bolsonarismo, sobretudo, nas dimensões cultural e ideológica – racismo, misoginia, aversão às pessoas LGBTI+, ataque a democracia, desprezo pelas camadas mais pobres, institucionalização de um inimigo interno, aversão ao comunismo.

Assim, como mencionou o professor Bignotto (2020), faz-se necessário identificar elementos específicos, táticas ou características comuns entre o fascismo de hoje e o de outrora (histórico), para poder afirmar que o bolsonarismo é um movimento fascista. Destarte, considerando o exposto, a seguinte questão emerge: Vive-se, no Brasil, sob um regime político fascista ou sob políticas fascistas?_

Visando a responder a tal inquietação, vale-se dos métodos estrutural, da análise do discurso, e do materialismo dialético e das estratégias e das características das políticas fascistas elencadas, por Stanley (2020), como parâmetros, a saber: retorno ao passado mítico, família patriarcal, propaganda, negacionismo, vitimização e política da lei e da ordem. Entende-se, também, que se faz necessário retroceder, temporalmente, à avaliação e à análise do objeto de estudo proposto, visando a uma melhor compreensão do mesmo.

Retorno ao passado mítico – Fake news: “A nossa liberdade e democracia se deve [...] aos militares”

A gênese das políticas fascistas, invariavelmente, é um retorno a um passado mítico. Esse retorno caracteriza-se por uma invocação, de maneira deliberada, a um passado irreal em que há uma uniformidade progressa inexistente, uma busca por uma pureza religiosa, racial, cultural ou moral; esse retorno a um passado fantasioso caracteriza-se por uma procura por um momento histórico glorioso, com exércitos compostos por guerreiros leais, para canalizar a emoção da nostalgia aos princípios primordiais da política e ideologia fascistas, a saber: o autoritarismo, a hierarquia, a pureza e a luta, no presente (STANLEY, 2020).

83 “Por regime político se entende o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições.” Cf. Bobbio (2010, p.1081).

Nesse sentido, os discursos do bolsonarismo são repletos de sentimentos de nostalgia de um passado mítico. Em 2014, ano que marcou os 50 anos do golpe militar de 1964, Jair Messias Bolsonaro⁸⁴ fez um discurso de apologia à ação dos militares na ditadura: “[...] A nossa liberdade e democracia se deve em especial aos militares, que evitaram que o país fosse ‘comunizado’ em 1964”⁸⁵. Já em 2016, ainda enquanto deputado federal, ao proferir seu voto a favor do golpe parlamentar-jurídico de 2016, Bolsonaro fez elogio explícito, novamente, à ditadura militar: “[...] Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁸⁶.”⁸⁷ Não foi diferente em 25 de março de 2019, quando o presidente determinou ao Ministério da Defesa que fizesse as “comemorações devidas” pelos 55 anos do golpe militar⁸⁸.

Esses discursos de exaltação a um passado mítico, acima expostos, não são diferentes entre os apoiadores oficiais; após o pedido do presidente, a deputada federal Joice Halssemann escreveu no seu Twitter: “a partir deste ano, o Brasil irá comemorar o aniversário do 31 de março de 1964. A data foi incluída na ordem do dia das FFAA⁸⁹ e cada comandante decidirá como deve ser. É a retomada da narrativa verdadeira de nossa história. Orgulho.”⁹⁰

Nos discursos, supracitados, dos integrantes do bolsonarismo estão implícitos sentimentos nostálgicos de um passado glorioso – mitificado, fantasioso – patriarcal, hierarquizado e antidemocrático; faz-se, nele, uma invocação a um passado centrado num chefe forte e autoritário, que refere ter protegido o regime democrático e a liberdade contra o comunismo com todos os meios disponíveis, principalmente, a força. Há, assim, nessas narrativas emocionais, que tentam ganhar o *status* de verdade, tentativas de modificações da história brasileira e de retorno a um passado mítico, por meio de alusões fantasiosas a um pretérito próspero e sem corrupção, em oposição a um presente corrompido, nos quais a moral

84 Doravante utilizar-se-á Bolsonaro para designar o presidente da República Federativa do Brasil Jair Messias Bolsonaro.

85 Cf. Brasil de Fato: “Pela Primeira vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que mitifica a ditadura.” Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/pela-1a-vez-desde-a-redemocratizacao-brasil-tem-presidente-que-mitifica-a-ditadura>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

86 Durante o período em que Ustra chefiou o DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, foram registradas, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

87 Cf. El País: “Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na justiça em nove votos na câmara.” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html. Acesso em: 24 de julho de 2020.

88 Cf. Brasil de Fato: “Pela Primeira vez desde a redemocratização, Brasil tem presidente que mitifica a ditadura.” Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/especiais/pela-1a-vez-desde-a-redemocratizacao-brasil-tem-presidente-que-mitifica-a-ditadura>> Acesso em: 23 de julho de 2020.

89 O termo FFAA, embora inexistente na língua portuguesa, ao longo dos últimos meses tem sido utilizado por civis para se referir às Forças Armadas Brasileiras.

90 Cf. Universa: “Joice Hasselmann muda de ideia sobre ditadura no Brasil: ‘o choro é livre’”. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/26/joyce-hasselmann-muda-de-ideia-sobre-ditadura-no-brasil-o-choro-e-livre.htm>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

e os bons costumes dominavam a ordem do dia e, por isso, devem ser restaurados pelo grande líder, o Grande Irmão⁹¹, o “Mito”⁹², Bolsonaro.

Um líder que pretende materializar-se, no presente, enquanto o maior representante da família patriarcal brasileira. Para tanto, utiliza-se de discursos e políticas autoritárias e de luta antidemocrática disfarçadas de ataques ao comunismo – à esquerda – e às instituições democráticas acusadas de parcialidade, ressignificando símbolos, signos, conceitos e princípios caros ao Estado democrático de direito (por exemplo, liberdade e democracia). Isso fica patente, também, por exemplo, nos discursos do ministro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Abraham Weintraub, importante representante da ideologia bolsonarista, em reunião ministerial tornada, judicialmente, pública ao afirmar que “a gente tá perdendo a luta pela liberdade [...] o povo tá gritando por mais liberdade, ponto. [...] Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF.”⁹³

Nesse sentido, outro exemplo de retorno ao passado mítico, autoritário e antidemocrático ocorreu no dia 03 de maio de 2020, quando Bolsonaro, em frente ao Palácio do Planalto, participa de protesto contra a Câmara Federal, o Senado e o Supremo Tribunal Federal (STF); na ocasião, não deixou de expressar, assim como o ministro do MEC, o seu posicionamento político autoritário, centrado no grande patriarca nacional, em nome da “democracia”: “É uma manifestação espontânea, pela democracia” e “vocês sabem o povo está conosco, as Forças Armadas estão ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade [...]”, mas “chegamos no limite, não tem mais conversa, daqui pra frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição, ela será cumprida a qualquer preço, e ela tem dupla mão”⁹⁴.

Logo, identifica-se nos discursos e nas ações políticas do movimento bolsonarista, mencionados acima, uma característica seminal do fascismo, a saber, o retorno ao passado mítico idealizado e glorioso – política, moral e culturalmente –, centrado num líder patriarcal e autoritário, o “Mito”; para tanto, o bolsonarismo serve-se de uma novílingua da pós-verdade

91 Personagem autoritária da obra *1984*. Ver Orwell, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner, Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

92 Cf. Canal Rural: “Bolsonaro é chamado de ‘mito’[...]”. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-chamado-mito-recebido-com-faixas-agrishow-74100/>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

93 Cf. G1: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF, diz ministro da Educação em reunião.” Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/eu-por-mim-botava-esses-vagabundos-todos-na-cadeia-comecando-no-stf-diz-ministro-da-educacao-em-reuniao.ghtml>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

94 Cf. Folha de São Paulo: “Bolsonaro volta a apoiar ato contra STF e Congresso e diz que Forças Armadas estão ‘ao lado do povo.’” Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/ato-pro-bolsonaro-em-brasilia-tem-carreata-e-xingamentos-a-moro-stf-e-congresso.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

à maneira orwelliana (ORWELL, 2009), que tenta canalizar as emoções de nostalgia a um passado fantasioso – ditadura militar de 1964 –, no presente, relativizando e ressignificando símbolos, signos e conceitos (liberdade e democracia), atacando o Estado democrático de direito.

Família patriarcal – Fake news: “Menino veste azul e menina veste rosa”

Outra estrutura comum identificada no retorno ao passado mítico, em qualquer política fascista, que visa a fortalecer o líder nacional, é a idealização de uma versão extremada de família patriarcal, segundo Stanley (2020); dessa característica fascista, algumas questões surgem: qual é a concepção de família do bolsonarismo e quais suas implicações?

A família – enquanto uma pedra angular para o discurso bolsonarista – sempre foi um dos slogans dos discursos do presidente; nessa perspectiva, no início do governo, a concepção de família do bolsonarismo começa a ser apresentada: “família é homem e mulher”⁹⁵ e “não existe essa coisa de ideologia de gênero, isso é coisa do capeta”⁹⁶, afirma Bolsonaro na Marcha para Jesus e pela Família.

Outro fato que corrobora a concepção de família do bolsonarismo ocorre quando das reformas ministeriais: o então Ministério dos Direitos Humanos foi transformado no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e à sua frente foi nomeada a pastora evangélica, “menino veste azul e menina veste rosa”, Damares Regina Alves. Assim como Bolsonaro, a pastora, agora Ministra, defende, implicitamente, a ideia de família centrada no homem forte, provedor, chefe da família, hierarquizada, heterossexual, antifeminista fundada nos preceitos da estrutura familiar bíblica, como ela bem afirmou: “Está na hora da igreja dizer à nação a que viemos [...] É hora de a igreja governar.”⁹⁷

Mas o bolsonarismo não fica apenas no discurso, na fraseologia, como diria Marx (2007), e materializa muitas de suas concepções em políticas públicas: o governo federal suspendeu o edital que havia selecionado séries sobre diversidade de gênero e sexualidade a serem exibidas nas TVs públicas⁹⁸; Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro, mandou

95 Cf. Jornal de Brasília: “‘Família é homem e mulher’, afirma Bolsonaro. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/familia-e-homem-e-mulher-afirma-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

96 Ibidem.

97 Cf. Wikipédia: “Damares Alves.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Damares_Alves>. Acesso em 25 de julho de 2020.

98 Cf. G1: “Governo Bolsonaro suspende edital com séries de temas LGBT, após críticas do presidente.” Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/21/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-132>>

recolher HQ com beijo gay da Bienal do Livro do Rio de Janeiro⁹⁹ e o governo federal cortou recursos públicos para o Festival Mix do Brasil.¹⁰⁰

Além das implicações diretas, acima citadas, quais as outras consequências possíveis decorrentes da propaganda de uma concepção patriarcal extremada em uma sociedade liberal, fundamentada nos ideais de liberdade e igualdade e formada, em grande medida, por mulheres emancipadas, pela diversidade sexual e pelas mais diversas e variadas composições familiares?

Como bem nos adverte Stanley (2020), o medo do patriarca de perder poder, gerado, em grande medida, pelos discursos do líder da nação, em face da ascensão da mulher e das diversas vivências não heterossexuais (os chamados “desvios sexuais” pelos fascistas), ameaçam e geram uma ansiedade sexual, medo e paranoia, que culminam no aumento da violência contra a mulher e as pessoas LGBTI+.

Dito isso, diante dos discursos bolsonaristas apresentados, surgem algumas inquietações: será que os discursos do bolsonarismo de pós-verdade e do “nós” e “eles” são, em alguma medida, corresponsáveis tácitos pelas “mortes de 329 pessoas LGBTI+”¹⁰¹ e pelo aumento de 284% no número de casos de violência contra mulher no Brasil em 2019?¹⁰²

Propaganda – Fake news: “Traidores do Brasil: STF e Congresso Nacional”

A propaganda fascista filia-se ao fenômeno da pós-verdade. Destarte, a propaganda fascista caracteriza-se pela desinformação, baseada na técnica de emissão massiva de fake news, pela linguagem pobre, pela ressignificação de signos e de símbolos, que ocultam os verdadeiros objetivos políticos, pelo ataque às instituições democráticas e pelos inimigos

series-de-temas-lgbt-apos-criticas-do-presidente.ghtml>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

99 Cf. LGBT: “Crivela manda recolher HQ com beijo gay da Bienal do Livro do Rio de Janeiro.” Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/crivella-hq-beijo-gay_br_5d728531e4b03aabe35bb6fe>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

100 Cf. Arte e Design: “Sob risco de censura e ataques de Bolsonaro, cinema LGBT amplia vozes.” Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/23/sob-risco-de-censura-e-ataques-de-bolsonaro-cinema-lgbt-amplia-vozes.htm>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

101 Cf. relatório de Grupo Gay da Bahia sobre Mortes Violentas de LGBTI+. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

102 Cf. Senado Federal: Procuradoria Especial da Mulher: Dados da 8ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2019>>. Disponível em: 26 de julho de 2020.

fantasiosos, conforme Stanley (2020), gerando, assim, uma conseqüente relativização da verdade, que constitui a pós-verdade.

O sinal patognomônico das propagandas fascistas é o ataque ao Estado democrático de direito e as suas instituições. Dito isso, é necessário considerar que há sempre intenções não democráticas subjacentes a toda propaganda fascista. É comum aos políticos fascistas acusarem os integrantes do poder judiciário e do parlamento de corrupção e de serem parciais, com falsas acusações, visando a enfraquecer as instituições que limitam seu poder, com o objetivo de substituí-las. No entanto, os políticos fascistas são muito mais corruptos do que os seus alvos; pois corrupção, para eles, consiste na corrupção da pureza dos seus valores, e não das leis. Logo, o fascismo leva ao limite a liberdade de expressão democrática, atacando as instituições que a representam, por meio de discursos que mobilizam os medos e os ressentimentos das pessoas, sobrepondo o irracional ao racional (STANLEY, 2020).

A propaganda do bolsonarismo vale-se de todos os meios da estratégia ideológica da pós-verdade, relativizando a verdade. Para tanto, o bolsonarismo serve-se da emissão de fake news em escala industrial,¹⁰³ através das redes sociais (Whatsapp, Facebook, Twitter, Instagram), difundindo excesso de desinformação e desconfiança nas instituições democráticas, atacando os poderes que as sustentam, a saber, os poderes judiciário e o Congresso Nacional – “Traidores do Brasil: STF, Congresso Nacional”¹⁰⁴ – a imprensa, as universidades públicas e outras instituições de pesquisa.

Assim, há no discurso do bolsonarismo a intenção de gerar medo, paranoia e ansiedade sexual como fez na campanha eleitoral de 2018, ao fazer circular fake news afirmando que Haddad iria distribuir, nas escolas, “mamadeira de piroca” e “Kit gay”¹⁰⁵ e ao afirmar que “a Folha¹⁰⁶ é comunista”¹⁰⁷.

Portanto, o bolsonarismo apresenta mais uma característica da política fascista – propaganda fundamentada na pós-verdade – ao atacar seus alvos “eles” (as instituições

103 Cf. Política: “Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas.” Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

104 Cf. Estado de Minas Política: “Ato pró-governo tem faixas com ataques a Congresso e STF.” Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/17/interna_politica,1148134/ato-pro-governo-tem-faixas-com-ataques-a-congresso-e-stf.shtml>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

105 Cf. brasil de Fato: “Neste primeiro de abril, lembre nove fake news que marcaram o cenário político do Brasil.” Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

106 Jornal Folha de São Paulo.

107 Cf. Esquerda Diário: “Carlos Bolsonaro chama a Folha de comunista em mais uma ameaça à liberdade de imprensa.” Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Carlos-Bolsonaro-chama-a-Folha-de-comunista-em-mais-uma-ameaca-a-liberdade-de-imprensa>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

democráticas, as instituições de ensino e pesquisa, os representantes da esquerda, a imprensa, os não sectários); pois, para tal fim, utiliza-se de fake news, de excesso de desinformação, de uma linguagem de caráter emocional e repetitiva, de léxico restrito e de argumentos *ad hominem*¹⁰⁸, maculando a credibilidade e a confiança nas instituições democráticas, tentando centrar as verdades epistêmica e política no líder.

Negacionismo científico – Fake news: “Balburdia” e “Comunismo” nas Universidades Públicas

Ratificando mais uma característica fascista, o negacionismo científico, após ataques ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por divulgar uma aumento da taxa de desemprego no último trimestre¹⁰⁹, apresentando o aumento da desigualdade socioeconômica no Brasil, em 30 de abril de 2019, o Ministro da Educação anuncia, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, corte de 30% em verbas federais para algumas universidades públicas (UFF, UFBA e UNB), devido ao “baixo desempenho” e à “balburdia” – sem qualquer critério racional. Após pressão de diversos setores sociais e dos reitores das respectivas universidades, o secretário de Educação Superior do MEC divulga que, no segundo semestre, esta política pública será estendida para todas as universidades e institutos federais brasileiras¹¹⁰.

Um dia após os anúncios de cortes de verbas federais, reduzindo os 5,9% do PIB (Produto Interno Bruto) que é destinado à educação brasileira, o Ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tenta justificar os cortes em entrevista aos repórteres da Globonews; ao fazê-lo, macula a Universidade Federal de Sergipe (UFS), usada como exemplo de universidade pública, comparando o “mau desempenho” da mesma com o “bom desempenho” da Universidade Tiradentes (universidade privada), servindo-se de várias fake news.¹¹¹ Após protestos sociais nas ruas em prol da educação, Onyx Lorenzoni faz emergir as verdadeiras intenções de tais cortes e ataques, em entrevista à rádio Guaíba, ao criticar o “aparelhamento

108 Cf. Menna, Sergio Hugo. Matar a la mensajera: Greta y la ciencia climática. In: *Entre o Mito e a Política*. Organização de Mariana Dias Pinheiro Santos e de Mariana Lins Costa, 2020.

109 Cf. Economia: “IBGE sob ataque: veja ocasiões em que Bolsonaro e Guedes criticaram o órgão”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/04/bolsonaro-e-paulo-guedes-ataques-criticas-ibge.htm>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

110 Cf. El País: “Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação? Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html>. Acesso em 25 de julho de 2020.

111 Cf. Lupa: A primeira agência de fact-checking do Brasil. Ao justificar cortes no MEC, Onyx Lorenzoni erra dados sobre universidade em Sergipe.” Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/07/onyx-lorenzoni-globonews/>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

ideológico” das Universidades Federais, a saber, “a aplicação, no Brasil, das teses de Gramsci. Enfrentamos o organismo mais complexo. [...] A conjugação desse movimento construiu uma base ideológica muito forte principalmente de matrizes socialistas e comunistas.”¹¹²

Evidencia-se, na análise dos discursos dos ministros da Educação e da Casa Civil do governo Bolsonaro, importantes representantes do movimento bolsonarista, a tentativa de enfraquecer e de desvalorizar a credibilidade dos mais importantes centros científicos geradores e difusores de discursos públicos plurais – centros de saberes – as universidades públicas brasileiras; para tanto, forjam um discurso emocional e conspiracionista – de medo a algo violento, opressivo e irreal –, um discurso do “nós” (trabalhadores competentes, privatistas, não ideológicos) e “eles” (desordeiros, preguiçosos, comunistas), baseado em fake news, no negacionismo científico, na ressignificação emocional de signos, enfim, na pós-verdade e no fascismo.

Nesse sentido, jaz, portanto, sob esses discursos, ao enfraquecer a credibilidade das universidades e de outras instituições de pesquisas – da ciência –, a tentativa de fortalecimento do discurso do líder e dos sectários do bolsonarismo, como os únicos com valor epistêmico, assim como um alinhamento com as políticas neoliberais de privatização das universidades públicas. Deve-se enfatizar que, com a privatização das universidades públicas – instituições basilares do regime democrático –, tornar-se-á mais fácil a implementação das ideologias fascistas: anticientífica, patriarcalista, de culto ao líder forte detentor da verdade (o pai, o presidente e o chefe), anticomunista (manutenção do medo), hierarquizada e com indivíduos obedientes (ao pai, ao presidente e ao chefe) e tolerantes a abissal desigualdade socioeconômica brasileira.

Covid-19 – Fake news: “Outras gripes mataram mais do que esta”

A pandemia do coronavírus já vitima mais de 135.000 pessoas e suas famílias em seis meses¹¹³; conformar-se-ia com tal fato, caso as mortes decorressem de causas não evitáveis ou se não se dispusesse de conhecimento e recursos tecnológicos que permitissem o

112 Cf. Correio do Povo: “Onyx defende aproximação das universidades com o setor privado.” Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/onyx-defende-aproximação-das-universidades-com-o-setor-privado-1.339654>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

113 Morreram, até a presente data, 18 de setembro de 2020, 135.793 brasileiros por covid-19. Cf. Coronavírus/Brasil: “Painel coronavírus”. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

desenvolvimento de uma vacina, como ocorrera à época da gripe espanhola, em 1918, que matou, em dois anos, 30.000 brasileiros¹¹⁴ – menos que a covid-19 até então; mas não é o caso. Dispõem-se de conhecimento prévio de outros coronavírus de surtos e de epidemias passadas, assim como de recursos tecnológicos e técnicas de elaboração de vacinas, que já estão em processo de testes em humanos.¹¹⁵

No entanto, o bolsonarismo nega o potencial de morbimortalidade do vírus, intensificando os efeitos letais do mesmo, por meio de fake news mescladas a discursos negacionistas (anticientíficos), irreais e de desprezo à vida, ao outro, a “eles”.

As afirmações iniciais do bolsonarismo expressas por seu maior representante oficial, Bolsonaro, trata a covid-19 como uma fantasia midiática, uma histeria, forjada pela China e amplificada por civis, prefeitos e governadores comunistas, quando mais de 4.000 pessoas já haviam morrido em todo o mundo: “Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, não é isso tudo que a grande mídia propaga” e “Está havendo uma histeria”, pois “outras gripes mataram mais do que esta”.¹¹⁶

Em 14 de maio de 2020, quando mais de 13.000 pessoas já haviam perdido suas vidas no Brasil, em videoconferência com empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Bolsonaro retoma a orientação anticientífica de isolamento vertical (de idosos e de pessoas do grupo de risco) afirmando que “se depender de nós, está tudo aberto com isolamento vertical e ponto final.”¹¹⁷

Um mês após a fala anterior e de algumas de suas publicações serem retiradas do Twitter, do Instagram e do Facebook por emitirem conteúdos falsos de desinformação sobre a covid-19 por rede de bots – usuários robôs – que provocam “danos reais às pessoas”¹¹⁸, o Brasil alcança o recorde fúnebre de mais de mais de 43.000 mortos. Além das fake news

114 Cf. O Tempo: “Coronavírus ultrapassa gripe espanhola em número de mortes no Brasil.” Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/coronavirus/coronavirus-ultrapassa-gripe-espanhola-em-numero-de-mortes-no-brasil-1.2345943>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

115 Uol Viva Bem Saúde: “Teste de vacina contra coronavírus começa em SP, e médica é primeira voluntária.” Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/07/21/teste-de-vacina-contracoronavirus-comeca-em-sp-e-medica-e-1-voluntaria.htm>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

116 Cf. Folha de São Paulo: “Veja o que Bolsonaro já disse sobre coronavírus, de histeria e gripezinha ao ‘e daí?’”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-coronavirus-de-certa-histeria-a-fantasia-e-nerouse.shtml>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

117 Cf. Correio Braziliense Política: “Bolsonaro defende isolamento vertical e diz que quer ‘abrir tudo.’” Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/14/interna_politica,854859/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-e-diz-que-quer-abrir-tudo.shtml>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

118 Cf. Brasil de Fato: “Bolsonaro e seus robôs: como funciona a propagação de fake news sobre o coronavírus.” Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/03/bolsonar25-de-o-e-seus-robos-como-funciona-a-propagacao-de-fake-news-sobre-o-coronavirus>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

disparadas massivamente por robôs, que motivam ao não isolamento social, evidencia-se, também, o negacionismo científico do bolsonarismo ao demitir o Ministro da Saúde, sobretudo, por suas posições em sintonia com a ciência, como também ao opor-se às determinações da Organização Mundial de Saúde: “Muitos pegarão isso independente dos cuidados que tomem. Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde”, por isso, o melhor para o Brasil é o “isolamento vertical (idosos e pessoas do grupo de risco)”¹¹⁹.

Através da análise do discurso do presidente e do excesso de fake news¹²⁰ emitidas por mídias sociais digitais, fica evidente a política tácita do “nós” (brancos, abastados) e “eles” (idosos, pessoas do grupo de risco, pobres e negros)¹²¹, de banalização da morte e desvalorização da vida.

O fascismo histórico, também banalizou a morte e desvalorizou a vida. Para Mussolini citado por Stanley (2020) os que não produzem não tinham valor, assim, ao demonstrar a ausência de empatia por um grande grupo de brasileiros (os idosos) e o desprezo pela vida, o bolsonarismo se aproxima do fascismo. Esse desprezo pelos idosos brasileiros fica patente, também, em grande medida, quando da Proposta de Emenda Constitucional número 6/2019 de Reforma da Previdência Social do Brasil, que previa: uma economia ou retirada de recursos da ordem de mais de três trilhões em 20 anos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) composto por pessoas que ganham até dois salários mínimos, no máximo, e o aumento do tempo de contribuição para aposentadoria.¹²²

Outra fake news letal, que perpassa quase todos os momentos da pandemia, é o estímulo deliberado do bolsonarismo ao uso de hidroxicloroquina como a panaceia para covid-19; esse medicamento fabricado para o tratamento de artrite reumatoide, lúpus e malária, até o presente momento, não apresenta qualquer eficácia no tratamento de pessoas com coronavírus; ao contrário, há diversos estudos que evidenciam a inutilidade do mesmo e que, além disso, podem causar parada cardiorrespiratória. Uma das falas de Bolsonaro, em 25 de junho, fornece alguns indícios dos motivos dos estímulos ao uso de hidroxicloroquina:

119 Cf. CNN Política: “Bolsonaro vai propor isolamento vertical para conter coronavírus.” Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/25/bolsonaro-nao-estou-preocupado-com-a-minha-popularidade>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

120 Cf. Racismo Ambiental: “A rede de fake news que derrubou Mandetta.” Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/04/18/a-rede-de-fake-news-que-derrubou-mandetta/>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

121 Conferir reportagens da BBC News Brasil: Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo? Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

122 Cf. Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C2A59CAB2B7DFD466B5FC6EDF9C877DA.proposicoesWebExterno2?codteor=1712459&filename=Tramitacao-PEC+6/2019>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

“Não podemos ter aquele pavor lá de trás, que chegou junto à população e houve, no meu entender, um excesso de preocupação apenas com uma questão [saúde] e não podia despreocupar com a outra [economia].”¹²³

Portanto, conforme apresentado, o bolsonarismo, sobretudo, através da estratégia política do excesso de desinformação por fake news, do negacionismo da ciência e da letalidade da covid-19 e da retórica da pós-verdade, ao estimular o não isolamento e o retorno à vida “normal”, atenta, diretamente, contra a vida “d’eles” – milhares de brasileiros (idosos, pessoas do grupo de risco, pobres e negros).¹²⁴ “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”¹²⁵ Essa frase, talvez, sintetiza o discurso do bolsonarismo em face da covid-19.

Vitimização e política da lei e da ordem – Fake news: “Tudo é coitadismo”¹²⁶

Uma outra característica do fascismo, conforme Stanley (2020), é a vitimização. A vitimização consiste em um sentimento do grupo dominante decorrente da perspectiva de terem que compartilhar privilégios. Embora Bolsonaro o atribua aos negros, às mulheres e aos nordestinos, reconhece-se esse sentimento, principalmente, na população de classe média brasileira – predominantemente branca –, que se sente: injustiçada por “pagar mais impostos” que os outros estratos sociais, pelo baixo crescimento econômico do país e consequente redução do poder de compra e pelas políticas afirmativas “racistas”; assustada ao assistir à materialização de direitos socioeconômicos às classes pobres – predominantemente negra – que ocorreu nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência do Brasil. Em certa medida, por isso, uma grande parcela da classe média brasileira veste a bandeira nacional e o nacionalismo do movimento e vai às ruas, estruturando e fortalecendo o bolsonarismo: em nome da nação, contra a corrupção, contra as políticas afirmativas, contra o comunismo e em prol da segurança pública.

123 Cf. Folha de São Paulo: “Com mais de 55 mil mortos no Brasil, Bolsonaro faz homenagem e diz que houve excesso de preocupação com covid-19.” Disponível em: <https://titulos.com.ar/geral/Folha%20de%20S.Pablo/com-mais-de-55-mil-mortos-no-brasil-bolsonaro-faz-homenagem-e-diz-que-houve-excesso-de-preocupao/6399628>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

124 Conferir reportagens da BBC News Brasil: Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo? Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

125 Cf. Folha de São Paulo: “Veja o que Bolsonaro já disse sobre coronavírus, de histeria e gripezinha ao ‘e daí?’”. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-coronavirus-de-certa-histeria-a-fantasia-e-nerouse.shtml>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

126 Afirma Bolsonaro ao se referir às políticas afirmativas. Ver Veja: “Tudo é coitadismo, diz Bolsonaro sobre negros, mulheres e nordestinos”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/tudo-e-coitadismo-diz-bolsonaro-sobre-negros-mulheres-e-nordestinos/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

“Os caras vão morrer na rua igual barata, pô. E tem que ser assim.”¹²⁷ Essa frase proferida pelo presidente da República, em agosto de 2019, sintetiza os discursos, os comportamentos e as políticas de segurança pública e de combate a criminalidade do bolsonarismo. Sob os gestos das mãos indicando uma arma acompanhadas de discursos de ódio contra “eles”, o bolsonarismo conquistou milhões de seguidores, de cúmplices. Cúmplices que se sentem vitimados e acossados pela violência urbana e, por isso, apoiam o recrudescimento da violência civil¹²⁸ e policial¹²⁹, assim, tornaram-se comuns, nos mais diversos discursos informais ou institucionais, as máximas: “queremos andar armados” e “bandido bom é bandido morto.” A partir desses discursos de medo e de ódio irrompe as seguintes questões: será que os bolsonaristas desconhecem que a violência urbana é diretamente proporcional a desigualdade social e que no Brasil o 1% mais rico da população se apropria de 28,3% das riquezas do país?¹³⁰ Será que as classes média e alta brasileiras bolsonaristas estão dispostas a tolerar a redução de privilégios em benefício das classes menos favorecidas, para permitir a implementação de políticas públicas mais eficazes de redução de desigualdade socioeconômica e consequente violência urbana? Ou é mais conveniente matar “eles”? Diante disso, advêm as últimas questões, não menos importante, a saber: qual o motivo da falta de empatia por “eles”? Quem são “eles”?

Segundo o informativo de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil divulgado pelo IBGE em 2019, umas das grandes instituições democráticas brasileiras, que se pauta em evidências e na razão científica, comumente atacada pelo bolsonarismo, 55,8% da população, em 2018, declarou-se preta ou parda. No entanto, no estrato dos 10% com maior rendimento per capita, os brancos representavam 70,6%, enquanto os negros eram 27,7%. Entre os 10% de menor rendimento, isso se inverte: 75,2% são negros, e 23,7%, brancos.¹³¹ Outros dados que permitem identificar quem são “eles” são os divulgados pelo Atlas de Violência (2019)

127 Cf. Jornal O Globo: “Os caras vão morrer na rua igual barata, pô, diz Bolsonaro sobre criminosos.” Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/os-caras-vaio-morrer-na-rua-igual-barata-po-diz-bolsonaro-sobre-crimino-sos-23855554>>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

128 Cf. Jornal O Globo: “Eu quero todo mundo armado”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eu-quero-todo-mundo-armado-disse-bolsonaro-em-cobranca-sergio-moro-24441599>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

129 Cf. Revista Exame: “Bolsonaro envia projeto de lei que amplia excludente de ilicitude”. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-encaminha-e-defende-projeto-sobre-excludente-de-ilicitude/>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

130 Cf. Folha de São Paulo: “Desigualdade Global.” Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/brasil/super-ricos-no-brasil-lideram-concentracao-de-renda-global.shtml>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

131 Cf. Uol Cotidiano: “Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos.” Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

que apontam que: 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil são negras e que, no período de uma década a taxa de letalidade de negros cresceu 33,1%, enquanto de não negros apresentou um aumento de 3,3%, tendo os negros 2,7 mais chances de ser vítima de assassinato do que os brancos em 2019.

Considerações finais

-

Muitos são os discursos do bolsonarismo que se poderia avaliar. A cada instante, poder-se-ia acrescentar novos fatos, novas reminiscências e novas avaliações. No entanto, limitou-se às falas e aos discursos – entendidos enquanto ação política – por acreditar que os mesmos são suficientes para atender aos objetivos propostos.

Por conseguinte, visando a responder se o bolsonarismo é um movimento do “nós” e “eles”, ou seja, fascista, e se serve-se da pós-verdade, avaliou-se alguns discursos do movimento denominado bolsonarismo em relação às táticas e às características das políticas fascistas apresentadas por Stanley (2020).

Assim, diante dos argumentos apresentados, entende-se, conforme Eco (2018), que o fascismo de hoje não se apresenta integralmente como o fascismo histórico; ou seja, as estratégias de expansão imperialista sob a forma de colonialismo e do nacionalismo extremado, apresentadas como características necessárias ao fascismo, por Chauí (2019), foram transformadas e alinharam-se ao neoliberalismo e à globalização. No entanto, a ausência da expansão imperialista sob a forma de colonialismo e o nacionalismo mitigado, assim como a ausência da “monopolização da representação política por um partido único de massa” (Bobbio, 2010, p. 466), no Brasil, não comprometem a caracterização das políticas fascistas do bolsonarismo.

Ademais, em conformidade com Bignotto (2020) e, parcialmente, com o conceito de fascismo de Bobbio (2010), à vista do exposto e à partir das avaliações das relações estabelecidas entre as características ou táticas das políticas fascistas, apresentadas por Stanley (2020), e os discursos do bolsonarismo, infere-se que o movimento político denominado bolsonarismo é um movimento do “nós” e “eles”, ou seja, é fascista. Pois compartilha as principais tática e características de um movimento fascista, a saber: retorno a um passado mítico, centrados na ideologia do culto ao chefe, patriarcalismo extremado, desprezo e ataque aos valores democráticos, negacionismo científico, ataque ao comunismo (esquerda), uso massivo de fake news, desinformação, vitimização, discurso de lei e ordem,

de negação dos impactos e de potencialização da covid-19, de desvalorização da vida, gerando divisões, medos, paranoias, ódio e violências entre os bolsonaristas e “eles” (esquerda “comunista”, pessoas LGBTI+, mulheres, idosos, negros e pobres).

Portanto, a partir da avaliação dos discursos do bolsonarismo, constata-se que o mesmo se utiliza do fenômeno da pós-verdade – enquanto uma posição fascista em relação à verdade – em suas ações políticas. Ou seja, o bolsonarismo vale-se do fenômeno da pós-verdade enquanto uma estratégia política fascista; assim, entendendo discurso enquanto ação política e diante do alinhamento dos discursos bolsonaristas com as táticas ou características fascistas apresentadas por Stanley (2020), pode-se dizer, enfim, que o movimento denominado bolsonarismo é um movimento político fascista.

Todavia, enfatiza-se que, a despeito do bolsonarismo ser um movimento político fascista, não se vive, no Brasil, sob um regime político fascista; pois, apesar dos ataques contínuos à credibilidade e à confiabilidade das instituições democráticas, os poderes legislativo e judiciário, que compõem o sistema de freios e contrapesos, ainda estão fortes, assim como o são, em certa medida, outras instituições democráticas (universidades públicas, centros de pesquisas, imprensa tradicional, Ministério Público e os valores, os princípios, os direitos e as garantias presentes na Carta Constitucional de 1988). Mas até quando?

Referências bibliográficas

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ATLAS DE VIOLÊNCIA. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009.

BOBBIO; Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. v. 1. 11.ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora UNB, 2010.

BIGNOTTO, Newton, 2020. *Sobre o fascismo hoje*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hFDLVO1Y6yE>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2020.

CHAUÍ, Marilena, 2019. *Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo*. A terra é redonda. Publicado em 06 de outubro de 2019. Disponível em:<<https://ateraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução: Carlos Szlak. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

ECO, Umberto. *Fascismo eterno*. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zxmkkO0ulk8KFGFafopIEoA1E5UcZch4/view?fbclid=IwAR1Y_QRzTnDkStx0AylqjQMVXXnROquPKD8FG0ndm4YeAXyyuNz_iXIa34E>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneide e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POST-TRUTH. *Oxford Dictionary*. 2016. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

SNYDER, Timothy. *Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente*. 1. ed. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Tradução de Bruno Alexandre. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2020.

MITO OU PÓS-VERDADE Vamos falar de Brasil?

Edilamara Peixoto de Andrade¹³²

Resumo

Neste artigo, pretendemos compreender o fenômeno da pós-verdade e suas consequências no atual contexto sociocultural, brasileiro, bem como elencar as raízes da pós-verdade em nossa sociedade, como uma série de consequências e ao mesmo tempo produto de um processo histórico que teve início com a chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, e culminou com as polêmicas, e porque não dizer inconsistências do modelo administrativo adotado pelo presidente Jair Bolsonaro. Nessa perspectiva, o presente trabalho encontra-se dividido em duas partes, sendo que, na primeira delas, é tratada a questão da pós-verdade à luz do pensamento de Matthew D'Ancona; em um segundo momento, abordaremos a pós-verdade enquanto resultado de um processo histórico que já perdura por muitos séculos.

Palavras-chave: Pós-verdade; verdade; processo histórico; Brasil.

Abstract

In this article, we intend to understand the phenomenon of post-truth and its consequences in the current brazilian sociocultural context, as well as list the roots of post-truth in our society, as a series of consequences and at the same time product of a historical process that started when the first Portuguese landed in Brazil, and culminated in controversies and why not say inconsistencies in the administrative model adopted by Jair Bolsonaro. In this perspective, the present paper is divided into two parts, the first of which deals with the issue of post-truth enlightened by the thought of Matthew D'Ancona; in the second step, we will approach the post-truth as result of a historical process that has lasted for many centuries.

Keywords: post-truth, truth; historical process; Brazil.

“Mentiras sinceras me interessam”
(Cazuza)

Introdução

Falar de pós-verdade no atual contexto socioeconômico global, em meio a uma pandemia, sem precedentes em nossa história recente, é uma tarefa instigante, para dizer o mínimo. Sobretudo no Brasil, país que aparentemente vive uma crise ideológica, paralela à crise sanitária do contexto pandêmico, que demonstra um agravamento a cada dia. No entanto, nosso objetivo neste texto não é falar da pós-verdade e seus efeitos no Brasil de hoje, mas pensar este fenômeno a partir das consequências histórico-político-sociais que um passado de mentiras, ou de meias verdades nos impõe a cada dia.

132 Doutoranda do programa de pós-graduação em filosofia da universidade Federal de Sergipe; E-mail: dila.andrade@live.com

Para início de conversa, gostaria de demarcar os caminhos que trilharemos ao longo desta breve discussão, que apresenta a seguinte estrutura: em um primeiro momento, trataremos da pós-verdade, situando-a no contexto ao qual se desenvolve a presente discussão, a saber a pandemia de COVID 19, que tem imposto uma série de transformações para a sociedade em seus mais diversos setores; em um segundo momento, iremos traçar um paralelo entre a pós-verdade e as interpretações que comumente são desenvolvidas para o processo de formação do povo brasileiro, tomando como pano de fundo o pensamento desenvolvido por Jessé Sousa, na sua obra *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*.

Feitas essas considerações acerca da estrutura do nosso texto, mas antes de mergulhar diretamente em seu conteúdo, algumas perguntas nos são fundamentais, embora seja plenamente possível que algumas delas ou não possuam uma resposta ou possuam várias respostas possíveis, são elas: seria a pós-verdade um fenômeno recente, ou podemos perceber seus traços desde que os portugueses atracaram suas naus em Porto Seguro e escreveram a carta do "descobrimento"? Nossa história da colonização brasileira seria simplesmente uma mentira, ou carrega consigo marcas da pós-verdade? E nossas concepções de Justiça, também é possível encontrar os efeitos da pós-verdade nelas? Na tentativa de responder a todas essas questões, ou fazer brotar outras tantas, vamos parar de introduzir o tema e passar a desenvolvê-lo.

Pós-verdade: fenômeno histórico ou novidade midiática

Não foi por acaso que trouxemos o trecho da música *Maior abandonado* de Cazusa, no qual o autor escreve que “mentiras sinceras me interessam”, como epígrafe a este texto. Aqui, na tentativa de traçar uma discussão acerca da pós-verdade, é possível afirmar que a letra de Cazusa vai ao encontro daquilo que queremos discutir, a saber, o interesse que as mentiras, sinceras ou não, despertam em cada indivíduo.

Notemos que a mentira, por si só, não é relevante para o nosso estudo, embora ela seja a base da nossa discussão, não é dela que trataremos puramente, pois o que queremos entender, de verdade, é este interesse genuíno que algumas mentiras são capazes de despertar, fazendo com que os indivíduos não apenas se distanciem da verdade, mas também a desprezem quando for necessário escolher entre a verdade fria dos fatos e a mentira que causa interesse intenso. Seria este interesse, passível de ser equiparado ao fenômeno da pós-verdade, ou seria este, um dos efeitos da pós-verdade?

Para responder a tais questionamentos, recorreremos ao que escreve Matthew D'Ancona, em sua obra *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*, na qual o autor escreve que a pós-verdade não é a mentira, ou seja, ela não pode simplesmente ser confundida com uma mentira ou com os jogos de manipulação, dos quais a nossa história é uma forte testemunha, mas trata-se, sobretudo, da reação das pessoas à mentira. Já que somos mais capazes de superar a mentira ou de estabelecer relações semânticas nas quais a verdade triunfa, passamos a acreditar irrefletidamente nas mentiras que nos contam, e até mesmo defender essa mentira de modo caloroso, sem nem ao menos nos importar com seus fundamentos.

Apenas para ilustrar o que estamos tentando demonstrar aqui, vamos citar a forte polêmica da cloroquina, que tem estampado os nossos jornais nos últimos meses, sobretudo após o presidente norte-americano Donald Trump ter anunciado a descoberta da cura do corona-vírus a partir de uma medicação de baixo custo e que já se encontrava à venda no mercado, a saber, a cloroquina¹³³. Embora houvesse uma pesquisa científica por trás desta afirmação, pouco tempo depois restou comprovado que a tal medicação não era eficaz no tratamento da doença, e que ainda poderia ser potencialmente perigosa para o paciente que dela faz o uso, devido aos seus efeitos colaterais.

No entanto, dada a velocidade como as informações se propagam na atualidade, não demorou muito para que a fala do presidente Donald Trump fosse replicada pelo presidente brasileiro, e como um rastilho de pólvora, provocasse uma enorme corrida às farmácias em busca da tal droga milagrosa que curaria a covid-19 e poria fim à pandemia que tem causado tanto estrago em todo o planeta.

Por essa breve narrativa, podemos perceber o quão grave pode ser o efeito de uma mentira em nossa sociedade, sobretudo em um contexto de incertezas ou de crises, como o atual, no qual todas as certezas são postas em suspenso. Eis aí, a materialização da pós-verdade, que aqui pode ser desenhada como uma aceitação irracional da mentira em detrimento da verdade ou de uma noção de verdade que é amplamente defendida pela ciência, mas que devido às agruras da pandemia acaba por não trazer conforto ou acalento para grande parcela da sociedade que decide acreditar em uma mentira tranquilizadora ou reconfortante.

133 Apesar de já existirem inúmeros estudos acerca da ineficiência da cloroquina para o tratamento da COVID 19, em junho foi publicada uma pesquisa na rede Jovem Pan, uma das principais apoiadoras do presidente Jair Bolsonaro entre os veículos oficiais de imprensa, segundo o qual um em cada cinco brasileiros acreditam na eficácia da referida medicação no combate à pandemia. Esse pode ser considerado um exemplo cabal do poder da pós-verdade no nosso atual contexto sócio-político.

Mas, para compreendermos o que de fato vem a ser a pós-verdade, é importante que compreendamos que ela possui uma causa em uma razão de existir, ou seja, não é por acaso que as pessoas foram levadas a uma onda de negacionismo, como podemos observar agora com a resistência às medidas de isolamento social ou uso de máscara em plena pandemia, bem como nas recentes manifestações antivacina que se espalham mundo a fora, e que acabam colocando em risco todo o trabalho de imunização que fora desenvolvido ao longo do último século.

No entanto, é importante que destaquemos que não devemos simplesmente afirmar que as pessoas que agem sob a influência das mentiras difundidas em um contexto de pós-verdade são pessoas ruins, ou simplesmente desprovidos de inteligência, como comumente ouve-se nos debates políticos construído nos ambientes digitais, nos quais os partidários de uma determinada tendência política acusam aqueles que dela discordam. Mas, é indubitável que essas pessoas foram levadas a tomar tais atitudes após serem envolvidas em um cenário de profundo descrédito nas instituições. Ou seja, em um cenário no qual a política falhou, a igreja falhou, a família tradicional falhou, o poder judiciário falhou, resta à população, buscar abrigo nas narrativas e histórias que, por mais mirabolantes que pareçam, conseguem trazer uma certa paz de espírito para as almas cansadas de não saber em quem confiar.

Vemos, portanto, que a pós-verdade é um fenômeno muito mais sentimental que racional. É uma espécie de refúgio intelectual que pode ser equiparado às histórias que, no passado, eram contadas às crianças no intuito de controlá-las, ou mesmo acalenta-las em um momento de choro. Quem não se lembra da história do velho do saco que levava as crianças desobedientes? Ou quem não ficou muito feliz e ansioso à espera do Papai Noel? Ou ainda, quem nunca se encheu de alegria ao ouvir que os rabiscos que traçamos no papel estavam lindos, quando na verdade eram só riscos de uma criança em seu início do processo de desenvolvimento? Essas pequenas mentiras que ouvimos quando criança, e que muitas vezes contamos às nossas crianças, acalenta a alma infantil e fazem os pequenos rejeitar as versões verdadeiras dos fatos, pois ela nem sempre serão tão emocionantes quanto a versão falsa.

Assim também acontece com os fatos que interpretamos na vida adulta, sobretudo em um contexto de total descrédito nas instituições quanto este no qual vivemos. A mentira, nesse ambiente, muitas vezes acaba, de forma sorrateira, tomando o lugar da verdade e despertando o interesse de pessoas que se identificam com os fatos e opiniões contidos nela. Essa identificação, por sua vez, é suficiente ou para que seja gerado um sentimento de apatia, e

nada seja feito contra aquela situação, ou se aquilo que é narrado realmente correspondesse a um ideal pelo qual valeria a pena lutar, ou seja, as mentiras sinceras começam a importar cada vez mais.

Porém, aqui não buscaremos analisar a mentira, ela sozinha não nos interessa, ao contrário do que afirmava Cazuza. Nós queremos compreender como tais mentiras assumem a aparência de dogma universal a ser defendido pela sociedade. Para isso, recorreremos ao que escreve D'Ancona:

As mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência e a mentira é considerada regra, e não a exceção mesmo em democracias (2016, p. 2018).

Mas qual a origem dessa nova reação das pessoas frente à mentira que constantemente lhes é contada? Será que de repente todas as pessoas se envolveram em uma espécie de alienação coletiva e perderam a capacidade de percepção e raciocínio? A resposta de D'Ancona, conforme já apresentamos, está na crise das instituições, que provocou nas pessoas uma espécie de necessidade de fuga da realidade ou de apatia social frente à mentira que não só não choca, mas muitas vezes acaba por ser aceita e defendida por muitos. Mas será que não existe nenhum outro fator que causa esse problema?

Mesmo concordando com D'Ancona, gostaria de acrescentar um ponto importante à ideia por ele apresentada, pois apesar do contexto social ser fundamental para a efetivação da pós-verdade, foi o surgimento dos novos meios de comunicação de massa, como as redes sociais e a ampliação do acesso à internet, por exemplo, que se tornou um mecanismo que ao mesmo tempo que é barato, possui um alcance muito grande, assim, há um maior número de informações e conteúdo que diariamente são produzidos por pessoas comuns, pois cada um em sua casa, tendo apenas um celular, pode construir seu próprio canal informativo.

É inegável, o papel da internet nesse contexto de pós-verdade, sobretudo porque é muito difícil perceber os mecanismos linguísticos de manipulação e persuasão que são a base da produção de ideias nas mídias digitais. Uma coisa é discordar daquilo que William Boner fala no Jornal Nacional, para citar um dos mais importantes telejornais brasileiros, outra coisa, completamente diferente é perceber que o familiar, o professor, o aluno, o amigo de infância que interage no grupo de *WhatsApp* também pode estar faltando com a verdade, ou sendo um veículo de transmissão de notícia falsa, pois embora a informação não seja verdadeira, a fonte que nos transmite é a mais confiável possível, e é aí que mora o perigo.

Claro que não podemos simplesmente atribuir à internet e aos sites de redes sociais, todas as consequências nefastas da pós-verdade, mas sem dúvidas, esse novo jeito de nos comunicar, que tem ganhado força nos últimos dez anos tem contribuído muito para essa nova onda de apatia ou de defesa desenfreada dos argumentos mais indefensáveis que alguém possa vir a produzir.

Esse cenário talvez explique o fato narrado por D'Ancona no prefácio de sua obra, ao afirmar que o que mais lhe surpreendeu após a vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, não foi o resultado das urnas, que por si só já lhe parecia bastante absurdo, mas foi o fato dos seus filhos adolescentes não terem ficado surpresos com aquele fato político que a ele parecia aterrador. O autor afirma que esse fato demonstra, de forma muito simples, que para os para os adolescentes, que já nasceram imersos em um mundo tecnológico, é muito mais fácil perceber as mudanças e novidades causadas pelas inovações tecnológicas que para as gerações que nasceram antes dessa transformação causada pelos meios digitais. Para eles, há uma naturalidade muito grande em situações que ainda nos são bastante espantosas e, talvez por isso, para as gerações mais novas, a pós-verdade acabe se materializando com mais força que entre os mais antigos, sobretudo àqueles que ainda não estão totalmente imersos em um mundo digital.

Apenas para desenhar melhor essa ideia, recorreremos a um conceito que tem sido amplamente discutido no ambiente educacional, que é o conceito de nativo digital, que vai de encontro à noção de imigrante digital. O nativo digital, de acordo com Marc Prensky, é aquele indivíduo que já nasceu na era digital, para esse indivíduo vai haver uma naturalidade e uma familiaridade muito maior com as tecnologias que para o grupo chamado de imigrante digital, que seriam aqueles que nasceram antes do amplo desenvolvimento das tecnologias que hoje estão por toda parte.

Nesse sentido, estariam os nativos digitais mais propensos a aceitar com naturalidade as consequências e os efeitos da pós-verdade, pois isto faz parte do dia-dia deles muito mais que do dia-dia de um imigrante digital, que ainda não consegue ver com naturalidade as mudanças políticas, culturais e, acima de tudo, comportamentais que se materializam na contemporaneidade.

O que a nossa história tem a nos dizer

Começamos nosso texto com uma epígrafe de Cazusa, então nada mais justo que nesta última sessão também recorramos a um outro ícone do rock brasileiro para pensar a pós-verdade no atual contexto político nacional. Dessa vez, vamos observar o trecho da música de Renato Russo, *Que país é este?*, escrita em 1978, no auge da Ditadura Militar, mas que foi oficialmente lançada apenas no ano de 1987, no álbum que leva o seu nome. Na música, o autor escreve:

Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

Vemos que a letra, escrita há mais de quarenta anos, ainda permanece bastante atual, não sendo por acaso que, inúmeras vezes, é utilizada nas escolas em trabalhos das disciplinas da área de ciências humanas como meio de reflexão sociológica. No entanto, o que nos interessa aqui, é o efeito que o sentimento expresso na música provoca nas pessoas, de modo geral. O efeito de que não somos bons o suficiente para merecer o Brasil, ou que, parafraseando uma piada que se popularizou nos últimos tempos, é melhor devolver o país aos índios e pedir desculpas.

Mas, será que existe realmente tanta negatividade em nosso território, será que aqui tudo é realmente tão ruim, ou existe alguma causa para essa crença quase generalizada nas nossas mazelas morais e incapacidade de gerir o país ou as nossas relações privadas do modo ético? Para situarmos nossa discussão, vamos recorrer ao que escreve Jessé Souza no prefácio da sua obra *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*, quando afirma que a atual crise brasileira é, antes de tudo, uma crise de ideias. E continua afirmando que essas concepções negativas de Brasil são resultado de velhas ideias que, difundem falsas crenças de que somos um país extremamente corrupto, que temos inúmeros problemas estruturais ou que o que vem de fora é sempre melhor. Para Souza, essas concepções além de serem falsas, resultam de um racismo intelectual que tem se difundido por aqui desde a publicação do clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, obra que foi publicada originalmente em 1936, e que desde então tem sido a grande fonte de inspiração dos intelectuais brasileiros.

Neste sentido, Jessé Souza constrói uma interpretação da sociedade brasileira, não a partir de uma continuidade com a história de Portugal, mas a partir da escravidão e suas consequências para a nossa sociabilidade. E a partir dessa análise da escravidão, ele também

desenvolve a ideia de que a luta das classes foi responsável por construir alianças e preconceitos que até hoje vigoram em nossas interpretações do Brasil.

Assim, na visão de Souza, há um interesse muito grande da elite em manter viva no Brasil a ideia de atraso, corrupção, e incapacidade de gerenciamento dos recursos públicos, pois dessas concepções resultam a pacificidade com que o povo aceita as privatizações, as sonegações de impostos que tanto interessa às grandes corporações, e principalmente, achamos normal que tais coisas aconteçam, sob a justificativa de que todos somos corruptos e, por isso, somos incapazes de condenar moralmente uma atitude moralmente corrupta.

Essa noção é bastante difundida, quando afirmamos que aqui todos são corruptos, pois furamos fila no mercado, utilizamos serviço pirata de televisão a cabo ou mesmo, não paramos na faixa de pedestres quando não estamos sendo fiscalizados por nenhum órgão de trânsito. É a ideia de que se todos roubam, “ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão”, como reza o dito popular. No entanto, o autor de *A elite do atraso* nos alerta do grande risco que essas ideias representam, uma vez que são resultado de um jogo de dominação da elite para efetivar a sua exploração dos nossos recursos naturais e econômicos, e ainda serem moralmente aceitáveis apesar disso.

Acerca desse contexto de exploração e subfaturamento dos processos de privatização, Souza escreve que:

O “imbecil perfeito” é criado quando ele, o cidadão espoliado, passa a apoiar a venda subfaturada desses recursos agentes privados imaginando que assim evita a corrupção estatal. Como se a maior corrupção – no sentido de enganar os outros para auferir vantagens ilícitas – não fosse precisamente permitir que uma meia dúzia de super-ricos ponha no bolso a riqueza de todos, deixando o restante na miséria. Essa foi a história da Vale, que paga royalties ridículos para se apropriar da riqueza que deveria ser de todos, e essa será muito provavelmente a história da Petrobras. Esse é o poder real que rapina trilhões e ninguém percebe a tramóia por que foi criado o espantalho perfeito com a ideia de Estado como único corrupto (2019, p. 14).

Vemos, portanto, a partir da acusação feita por Jessé Souza que esta noção de corrupção institucionalizada é uma ideia que pode ser perfeitamente associada ao contexto da pós-verdade, pois estamos diante de meias verdades que acabam sendo internalizadas pela população com o objetivo de que sejam justificadas as reais mazelas que todos os dias são produzidas pelo jogo político-econômico que é jogado apenas pelos “donos do poder”, enquanto o restante da população permanece apático, sob o argumento que todos são corruptos e por isso moralmente impedidos de estabelecer uma crítica transformadora de fato.

Considerações finais

Sabemos que após verdade não trata de mentira, mas dá reação ou ausência dela as mentiras que normalmente são contadas, sobretudo por aqueles que são considerados os donos do poder. Como dissemos anteriormente, a pós-verdade é um conceito relativamente recente, que sim estabelece em um contexto de totalitarismos, decisões políticas estranhamente mal tomadas, e sobretudo, manipulação midiática construída a partir daquilo que chamamos de *fake news*.

Nosso objetivo aqui, foi compreender como os efeitos daquilo que hoje chamamos de pós-verdade já podiam ser sentidos muito antes deste termo ser cunhado pela primeira vez, pois faz efeitos podem ser sentidos nos jogos de manipulação desenvolvidos pelo poder judiciário, pela mídia, e também, nos ambientes acadêmicos, como é o caso das discussões sociológicas acerca da origem da corrupção no Brasil.

Nesse contexto, é importante perceber que, por trás das grandes mentiras que são tornadas verdades pela crença que atribuímos a elas e que são resultados de um engenhoso trabalho de construção de cidadãos perfeitamente alienados, ou como escreve Jessé Souza, imbecis perfeitos construídos pelas grandes corporações para que continuem a usurpar toda a riqueza produtiva e econômica do país enquanto o povo miserável permanece jogando a culpa no político A ou no político B de todas as mazelas que sofre a cada dia.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução de Carlos Slak. Baurueri: Faro Editorial, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OS SOFISTAS Precursos da pós-verdade?

Thatiane Santos Meneses¹³⁴

Resumo

O movimento sofista foi uma corrente filosófica da Grécia Antiga que tinha como principal característica o grande poder de persuasão. Os representantes deste movimento faziam seus discursos e atraíam vários jovens, que pagavam grandes somas não só para ouvir, mas também para aprender sobre a arte retórica, especialmente aqueles que possuíam interesse pela carreira política. Os sofistas foram muito criticados por vários filósofos de outras correntes de pensamento, a exemplo de Sócrates, que curiosamente era taxado de sofista por muitos atenienses. Os críticos alegavam basicamente que os sofistas não tinham compromisso com a verdade e que se utilizavam das emoções das pessoas para incutir nelas falsas crenças. Algo parecido ocorre hoje com a pós-verdade, termo considerado a palavra do ano de 2016, segundo o Dicionário de Oxford, definido como sendo “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”. Este trabalho tem por objetivo levantar a discussão se os discursos dos sofistas podem ou não ser considerados como pós-verdade. Para tanto, será feita uma análise dos textos a respeito da pós-verdade e de alguns estudiosos do movimento sofista.

Palavras-chave: Pós-verdade; verdade; sofistas; crenças; emoções.

Abstract

The Sophist movement was a philosophical trend in Ancient Greece whose main characteristic was the great power of persuasion. The representatives of this movement made their speeches that attracted several young people, who paid large sums not only to listen, but also to learn about rhetorical art, especially those who were interested in the political career. Sophists were widely criticized by several philosophers from other currents of thought, such as Socrates, who was curiously called a sophist by many Athenians. Critics basically claimed that the sophists had no commitment to the truth and that they used people's emotions to instill false beliefs in them. Something similar happens today with the post-truth, a term considered the word of the year 2016, according to the Oxford Dictionary, defined as “circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and to personal belief”. This paper aims to raise the discussion whether the speeches of the sophists may or may not be considered as post-truth. To this end, an analysis of the texts regarding the post-truth and some scholars of the sophist movement will be made.

Keywords: Post-truth; truth; sophists; beliefs; emotions.

134 Advogada, Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil, Pós-graduada em Ensino de Filosofia, Mestranda em Filosofia da linha de pesquisa conhecimento e linguagem do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: thatianesm@hotmail.com.

Introdução

Considerada a palavra do ano de 2016 pelo *Dicionário de Oxford*, o termo pós-verdade está cada vez mais em alta. Tem até vídeo da humorista Júlia Rabello¹³⁵ publicado na plataforma do *Youtube*¹³⁶, no canal da TV por assinatura *GNT*, explicando o que seria essa tal pós-verdade. Segundo a humorista, pós-verdade seria “mais uma mentira que a gente tem afeto”. Mas afinal, o que é pós-verdade?

De acordo com o *Dicionário de Oxford*, tem-se por pós-verdade “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”¹³⁷. Falando de forma mais clara, pós-verdade são casos contados sem muito compromisso com a verdade¹³⁸, mas que são capazes de influenciar as pessoas pela forma que age no seu emocional.

São tantos acontecimentos duvidosos que não raro nós nos pegamos fazendo o seguinte questionamento: “Será que é verdade mesmo?” Nunca a população teve tanto acesso a informações. O volume dessas informações e a velocidade com que se propaga e atualiza é tão grande que por vezes chega a assustar àqueles que não têm muito traquejo com as mídias digitais. No entanto, o conteúdo das informações não possui a confiabilidade esperada ou desejada. Por isso é que alguns analistas afirmam que estaríamos vivendo uma era da pós-verdade, pois ela nasce justamente desse excesso de informações, ou melhor, desinformações.

Matthew D’Ancona, em *Pós-verdade: a nova guerra contra a verdade em tempos de fake news* chama atenção para um fato muito alarmante, quando diz:

Entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia. Mais do que nunca, a prática da política é percebida com um jogo de soma zero, em vez de uma disputa entre ideias. A ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo (D’ANCONA, 2018, p. 19).

135 Júlia D’Ávila Rabello é uma atriz, comedianta, apresentadora e radialista brasileira. É conhecida pelo trabalho na internet em diversos papéis na produtora Porta dos Fundos, e também como Jaqueline na sitcom *Vai que Cola*.

136 <https://www.youtube.com/watch?v=K4JTaXs9V88>. Acesso em 13/06/2020.

137 Apostila “Pós-verdade” 2020, p. 3.

138 De acordo com o dicionário de filosofia, o termo verdade vem do latim *veritas*, *veritatis* com o mesmo sentido. Podemos distinguir duas acepções fundamentais do termo. A primeira é a acepção epistemológica, pela qual a verdade é a adequação entre a inteligência e a coisa, e se opõe ao erro. A segunda é a acepção moral, pela qual a verdade é a adequação entre a inteligência e a sua expressão manifestativa e, nesse sentido, se opõe à mentira. Fonte: <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/verdade>. Acesso em 30/07/2020.

Nos últimos anos, em especial no ano de 2018 com a corrida eleitoral pela disputa presidencial, o Brasil sofreu muito com a veiculação de um grande número de notícias falsas e de toda ordem, como a existência de um suposto kit gay distribuído em escolas¹³⁹, com a pandemia da COVID-19, a falsa afirmação da existência de remédios milagrosos¹⁴⁰. O fato é que a verdade vem sendo atacada em todas as partes do mundo, como bem assevera Michiko Kakutani em seu livro *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Vejamos:

Os ataques à verdade não estão limitados aos Estados Unidos. Pelo mundo todo, ondas de populismo e fundamentalismo estão fazendo com que as pessoas recorram mais ao medo e à raiva do que ao debate sensato, corroendo as instituições democráticas e trocando os especialistas pela sabedoria das multidões. (KAKUTANI, 2018, p. 12).

Neste mesmo sentido, nos alerta Matthew D’Ancona:

As mentiras, as manipulações e as falsidades políticas enfaticamente não são o mesmo que a pós-verdade. A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a reposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias. (D’ANCONA, 2018, p. 34).

Essas mentiras, em nosso país, vão pouco a pouco ferindo o estado democrático de direito brasileiro por afrontarem princípios e direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como a dignidade da pessoa humana e a liberdade de imprensa. Os hoje chamados de “bolsominions”, ou tão somente “minions”, como são caricaturalmente identificados os eleitores mais fiéis do atual presidente brasileiro, são os responsáveis por um grande número de compartilhamento de notícias falsas de todos os tipos¹⁴¹. Ultimamente, o foco deste grupo está em espalhar notícias acerca do fechamento do STF, a cura do COVID-19 pela ingestão de drogas que já foram comprovadas cientificamente que possuem nenhum efeito no vírus, dentre tantas outras temáticas.

Podemos afirmar que o grupo político ligado ao presidente Bolsonaro é quem mais tem se beneficiado dessas mentiras ou “novas verdades” que ganham cada dia mais força perante uma população que tem aparentado paulatinamente a perda de suas crenças ou ainda entre aqueles que tem se sentido à vontade para manifestar posicionamentos que até então eram amplamente condenados, a exemplo de atos fascistas, machistas, homofóbicos, dentre outros¹⁴².

139 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html. Acesso em 30/07/2020.

140 <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/07/04/oms-paralisa-testes-com-lopinavir-e-ritonavir-no-tratamento-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em 30/07/2020.

141 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53003097>. Acesso em 30/07/2020.

142 <https://www.conjur.com.br/2019-out-17/tse-reabre-investigacao-uso-fake-news-massa>. Acesso em 30/07/2020.

Os sofistas e a pós-verdade

Que a pós-verdade está em uma crescente nos últimos anos nós já sabemos, mas ela seria fruto desse mundo globalizado ou sua existência já remonta muitos séculos atrás? Alguns filósofos, a exemplo de Platão e Aristóteles afirmam que os integrantes do movimento sofista não tinham comprometimento com a verdade em seus discursos. Particularmente não compartilho desta visão, ousou até afirmar que os sofistas foram, de certa maneira, incompreendidos. Mas voltando a questão da pós-verdade, poderiam os sofistas ser considerados adeptos da “pós-verdade”?

O termo sofista é derivado do grego *sophos*, que significa sábio, ou ainda perito. Tal corrente filosófica tinha por finalidade precípua ensinar técnicas de persuasão aos jovens atenienses, de modo que estes pudessem discursar e expor suas opiniões sobre quaisquer assuntos. Eles foram responsáveis também por ensinarem técnicas de apresentação de defesas jurídicas, bem como de posições e opiniões sobre qualquer que fosse o assunto em discussão.

Como dito, alguns filósofos afirmam que os discursos dos sofistas eram vazios de conteúdo e também de argumentos. No entanto, eles também foram considerados os melhores mestres para transmitir os conhecimentos indispensáveis para um sucesso na carreira política no período compreendido pelo século V a.C, já que para isso era necessário ter uma boa oratória e eles, mais do que quaisquer outros sabiam como fazer isso muito bem. Convém mencionar ainda que eles recebiam o apoio de Péricles, estadista que governou Atenas no período acima mencionado, sendo considerado um dos principais líderes democráticos com elevado destaque no campo político¹⁴³.

Ironicamente, boa parte do que se sabe sobre os sofistas é fruto das obras de Platão, um dos críticos mais ferrenhos do movimento. Platão sugeria que os sofistas não se preocupavam com a verdade, talvez pelo fato de que a verdade dos sofistas divergia do modelo de verdade proposto por ele. Platão tenta mostrar que há uma divisão clara entre o verdadeiro e o falso, divisão esta que só é possível se partirmos da ideia de que as sensações

143 O termo política tem sua origem na palavra grega πολιτεία (politeía), cujo significado estava ligado aos atos e procedimentos relativos à *Pólis*, como eram chamadas as cidades-estados gregas. A função dos políticos nessa época, especialmente no século V a.C. era a busca pelo bem comum para a comunidade. Ocorre que, com o passar dos anos, o termo política vem se distanciando do sentido inicial empregado na Grécia Clássica. Hoje o termo política vem se aproximando cada vez mais da politicagem, ou seja, uma política baseada nos interesses pessoais do governante, na troca de favores, ou de realizações insignificantes.

não interferem em nossas crenças, como nos diz Casertano (2010, p. 43). Podemos exemplificar o posicionamento sofista com um julgamento no Tribunal de Júri. Por vezes, são proferidas algumas decisões não unânimes, ou seja, nem todos os jurados consideraram o réu culpado, por algum fato que lhe tocou, ou por acreditar que determinada conduta não seja passível de reprimenda. As escolhas, a noção de quente ou frio, de doce ou salgado estariam intimamente ligadas às nossas sensações e crenças.

Kerferd (2003, p. 13) inicia sua obra *O Movimento Sofista* lembrando seus leitores que a antipatia de Platão para com os sofistas é bem conhecida, mas apresenta que algumas vezes o que foi dito por ele pode não ter nos chegado de forma fiel, uma vez que Platão se refere aos sofistas de diferentes maneiras em suas obras, a exemplo do que ocorre nos diálogos *Górgias* e *Sofista*, onde o mesmo apresenta uma visão mais detalhada do que ele acreditava e defendia serem os sofistas.

De fato, ao analisarmos detidamente os diálogos de Platão em que são citados os sofistas, é possível ver uma diferença na percepção que o filósofo tinha daqueles que eram identificados como tais, como bem observa Sidgwick, ao afirmar *in verbis*:

Parece-me que os diálogos de Platão nos quais são mencionados sofistas entram naturalmente em dois grupos, e que, em cada um desses, aquele que é chamado de *sofista* apresenta um caráter forte e bem delimitado, tão diferente do de seu homônimo no outro grupo que, se não fossem chamados pelo mesmo nome, nenhum leitor jamais sonharia em identifica-los (MARQUES, 2017, p. 30).

O primeiro grupo seria formado por aqueles sofistas mais conhecidos, a exemplo de Protágoras, Hípias e Górgias, os quais possuíam um estilo bem diferente do adotado por Sócrates, uma vez que além de receberem por seus trabalhos como professores, famosos por sua retórica e poder de persuasão, eram adeptos de discursos longos. Já o segundo grupo, e aqui podemos citar como exemplo o sofista Isócrates, pode ser visto nos diálogos *Sofista* e *Eutidemo*, onde os métodos dos discursos empregados se assemelham mais ao empregado por Sócrates (perguntas e respostas)¹⁴⁴.

Convém destacar mais uma reflexão do professor Sidgwick a respeito desta diferenciação:

A diferença entre os tipos é surpreendente. O modo discursivo do sofista não é mais tão fortemente contrastado com o de Sócrates, mas torna-se, ao contrário, como diz o Prof. Campbell, “o imitador da refutação pretenciosa e vazia, temos uma dialética perversa e falaciosa” (MARQUES, 2017, p. 31).

144 O método de perguntas e respostas, também chamado de maiêutica, proposto por Sócrates, pretendia fazer com que seus alunos acessassem por si mesmo os conhecimentos sobre os temas levantados em seus diálogos. Na medida em que Sócrates faziam questionamentos simples e ingênuos, às vezes sobre coisas do cotidiano, os seus alunos eram levados a pensar e buscar as respostas para as perguntas propostas.

A má fama que foi atribuída a todos os sofistas ao longo dos anos, principalmente no início do movimento, fazia com que alguns pensadores da época evitassem fazer uso do termo *sofista* por receio dos olhares mais preconceituosos, a exemplo, como dito anteriormente, do olhar dado por Sócrates, segundo os escritos de Platão.

Henry Sidgwick descreve bem a problemática da equivocada imagem que fora desenhada sobre os sofistas ao atribuir a todos que fizeram parte desse movimento a pecha de charlatães. Vejamos:

A diferença é clara o suficiente para nós, que estamos acostumados a traçar origens de todo o desenvolvimento da filosofia a partir do germe fértil da disputa socrática. Mas, mesmo a partir no próprio Platão, podemos ver que seria muito menos claro para seus contemporâneos não filosóficos que o efeito dos questionamentos socráticos sobre um homem comum fosse exatamente esse espanto, essa perplexidade e a sensação de que tivessem sido apanhados pelo jogo verbal, que Platão descreve como o efeito da sofística erística. De qualquer modo, o sofista do *Sofista* e do *Eutidemo* é muito mais semelhante aos discípulos de Sócrates do que ao sofista do *Protágoras* e do *Górgias*. Portanto, enquanto o público não instruído, como vimos, englobava, sem mais, declamadores e disputadores como professores da arte do discurso, penso que o “ateniense inteligente” do Sr. Jowett seria muito mais capaz de captar a distinção entre os professores de discursos públicos, que mais ou menos pretendiam ensinar sabedoria política, por um lado, e os professores de disputa ética, por outro, do que seria capaz de apreciar as sutis diferenças que separavam Eutidemo e Dionisodoro das escolas socráticas (MARQUES, 2017, p. 33).

Neste sentido, Capizzi assevera:

Os sofistas foram homens que compreenderam e pegaram no ar essa nova situação, explorando o melhor possível a coincidência de interesses: os ricos burgueses tinham necessidade de gramática, para se exprimirem em boa linguagem; de retórica, para obterem consentimento; de dialética, para fazerem valer suas boas ou más razões, e, por outro lado, tinham bastante dinheiro para comprar essas técnicas aos sábios. (MARQUES, 2017, p. 82)

Kerferd resume a questão dos sofistas do seguinte modo: “as acusações realmente reduzem-se a duas: primeiro que os sofistas não eram pensadores sérios e não tinham papel nenhum na história da filosofia e, segundo, que seus ensinamentos eram profundamente imorais” (KERFERD, 2003, p. 17).

Insta registrar que Sócrates, apesar de ser um dos críticos do movimento sofista, era considerado por muitos atenienses como um representante deste movimento filosófico. Inclusive, os motivos que levaram a sua morte contêm traços dos atos que eram praticados por alguns sofistas, conforme explicita Kerferd:

A acusação formal de impiedade feita com sucesso contra Sócrates, em 399 a.C., alegava que ele era culpado de não aceitar os deuses que a cidade aceitava, de

introduzir outras divindades estrangeiras e de corromper os jovens. Platão, na Apologia (19b2-c1, 23d5-7), afirma que por trás das acusações formais estavam preconceitos populares, segundo os quais Sócrates estava ocupado com especulações físicas, não acreditava nos deuses, tornava melhor o pior argumento e ensinava essas coisas aos outros. Embora essas acusações sejam negadas por Sócrates em sua defesa, é lá também abertamente admitido que jovens das classes mais ricas iam a ele espontaneamente, sem qualquer pagamento, e depois passavam a aplicar o que aprendiam com ele em debates com outros.

Fica assim claro que Sócrates era geralmente considerado parte do movimento sofista. Mediante sua notória amizade com Aspásia, é provável que estivesse em contato bem íntimo com o círculo de Péricles, e seu impacto intelectual e educacional sobre os jovens ambiciosos em Atenas era tal que foi, nessa função, corretamente considerado sofista. O fato de não receber pagamento não altera em nada a sua função (KERFERD, 2003, p. 98-99).

E segue:

Diferentemente dos platônicos, diz Aristóteles, Sócrates não separava os universais ou as definições das coisas às quais se aplicavam. Mas isso também se ajusta muito bem ao retrato de outros, entre os sofistas, que também se ocupavam com a busca do *logos* mais forte ou o *logos* correto em relação às afirmações conflitantes de *logoi* aparentemente opostos. É deste ponto de vista que proponho que Sócrates deva ser tratado como tendo um papel a desempenhar *dentro* do movimento sofista (KERFERD, 2003, p. 99-100).

Ésquines, o orador, se referia a Sócrates como sofista, assim como também o fez Aristófanes em sua obra *Nuvens*. Muito “embora ele não aceitasse nenhum pagamento e seja constantemente apresentado por Platão como o oponente inveterado dos sofistas” (GUTHRIE, 2007, p. 36).

Henry Sidgwick também nos mostra essa visão do Sócrates sofista:

Mesmo o mais leve tom de desaprovação é suficiente para fazer com que o indivíduo e seus amigos evitem tal termo: tal como vemos acontecer com o uso dos termos “advogado” e “procurador”. Portanto, é muito provável que discípulos do sábio martirizado e aqueles que aprenderam com eles nunca tenham chamado Sócrates de sofista. Mas que o público ateniense o tivesse considerado como tal, inteligentemente ou não, é certamente inegável [...] Os atenienses viam Sócrates como o mais popular e notável entre os professores a quem os jovens recorriam, com o objetivo confesso de aprender a virtude ou a arte da conduta, e com o ainda mais evidente resultado de aprender uma perigosa destreza nos discursos; enquanto tal, eles o chamavam de sofista. (MARQUES, 2017, p. 26).

KERFERD (2003, pg. 99-100) afirma que Sócrates, tal como os demais sofistas se preocupavam com a busca do *logos*, é que ele parece se encaixar como integrante do movimento.

Não há como se falar dos sofistas sem mencionar a visão que Platão nos passa que Sócrates tinha deles no sentido de que os sofistas eram homens que não estavam intimamente ligados com a verdade, seu compromisso era com a ilusão, a aparência, a opinião, e por que

não falar da mentira? Em um trecho do *Sofista*¹⁴⁵ e do *Fedro*¹⁴⁶ essas impressões ficam bem claras.

Para Sócrates, os sofistas possuíam uma capacidade de modificar a percepção da realidade dos ouvintes por meio da persuasão. Ele defende também a ideia de que a experiência e os fatos devem funcionar como barreira contra as mentiras deliberadas dos sofistas e que os mais jovens, justamente por não terem tanta vivência, eram os seus maiores alvos.

Sócrates afirma ainda que o fato de os sofistas não estarem preocupados com a realidade, implicaria em afirmar que eles não tinham condições de ensinar, transmitir conhecimento para outrem. Ainda de acordo com Sócrates, “O sofista unicamente persuade. Mas dessa persuasão só “nasce a crença sem o saber” (Górgias, 454e)”¹⁴⁷.

Além dos filósofos antigos, alguns modernos também criticaram o movimento sofista, a exemplo de Francis Bacon, em seu *Novum Organum*, alegando que os sofistas excediam na erudição e que suas afirmações não decorriam de “princípios verdadeiros”.

Antes de adentrarmos ao tema da verdade para os sofistas, insta esclarecer que como em qualquer ramo/profissão, existem os bons e os ruins. De modo que não seria justo colocar a pecha de charlatões e mentirosos sobre todos os sofistas. Conforme mencionado, até Platão, um dos maiores críticos do movimento, sabia que deveria haver essa separação/diferenciação.

Impende destacar que a visão de que os sofistas não passavam de enganadores vem passando por mudanças profundas e o início dela se deu com Hegel, em suas *Conferências sobre história da filosofia*, como nos traz Kerferd¹⁴⁸. Depois dele, vários outros escritores a exemplo de Grote¹⁴⁹, Zeller¹⁵⁰, Nestle¹⁵¹, Guthrie¹⁵² e Unterteiner¹⁵³ passaram a dar novas visões a respeito do movimento sofista, uma visão deveras bem diferente daquela empregada na Grécia Antiga.

145 Sofista, 233c: “só possui um conhecimento aparente sobre todas as coisas; não possui a verdade”.

146 Fedro, 260a “Pois a persuasão vem das aparências, não da verdade”.

147 Apostila A Atenas de Sócrates como cenário de pós-verdade? Persuasão vs. logos nos Diálogos platônicos. Sergipe. 2020.

148 KERFERD, 2003, p. 17.

149 Para Grote, os sofistas eram mestres que se representavam tão somente as opiniões da sua época. (KERFERD, 2003, p. 21).

150 No dizer de Zeller, provavelmente não haveria uma filosofia socrática sem os sofistas. (KERFERD, 2003, p. 23).

151 De acordo com Nestle, os sofistas se ocupavam em estudar o homem em sociedade. (KERFERD, 2003, p. 23).

152 Guthrie apresenta o contraste o empirismo e o ceticismo dos sofistas com o idealismo proposto por Platão. (KERFERD, 2003, p. 25).

153 Segundo Untersteiner, os sofistas apresentam uma realidade que pode viver perfeitamente com suas contradições, a realidade é apresentada como algo que não pode ser engessado. (KERFERD, 2003, p. 25).

Convém registrar que os sofistas não estavam “contra a verdade”. Muito pelo contrário, eles pretendiam explicar que a verdade não é eterna e que não é algo que possa ser demonstrado por sábios ou profetas. Há muito se acreditou que o fim do mundo iria ocorrer no ano 2000, em razão de uma previsão feita pelo Profeta Nostradamus. Felizmente, ainda estamos aqui e comprovando que a verdade, a certeza sobre determinada coisa, não é algo que não se possa um dia ser refutado.

A verdade para os sofistas era formada pela combinação de fatos e realidades que chegam a cada homem, levando em consideração sua idade, suas condições físicas e emocionais, assim como o momento histórico ao qual estava inserido. A realidade e o homem não são estáticos, e isso se dá pela experiência do sensível, as sensações que fazem com que o homem se relativize. O exemplo do vento que sopra frio para um e para o outro não sintetiza de forma clara esta afirmação¹⁵⁴.

Conforme defendido por Protágoras, não há que se falar em discurso falso, uma vez que cada um diz o que é verdadeiro para si a partir de como as coisas ou os fatos lhe chegaram. Para Protágoras, sobre cada assunto existem dois ou mais modos de visão, ou seja, dois ou mais modos contrários de se ver a mesma coisa. E era justamente isso que ele ensinava a seus alunos: ver os dois pontos de vista e atacar o que aparentava mais frágil. Podemos ver isso em um julgamento no tribunal, por exemplo, onde todos os fatos e as provas são apresentados ao júri, e ainda assim dificilmente não presenciamos um julgamento unânime.

Era essa dubiedade da percepção da realidade que tanto Platão, como Aristóteles não aceitavam e que se tornou um dos pontos cruciais de suas críticas aos sofistas.

Segundo os sofistas, a ideia de realidade pode ser algo diferente daquilo que está sendo pronunciado, pois a realidade em si passou por deformações no momento em que entrou em contato com o pensamento do orador e também do ouvinte. Em razão disso é que nem todos conseguem persuadir a sua plateia, posto que a mensagem não é captada por todos da mesma maneira. As crenças e os sentimentos que cada um carrega consigo, são fortes elementos que influenciam o agir e o pensar humano.

Como dito, a concepção do que está sendo veiculado não chega à mente de todos de forma uníssona. Ainda que se faça uso de argumentos lógicos para se demonstrar a “verdade”, o estado da pessoa no momento em que ela recebe a informação, assim como a opinião, pode levá-la ao engano, conforme bem explicitado por Kerferd:

154 Discussão presente no diálogo de Platão *Teeteto* (152,b).

O que comunicamos ao nosso próximo nunca é “essas coisas reais”, mas apenas um *logos* que é sempre outra coisa diferente das coisas em si mesmas. Nem é mesmo o discurso, diz Górgias, que revela a realidade externa: é o objeto externo que fornece informação sobre o *logos*.

Conclui-se daí, que Górgias está introduzindo um fosso radical entre o *logos* e as coisas às quais ele se refere. Uma vez reconhecido esse fosso, podemos compreender muito facilmente o sentido em que todo *logos* envolve uma falsificação da coisa à qual se refere – ele jamais conseguira, segundo Górgias, reproduzir, em si mesmo, por assim dizer, aquela realidade que está irreparavelmente *fora* dele. Na medida em que afirma reproduzir fielmente a realidade, não passa de engano ou *apatē*. Todavia, essa é a afirmação que todo *logos* prece fazer. Portanto, todo *logos* é, nessa medida, Engano; e no caso da literatura, como na tragédia, por exemplo, tirou-se a interessante conclusão de que o homem que engana é melhor do que o homem que não consegue enganar (KERFERD, 2003, p.139-140).

E prossegue, ao tratar da influência do *logos* para se alcançar o conhecimento do que seria verdadeiro para a situação que fosse apresentada:

De novo nos é dito (par. 35) que se possível que a verdade sobre as coisas se fizesse pura e clara, por meio dos *logoi*, para aqueles que ouvem, o julgamento seria fácil, pois se seguiria diretamente das coisas que foram ditas. Mas não é esse o caso. O que é preciso é prestar atenção, não aos *logoi*, mas aos fatos reais. Antes do discurso, Conhecimento do que é Verdadeiro é contraposto à Opinião (par. 24), e se diz que o *logos* por si mesmo é inconclusivo a menos que se aprenda também da própria Verdade mesma (par. 4). Finalmente (par.33) Palamedes declara sua intenção de expor o que é verdadeiro e de evitar engano no processo.

Com base nessas indicações, é possível discernir um modelo conceitual comum subjacente o argumento, tanto no *Helena* como no *Palamedes*. De um lado está o mundo real, rotulado como verdade ou aquilo que é verdadeiro. A cognição desse mundo real é conhecimento. Mas o estudo cognitivo mais comum é opinião. Ambos são falsos, em contraste com verdade e conhecimento. Mas é possível apelar dos enganos do *logos* e da opinião, para o conhecimento e a verdade. O efeito desse apelo, embora providencie conhecimento, não remove o incurável caráter falso do *logos*, visto que o *logos* não pode nunca *ser* a realidade que pretende expor. Todavia, há dois tipos de *logoi* – um melhor, e um pior do que o outro. (KERFERD, 2003, p.140-141).

Untersteiner segue a mesma esteira de raciocínio:

Sendo assim, a palavra não pode demonstrar o verdadeiro, isso é puro ideal. Na realidade, se *logos* pode servir tanto a quem apresenta uma tese, como a quem apresenta uma antítese (§§22-24 e 25-26); se, portanto, nem todos os conteúdos do pensamento, como já se disse, existem sem que, na realidade, um conteúdo seja diferente de outro sob o aspecto gnosiológico, é bem natural que, mesmo quando se visa à verdade, mas imposta pelo *καυός*, deva se negar aos *lógois* a possibilidade de comunicar esse verdadeiro que não é, em última análise, unívoco. (UNTERTEINER, 2012, p. 211-212).

Desta forma, podemos concluir que para os sofistas a verdade vem do *logos*¹⁵⁵, porém, temos que ter em mente que o *logos* se apresenta de diferentes formas para cada pessoa, posto que, como demonstrado anteriormente, ele sofre a interferência das experiências e sensações ao entrar em contato com o íntimo do ouvinte. O *logos* é capaz de agir na opinião (*doxa*), já que esta não é conhecimento.

Para Górgias, o discurso só é enganoso quando se esbarra na opinião, isso porque a opinião tem como base o ouvir dizer e não a experiência dos fatos. Górgias via o discurso como algo bom e construtivo, desde que fosse pautado na moralidade, qualidade esta que só poderia ser percebida pela intenção e conhecimento do orador.

O sofista em comento afirma ainda que um discurso pode ser verdadeiro mesmo que não transmita algo, e, por outro lado, pode ser falso na medida em que é baseado em mentiras ou lembranças de algo que de fato não ocorreram como acessados, ou ainda se baseado em temas que perpassam a vida humana. E é justamente aqui que separamos os sofistas da pós-verdade. Por vezes, em encontros familiares, alguém suscita alguma lembrança de fatos passados há alguns anos, e não raro aparece algum fato de que somente o comunicador se recorda. Ora, seria mesmo uma recordação? Górgias nos diz que não. E mais: atesta que essa suposta recordação é falsa. Mas para a pós-verdade, essa lembrança poderá vir a ter um caráter de verdade, na medida em que ela cativa seus ouvintes.

Uma das principais características da pós-verdade é a tentativa de induzir as pessoas a erro, na medida em que utilizam os mais variados artifícios para modificar a realidade de algo já conhecido senão por todos, pelo menos pela maioria da população. Ultimamente o mais utilizado é a rede mundial de computadores.

A intenção dos sofistas não era enganar, mas demonstrar que era possível ter dois modos de se ver a mesma coisa e isso era demonstrado por meio de seus discursos. Já a pós-verdade, sim. Ela “cria uma realidade paralela” para atingir fins específicos, tais como vencer eleições ou manchar a reputação de determinada pessoa. A sua finalidade precípua é levar o interlocutor a erro.

Ademais, os sofistas seriam os únicos a serem prejudicados com a propagação da ideia de que eles faltavam com a verdade. Então por que insistiriam em agir de tal modo? O que ganhariam com isso? Pelo contrário, pois com certeza isso acarretaria na perda de seus

155 A palavra grega *logos* possui uma série de significados. Seus principais usos dizem respeito a três áreas a saber: a primeira é a da linguagem, onde recebe o significado de fala, discurso, declaração. E é neste sentido que o *logos* é empregado pelos sofistas. A segunda está na área do pensamento, significando, portanto, reflexão, raciocínio, explicação. Por último, temos o *logos* na área do mundo, tratando especificamente sobre a capacidade que os homens possuem de falar e pensar, a exemplo da criação de princípios, fórmulas e leis naturais.

preciosos alunos, fonte de sustento de muitos sofistas, a exemplo de Górgias, que segundo contam alguns estudiosos do movimento, conseguiu juntar grande soma de riquezas pelos pagamentos que lhe eram feitos em troca de suas aulas.

Os sofistas em seus discursos não inventavam fatos ou situações. Eles falavam aos atenienses tomando por base o cenário que estava visível e demonstrável a todos. Registre-se que não existia uma vontade deliberada de ganhar vantagens ou prejudicar terceiros, como ocorre com aqueles que recorrem à pós-verdade para atingir seus fins, a exemplo do que se viu na disputa eleitoral para o cargo de presidente da república no ano de 2018.

Considerações finais

Como dito, Platão e Sócrates eram críticos dos sofistas, mais precisamente das técnicas de persuasão que esta corrente filosófica utilizava, pois eles acreditavam que tais técnicas levavam as pessoas a acolherem falsas crenças. Especialmente com relação a Sócrates convém lembrar, como ficou demonstrado, que muitos atenienses o identificavam como um sofista.

Ainda segundo Sócrates, os sofistas não eram afeitos à verdade, já que promoviam a sua relativização por meio de seus discursos que tinham por finalidade convencer o maior número de pessoas sem se importar com a ligação que deveria ter entre a realidade e o que estava sendo comunicado. E cabe-nos neste ponto questionar: seriam então os sofistas os precursores da pós-verdade?

Não me parece que seja o caso. Ainda que se considere que tanto os sofistas, como a pós-verdade se utilizem de alguns elementos similares para persuadir seus interlocutores, tais como as emoções, desejos e crenças, os fins para os quais se fazem uso da pós-verdade, bem como os meios de sua veiculação são bem diferentes. A pós-verdade tem abusado das redes sociais e da rede mundial de computadores de uma forma geral, para se espalhar numa proporção e velocidade até então inimagináveis.

Além, é claro, de tudo que já foi explicitado anteriormente, a pós-verdade tenta incutir nas pessoas uma “verdade” que não se sustenta em evidências, ao contrário do que era explicitado por alguns sofistas, a exemplo, mais uma vez, do dito de Protágoras sobre o vento. Segundo este conto, o mesmo vento pode soprar frio em uma pessoa e em outra não. De fato, uma pessoa pode sentir frio e outra não. Veja que aqui o sofista utiliza as sensações para explicitar seu conceito de verdade.

Resta claro que o emprego das emoções para o sofista e para a pós-verdade está em lugares e finalidades distintos. A pós-verdade como já demasiadamente dito, incita a distorção da realidade, manipula a crença das pessoas por meio das emoções para atingir um fim, na maioria das vezes obscuro.

Quem acredita em “falsas verdades”, de alguma forma foi tocado em seu íntimo, de modo que teve seus sentimentos despertados, encontrando abrigo nessas crenças enganosas. Se isso não ocorresse, talvez o termo pós-verdade nem tivesse sido pensado. Bacon, em seu *Novum Organum*, nos alerta para isso:

[...] contudo, quando a mente humana perde a esperança de achar a verdade, perde seu interesse pelas coisas; daí resulta que os homens passam a preferir as disputas e os discursos amenos, distantes da realidade, em vez de se comprometerem com rigor na investigação. Contudo, como disse a princípio e sustento sempre, os sentidos e o intelecto humano não hão de ser desmerecidos em sua autoridade devido a sua fraqueza, mas, ao contrário, devem ser providos de auxílios (auxílios). (apostila *Novum Organum* ou Indicações verdadeiras respeito da interpretação da Natureza Francis Bacon, 1620, pg. 29).

Voltando o olhar para Sócrates, levando em consideração que ele não só não se considerava um sofista, mas também se dizia um crítico deste movimento, poderíamos então dizer que estaríamos diante da primeira “vítima” da pós-verdade?

O fato é que se uma pessoa diz não pertencer a um grupo e ainda assim pessoas afirmam com veemência que esta se encaixa em determinado grupamento, contrariando o que a própria “vítima” diz a respeito, e mais, se a população passa a acreditar na versão “criada”, a exemplo do que supostamente teria ocorrido com Sócrates, temos que isso parece ser pós-verdade. Mas para chegarmos a um veredicto sobre essa questão, apenas uma investigação histórica poderia nos responder com precisão. Mas se tal fato era ou não pós-verdade, certamente não foi obra dos discursos dos sofistas.

A pós-verdade tem ocasionado uma infinidade de malefícios para a sociedade que talvez não possam ser reparados. O fenômeno da pós-verdade vem criando uma falsa noção de verdades absolutas que agradam grupos específicos, provocando um distanciamento e abismo social. A respeito disso, Giovanni Casertano:

[...] o primeiro ajuntamento em comunidade não é de per si garantia da possibilidade de uma vida humana: a simples união de mais indivíduos, cada qual com suas verdades, os seus impulsos, as suas tendências particulares, não produz uma verdadeira sociedade. Para que esta instaure, é preciso de algo mais, a consciência da comum condição humana e da necessidade de harmonizar-se impondo-se vínculos comuns, úteis à vida da cidade e, por isso mesmo, à convivência humana. *Aidós* e *dike*, respeito e justiça, que devem estar presentes em todos os cidadãos, justamente porque não constituem uma técnica como as artes, são a condição necessária para que aquele animal de aspecto humano se torne verdadeiramente

animal social: eis por que quem não os possui deve ser expulso e morto como “peste da cidade” (CASERTANO, 2010, p.84).

Os discursos de ódio, a polarização política, o retorno de vários pensamentos racistas que pareciam estar enfraquecidos estão sendo potencializados e se espalhando com muita ferocidade por todo mundo, mas especialmente em países cujos representantes estão mais aliados a um projeto de governo que não se importa com as minorias e que tem a pós-verdade como seu braço direito, a exemplo do presidente dos EUA, Donald Trump, e do Brasil, Jair Bolsonaro.

A pandemia da COVID-19 deveria ter trazido o sentimento de união e a busca pela verdade, pela ciência. Mas não é o que vem ocorrendo. A verdade está cada vez mais perdendo seu espaço e com ela a esperança de um futuro melhor e mais igualitário para todos.

O fato é que a difusão da pós-verdade nos leva a uma triste constatação: ao passo em que as pessoas escolheram se informar por meios de comunicação abertamente manipuladores, que seriam as redes sociais, elas optaram por, ao mesmo tempo, não crerem em quase nada, e crer quase em tudo.

Referências bibliográficas

- CASERTANO, Giovanni. *Sofista*. Tradução de José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2010.
- D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: as novas guerras contra os fatos em tempos de fake news*. 1 Ed. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- GUTHRIE, W. K. C. *Os Sofistas*. 2 ed. Tradução de João Rezende da Costa. São Paulo: Paulus, 2007.
- KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. 1 Ed. Tradução de André Czarnobai, Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018
- KERFERD, G. B. *O movimento sofista*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas)*. Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2007.
- PLATÃO. *Diálogos II: Górgias (ou da retórica), Eutidemo (ou da disputa), Hípias Maior (ou do belo), Hípias Menor (ou do falso)*. Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2007.
- MARQUES, Marcelo P. (org), *Filosofia dos Sofistas: Hegel, Capizzi, Versényi, Sidgwick*. Tradução de Verlaine de Freitas et al. São Paulo: Paulus, 2017.
- Apostila Pós-verdade. São Cristóvão: [s.n], 2020.
- MENNA, Sergio Hugo. “A Atenas de Sócrates como cenário de pós-verdade? Persuasão vs. logos nos Diálogos platônicos”. São Cristóvão: [s.n], 2020.

Apostila Psicologia da pós-verdade [coletânea de textos]. São Cristóvão: [s.n], 2020.

UNTERSTEINER, Mario. *A obra dos sofistas: uma interpretação filosófica*. Tradução de Renato Ambrósio. São Paulo: Paulus, 2012.

PLATÃO E A PÓS-VERDADE: Vivemos em uma caverna moderna?

Cleudo Melo Araujo¹⁵⁶

Resumo

Platão, filósofo grego da antiguidade, é conhecido pelos seus diversos e ricos diálogos. Por meio deles, o ateniense desenvolveu sua filosofia percorrendo as mais diversas searas do conhecimento. Dentre suas inúmeras obras, destaca-se *A República*, na qual ele desenvolveu a sua notável Alegoria da Caverna, retratando um cenário imaginário que representaria a preponderância do conhecimento racional sobre as crenças vulgares. Amplamente revisitada durante a história, tal narrativa, ainda hoje, possibilita diferentes interpretações, demonstrando a riqueza e atualidade da filosofia platônica. Diante do atual cenário de pós-verdade em que vivemos, o mito de Platão poderia nos trazer algumas soluções e possibilidades? Alguns elementos comuns às duas paisagens nos sugerem uma resposta afirmativa. O objetivo desse artigo é delinear tais semelhanças e oferecer reflexões acerca do problema.

Palavras-chave: Platão; Alegoria da Caverna; Conhecimento; Pós-verdade.

Abstract

Plato, ancient Greek philosopher, is known for his diverse and rich dialogues. Through them, the Athenian developed his philosophy through the most diverse fields of knowledge. Among his many works, *A República* stands out, in which he developed his remarkable Allegory of the Cave, portraying an imaginary scenario that would represent the preponderance of rational knowledge about common beliefs. Widely revisited throughout history, this narrative still allows different interpretations today, demonstrating the richness and timeliness of Platonic philosophy. Given the current post-truth scenario in which we live, could Plato's myth bring us some solutions and possibilities? Some elements common to both landscapes suggest an affirmative answer. The purpose of this article is to outline such similarities and offer reflections on the problem.

Keywords: Plato; Allegory of the Cave; Knowledge; Post-truth.

Introdução

Platão (428 a.C.– 348 a.C.) nasceu na cidade de Atenas, na Grécia, e viveu entre a fase áurea da democracia ateniense e a derrocada da cidade. Presenciou, dessa forma, duas Atenas bastante diversas: a da época de seu nascimento, durante o século de Péricles, com quem Atenas chegara ao apogeu de sua democracia, e a que deixou, por ocasião de seu falecimento, Atenas mergulhada em crise e que findou derrotada, dez anos depois, na Batalha de Queroneia, que efetivou o domínio de Filipe da Macedônia sobre a Grécia. Dessa forma, a vida de Platão coincide, em grande parte, com o declínio do império ateniense.

156 Licenciado em Matemática, Advogado, Especialista em Direito Público/Faculdade Guanambi, Mestrando em Filosofia/UFS. E-mail: cleudo_melo@hotmail.com.

A obra platônica influenciou intensamente a forma de pensar e a cultura ocidentais, devido, dentre outros motivos, à amplitude temática de sua filosofia. Platão conduziu uma nova perspectiva sobre o pensamento por meio do método dialético de investigação: processo que propõe a hierarquização das ideias a fim de apreender a realidade e alcançar a verdade.

O filósofo ateniense clarificou o paralelo entre o mundo sensível – onde os homens habitam – e o mundo inteligível das Ideias – a realidade verdadeira –, que é objeto do conhecimento científico. Na concepção platônica, o homem, habitante único dos dois mundos, deve ser libertado da caverna, sendo trazido do mundo das aparências para o mundo da realidade.

A epistemologia de Platão, possibilitou a identificação de um caminho cognitivo que nos dá acesso ao saber. A busca pelo conhecimento – o qual está num patamar acima das opiniões e sensações – se dá por meio de um processo dialógico e da pesquisa conjunta, permitindo que se desvencilhe o pensamento, das amarras que o prendiam às crenças, possibilitando a liberdade para se argumentar racionalmente em um processo interativo que mira o Bem, mas jamais alcança o conhecimento perfeito – a *episteme*.

A ideia do Bem, em Platão, pode ser descrita através da passagem de sua obra *A República* (VI, 517c):

[...] quando vista, [a ideia de Bem] deve nos levar à conclusão de que esta é de fato a causa de todas as coisas, de tudo que tem de correto e belo, dando à luz no mundo visível para a luz, e mestra da luz, a si mesma no mundo inteligível *fonte autêntica da verdade e razão*, e qualquer um que agir sabiamente em particular ou público deve tomar vista disso (grifo nosso).

Platão associa a ideia de Bem ao sol; pois, assim como o sol dá, no mundo sensível, a capacidade de ver as coisas sensíveis, o Bem dá, no mundo inteligível, a capacidade de compreender a essência de todas as coisas e de gerar as ideias de tudo o que é.

Sua obra escrita pode ser dividida em quatro períodos, a saber: os diálogos da juventude, da maturidade, os ditos metafísicos e os da velhice¹⁵⁷. Dentre tais obras, destaca-se *A República*, diálogo pertencente ao período da maturidade do filósofo, composto de dez livros.

A importância de estudar uma obra clássica, tal como *A República*, é explicada nas palavras de Chauí (2002, p. 223) ao escrever que, “uma obra é grande quando, de seu próprio interior, suscita uma multiplicidade de leituras e interpretações criando uma posteridade”. É

157 PIETTRE, 1989: p. 20-21.

dentro dessa infinidade de interpretações, de leituras, de observações, de refutações e de comentários suscitados pela obra platônica, que reside a sua riqueza.

Ao se deparar com essa obra, certamente se enganaria, quem julga os livros apenas pelos seus títulos, porquanto esperaria encontrar uma obra de filosofia política somente. Por isso, Pereira (1972) alerta que, “determinadas palavras-chave de *A República* podiam induzir o leitor em erro se não soubesse previamente o que elas significavam no século IV a.C. em geral, e para o autor em particular”. E o título é uma delas: *Politéia*. Quanto à esta, o comentador nos lembra que:

[...] seu sentido etimológico “constituição” ou “forma de governo” de uma *polis* ou cidade-estado. *É tudo o que diz respeito à vida pública de um Estado, incluindo os direitos dos cidadãos que o constituem*. Este aspecto público, comunitário, traduz-se claramente na equivalência que os Romanos deram ao termo, empregando o composto que ainda hoje usamos: república. Não designa, por conseguinte, uma forma de governo determinada, mas todas em geral (PEREIRA, 1972; grifou-se).

Ao intitular como *A República*, Platão estava também fazendo referência na sua obra aos direitos dos cidadãos que compõem um Estado, incluindo-se o direito à formação educacional e o acesso ao conhecimento.

Há, destarte, uma variedade de temas que podem ser observados no interior dessa obra. A teoria política é, por exemplo, assunto dos Livros I, VIII e IX. Nos Livros IV e X destaca-se a psicologia: o primeiro, ao tratar a respeito dos elementos da alma; e o segundo, ao apresentar provas de sua imortalidade. A teoria das Ideias tem um importante papel nos Livros VI e VII. É especificamente no Livro VII que concentraremos nossa atenção, sobretudo na clássica passagem da Alegoria da Caverna.

A Alegoria da Caverna e a pós-verdade

A referida passagem relata um diálogo entre Sócrates, personagem constante nas obras platônicas, e o seu interlocutor, Glauco.

Sócrates propõe a Glauco que imagine homens com algemas nas pernas e no pescoço desde a infância, vivendo numa habitação subterrânea em forma de caverna. Eles ali vivem sem poder mover a cabeça, nem se locomover, forçados a olhar apenas em frente, e sem nunca terem visto o mundo exterior nem a luz do sol. Apenas um fogo que está atrás deles serve-lhes de iluminação. Entre a fogueira e os prisioneiros, há uma via ascendente e, ao

longo dessa, um muro, ao lado do qual passam pessoas transportando objetos de todos os tipos, como diz Sócrates a Glauco:

Visiona também ao longo deste muro, homens que transportam toda espécie de objetos, que o ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados (PLATÃO, 2003).

Glauco acha estranha tal cena e tais prisioneiros de que Sócrates falava, mas este lhe responde que eles são como nós. Por não poderem ver os objetos, forçados que são a manter a cabeça imóvel, os prisioneiros apenas contemplam suas sombras projetadas pela luz do fogo na parede em frente a eles. Se eles pudessem, então, conversar uns com os outros, quando indicavam o que viam, considerariam aqueles objetos que nomeavam como reais.

Quanto ao eco vindo da parede que está em frente a eles, observa Sócrates, seria interpretado pelos prisioneiros como sendo a voz oriunda das sombras, ou seja, quando algum dos carregadores de objetos falasse seria como se a sombra projetada na parede estivesse falando. O que os prisioneiros julgariam então ser a verdade? As sombras desses objetos. Uma vez que estão totalmente concentrados na contemplação das sombras, os prisioneiros imaginam que as projeções sejam a verdadeira realidade, tomando-as por objetos reais. Como se pode perceber, suas existências são, pois, inteiramente dominadas pela ignorância.

O que aconteceria se esses prisioneiros fossem libertados dos grilhões, da prisão em que se encontravam e restabelecidos de seu estado de ignorância? Supondo que um desses prisioneiros fosse solto das algemas e obrigado a olhar para os lados, a andar e a contemplar a luz, tal ação lhe causaria sofrimento e dor, e o ofuscamento inevitável não lhe permitiria olhar diretamente para os objetos, acostumado que estava a ver apenas sua sombra. Como nos é relatado:

Logo que alguém soltasse um deles e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objetos cujas sombras via outrora (PLATÃO, 2003).

Sentindo dor, sofrimento e com a vista totalmente ofuscada, desejaria o prisioneiro voltar para o interior da caverna a fim de buscar proteção nos objetos para os quais conseguia olhar, considerando-os mais claros e nítidos. Mas, na Alegoria, o prisioneiro é arrancado à força e obrigado a subir um caminho árduo, doloroso, e, impedido de fugir, é forçado, empurrado, arrastado até à luz do sol. A princípio, nada pode ver, pois é cegado pela intensa

claridade, tendo os olhos ofuscados até se habituarem a ela. Este também é um caminho cheio de obstáculos e gradual:

Em primeiro lugar, olharia mais facilmente para as sombras, depois disso, para as imagens dos homens e dos outros objetos, refletidas na água, e, por último, para os próprios objetos. A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu, e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da Lua, mais facilmente do que se fosse o Sol e o seu brilho de dia. [...] Finalmente, julgo eu, seria capaz de olhar para o Sol e de o contemplar, não já a sua imagem na água ou em qualquer sítio, mas a ele mesmo, no seu lugar (PLATÃO, 2003).

Depois de observar tudo isso, o prisioneiro que foi solto, ao recordar-se de sua habitação anterior, de seus companheiros de cárcere e da ignorância que lá se cultivava, alegrar-se-ia com a mudança por ele vivida, mas lastimaria a situação daqueles que ainda se encontravam prisioneiros das sombras. Quanto aos elogios e recompensas conferidos àqueles que fossem capazes de identificar de forma mais precisa as sombras dos objetos que passavam, e lembrar com mais exatidão das que viram antes e aos louvores concedidos àqueles que estivessem mais aptos a antever acontecimentos e que, dessa maneira, conseguiram glória e poder, nada disso lhe causaria inveja e ciúme desses seus antigos companheiros. Diria que preferiria “servir junto de um homem pobre, como servo da gleba, e antes sofrer tudo, do que regressar àquelas ilusões e viver daquele modo” (PLATÃO, 2003).

E prossegue, então, Sócrates pedindo para Glauco imaginar que, se tal homem retornasse à caverna, para o mesmo lugar donde saíra, teria seus olhos ofuscados agora pelas trevas, uma vez que bruscamente volveu da luz do sol para as sombras. Se esse homem tivesse que competir com aqueles que lá permaneciam prisioneiros, no sentido de julgar as sombras, e ainda com a visão obscurecida pelas trevas, devido ao pouco tempo que tivera para a elas se adaptar, seria zombado pelos prisioneiros, os quais diriam que ele arruinara a visão no percurso feito em direção ao mundo superior, de modo que não valeria a pena empreender tal ascensão. Assim, os prisioneiros optariam por continuar algemados no interior da caverna, sem ter acesso ao conhecimento pleno. E o destino de quem tentasse libertá-los de sua condição de escravos poderia ser a morte: “E a quem tentasse soltá-los e conduzi-los até acima, se pudessem agarrá-lo e matá-lo, não o matariam?”, indaga Sócrates. “Matariam, sem dúvida”, confirma Glauco (*A República*, VII, 517a).

Ao finalizar a Alegoria, o próprio Platão faz a sua interpretação da estória. A morada cavernosa é a representação para o domicílio que, diariamente, se mostra ao olharmos em volta. A fogueira que brilha acima dos moradores da caverna é a representação para o sol. A abóbada da caverna representa a abóbada celeste. Sob essa abóbada, dependentes da terra e a

ela ligados, vivem os homens. O que os rodeia e lhes serve diariamente é, para eles, a verdade. Nesta morada subterrânea sentem-se no mundo e em casa. E encontram segurança nisso.

As coisas que estão fora da caverna, à luz do dia, onde uma vista aberta de tudo se oferece, ilustram, na Alegoria, as Ideias – entidades perfeitas, eternas e imutáveis às quais teríamos acesso unicamente através da razão. Segundo Platão, se o homem não tivesse em vista a respectiva Ideia das coisas, dos seres vivos, das pessoas, dos números e dos deuses, nunca poderia apreender isto ou aquilo como casa, árvore ou deus, por exemplo. Geralmente, a pessoa pensa que vê diretamente essa casa, aquela árvore e, do mesmo modo, qualquer ente. De início, e na maior parte das vezes, o homem não suspeita de que vê sempre e somente representações sensíveis das Ideias tudo o que para ele vigora, tão fácil e evidentemente, como real.

Embora em muitos casos seja inconsistente, aquilo que nos é próximo, habitual e conveniente nos mantém cativos, dia após dia. A nossa crença acrítica em determinada religião, por exemplo, em muitos casos, não resultou de uma reflexão prolongada e séria sobre ela¹⁵⁸. Superstições que nos acompanham ou até mesmo aquela teoria da conspiração na qual acreditamos por tão bem explicar determinados fatos da maneira como nos é mais apropriada, são apenas representações mentais, suscetíveis de ser verdadeiras ou falsas¹⁵⁹. Essa definição, situa a crença na mente do sujeito que acredita, sem uma conexão necessária com a realidade.

Viveríamos, portanto, envoltos em sombras numa caverna moderna? E, por nem sequer reconhecermos essa prisão como tal, consideraríamos a nossa esfera cotidiana sob a abóbada celeste como o espaço da experiência e da capacidade de julgar que dão a única medida de todas as coisas e a única regra para sua organização e arranjo? Seríamos nós, os prisioneiros que optariam por continuar algemados no interior da caverna, sem terem acesso ao conhecimento pleno, preferindo continuar acreditando em crenças não necessariamente válidas? O homem da caverna, apegado à sua opinião, nem sequer pode pressentir a possibilidade de que o seu real possa ser apenas sombra.

Tal interpretação, no entanto, não esgota o conteúdo da alegoria. Conforme foi dito, a multiplicidade de pontos de vistas para os diálogos platônicos marca a sua característica como filósofo. Nesse sentido, Heidegger relata serem particularmente importantes as passagens da alegoria que nos remetem às transições da caverna para o lado externo e vice-versa

158 No diálogo *Eutífron*, Platão apresenta, na forma de dilema, os problemas dessa crença acrítica: “Um ato (ou pensamento) é correto porque Deus o ordenou, ou Deus ordenou esse ato (ou pensamento) porque ele é correto?”

159 Filosofia e Crença [coletânea de textos], p. 10.

(MAMAN, 2005). Tais transições retratariam o processo de libertação das nossas crenças – que podem ser válidas ou não – e o acesso ao conhecimento que, segundo Platão, é uma “crença verdadeira justificada” (*Teeteto*, 201c), ou seja, temos conhecimento quando nossas crenças estão firmemente ligadas, atadas, encadeadas à realidade. Essa conexão, segundo Platão, é a justificação – o *logos*.

O primeiro nível deste processo é aquele em que os homens se encontram agrilhoados no interior da caverna e tomando as coisas assim como elas aparecem. A opinião pública ou o senso comum poderiam ser nossos modernos grilhões? Em que nível somos influenciados por reportagens tendenciosas, pesquisas de opinião mal-intencionadas ou por uma explicação superficial de um fato qualquer?

No segundo nível, um dos prisioneiros, após a soltura dos grilhões, encontra-se livre, embora ainda dentro da caverna. Libertado dos grilhões, o homem não encontra a sua liberdade, pois não consegue ainda avaliá-la desde aquilo que faz da sombra o que ela é. Lembremos, neste momento, do método dialético de investigação, proposto por Platão, através do seu marcante personagem Sócrates: por meio de uma hierarquização das ideias, construindo, questionando e refutando hipóteses, a fim de apreender a realidade, poderemos chegar ao *logos*, um relato racional, inteligível, de por que nossa crença é verdadeira.

No entanto, é no terceiro nível que a liberdade de fato é alcançada, pois aquele que foi libertado dos grilhões é posto num espaço livre, fora da caverna, onde tudo se encontra à luz do dia e, por isso mesmo, as coisas aparecem em seu verdadeiro aspecto. Neste ponto, é válido lembrarmos que o prisioneiro foi arrancado à força e obrigado a subir um caminho árduo, fato este que lhe causou dor e sofrimento.

O processo de aprendizagem, de libertação constante do nosso estado de ignorância, o desapego às crenças sem embasamento, exige de nós esforço, dedicação, resiliência e um espírito abnegado. Todo esse processo pode nos causar um certo desconforto, pois estaremos remexendo nos nossos “escaninhos mentais”, estruturas nas quais construímos justificativas para endossar crenças que, em sua gênese, são incompatíveis com a realidade (PILATI, 2018, p. 30).

Ao compararmos o segundo com o terceiro nível, veremos que, se havia grande dificuldade para que o homem libertado dos grilhões pudesse ir ao encontro do lume de fogo que o possibilitaria, com essa atitude, ver os limites das sombras no interior da caverna, agora, estando o homem no espaço aberto do exterior da caverna, precisa demandar esforços e perseverar naquilo que se mostra como o mais relevante: as coisas em si mesmas, ou seja, as

Ideias que permitem o acesso ao Bem, ao conhecimento. Esse esforço é conquistado a partir de uma formação educacional crítica, questionadora e que permita e possibilite uma visão e leitura de mundo ampla e plural. Uma educação não apenas instrumental – que ensine técnicas e procedimentos – mas sobretudo de caráter formativo.

Com isso, temos presente aquilo que Heidegger determinou como a relação existente na Alegoria da Caverna entre a formação educacional do cidadão e a essência da verdade (MAMAN, 2005). O processo de formação do homem tem como função possibilitá-lo trilhar o caminho da aquisição do conhecimento de forma partilhada. Essa relação se faz presente de maneira não menos evidente no quarto nível, que é aquele no interior do qual o homem liberto retorna para o interior da caverna com a intenção de conduzir os outros homens para cima.

A tarefa desse homem liberto não é fácil, pois ele se encontra no risco de perder-se no interior da caverna pelo simples motivo de ser atraído, puxado pela verdade que aí ainda vive e serve de medida para todos que ali se encontram. Outro risco corre ainda ele, que é aquele relacionado à revolta dos que acreditam que o que serve de medida no interior da caverna é o que aparece para eles como o mais evidente, de modo que o homem liberto está ameaçado pela possibilidade de ser morto.

Uma caverna moderna?

Quem poderia imaginar que estaríamos hoje discutindo se a terra é ou não é plana? Quem imaginaria que teorias científicas já amplamente aceitas na comunidade especializada seriam atualmente postas em xeque por *youtubers* ou demais influenciadores digitais? Quem ousaria pensar que um vermífugo estaria sendo considerado uma das soluções para uma doença de origem viral? A tarefa do atual homem liberto, que queira “retornar à caverna” para emancipar os prisioneiros dos grilhões das crenças injustificadas ou da influência das chamadas *fake news*, por exemplo, também não seria nada fácil.

Segundo Pilati (2018), os sistemas sociais, por meio de fenômenos como influência social e conformidade, são os mecanismos mais poderosos que existem para o estabelecimento, a manutenção e a transmissão de crenças para diferentes gerações. Conformidade é o processo pelo qual nosso comportamento é determinado pelas circunstâncias sociais nas quais vivemos.

O que você diria caso alguém lhe dissesse que antes via só vacuidades e que agora, pelo contrário, vê justamente algo mais próximo da realidade, estando virado para uma

realidade maior? Certamente você ficaria desconfiado e diria que as coisas que via antes eram mais verdadeiras do que as que lhe indicam agora. Aqui, parece ser importantíssimo o realce psicológico da Alegoria, que mostra a reticência de cada um de nós em aceitarmos uma nova crença, mesmo quando esta possui evidências de relação com a realidade, pelo receio de termos de contestar crenças antigas e bem arraigadas, com as quais vivíamos confortavelmente e muitas vezes serviam de justificativa para comportamentos habituais. Seríamos, nesse momento, como o prisioneiro desejoso de voltar ao interior da caverna a fim de buscar proteção nos objetos para os quais conseguia olhar, considerando-os mais claros e nítidos. O viés de confirmação é a tendência cognitiva que nós temos de aceitar as informações que dão suporte a nossas crenças e de rejeitar aquelas que as contradizem.

No atual cenário de pós-verdade, aqui entendido como um fenômeno de perda ou diminuição do *logos*¹⁶⁰, o clássico mecanismo “fatos objetivos + *logos*” é ofuscado pelas técnicas de persuasão, hoje potencializadas pela tecnologia digital. O conhecido caso do disparo de mensagens via *whatsapp*, com sistemas automatizados contratados de empresas, nas últimas eleições em 2018; bem como a dinâmica presente no *twitter* e conhecida como *botnet*, ou rede de robôs, quando perfis atuam de maneira sincronizada, com mesma atuação – um posta e outros retuítam, ou respondem, ou publicam em seguida algo parecido – seriam nossas atuais sombras da caverna (nossas “bolhas cognitivas”) que ofuscam e mitigam a correlação dos fatos com a realidade, reforçando uma narrativa conveniente a determinado espectro político-ideológico e interferindo sobremaneira em nossas vidas.

O conceito de pós-verdade pretende retratar o seguinte cenário epistêmico: temos pós-verdade nas circunstâncias históricas em que as emoções, os desejos e nossas redes de crenças têm mais influência na formação de crenças – individuais e coletivas – do que os fatos objetivos – o antigo farol que orientava em direção à verdade¹⁶¹

A psicologia da pós-verdade indica que nossas tendências cognitivas nos levam a acreditar naquilo que desejamos acreditar e não naquilo que os dados – isto é, a parcela da realidade que é objeto de nossa crença – indicam. Francis Bacon chamava isso de “crenças conforme o desejo”¹⁶². Assim, podemos falar de crenças conforme o desejo, mas também de crenças conforme o ódio, o medo, por exemplo. Ou seja, nós, humanos, tendemos a ter crenças baseadas em nossas emoções.

160 Filosofia e Crença [coletânea de textos], p. 34.

161 MENNA, *A Atenas de Sócrates como cenário de pós-verdade*, p. 10.

162 Psicologia da pós-verdade [coletânea de textos], p. 2.

Podemos pensar que é aceitável estarmos tentados a pensar com base em nossos sentimentos, mas é bom lembrar o que Martha Nussbaum nos disse¹⁶³: os nossos sentimentos mais básicos são o medo, a inveja e o ódio, ou seja, eles são ativados primeiro e, assim, são os mais facilmente manipulados pelos formadores de crenças ou influenciadores digitais.

Neste contexto, o exercício constante do método dialético de investigação, proposto por Platão, se mostra de especial relevância. Analisar, contrapor e questionar constantemente nossas crenças, buscando justificá-las com a realidade é processo essencial para nos livrarmos dos grilhões e das sombras contemporâneas, que nos aprisionam a meras opiniões e na aceitação da realidade apresentada apenas pelos sentidos.

Considerações finais

A Atenas da época de Platão provavelmente não possuía um cenário análogo ao atual contexto no qual a pós-verdade está inserida. No entanto, a Alegoria retratada no diálogo platônico certamente possui muitos elementos que podem ser compartilhados com o nosso panorama contemporâneo.

Em passagens de outros de seus diálogos importantes, Platão define como conhecimento a crença conectada à verdade a partir de boas razões e sólidas evidências (*Teeteto*, 201a-c), isto é, a crença tida como verdadeira por estar justificada – ligada, atada, encadeada – à realidade pelo *logos* (relato racional, inteligível) (*Ménon*, 98a).

Tal conhecimento se dá fora da caverna, na realidade exterior, enquanto no interior dela apenas encontramos o engano através da opinião e da aceitação da realidade apresentada pelos sentidos. O pensar, portanto, precisa lançar-se para além das sombras e cópias em direção às Ideias.

Ora, a pós-verdade, que caracteriza nossa época, bem poderia ser reformulada como um fenômeno de perda ou diminuição do *logos*. Abandona-se a conexão com a realidade para considerar-se apenas o campo da crença. Daí compreendemos melhor a definição dada pelo dicionário Oxford, em 2016, que define tal fenômeno como circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal (D'ANCONA, 2018).

163 Psicologia da pós-verdade [coletânea de textos], p. 3.

Ao analisar a Alegoria da Caverna e o conceito dado de pós-verdade, podemos perceber que elementos como fatos objetivos, justificação (*logos*), desejos e crenças estão presentes nos dois cenários.

O que seriam as sombras observadas na caverna platônica senão informações ou opiniões fantasiosas que temos acesso por meios de comunicação e redes sociais? As sombras não são a verdade, não proporcionam uma experiência com o mundo real, geram uma falsa sensação de conhecimento e nos deixam apaixonadamente inertes, e por consequência, presos na armadilha do conformismo.

O prisioneiro que se liberta da caverna é aquele que pratica o método dialético de investigação, despreendendo o espírito de toda forma de preconceito, de superstição, de soberba intelectual, percebendo sua ignorância por meio da instilação da dúvida. Evidencia-se, dessa forma, que a crença proveniente da opinião comum ou do mundo das aparências, pode não ter consistência lógica, induzindo muitas vezes ao engano. O prisioneiro liberto é um inconformado com a caverna e com a sua pseudo experiência da realidade.

A luz externa que ilumina o interior da caverna é a experimentação da realidade. Para se chegar a ela, percorre-se um longo caminho, muitas vezes doloroso, de autoconhecimento, desconstrução de preconceitos e rótulos. Chegar a essa luz apenas é possível após a observação do mundo, da realidade, problematizando-a. Então, levantam-se hipóteses e consequentemente experimenta-se cada uma delas para se chegar ao conhecimento, a uma teoria ou lei científica, que terá validade até que se torne incapaz de explicar determinados fatos ou fenômenos, ou até que outro descobrimento comprovado se oponha a ela. A luz exterior é um convite à saída do senso comum. É um convite à uma visão multifocal.

Observa-se que, por meio deste percurso, satisfazem-se as condições para a crucial questão colocada por Platão para o que significaria, exatamente, conhecer: supor uma certa atitude intelectual (crença), que essa crença seja verdadeira e, por derradeiro, que essa crença verdadeira seja justificada.

Para Platão, o objetivo do conhecimento é orientar nossa vida na realidade. Essa orientação só é possível se nossas crenças estiverem conectadas a tal realidade pelo *logos*. Para tanto, a educação exerce fundamental papel no sentido de dar os meios necessários para que cidadãos críticos e leitores do mundo sejam formados e informados para atuarem de maneira consciente e autônoma.

O desvencilhar dos nossos grilhões, a nossa saída das sombras da ignorância e das falsas crenças a caminho do conhecimento deve passar pelo que Stuart Sim chama de

ceticismo engajado, isto é, um sentimento de dúvida de mente aberta e continuamente questionador e investigativo¹⁶⁴. Sem provas racionais, sem o *logos* platônico, os argumentos devem ser considerados suspeitos.

Em tempos de confinamento social, talvez já venhamos experimentando uma espécie de isolamento que ignora a realidade dos fatos, sobrepujando a eles sensações e crenças injustificadas, nos fazendo considerar nosso espaço de experiência como a única, reta e justa medida de todas as coisas. Uma criticidade responsável e construtiva, portanto, mostra-se essencial para que possamos, ao contrário do prisioneiro que prefere continuar acreditando em crenças não necessariamente justificadas, nos tornar aquele que percorre o caminho da razão em sua busca incansável pelo conhecimento.

Qual prisioneiro optaremos ser?

Referências bibliográficas

CASERTANO, Giovanni. *Uma introdução à República de Platão*. Trad. Maria das Graça Gomes de Pina. São Paulo: Paulus, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, v.1, 2002.

D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Trad. Carlos Szlak. 1ª ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

MAMAN, J. A. *Martin Heidegger a doutrina de Platão sobre a verdade*. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 100, 335-359. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67677>, 2005.

MENNA, S. H. “A Atenas de Sócrates como cenário de pós-verdade: persuasão vs. logos nos Diálogos platônicos”.

Apostila Filosofia e crença [coletânea de textos]. São Cristóvão: [s.n], 2020.

Apostila Pós-verdade e consequência [coletânea de textos]. São Cristóvão: [s.n], 2020.

Apostila Psicologia da pós-verdade [coletânea de textos]. São Cristóvão: [s.n], 2020.

PIETTRE, Bernard. *Platão – A República: Livro VII*. Trad. Elza Moreira Marcelina. São Paulo: Ática, 1989.

PILATI, R. *Ciência e pseudociência: por que acreditamos apenas naquilo em que queremos acreditar*. São Paulo: Contexto, 2018.

PLATÃO. *A República*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas)*. Tradução, textos complementares e notas Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2007.

164 Apostila “Pós-verdade e consequência”, p. 12.

PLATÃO. *Mênon*. Texto estabelecido e anotado por John Burnet. Trad. Maura Iglésias. São Paulo: Loyola, 2001.

UM POUCO DE VERDADE EM NIETZSCHE

Alziro Alves dos Santos Neto¹⁶⁵

Resumo

Com o presente ensaio, procuraremos, principalmente através de alguns aforismos da obra *A Gaia Ciência* e do auxílio de dois comentadores renomados (Martin Heidegger e Roberto Machado), relacionar o filósofo alemão Friedrich Nietzsche ao tema da verdade. Para tanto, partiremos de um de seus temas mais centrais – a morte de Deus; passaremos pela sua crítica radical do conhecimento racional tal como existe desde Sócrates e Platão; e chegaremos às setas que ele aponta como superação do niilismo.

Palavras-chave: Nietzsche; Verdade; Morte de Deus; Niilismo.

Abstract

With this essay, we will seek to relate the German philosopher Friedrich Nietzsche to the theme of truth, using mainly aphorisms from his book *The Gay Science* and the help of two renowned commentators (Martin Heidegger e Roberto Machado). In order to do so, we will start from one of his most central themes – the death of God; next we will go through his radical criticism of rational knowledge as it has existed since Socrates and Plato; and then we will get to the arrows that he points out as overcoming nihilism.

Keywords: Nietzsche; Truth; Death of God; Nihilism.

A Morte de Deus

Por ser um autor controverso, que usa e abusa de simbolismos e metáforas para expressar seus conceitos, ao longo do percurso aqui escolhido, visaremos auxiliar o leitor na interpretação e significado destes. O ponto de partida é o aforismo 125 da obra *A Gaia Ciência*, fundamental para a compreensão dos pensamentos de Nietzsche, na qual encontramos a célebre mensagem – considerada uma das mais famosas e centrais do filósofo. Nesta alegoria, Nietzsche utiliza a figura do louco para anunciar a morte de Deus.

Não ouviram falar daquele homem louco que em plena manhã acendeu uma lanterna e correu ao mercado, e pôs-se a gritar incessantemente: ‘Procuro Deus! Procuro Deus!’ [...] ‘Para onde foi Deus?’ gritou ele, ‘já lhes direi! *Nós o matamos* – vocês e eu. Somos todos seus assassinos! [...] Deus está morto! Deus continua morto! [...] ‘Eu venho cedo demais’, disse então, ‘não é ainda meu tempo’. Esse acontecimento enorme está a caminho, ainda anda: não chegou ainda aos ouvidos dos homens. [...] ‘O que são ainda essas igrejas, se não os mausoléus e túmulos de Deus?’ (NIETZSCHE, 2012, p. 137-138).

165 Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. Pós-graduado em Gestão de RH pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Mestrando do PPGF da Universidade Federal de Sergipe. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Psicólogo do CAPS João Bebe Água em São Cristóvão – SE. Endereço eletrônico: alziro.neto@tjse.jus.br.

Mas qual seria o significado dessa “morte”? E qual seria a relação dela com a verdade? Podemos encontrar as respostas no quinto livro de *A Gaia Ciência*, intitulado *Nós, os impávidos*, acrescentado posteriormente à obra, no qual ele vai discorrer sobre o significado dessa morte de Deus. O aforismo 343, primeiro desse volume ulterior, traz logo nas primeiras linhas, a definição sobre qual deus o louco se referia: “– O maior acontecimento recente – o fato de que ‘Deus está morto’ de que a crença no Deus cristão perdeu o crédito – já começa a lançar suas primeiras sombras sobre a Europa.” (NIETZSCHE, 2012, p. 207). A partir dessa observação, fica evidente que Nietzsche se refere ao Deus cristão, porém, não seria menos certo pensar que os nomes deus e Deus cristão, na perspectiva nietzschiana, são usados para designar o mundo supracosmético em geral, aquele que está acima da realidade sensível. Este âmbito do supracosmético vale como o mundo verdadeiro e autenticamente real desde Platão ou desde a interpretação grega tardia e cristã da filosofia platônica. Dessa forma, entendemos que deus seria o nome para o âmbito das ideias e dos ideais. Como ressalta Heidegger (2002), o Deus morto não é necessariamente a morte fatal de um deus, no sentido literal, mas sim a morte da necessidade do divino – o homem emancipou-se de Deus, ele não mais tem necessidade da sua segurança para providenciar e regular a vida.

A ideia de que Deus está morto opera em vários níveis. Uma perspectiva é de como a religião perdeu o seu lugar na nossa cultura. Na civilização ocidental, a religião em geral e o cristianismo em particular estão em declínio, estão perdendo ou já perderam o lugar central que mantiveram nos últimos dois mil anos. O que pode ser observado em diversas esferas: política, filosofia, ciência, literatura, artes e educação, por exemplo. Entretanto, um leitor ainda pouco familiarizado com os escritos de Nietzsche poderia supor que a expressão "Deus está morto" enuncia uma opinião do ateu Nietzsche e que é, conseqüentemente, apenas uma tomada de posição pessoal e, assim, também facilmente refutável pela indicação de que hoje, por toda a parte, muitos procuram as casas de Deus, e ultrapassam as aflições, a partir de uma confiança em Deus determinada de um modo cristão. Isso, sem dúvida, é realmente verificável, mas Nietzsche não vai negá-lo, uma vez que ele está apontando para uma tendência em curso que, como ele indica, a maioria das pessoas ainda não compreende totalmente. Tendência também inegável. Nos últimos milênios, a religião foi central em nossa cultura: a música de Bach era de inspiração religiosa, as maiores obras de arte do renascimento normalmente tomavam temas religiosos, cientistas como Copérnico, Descartes e Newton eram homens profundamente religiosos, filósofos como Tomás de Aquino, Berkley e

Leibniz tiveram seus pensamentos fundamentalmente influenciados pela ideia de Deus, sistemas de ensino inteiros foram regidos pela igreja. Atualmente, contudo, verifica-se que entre os intelectuais, cientistas, filósofos, escritores e artistas religiosos, a crença muitas vezes não desempenha praticamente nenhum papel em seu trabalho.

Por isso, o reconhecimento do obituário descrito pelo louco ainda não teria sido assimilado pelos seus contemporâneos, estaria apenas lançando as primeiras sombras sobre a Europa. A luz da razão, compreendida por Nietzsche como o caminho ao conhecimento, estava cada vez mais ofuscando o que até então era considerado absoluto, que é Deus. Então, depreendemos que para Nietzsche, o avanço da sociedade, conjuntamente com o avanço do conhecimento humano tem como consequência a desnecessidade do Deus.

Nesse sentido, a perspectiva nietzschiana ressalta que a não necessidade do Deus para assegurar a vida do homem causa a morte do divino, como pode ser confirmado por este importante intérprete da obra de Nietzsche:

Se Deus morreu, enquanto fundamento suprassensível e enquanto meta de tudo o que é efetivamente real, se o mundo suprassensível das ideias perdeu a sua força vinculativa, e sobretudo a sua força que desperta e edifica, então nada mais permanece a que o homem se possa agarrar, e segundo o qual se possa orientar (HEIDEGGER, 2002, p. 251).

Por conseguinte, com Deus, morre também a certeza do mundo estável, ideal, equilibrado, verdadeiro. Que é representado, na filosofia nietzschiana, pela defesa de uma metafísica regulada a partir de princípios extraterrenos, isto é, a morte de Deus nada mais é do que a morte dos princípios que asseguravam as crenças de até então. Fica suspenso, no momento, a caracterização do valor dessa morte, mas foi justamente em favor da ideia deste Deus e de um mundo verdadeiro no além, que foram negadas a vida, o corpo, a Terra, este mundo sensível. Para Nietzsche, essa inversão de importância é negadora também de um conceito importante para a vida, que é a vontade de potência, definida em linhas gerais enquanto uma força cósmica, que existe tanto no mundo, quanto no homem, que impera enquanto uma necessidade de expansão, de conquista do outro e de dominação do mundo. Assim, do mesmo modo que a religião cristã institui uma nova moral negadora da vontade de potência, a filosofia socrático-platônica também a nega ao estabelecer uma ruptura entre o trágico e o racional. A partir desses dois acontecimentos históricos, Nietzsche assinala que para o nascimento de um período de decadência, que outro respeitado estudioso da obra nietzschiana vai definir como:

um enfraquecimento do homem; é a transformação do tipo forte no tipo fraco, o triunfo das forças reativas sobre as forças ativas; é a decomposição das forças ativas, a subtração da força dos fortes que fez com que os próprios fortes assumissem os valores dos fracos (MACHADO, 1999, p. 62).

Crítica ao conhecimento racional

Para Nietzsche, Sócrates e Platão significam o início de um grande processo de decadência que chega até nossos dias, uma vez que os instintos estéticos foram desclassificados pela razão, a sabedoria instintiva fora reprimida pelo saber racional. De Sócrates em diante, de acordo com Nietzsche, o mundo ocidental se encontra numa crescente potencialização da razão, que é, justamente, a confiança que os filósofos empregaram na vida supraterrena. Isto é, fundamentaram suas concepções partindo de princípios que também causaram a negação da vida, terrena, corpórea. Com a razão sobrepujando os dogmas cristãos, uma velha e profunda confiança no absoluto, na verdade, se transforma em dúvida. Assim, podemos entender que Nietzsche apresenta uma crítica direcionada ao conhecimento científico de sua época.

Com justa razão se diz que, no domínio da ciência, as convicções não têm direito de cidadania: só quando se decidem a adotar modestamente as formas provisórias de hipótese, do ponto de vista experimental, de um artifício de regulamentação, é que se pode lhes conceder o acesso e mesmo um certo valor no domínio do conhecimento — com a condição de continuarem, todavia, sob uma vigilância de polícia, sob o controle da desconfiança (NIETZSCHE, 2012, p. 208).

Ao analisarmos este aforismo, intitulado *Em que medida também nós ainda somos devotos*, nos indagamos se não estaria ainda a ciência, ligada a uma relação de devoção, mesmo aparentando ter se afastado. Nietzsche, com a “morte de Deus”, quer justamente mostrar que o conhecimento de sua época não mais precisa da existência do divino para progredir, mas mesmo assim ainda se agarrou a uma concepção extraterrena, negadora da vida, para estabelecer seus conceitos. Como mais um exemplo de influência da moral cristã na ciência citado por Nietzsche temos Blaise Pascal – aquele a quem chama de “*cristão lógico*”. Segundo o alemão, a figura icônica de Port-Royal personifica o conflito entre o cristianismo e a moral decorrente dele e, portanto, entre a fé cristã e a proibidade científica, ambas ligadas pela ideia de que Deus é a verdade, que a verdade é divina. Sendo Deus a sustentação de todo um universo metafísico criado pelo homem, e que também sustenta a verdade, sua morte não caracterizaria a morte também de toda e qualquer certeza a respeito do mundo? Entendemos que, para Nietzsche, não. É justamente para assegurar algo de verdadeiro que é necessário

adotar a vigilância policial sob a razão, dessa forma, não mais nos amarraremos às falsas noções para solidificar nosso conhecimento.

Realizando uma comparação da criação da filosofia desenvolvida por Nietzsche com a desenvolvida pela tradição, podemos destacar Aristóteles, para quem a verdade é uma característica do discurso. Esse discurso pode ser verdadeiro quando ele corresponde às coisas, quando ele diz como as coisas são. A linguagem funciona, então, como retratos, em termos lógicos, dos fatos da realidade; entretanto, ainda podem exprimir falsidade. A ciência, no que lhe concerne, se identifica muito com a busca pela verdade, uma vez que esta, é algo do qual podemos nos aproximar, mas não possuir. A verdade não é totalmente objetiva nem totalmente subjetiva. Ela é epistemicamente objetiva porque pode ser objetivamente conhecida. Por outro lado, Nietzsche também cunhou a sua noção de verdade, que é conhecida como pragmatismo. Ele defende que verdadeiro em geral significa apenas o que é apropriado à conservação da humanidade.

Portanto, o filósofo está afirmando que, quando se quer valorizar algo, acrescenta-se que é verdadeiro. A verdade acaba também tendo uma conotação moral, que em princípio não deveria, visto que a noção de verdade está ligada à noção de conhecimento. Então, sendo que o conhecimento é algo que se afirma e que é verdadeiro; e, sendo que a verdade é muito importante e relevante para nós, ela acaba adquirindo um sentido moral.

Vê-se que a própria ciência se baseia numa fé e que não poderia existir ciência incondicionada. Ela pressupõe que a verdade importa, a ponto de afirmar que “nada importa mais que a verdade” e que “com relação a ela, todo o resto não tem senão um valor de segunda ordem”. Este é seu princípio, sua fé, sua convicção. – Mas essa vontade absoluta, o que vem a ser? (Nietzsche, 2012, p. 209).

É justamente essa vontade, que se exprime como uma vontade absoluta que Nietzsche chamará de vontade de verdade. Ela recaiu sobre o terreno da moral, que foi forjada por dois milênios no cristianismo *décadent*, segundo o qual Deus é a verdade e a verdade é divina. A consequência é que foi afirmado, justamente, o erro, a cegueira e a mentira. Na sequência do último aforismo citado, Nietzsche (2012) pergunta: Por que não queres enganar? se o engano, a aparência, a dissimulação, o deslumbramento, a cegueira é a tônica da vida. Por que, no fundo, a moral? se a vida, a natureza, a história são imorais. Portanto, para ele, essa vontade de verdade estaria escondendo uma vontade de morte ao também negar esse mundo, nosso mundo. Isto é, a fé na ciência se baseia numa crença ainda metafísica. Assim colocado, o problema da ciência para Nietzsche revela não só em que sentido ela é dominada pelos valores morais mas também em que sentido a vontade de verdade, como a vontade de moral,

185

está intrinsecamente vinculada à vontade de potência, mas de uma forma de vontade de potência, de um tipo específico que serve à conservação e não à expansão da vida. Nesse sentido, Roberto Machado conclui que:

Tanto quanto a moral cristã, a ciência é uma atividade niilista que possibilita a dominação da vida pelas forças reativas. O perigo representado pela vontade ilimitada de conhecimento faz Nietzsche aproximar vontade de verdade e vontade de morte, o que mostra como para ele a ciência é um sintoma de decadência (MACHADO, 1999, p.77).

Setas para a superação do Niilismo

Enfim, o perspectivismo nietzschiano tem como consequência que não existem fatos e sim interpretações, mas não significa que se deve contestar tudo sem novas evidências ou que qualquer ponto de vista pode ser verdadeiro. Mas que devemos estar prontos para refletir e discutir o que se toma como verdadeiro. Afinal de contas, como é impossível acessar o todo, a verdade absoluta é inalcançável. Tem-se, inevitavelmente, apenas uma compreensão parcial da realidade em virtude da limitação dos pontos de vista.

A ideia de Nietzsche não seria abandonar qualquer apelo à verdade ou à razão, mas mostrar as relações de poder que estão ligadas a certas verdades. Para ele, essa vontade de verdade, expressa como uma vontade de engano, configura uma tentativa de alinhar cada ação do mundo com bases em concepções que ainda não passaram pelo crivo da dúvida. Isto é, trata-se de pensar a vida a partir das concepções morais e dirigir-se a elas sem pensar em suas ações de fato, mas assegurando-se na fé. Por isso, o filósofo critica expressamente a busca do ideal de rebanho, que é a vontade de igualdade total entre todos os seres, uma vontade de corrigir e equalizar todas as diferenças, uma vontade do nada, uma vontade de corrigir este mundo, de não o aceitar. Um nada – *nihil* – do qual urgimos sair.

Filosoficamente, o termo niilismo recebe várias significações. Quanto ao niilismo nietzschiano, o filósofo o emprega como o desfecho da decadência europeia, bem como o desmoronamento e o acorde fatídico dos valores que petrificaram o Ocidente no século XIX, por um lado, e pela proclamação da morte de Deus por outro. Sendo que essa última é na verdade a total negação do absoluto enquanto sentido e base de qualquer dimensão ética, estética; enfim, o óbito de toda metafísica. Nietzsche traduz o niilismo como a sabedoria de “que o mundo que habitamos é imoral, inumano e ‘indivino’ – por muito tempo nós o

interpretamos falsa e mentirosamente, mas conforme o desejo de nossa veneração, isto é, conforme uma necessidade” (NIETZSCHE, 2012, p. 213).

Como seta para a superação do niilismo, Nietzsche presenteia a nossa espécie com o *Amor Fati* e com o *Übermensch*. Respectivamente, o amor ao destino, independentemente do que ele guarda para o indivíduo – uma aceitação integral de todos os males da vida, mesmo dos aspectos mais cruéis e dolorosos. E, o super-homem ou além-do-homem, que se trata do homem transvalorado, que já passou pela negação dos valores e está pronto para criar novos, para dirigir sua vida. Esses dois conceitos representam setas que apontam para o corpo, para a Terra. O desgosto pela vida nos impulsionou a venerar um mundo metafísico; faz-se necessário libertar a humanidade das amarras *décadents*; é preciso afirmar a vida, com seus sabores e dissabores, prazeres e sofrimentos – esta vida, não outra. Transvalorar, criar, afirmar a vontade de potência, tornar-se quem se é. Como indaga o autor do aforismo *O Homem Louco*: “Não deveríamos nós mesmos nos tornar deuses, para ao menos parecer dignos dele?” (NIETZSCHE, 2012, p. 138).

Acreditamos que o mito do Deus morto na cruz, o de Jesus Cristo, com suas transvalorações e paixões, pode ser considerado como um exemplo de *Übermensch* que viveu o *Amor Fati* – um Deus feito carne que viveu segundo valores para além daqueles vigentes em seu contexto local e temporal e que aceitou incontestavelmente as agruras que lhe foram impostas.

Embora Nietzsche conclua, em seu livro *O Anticristo*, que na verdade só houve um cristão e que este morreu na cruz, ele não exclui a possibilidade da retomada de um cristianismo autêntico, pautado de fato no modelo de Jesus Cristo. Ele inquiriu diretamente se este tipo seria novamente concebível e se poderia ser “transmitido” (NIETZSCHE, 2016, p. 35), ao passo que respondeu:

“É absurdamente falso ver numa ‘fé’, na crença na salvação através de Cristo, por exemplo, o distintivo do cristão: apenas a *prática* cristã, uma vida tal como a *viveu* aquele que morreu na cruz, é cristã... Ainda hoje uma vida *assim* é possível, para determinadas pessoas é até necessária: o cristianismo autêntico, original sempre será possível...” (NIETZSCHE, 2016, p. 44).

Para Nietzsche, Jesus, além de nobre, está entre aqueles a quem ele chama de *um tipo mais elevado*. O filósofo entende que, muito embora a humanidade não represente um desenvolvimento progressivo para algo melhor ou mais forte ou mais elevado, como acreditou a modernidade, existem repetidos casos isolados de manifestação de *um tipo mais elevado* nos

mais diversos lugares e culturas da Terra: “... algo que, em relação à humanidade como um todo, é uma espécie de super-homem.” (NIETZSCHE, 2016, p.11).

Quanto ao tema da verdade e como alcançá-la, poder-se-ia resumir um pensamento em Nietzsche (2018) da seguinte maneira: Eu tenho meu caminho, você tem o seu caminho, portanto, quanto ao caminho direito, o caminho correto, e o único caminho, isso não existe.

Referências bibliográficas

HEIDEGGER, M. A palavra de Nietzsche “Deus morreu”. In: *Caminhos de floresta*. Lisboa: Calouste, 2002.

MACHADO, R. *Nietzsche e a verdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

NIETZSCHE, F. W. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, F. W. *O Anticristo: maldição ao cristianismo: Ditirambos de Dionísio*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

NIETZSCHE, F. W. *Assim falou Zaratustra: Um livro para todos e para ninguém*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

PARA UMA EPISTEMOLOGIA BIOLÓGICA Crença como produção fisiológica em Nietzsche

Salomão Santana¹⁶⁶

Supondo que a verdade seja uma mulher — não seria bem fundada a suspeita de que todos os filósofos, na medida em que foram dogmáticos, entenderam pouco de mulheres? (BM, Prólogo).

Resumo

Seguindo o caminho contrário da epistemologia, Nietzsche procura fundamentar o nosso sistema de crenças em uma fisiologia pulsional, *Trieb*, e instintiva, essa concepção muda o paradigma tradicional de conhecimento. A concepção nietzscheana de conhecimento começa com uma pergunta fundamental: Quais são os fundamentos de nossas crenças? Qual a essência de nossas crenças? Essas perguntas nos levam a uma psicologia sem sujeito e orientada pelos afetos pulsionais.

Palavras-chave: fisiologia; pulsão; filosofia; psicologia.

Zusammenfassung

Dem entgegengesetzten Weg der Erkenntnistheorie folgend, versucht Nietzsche, unser Glaubenssystem auf eine pulsierende, Trieb- und instinktive Physiologie zu gründen, verändert diese Konzeption das traditionelle Paradigma des Wissens. Nietzsches Konzeption des Wissens beginnt mit einer grundlegenden Frage: Was sind die Grundlagen unserer Überzeugungen? Was ist das Wesen unserer Überzeugungen? Diese Fragen führen uns zu einer Psychologie ohne Thema und geleitet von pulsionalen Zuneigungen.

Schlüsselwörter: Physiologie, Trieb, Philosophie, Psychologie.

A atividade filosófica é uma atitude crítica por definição, essa se expressa através da reflexão, que também é definida como algo típico do fazer filosófico, do agir filosófico. Contrapondo-se àquilo que entendemos como postura inadequada, sem pensar, apressada, um modo de agir, de posicionar-se ou mesmo de proceder diante de algo sem examinar, a reflexão consiste em uma consideração atenta, um discernimento ou mesmo na consciência que se volta para si mesma. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a crítica se completa com a reflexão. Refletir antes de agir, fórmula de uma boa atitude, seria a regra do agir filosófico. Essa dupla atitude, crítica e reflexiva, na filosofia manifesta-se de forma argumentativa:

A filosofia é uma atividade: é uma forma de pensar acerca de certas questões. A sua característica mais marcante é o uso de argumentos. A atividade dos filósofos é, tipicamente, argumentativa e crítica: eles inventam argumentos, ou criticam os argumentos de outras pessoas, ou fazem as duas coisas (Warburton, 1998, *apud* MENNA, 2020, p. 7).

166 Doutorando em filosofia pela universidade Federal de Sergipe – UFS.

A argumentação, por sua vez, visa sustentar controvérsias, pois para a filosofia toda discussão é uma disputa, uma procura pela explicação mais fundamentada em relação à solução de um problema. Argumentar é submeter a discussão ao tribunal final da razão, faculdade esta que não aceita a mera crença, uma crença que seja incontestável como fundamento de argumentação. Nesse sentido, devemos entender como crença a atitude pela qual afirmamos ou mesmo negamos a realidade ou a verdade de algo, embora não consigamos comprová-la racional e objetivamente. Portanto, podemos afirmar que o objetivo de toda argumentação filosófica é separar as crenças do conhecimento. A questão que pode ser colocada é: como uma crença atinge o grau de conhecimento?

Há uma clássica resposta de Platão no *Teeteto*: “o conhecimento é uma crença justificada”. Essa afirmação, ao que nos parece, desdobra-se em um problema, no mínimo, curioso: Como sabemos que possuímos um conhecimento e não uma crença? Podemos nos enganar quanto a isso? A essas questões se soma uma outra não respondida pela filosofia platônica; qual a natureza da crença? É imperativo diferenciar, discriminar a crença do conhecimento legítimo, pois “as crenças reinam. Por isso é válida, útil e importante toda tentativa de compreendê-las. E, principalmente, é válida, útil e importante toda tentativa de *avaliar* as crenças e distingui-las do legítimo conhecimento (MENNA, p. 3)”. Esse é o principal objetivo do presente artigo: investigar, a partir de Nietzsche, qual é a origem de nossas crenças.

Há tempos que as crenças constituíam o véu do sagrado, como uma prática de transcendência que afirma uma realidade ativa e presença constante no sujeito em sua experiência mística. Mas será que as coisas são bem definidas assim? Sabemos definir bem uma crença de um conhecimento verdadeiro? Uma epistemologia que procura apenas definir as fontes e as bases do conhecimento, a priori, toma esse conhecimento como fato, sem se questionar sobre que base tomamos esse conhecimento, ou mesmo se esse conhecimento não seria uma crença. Nesse sentido Nietzsche afirma:

Se não sabemos o que é o conhecimento, não podemos responder à pergunta se existe conhecimento. Muito bem! Mas se ainda não "sei" se existe ou pode existir conhecimento, não posso razoavelmente fazer a pergunta "o que é conhecimento (NF-1886,7[4]).

Nessa perspectiva sugerida pelo filósofo alemão, cria-se uma suspeita diante da própria noção de conhecimento, isso por uma questão de princípio; “[...] se não *soubéssemos* o que é o conhecimento, não poderemos responder à questão de saber se existe

conhecimento.” (NF – 1886, 7[4]), não saberemos que condições devem ser satisfeitas para que eu possa imputar a determinado saber o estatuto de conhecimento. Quase como um círculo vicioso, posso estar, sem saber, conhecendo crenças e crendo no conhecimento. Um outro problema surge daí; se eu já sei o que é conhecimento, eu posso questionar a sua legitimidade, pois a questão sobre o que é conhecimento não se sustenta uma vez que a resposta da pergunta já temos como algo dado e evidente.

Considerando a resposta dada por Platão, de que o conhecimento é uma crença justificada pela razão, compete-nos, então, determo-nos na questão central de toda essa problemática: em que, realmente consiste uma crença? Em um outro fragmento póstumo Nietzsche afirma: “Conhecer é julgar. Mas o juízo é uma crença de que algo é tal e qual! E não conhecimento!” (NF – 1886, 7[4]). Muito importante essa observação, pois revela que para o criador de Zarathustra, há crenças antes mesmo de elaborarmos previamente qualquer julgamento. Dessa forma, é possível enxergar, inicialmente, a validade da nossa afirmação: a crença é expressa em nossos juízos, ou dito de outra forma: o juízo é a expressão de nossas crenças. Neste sentido, Nietzsche nos orienta: “No Juízo se esconde uma crença de “tal e qual”, como se a *própria crença* fosse o fato mais próximo que podemos afirmar! Como é possível crer?” (NF - 1884 26[65]).

O plano aqui possui uma intenção clara: considerar que a natureza de nossas crenças se configura a forma como elaboramos e emitimos os nossos juízos. Ainda assim, para Nietzsche, entender como os juízos se confundem com nossas crenças e vice-versa, não revela natureza dessas crenças, não resolve o problema central.

Nessa perspectiva, crer é ter por certo algo, dar como verdadeira alguma coisa, do mesmo modo quando enunciamos ou declaramos um juízo, tomamos esse algo como um fato, como verdadeiro, que ele expressa ou evoca em suas proposições a verdade. Nessa perspectiva, o juízo, assim como a crença, enuncia a verdade de um fato ou, pelo menos, assim se pretende. O juízo pode ser tomado tanto como um ato mental quanto como uma proposição que anuncia esse ato; dessa forma, todo enunciado representa essa dupla: ato mental e as proposições que o expressam.

Neste ponto, podemos concluir que, para Nietzsche, o juízo e crença se confundem, mesclam-se, tornando-se quase a mesma coisa. Dessa forma, as crenças podem ser verdadeiras, assim como os juízos, contudo não podem ser demonstradas. Podemos afirmar que as crenças, por não serem demonstradas, mas anunciadas, são relativas ao engano, ao equívoco, aquilo que nos conduz ao erro. Por outro lado, a elaboração de um juízo, implica,

como no pensamento filosófico, uma atividade mais apurada, uma acuidade, algo que pode ser demonstrado.

Apesar de constatar que produzimos facilmente crenças diante das coisas, é possível também observar que se abandona facilmente uma crença, assim como um juízo, contudo as crenças são mais sedutoras: “A crença é baseada numa série de analogias: não se *enganem!* Onde o homem deixa de conhecer, ele começa a acreditar. Ele lança a sua confiança moral sobre este ponto e agora espera ser pago com salário igual [...] Quando se tem crença, pode-se renunciar a verdade” (NF - 1872-1873, 21[13]). Neste caso, a partir do fragmento póstumo citado, podemos constatar que a crença se opõe ao conhecimento e, com efeito, abandonamos facilmente o conhecimento por esperar demais dele e não das crenças. É possível, dessa forma, verificar que existe uma dimensão psicológica na forma como o filósofo trata o conceito de crença.

Desta forma, para Nietzsche cada crença já traz consigo uma outra crença que a antecede e forma. Quando se quer que a proposição de um juízo corresponda a uma verdade, não se está livre do fato de que, em sua base repouse uma convicção íntima, uma crença. Considerando as formulações metafísicas uma crença previamente estabelecida, Nietzsche procurará determinar o mecanismo psíquico que a torna atuante e, sobretudo, atraente. Nessa perspectiva, a crença também deve ser tratada como um fato psicológico e, como tal, estará presente em todas as produções humanas, como na ciência, na cultura e, inclusive, na filosofia. Seguindo essa linha interpretativa, podemos aqui afirmar que o conhecimento científico, bem como o filosófico baseia-se não numa crença religiosa, mas numa crença teórica.

A crença serviria como uma estratégia mental para preencher lacunas diante da interpretação do real: “Uma superstição interessante é que a crença pode mover montanhas, que um certo grau elevado de veracidade transforma as coisas de acordo com esta crença, que o erro se torna verdade se não houver dúvidas: isto é, a força de uma crença complementa a falta do conhecimento; o mundo torna-se como o imaginamos.” (NF – 1876, 23[185]) A crença constitui uma dupla interpretação: ativa, na medida em que se afirma com segurança o que se crê, e positiva, na medida que transforma o mundo em algo modelável conforme os próprios desejos e convicções. Dessa forma interpretamos o mundo a partir de nossos sistemas de crenças. Interpretar implica enxergar uma parcela da realidade, ou seja, uma perspectiva da realidade, e não a própria realidade; essa perspectiva, interpretação, que se apresenta, não deve ser confundida com a própria realidade: “o mundo é reconhecível: é

interpretável de diversas formas, não tem nenhum sentido por trás dele, mas inumeráveis sentidos e perspectivas” (NF – 1886, 7 [60]).

Um importante ponto de partida para a noção de interpretação em Nietzsche é a fisiologia. Transferindo para a fisiologia o terreno da interpretação, ele amplia muito o campo psicológico das crenças criando uma epistemologia biológica¹⁶⁷. Tendo como fio condutor a fisiologia, implica afirmar que não podemos fazer interpretações, a não ser aquelas das instâncias de nossos impulsos, uma vez que todas as manifestações em termos do querer, sentir, pensar e crer são expressões das relações dos impulsos entre si, e são essas relações que promovem as nossas interpretações:

São nossas necessidades que interpretam o mundo: nossos impulsos e seus prós e contras. Cada impulso é uma espécie de despotismo, cada um tem sua perspectiva, que ele desejaria impor como norma a todos os demais impulsos” (NF-1886, 7 [60]).

Dessa forma, os nossos impulsos, em sua luta constante, criam configurações que se manifestam em interpretações e, com efeito, em crenças. O criador do método genealógico analisa as produções literárias, assim como filosóficas, como fruto dessas configurações provenientes dos instintos, assim não percebemos nada da produção filosófica ou científica que não seja fruto dessa manifestação dominante dos impulsos. Na obra *Para Além do Bem e do Mal*, o filósofo afirma:

Depois de por muito tempo ler nos gestos e nas entrelinhas dos filósofos, disse a mim mesmo: a maior parte do pensamento consciente deve ser incluída entre as atividades instintivas, até mesmo o pensamento filosófico. [...] O pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos (BM§3).

O mesmo procedimento é observado com todos os nossos juízos, uma perspectiva constituída pelos nossos impulsos (*Trieb*) e Instinto. Contudo, uma questão se impõe aqui: Se na base de nossas crenças e juízos estão nossas impulsões cuja interpretação ocorre, então quem interpreta? Em Nietzsche, não se deve buscar um sujeito que interpreta: “não se deve perguntar: “então, quem interpreta?” (NF, 1885, 2 [151]), atrás de um sujeito que guia as interpretações.

Nos fragmentos póstumos, escritos no outono de 1885 a outono de 1886, o nosso

¹⁶⁷ Nietzsche pode ser considerado, de muitas maneiras como tendo antecipado tentativas modernas de desenvolver uma biologia do conhecimento, uma epistemologia biológica. Uma das principais fontes do conhecimento de fisiologia e biologia de Nietzsche seja sem dúvida a *História do Materialismo* de F. A. Lange escrito em 1866.

filósofo afirma que são nossas necessidades, impulsos (*Triebe*) e afetos que interpretam. É muito importante, nesse ponto, explicar que o conceito de *Affekte*, (afeto) assume o estatuto de estratégia conceitual para combater a exigência metafísica de um sujeito por trás de toda ação. É de extrema importância entender por que Nietzsche afirma que os afetos são responsáveis por nossas interpretações. Os conceitos afeto (*Affekte*) e impulso (*Trieb*) são processos passageiros dos acontecimentos do corpo, ao vir – a – ser no mundo, e o “interpretar mesmo, enquanto uma forma da vontade de poder tem existência, mas não como um ‘Ser’, e sim como um processo, um devir como um afeto” (NF,1885, 2 [108]). Nesse sentido, nada podemos perceber de uma crença a não ser aquilo que nos afeta, que desperta nossos impulsos interpretativos.

Tomando essa perspectiva, podemos inferir que ao expressar uma crença assumimos, a priori, crenças que estão na base de nossa linguagem e perspectiva de mundo. Nesse sentido, possuir uma crença, por vezes, implica construir uma perspectiva, que possui em sua base juízos a partir de uma malha de crenças preestabelecidas que foram adquiridas e fixadas para orientar o comportamento em busca de sobrevivência.¹⁶⁸

Segundo Nietzsche, quando uma crença é aceita como verdade, não só se aceita que ela é a correspondência do juízo que expressa uma verdade, como também ela corresponde a um afeto que nos constitui e, com efeito, provisoriamente representa uma configuração impulsiva. Nessas reflexões, consideramos que

Os conceitos filosóficos individuais não são algo fortuito e que se desenvolve por si, mas crescem em relação e em parentesco um com o outro; (...) Onde há parentesco linguístico é inevitável que, graças à comum filosofia da gramática — quero dizer, graças ao domínio e direção inconsciente das mesmas funções gramaticais —, tudo esteja predisposto para uma evolução e uma sequência similares dos sistemas filosóficos: o encanto exercido por determinadas funções gramaticais é, em última instância, o encanto de condições raciais e juízos de valor *fisiológicos* (BM § 20).

O filósofo atribui a uma necessidade biológica que busca segurança nas informações do meio ambiente para sua sobrevivência a invenção da linguagem e o surgimento da gramática. Dessa forma, o juízo deve ser entendido como uma elaboração linguística de captação do meio que o cerca como garantia dessa sobrevivência. Sendo a linguagem, com efeito, resultado dessa necessidade imposta pela natureza, surge um sistema de códigos que lhe fornece as estruturas para adequar a realidade de acordo com sua estrutura gramatical.

168 Nesse sentido podemos afirmar que o que chamamos de conhecimento nada mais é que uma construção social que se produz na formação biológica que procura sobreviver na existência, dessa forma Nietzsche cria uma sociobiologia para fundamentar sua epistemologia fisiológica.

Assim, todas as nossas crenças, como toda a linguagem que usamos para expressá-la, constituem uma pluralidade de afetos, cujo efetivar-se representa um recorte limitado e representativo, em nossa gramática interpretativa, para fins úteis à vida gregária. O humano adquiriu a linguagem em seu processo de desenvolvimento biológico com a finalidade de sobrevivência, cuja expressão exteriorizada é produto da luta das pulsões (*Trieb*).

Para concluir nossa reflexão, é possível afirmar que a pesquisa científica assim como a filosófica é guiada por interesses que gravitam a conjunções e configurações desses impulsos que compõe nossas crenças e, com efeito, conhecimentos. Nietzsche sustenta que as investigações epistemológicas, filosóficas estão ligadas aos impulsos e afetos que as engendraram cujo fundamento é a nossa fisiologia, e isso cegou todos os sistemas filosóficos até então¹⁶⁹. Na obra *Para Além do Bem e do Mal* o filósofo declara:

Gradualmente foi se revelando para mim o que toda grande filosofia foi até o momento: a confissão pessoal de seu autor, uma espécie de memórias involuntárias e inadvertidas; e também se tornou claro que as intenções morais (ou imorais) de toda filosofia constituíram sempre o germe a partir do qual cresceu a planta inteira. De fato, para explicar como surgiram as mais remotas afirmações metafísicas de um filósofo é bom (e sábio) se perguntar antes de tudo: a que moral isto (ele) quer chegar? Portanto não creio que um “impulso ao conhecimento” seja o pai da filosofia, mas sim que um outro impulso, nesse ponto e em outros, tenha se utilizado do conhecimento (e do desconhecimento!) como um simples instrumento (BM §6).

A partir dessa compreensão, Nietzsche cria a sua psicologia das crenças atrelado a fisiologia e suas produções morais e de conhecimentos. Ao que parece, Nietzsche delimita a passagem da crença para o campo do conhecimento como um processo de utilidade biológica. Essa psicologia filosófica, como substituto de uma teoria do conhecimento, revela que não existe uma justificativa racional para as nossas crenças, devemos buscar os seus fundamentos em questões fisiológicas que sustentam as nossas crenças e conhecimento. É importante salientar que não havendo um fundamento último de nossas crenças e conhecimentos, não significa afirmar uma falência da ciência. Nietzsche propõe justamente o contrário, sua proposta é ampliar a perspectiva da noção de conhecimento, abrindo, assim uma nova abordagem para resolver o problema; uma abordagem psicofisiológica de nossas crenças e conhecimentos.

Debruçar-se sobre as crenças é encontrar nelas os fundamentos de todo e qualquer

169 Assim como Kant foi despertado do sono dogmático por Hume, Nietzsche foi despertado para os aspectos biológicos a partir de Darwin. Bem verdade, como alguns historiadores atestam, que a ideia de evolução, próxima da de Darwin, já estava presente na filologia e estudos sobre as origens da língua, antes mesmo da publicação da *Evolução das espécies* em 1859. O embate entre civilizações opostas, as línguas e dialetos de povos em que o mais forte domina assim como em uma célula em um organismo.

conhecimento, pois “não há conhecimento sem crença: não podemos saber uma coisa sem acreditar nessa coisa, o que equivale a dizer que a crença é uma condição necessária do conhecimento” (*apud* MENNA, 2020, p. 13), assim como também não podemos deixar de identificar, segundo Nietzsche, que o conhecimento é uma forma de crença que se originou em afetos e pulsões corporais. Ao estabelecer uma origem fisiológica para nossas crenças, o filósofo constitui uma perspectiva inovadora diante do conhecimento que tradicionalmente é concebido como uma prerrogativa eminentemente racional, essa perspectiva apresenta uma epistemologia biológica ou, dito de outro modo; uma epistemologia fisiológica, mas isso também é uma perspectiva.

Referências bibliográficas

ITAPARICA, A.L.M. “Nietzsche: crítica à metafísica como crítica à linguagem”. In: LIMA, M.J.S.; ITAPARICA, A.L.M. (Org.). *Verdade e linguagem em Nietzsche*. Led. Salvador: Edufba, 2014.

KSA *Kritische Studienausgabe*. Org. Giorgio Colli e Mazzino Montinari, 15 vols., Munique, DTV/ de Gruyter, 2ª ed., 1999. As referências aos *Fragmentos Póstumos* são todas dessa edição, elas serão indicadas pelas iniciais NF, algarismos arábicos à frente dos parênteses indicam a série dos fragmentos e manuscritos segundo sua cronologia, e os algarismos entre parênteses se referem ao número dos manuscritos constantes da referida série.

MARTON, Scarlett; Branco, Maria João Mayer; Constância, (Org.). *Sujeito, decadência e a arte: Nietzsche e a modernidade*. Lisboa: Tinta da China, 2014.

MENNA, Sérgio Hugo. “Crença”. In: *Apostila da Disciplina: Conhecimento e Linguagem*. Aracaju: [s.n.]: 2020.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal*. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILSON, E. O. *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

KAUFMANN, W. *Nietzsche: Philosopher, Psychologist, Antichrist*. Princeton: Princeton University Press, 1968.

LANGE, F. A. *History of Materialism*. Iserlohn: Baedeker, 1865.

LORENZ, K. *Behind the Mirror: A Search for a Natural History of Human Knowledge*. London: Methuen. 1977.

EPICTETO E O PADRÃO PARA PESAR CRENÇAS

Sergio Hugo Menna, DFL

A origem da filosofia [...reside na] compreensão da necessidade de encontrar um padrão de juízo, comparável à balança que desenhamos para determinar pesos.

Epicteto, *Dissertações*, 2.11.13-15¹⁷⁰

Resumo

A busca de um padrão ou método para avaliar crenças tem uma longa história. Epicteto foi um dos primeiros autores a explicitar claramente a importância dessa busca. Neste trabalho, analiso uma passagem de seu livro *Dissertações*, na qual ele sintetiza seu pensamento sobre o assunto.

Palavras-chave: Epicteto; método; crenças.

Abstract

The search for a rule or method for evaluating beliefs has a long history. Epictetus was one of the first authors to clearly explain the importance of this search. In this paper I analyze a passage from his book *Discourses*, where he synthesizes his thoughts on the subject.

Keywords: Epictetus; method; beliefs.

Considerações iniciais

As crenças, nossas crenças, as crenças diferentes das nossas, as crenças opostas às nossas, o choque de crenças, as crenças estranhas, as crenças herdadas, a crença nas crenças, enfim, todas as crenças e nossa convicção em nossas crenças determinam os emaranhados rumos da história humana. Que outra coisa além de crenças em harmonia pode impulsar as grandes obras coletivas e as sociedades criativas? Que outra coisa senão uma guerra de crenças pode ser postulada como a causa real das grandes guerras reais e até dos pequenos conflitos domésticos? Que mais do que crenças fanáticas e fundamentalistas estão na base do racismo, do nacionalismo, do especismo e de todas as formas de supremacismo (ilusório) e de discriminação cruel que assolam o mundo contemporâneo?

Pessoas fazem carreatas e buzinam na frente de hospitais lotados de doentes para se queixarem de um vírus que dizem que não existe. Crenças. Crenças bizarras, mas, enfim, crenças. Pessoas pedem que os militares garantam sua ‘liberdade’ de morrer e contaminar

¹⁷⁰ Epicteto, [c. 135], *Dissertações*, 2.11.13-15. Daqui em diante, a referência (n.n.n) remete, respectivamente, aos números do livro, da parte e da(s) linha(s) extraídas das *Dissertações* de Epicteto, e a referência (M n.n) remete, respectivamente, a ‘Manual’, e aos número do capítulo e da seção do *Manual (Encheirídion)* desse autor. Agradeço ao prof. Aldo Dinucci pelos esclarecimentos sobre os termos técnicos em grego.

seus concidadãos indo trabalhar no pico do coronavírus. Crenças. Crenças que denotam falta de formação cidadã, mas, enfim, crenças. Crenças ruins, crenças falsas, crenças errôneas, crenças às vezes nativas e crenças muitas vezes implantadas e sempre manipuladas para serem operativas nas mentes de seus ingênuos portadores. Mas, em todos os casos, crenças. Crenças, crenças, crenças.

Como bem observaram pensadores como Epicteto, “existe um conflito entre as crenças das pessoas” (2.11.13). Filósofos antigos, metodólogos modernos e psicólogos contemporâneos diagnosticaram que esse conflito poderia ser resolvido (ou, pelo menos, atenuado) se fosse possível encontrar um padrão de juízo que pudesse diferenciar as boas crenças das crenças ruins; ou seja, se existisse um critério ou um conjunto de critérios que permitissem classificar as crenças em função de sua proximidade com a verdade. Uma crença que representasse adequadamente a realidade seria reconhecida como ‘conhecimento’; uma crença que não retratasse com precisão a realidade continuaria sendo considerada uma ‘mera crença’ e catalogada como um erro, uma falsidade, ou, até, como uma ilusão ou um delírio. Imaginemos que S_1 acredita que ‘a Terra é plana’ e que S_2 acredita que ‘a Terra é redonda’. Segundo os pensadores mencionados, se tivéssemos um padrão de juízo que permitisse ponderar, julgar, avaliar essas crenças e, conseqüentemente, determinar qual dessas crenças é melhor do que a outra, o conflito ficaria resolvido. Essa é, por exemplo, a posição de Epicteto: “O padrão, quando encontrado, resgatará da loucura aqueles que usam a sua opinião ou ‘parecer’ como medida de tudo” (2.11.18).

Valorizemos esse projeto ambicioso – e generoso – refletindo novamente sobre sua proposta. Os conflitos humanos têm sua origem nos choques entre crenças opostas, certo? Certo. Um padrão que possibilitasse avaliar crenças rivais permitiria distinguir as crenças em função de sua qualidade, certo? Certo. Então, se conseguíssemos encontrar um padrão racional, todos os conflitos seriam dissolvidos. Certo?

Nem tanto. Ironicamente, filósofos e cientistas resolveram a parte que parecia mais difícil da equação: encontrar um padrão de juízo que pudesse diferenciar as boas crenças das crenças ruins. Mas, infelizmente, a própria história revela que tal padrão não serviu muito para o objetivo de resolver “os conflitos existentes entre as crenças das pessoas”, como Epicteto pretendia (cf. 2.11.13). Basicamente, porque aqueles que sustentam crenças acreditam nas crenças, não nos padrões racionais.

Esse fracasso parcial do projeto de construir padrões racionais para ponderar crenças, entretanto, não deve nos fazer esquecer do seu valor: graças à aplicação sistemática de padrões de juízo como o raciocínio crítico e o método científico, muitas pessoas no mundo

humanizado cuidaram e cuidam de si mesmas e de sua comunidade. Hoje, por exemplo, podemos sustentar, e com excelentes argumentos, que a Terra é redonda, que jejum, preces e cloroquina não curam a Covid-19, e muitos outros itens de conhecimento registrados nos livros didáticos e nas enciclopédias. Portanto, é uma boa ideia dedicar um pouco de nosso tempo a compreender o que é um padrão e por que eles são importantes.

A busca de padrões, critérios ou métodos racionais de avaliação é um projeto constante na história do pensamento, pelo menos no Ocidente. Poderíamos ilustrar esse projeto com o método de Sócrates ou de Aristóteles, ou com algum dos vários métodos da Modernidade, como os de Bacon e de Descartes, ou com os principais da Contemporaneidade, como os de Peirce e de Popper. Decidi fazê-lo a partir de um peculiar autor de nome Epicteto, que insistiu sobre a importância decisiva de elaborar padrões para pesar crenças.

A busca pelo padrão: Epicteto e o aperfeiçoamento da razão

Assim como um peso faz inclinar o braço de uma balança, a evidência faz assentir a nossa mente.

Cícero, [45 a.C.], II.xii.38

Epicteto (55-c.135) foi um pensador grego que viveu em Roma. Escravo durante grande parte de sua vida, dedicou-se à filosofia quando libertado. Lúcio Flávio Arriano, um dos seus estudantes, comparou Epicteto a Sócrates – seguramente por considerar que a obra de seu mestre estava à altura do genial mestre do grande Platão; talvez considerando-se ele mesmo, discípulo do novo Sócrates, como um novo Platão. Arriano não chegou a ser um novo Platão, mas seu nome ficou na história por ter reunido suas anotações das aulas de Epicteto, as quais, por volta do ano 140, publicou com os títulos *Dissertações (Diatribes)* e *Manual (Encheiridion)*.

Uma passagem do Livro II das *Dissertações* fala sobre o conceito em que estou interessado: *o padrão de juízo*, e de sua importância na avaliação de crenças. Por isso, primeiro transcreverei essa passagem e depois a comentarei em detalhe, tentando revelar tudo o que Epicteto pode ter querido nos dizer sobre os padrões. Para facilitar a análise, incorporei números entre colchetes, [n°], distinguindo as unidades temáticas.

“[1] Esta é a origem da filosofia: [2] a tomada de consciência de que existe um conflito entre as crenças dos homens, e [3] a percepção de que é preciso, então, examinar cada crença para ver se é correta, [3.1] mantendo sempre uma atitude de recusa da mera crença. [4] Também, o reconhecimento de que se deve procurar a fonte do conflito entre as crenças. Por último, e

principalmente, [5] a compreensão da necessidade de encontrar um *padrão de juízo*, comparável à balança que desenhamos para determinar pesos, ou à régua que usamos para determinar se as linhas são retas ou tortas. [...].

[6] Que algo pareça certo para uma pessoa, é suficiente para que de fato sua crença seja verdadeira? É possível que crenças contrárias [que parecem certas para pessoas em conflito] sejam ambas corretas? Não, não é possível que todas estejam certas. Portanto, a opinião de uma pessoa não é um critério para determinar a verdade. O fato de algo parecer certo a um indivíduo não faz com que de fato seja certo. Pois mesmo no caso dos pesos e das linhas não nos satisfazemos com a mera aparência; pelo contrário, buscamos um cânone ou padrão para cada caso. [7] Não haverá, então, neste caso [i.e., no caso do conflito entre as crenças], um padrão mais elevado do que a mera opinião? É concebível que aquilo que é mais necessário na vida não possa ser definido e descoberto? Não; em absoluto: o padrão (*κανόνα*) existe.

[8] E por que, então, não o buscamos? E por que depois de descoberto não o utilizamos? [9] O padrão, quando encontrado, resgatará da loucura aqueles que usam a sua opinião ou ‘parecer’ como medida de tudo. [10] Por quê? Porque com o padrão eles poderão, partindo de princípios e conceitos claramente definidos, examinar e julgar todos os casos particulares.

–Que assunto cabe pesquisar?

–O prazer.

–Submetam-no ao padrão, coloquem-no na balança. [...].

[11] É desse modo que se julgam e ponderam os assuntos depois de dispor de padrões. [12] E é nisso que consiste a filosofia: em identificar e estabelecer os padrões; [12.1] fazer uso deles depois de conhecidos é a atividade da pessoa sábia e boa” (*Diss.*, 2.11.13-20; itálico meu).

O texto exprime, em poucas linhas, grande parte dos objetivos da filosofia ocidental. [1] De modo muito significativo, Epicteto identifica a origem do pensamento reflexivo *nas crenças*. [2] Mais especificamente, na constatação da constante *existência de crenças em conflito*; no fato de que há, digamos, uma perpétua *guerra de crenças* entre as pessoas. [3] Por esse motivo, ele entende ser necessário examinar todas e cada uma das crenças para determinar se são de qualidade, porque, é claro, [3.1] uma “mera crença”, uma crença que não esteja vinculada com a realidade é epistemicamente desinteressante e existencial e eticamente perigosa. “Que tempestade maior do que a de [crenças] poderosas que arrancam nossa razão? E o que mais é esta tempestade senão uma [crença]?” (2.18.29). [4] Do caráter perigoso e pernicioso das crenças se segue a necessidade de indagar a fonte do conflito, o que nos leva a investigar *as fontes das crenças*.

Como sabemos, as crenças podem ter fontes muito diversas. Acreditamos – i.e., fixamos crenças em nossa mente – por *muitos* motivos, e por motivos *bem* diferentes. Às vezes, acreditamos conforme nossos sentidos nos informam: se nossa visão nos disse que a pedra à nossa frente é branca, acreditamos que na nossa frente há uma pedra que é dessa cor; em muitos outros casos, acreditamos por autoridade, i.e., naquilo que afirma uma pessoa ou instituição que respeitamos intelectualmente, moralmente etc.: quando crianças, por exemplo, se nossos pais dizem que Deus e Papai Noel existem, cremos cegamente em suas palavras (e

quando dizem que Papai Noel *não* existe, também); além disso, acreditamos por tradição, seguimos os preceitos da nossa família ou da nossa ‘tribo’, achamos normal o que elas acham ‘normal’, só por estarmos familiarizados com *suas* crenças, que por isso tornamos *nossas*.

Aprendemos a acreditar na tradição de acreditar na tradição. Aqui podemos fazer uma pausa para revelar que essa fonte de crença é, também, fonte *de conflito*: do mesmo modo em que achamos ‘normal’ um preceito moral herdado de nossa tradição, acharemos ‘anormal’ (e ‘imoral’) um preceito moral muito diferente de pessoas de outras tradições – elas, por sua vez, seguramente acharão ‘anormal’ algum dos nossos ‘muito normais’ preceitos morais. Conflito. Se não estivéssemos habituados a achar que a tradição acrítica como forma de fixação de crenças é ‘normal’, reconheceríamos que esse procedimento é muito ‘anormal’. “Acredito que Deus e Papai Noel existem”. “Por quê?”. “Porque meu avô contou isso para o meu pai, e meu pai para mim”. Sim; vistos de perto, tradição e autoridade são procedimentos de adoção de crenças realmente estranhos – e potencialmente cruéis. Contudo, até que não ‘examinemos’ nossas vidas – i.e., *enquanto continuarmos sem revisar criticamente nossas crenças e as fontes dessas crenças* –, continuaremos vivendo como escravos (inconscientes) das tradições e autoridades que por (des)ventura adotamos como ‘nossas’.

Apresentar um exemplo de revisão de crenças pode nos ajudar a entender adequadamente a importante ‘escolha de vida’ que está em jogo na tarefa de revisão crítica das nossas crenças¹⁷¹. Há alguns dias li um texto muito lúcido de uma pesquisadora que examinou criticamente uma crença implantada em seu sistema de crenças. “A história da minha educação para o racismo me diz que fui racializada como branca para ser racista”, constata ela. E continua:

“Fui marcada como branca a fim de que esta marcação funcionasse como signo de superioridade. Mas a mim hoje parece fácil perceber que a necessidade de marcação de superioridade só existe para aquele que se sente inferior, que se sabe fora do lugar de superioridade que almeja. [Por isso], há muitos anos tenho trabalhado para desconstruir as camadas de racismo que me foram sobrepostas”¹⁷².

171 “Eu sou eu; eu estou onde está a minha escolha de vida”, disse Epicteto enfatizando a importância do conceito (2.22.20). Com a expressão ‘escolha de vida’ (*prohairesis*), Epicteto pretende qualificar aquelas decisões vitais através das quais expressamos nosso juízo–e, *também*, nossa liberdade e nossa responsabilidade (cf. 1.17.18 e M 1.4, 1.9). A escolha vital *é uma decisão racional e ética (e existencial)*. Deriva da compreensão de uma distinção que veremos mais para frente: a que se segue da discriminação racional entre as coisas que dependem de nós e as coisas que não dependem de nós. Uma vez que internalizamos essa distinção, compreendemos que nós somos os únicos responsáveis das coisas que dependem de nós, e que, portanto, nós e somente nós somos os únicos responsáveis de que um curso de ação regido por uma crença siga, ou não, o seu rumo.

Para o conceito de ‘escolha de vida’, cf. HADOT, 2015.

172 Sobre o autoexame crítico do racismo, cf. RODRIGUES, 2020. Recomendo fortemente o texto. A autora segue as orientações da ‘desconstrução’, e faz uma “crítica à suposição da neutralidade dos discursos”, crítica que lhe permite ver que “quem continua pretendendo se ver como neutro ou neutra é quem, por acreditar que não

Vida examinada, desconstrução, exame crítico de crenças herdadas e implantadas; reflexão sobre si mesmo e sobre o lugar de fala; método socrático, Padrão de Epicteto ou Padrão de Popper; psicanálise e consciência plena; tanto faz. O que importa é que revisemos criticamente nossas crenças e as fontes de nossas crenças, para não continuarmos carregando sentimentos negativos e limitações de todo tipo sem perceber que nós mesmos as impomos.

Permitir que uma crença fixada em nosso sistema cognitivo determine, ou não, sentimentos e ações, é uma ‘escolha fundamental de vida’ que impacta em nossa mente e em nossa liberdade, e que depende de nossa responsabilidade. As crenças estão lá, ancoradas em nossa mente. Poderíamos estar tentados a nos defender dizendo que nós não somos culpados de que estejam lá: *fomos educados* para o racismo e para outras formas de discriminação; em nossa história pessoal *nos foram “sobrepostas”* camadas e mais camadas de categorias artificiais que nos concedem uma fugaz e ilusória superioridade, ao tempo que nos empobrecem existencialmente. E é correto; as camadas sobrepostas de preconceitos com que fomos educados começaram a se acumular em nosso cenário mental em uma etapa em que não tínhamos ‘pleno uso da razão’. Mas, hoje, ‘em perfeito uso de nossas faculdades racionais’, é parte da nossa decisão vital sermos cientes de que as crenças nunca são inofensivas e que, gostemos ou não, nos constituem. As crenças sempre determinam o que fazemos e o que sentimos. “Deixaremos que antigas e silenciosas crenças continuem nos escravizando?” – perguntaria Epicteto.

“Depende de mim”, poderia cada um de nós lhe responder. “Eu decido: é parte da minha decisão vital”; “eu estou onde está a minha escolha de vida”. Depois de tudo, como bem mostra o exemplo que estamos analisando, a escolha vital tem a ver com nossa vida e nossa qualidade de vida, e com a vida e a qualidade de vida daqueles que nos rodeiam:

“Se hoje penso, escrevo, pesquiso e ensino contra o racismo é por não suportar mais o sofrimento de viver num país em que pessoas negras são brutalmente excluídas, violentadas e exterminadas em nome da minha suposta superioridade branca. Esta é a cor da minha pele. Já o meu desejo tem sido destruir o racismo que me impôs uma suposição de superioridade branca na qual não me reconheço” (RODRIGUES, *ibid.*).

Perfeito. Belíssima passagem. “O preconceito é uma crença que não foi julgada”, disse Voltaire; julgada, desconstruída, criticada, a destrutiva crença – “tempestade poderosa que

tem cor, pode continuar oprimindo –seja as pessoas negras, seja as pessoas brancas subalternizadas– por uma suposta neutralidade do saber”.

arranca nossa razão” – é desativada, e o preconceito “se dissolve no ar” – como um fantasma mitológico ferido pelos argumentos.

Essa é a tarefa pendente em várias regiões das nossas redes de crenças: revisar nossas crenças racistas, machistas, sexistas, microfascistas. Não há democracia plena, não há vida harmônica em comunidade – não há possibilidade de grandes obras coletivas– com essas pulsões obscuras vibrando em cada um dos que formam parte dela. Se Epicteto lesse esse texto, com certeza não estaria familiarizado com vários dos conceitos aqui mencionados, mas aposto que concordaria com a ideia central. “Enfrentar tais tempestades depende de nós”, diria ele; “revisar essas crenças é, sim, uma escolha de vida da pessoa sábia e boa”.

Existem, é claro, outras fontes de crenças além das já mencionadas. Tendemos a acreditar, por exemplo, naquilo que desejamos ou naquilo que nos parece reconfortante, e estamos muito pouco interessados, nesses casos, em confrontar a crença adotada ‘conforme nosso desejo’ com outra fonte independente de informação – talvez um padrão – que aponta em direção de uma conclusão diferente daquela apegada ao nosso coração. É exatamente esse o fenômeno que nos últimos anos se denomina ‘pós-verdade’: nossa tendência a acreditar no que nossas emoções nos ditam, e, conseqüentemente, a negligenciar o que os fatos objetivos revelam, apesar de serem estes fatos nosso único contato com a realidade. Assim, acreditamos facilmente em falsidades, *fake news* e bobagens várias, muitas delas muito perigosas, que impactam em nossa vida e em nosso futuro, e às vezes na vida e no futuro dos que nos rodeiam. Como se não bastasse, infelizmente, também convertemos em fonte de nossas crenças opiniões ridículas de gurus delirantes e de influenciadores ignorantes. Não raras vezes, as pessoas acreditam a partir do guia da fé – ou seja, simplesmente por “acreditar na crença” e “ignorar evidências” (as expressões são de Forster, [1938]: 327-8). Em outros casos, afortunadamente, as pessoas decidem em que acreditar seguindo as orientações do raciocínio científico e das evidências disponíveis.

Na pausa anterior mostramos de que modo uma única fonte de crenças – no caso, a tradição– podia ser causa de conflitos; aqui podemos fazer uma pausa final na apresentação das fontes de crenças, exemplificando de que modo também surgem conflitos do choque de duas fontes de crenças *diferentes*, tais como a razão – a confiança em um padrão racional como o raciocínio crítico – e a fé – a crença na crença. Cenário real: pandemia. Algumas pessoas, levadas pela fé, defenderam que ‘jejum e preces curam a Covid-19’, e portanto era necessário fazer jejuns e rezar; outras pessoas, orientadas pelo raciocínio crítico e pelo raciocínio científico, argumentaram que ainda não há cura para a Covid-19, e que o aconselhável até se obter uma vacina é fazer quarentena, manter distanciamento social, usar

máscaras e nunca deixar de lavarmos as mãos com água e sabão – poderosíssima e econômica descoberta científica. Crenças em conflito? Sim; apesar de neste caso a realidade falar muito claro, aqueles que negam a realidade e afundam no absurdo gritam mais forte – e, como vimos, até buzina na frente dos hospitais. Ficou registrado: o governo do Brasil propôs um jejum para “enfrentar” o coronavírus. Em um ato no Palácio da Alvorada, um pastor se ajoelhou e gritou ao mundo sua visão mística: “Quero em nome de Jesus declarar que no Brasil não haverá mais mortes pelo coronavírus!”, disse entusiasmado. Teria sido muito bonito, se não fosse pelo incontestável fato de que sua visão mística precisava no mínimo de um oftalmologista: na mesma noite dessa ‘intuitiva’ visão, as agências de notícias informaram que houve no Brasil várias dezenas de mortos, e o número de decessos aumentou com o passar dos dias, e nas semanas seguintes disparou em várias centenas, e o contador seguiu somando e somando, até superar as mil pessoas por dia! – média que continuou ao longo de vários meses¹⁷³. Lembrando Epicteto, podemos pensar que aquele que não tiver seu *lógos* desenvolvido, e por isso não tiver a capacidade de valorizar a qualidade de um padrão racional, proporá qualquer absurdo, ou – o que é ainda pior – acreditará cegamente em qualquer crueldade que propuserem aqueles que baixam o padrão.

Além da crença ‘jejum e oração curam Covid-19’, foram ouvidas outras variantes arrebatadoras: uma cidade desperdiçou recursos públicos decretando 21 dias de oração e até mesmo um ‘cerco espiritual’ como medidas de combate ao coronavírus, e o fundador da principal rede de igrejas evangélicas de toda a América Latina cunhou esta pérola poética: “Para estar ileso ao coronavírus é preciso ter coronafé!”¹⁷⁴. Nem é preciso dizer que o cerco *não* funcionou e que o autor da famosa frase *não* saiu ileso do coronavírus. Será que *não tinha* coronafé?

Nossos próprios olhos e o raciocínio crítico (especificamente, o raciocínio de refutação – que poderíamos denominar ‘Padrão de Popper’) nos mostram que jejum, cerco espiritual e coronafé não funcionam contra o coronavírus. Então, por que ninguém se importa com esse violento choque contra o senso comum, a lógica e a realidade? Porque, como já indicamos, aqueles que sustentam crenças acreditam nas crenças, não nos padrões racionais. Porque uma

173 O leitor interessado pode constatar essas observações na página da John Hopkins University, uma incrível e útil ferramenta científica.

174 Um pastor ajoelhado no Palácio (no dia 05/04/2020): cf. *Veja* 2682, 15/04/2020. “Prefeito de cidade do MS decreta ‘cerco de orações’ contra Covid-19”, cf. Aidar, Bruna, 2020, *Metrópoles*, 18/05/2020, <metropoles.com/brasil/politica-brasil/prefeito-de-cidade-do-ms-decreta-cerco-de-oracoes-contracovid-19>. “Para estar ileso ao coronavírus é preciso ter coronafé”. Edir Macedo. Cf. <apublica.org/2020/03/megaigrejas-continuam-abertas-e-dizem-que-fe-cura-coronavirus/>. O autor da frase *não* saiu ileso: cf. <congressoemfoco.uol.com.br/saude/edir-macedo-que-chamou-coronavirus-de-tatica-de-satanas-contraiu-covid-19/>.

crença adicional da fé em tempos de peste é que, para aqueles que acreditam contra os ditames da realidade, os casos negativos não contam, porque a realidade não conta. Simples assim.

Preces, jejuns coletivos e cercos espirituais podem servir para afugentar momentaneamente o medo à morte, mas, pelo visto uma e outra vez, nada podem contra um surdo bichinho microscópico que não escuta as vozes do delírio. Rezas e jejuns e gritos não funcionaram na longa e obscura Idade Média, que foi muito longa, muito obscura e teve mortes de todas as classes: torturas, guerras, cruzadas, inquisição e, enfatizo, *pestes de todo tipo*. Não funcionaram. Por que começariam a funcionar vários séculos mais tarde, na nova Idade Média que à força de gritos e ignorância os novos obscurantistas querem nos impor?

Continuemos com a análise da passagem de Epicteto; é mais reconfortante. O interesse principal de Epicteto é [5] que compreendamos que é necessário “*encontrar um padrão de juízo*” para poder avaliar crenças conflitantes sobre um mesmo assunto e, é claro, escolher a melhor. De fato, em várias passagens das *Dissertações* ele insiste na necessidade de achar um padrão ou cânone para julgar crenças (cf. 1.20.7.1-2 e 1.28.32-33).

Quando fala em ‘padrão’, Epicteto está procurando um critério racional, um instrumento crítico; no caso, para poder ponderar crenças. A palavra grega que ele utiliza, *κανόνα*, designa um instrumento de medida. O complemento da frase não deixa lugar a dúvidas. Ele disse que o padrão que procura “é comparável à balança que usamos para determinar pesos”¹⁷⁵. Em uma balança de dois pratos, posso pôr um objeto em cada prato e decidir qual deles tem um peso maior. Essa imagem pode ser estendida como metáfora, e, desse modo, ‘pesar’ *mais* do que pesos – especificamente, *pesar crenças*.

[6] Na sequência, Epicteto incorpora um longo parágrafo comparando o ‘parecer’ que não está apoiado em padrões – o ‘eu acho’, a opinião que emana da crença, a apreciação de quem está ligado à aparência – com o juízo que se fundamenta em um padrão.

Em outras partes de sua obra, Epicteto questiona o “eu acho” ou o “me parece” daqueles que tomam decisões sem um padrão superior que os oriente. Um exemplo claro se encontra nas *Dissertações*, onde um dos seus alunos, que, questionado sobre por que sustenta uma crença indefensável, responde “porque assim me parece”. Epicteto lhe objeta: “você poderia demonstrar o que disse *com um argumento superior ao ‘me parece’?*” (1.20.10). E complementa: “Acaso o louco faz algo diferente daquilo que ‘lhe parece’?” (*ibid.*). “Como chamamos aqueles que acreditam em toda e qualquer aparência? –Loucos” (1.28.32-3).

¹⁷⁵ A razão (*lógos*) inclina a balança (cf. 2.26.7). Epicteto também usa a analogia entre a razão e a balança em 1.17.7-8, 1.28.30, 1.29.15, 2.11 e 3.26.18.

Com essas observações, Epicteto extrai um corolário do que sucede àqueles que abraçam crenças sem tentar estabelecer contato com a verdade: se alienam da realidade, desejam o que não depende deles e tentam fazer o impossível, entram nos becos sem saída do delírio, da alienação... Marco Aurélio, um dos seus mais famosos leitores, concorda com ele: “Perseguir o impossível é próprio de loucos” ([c. 180]: V.17).

Epicteto insiste fortemente em que devemos ter presente que do fato de uma coisa nos parecer de uma maneira não se segue que ela é dessa maneira. Até porque o ‘parecer’ tem sua origem na mente –i.e., na crença vinculada a essa apreciação–, e as coisas sobre as quais emitimos nosso parecer estão na realidade. ‘Parecer certo’ (plano do mental) é radicalmente diferente de ‘ser certo’ (plano do real). Do fato de que é possível que para uma pessoa pareça certa uma afirmação e para outra pareça certa uma afirmação contrária se segue – se os dois concordarem em que seus ‘pareceres’ são emitidos sobre uma realidade independente e externa– que uma das crenças está errada. E do fato de os dois não terem mais do que seus ‘pareceres’ para decidir qual das duas é falsa se segue que inclusive as duas poderiam ser falsas. Isso equivale a afirmar que o mero ‘me parece’ ou o egocêntrico ‘eu acho’ não pode se constituir como um padrão apropriado para determinar a relação da crença com a realidade. Epicteto ilumina essa argumentação com o exemplo da balança: “mesmo no caso dos pesos [...] não nos satisfazemos com a mera aparência; pelo contrário, buscamos um padrão para cada caso”. Para compreender melhor a ideia pensemos no seguinte exemplo: dois quilos de chumbo podem nos parecer mais pesados do que três quilos de pena, mas a balança se inclinará nos mostrando que o volume de penas é mais pesado do que o do chumbo. Nesse caso, a balança é o padrão. [7] Se existe um padrão para essas coisas, pergunta Epicteto, como poderia não existir um padrão para ‘pesar’ crenças? “Esse padrão existe”, afirma muito confiante. E, de um modo ainda mais otimista, supõe que esse padrão apto para ‘pesar’ crenças pode resolver as guerras que se originam dos conflitos entre crenças rivais. Da privilegiada perspectiva histórica de nosso conflitivo século XXI, pensamos que teria sido muito bom para Epicteto ter achado um padrão para pesar essa sua demasiada otimista crença...

[8] Epicteto nos alenta a buscar o padrão e nos incita a que depois de descoberto, o utilizemos. [9] E aqui ele faz um comentário interessante: diz que o padrão “resgatará da loucura aqueles que usam a mera crença como medida de tudo”, ou seja, aqueles que em todo e qualquer assunto decidem com base em aparências, i.e., que adotam crenças acríticas.

[10] Com o padrão, especifica Epicteto, aqueles hoje perdidos em sua delirante bolha de crenças poderão examinar e julgar casos particulares – como, por exemplo, o que é o prazer. E eventualmente, poderão retornar de seu estado de alienação ou delírio.

[11] “Submete o teu tema ou problema ao padrão, coloca-o na balança”, recomenda Epicteto. “É desse modo que se julgam e ponderam os assuntos depois de dispor de padrões”.

Esta passagem, na qual Epicteto instala a imagem da balança como um instrumento de avaliação racional, tem seu precedente na obra de Sócrates, o autor mais admirado e citado por Epicteto. No *Eutífron*, por exemplo, Sócrates incorpora a imagem da balança em relação aos conflitos humanos:

Sócrates: Quais são os assuntos de divergência que causam ódio e ira? Verifiquemos isso do seguinte modo: se nós diferíssemos sobre a quantidade de alguma coisa, essa divergência nos tornaria inimigos e nos deixaria irritados um com o outro, ou nos dedicaríamos a contar e, em seguida, resolver a nossa divergência sobre isso?

Eutífron: Sem dúvida, agiríamos desse modo.

Sócrates: E se divergíssemos sobre o tamanho de duas coisas, usaríamos a medição e cessaríamos a divergência?

Eutífron: Isso é assim.

Sócrates: E se divergíssemos sobre o mais pesado e o mais leve, recorreríamos à pesagem e ficaríamos reconciliados?

Eutífron: Naturalmente.

Sócrates: Qual matéria de divergência nos faria irritados e hostis um com o outro se fôssemos incapazes de chegar a uma decisão? Talvez não tenhas uma resposta pronta, mas examina se esses assuntos são o justo e o injusto, o belo e o feio, o bom e o mau. Não são esses os assuntos de divergência sobre os quais, quando somos incapazes de chegar a uma decisão satisfatória, tu e eu, e outros homens, tornamo-nos hostis uns com os outros sempre que o fazemos?

Eutífron: Certamente, Sócrates; o desacordo é sobre esses assuntos (*Eutífron*, 7b-d).

Essa é a função do padrão no contexto socrático. A novidade que pretende introduzir Epicteto, conjeturamos, é a de que é possível construir padrões de juízo para pesar crenças até sobre esses “assuntos de divergência” mencionados por Sócrates: “o justo e o injusto, o belo e o feio, o bom e o mau”...

[12] Na última frase da passagem, Epicteto retoma o tema do início: a necessidade de encontrar padrões de juízo, e conclui destacando que a função da filosofia é determinar os padrões, e [12.1] que “a atividade da pessoa sábia e boa” é fazer uso desses padrões.

Considerações finais

A busca de um padrão ou de padrões – de um critério ou de critérios, de um método ou de métodos– para avaliar crenças e construir conhecimento, é o objetivo central da filosofia – de todas as áreas da filosofia e, com maior precisão, de todas as áreas do conhecimento. Que outra coisa era a tão desejada pedra filosofal?

Dediquei este texto a destacar a importância que Epicteto concede à busca de padrões; no caso, de padrões para ponderar e comparar crenças. Para Epicteto, como vimos, nossas crenças dependem de nós, e é essencial nos preocuparmos com a sua qualidade. Essa tarefa, hoje, é mais importante – e mais difícil – do que nunca, porque estamos sendo bombardeados por informações falsas, desinformação, teorias da conspiração etc., em um contexto em que a crença na crença parece ter alcançado o nível de biossegurança 4, de risco individual e comunitário elevados.

Referências bibliográficas

- CICERO, Marcus Tullius, [45 a.C.], *On academic scepticism*, Hackett, Indianapolis, 2006.
- DINUCCI, Aldo, 2016, “Cinco diatribes de Epicteto sobre razão e loucura”, *Griot – Revista de Filosofia* 14, 469-90.
- EPICTETO, [c. 135], *Disertaciones por Arriano*, Gredos, Madrid, 1993.
- EPICTETO, [c. 140], *[Manual] O Encheiridion de Epicteto*, Trad. A. Dinucci e A. Julien, EdiUFS, São Cristóvão, 2012.
- EPICTETO, [c. 140e], *Manual*, in Hadot, 2015, 7-48.
- FORSTER, Edward, [1938], “No que acredito”, in (n.t.) *Revista literária em tradução*, 1, 327-35, 2010.
- HADOT, Pierre, 2015, *Manual para la vida feliz*, Errata naturae, Madrid.
- LONG, Anthony, 2002, *Epictetus: a Stoic and Socratic Guide to Life*, Oxford University Press, Oxford.
- MARCO Aurélio, [c. 180], *Meditaciones*, Gredos, Madrid, 1977.
- ORTIZ GARCÍA, Paloma, 1993, “Introducción”, in Epicteto, [c. 135], 9-44.
- RODRIGUES, Carla, 2020, “Neutralidade é um lugar que não existe”, *Le monde diplomatique*, 19/08/2020.
- STONE, Jon, 1996, *Latin for the Illiterati: Exorcizing the Ghosts of a Dead Language*, Routledge, N.Y.

ARTIGOS DE FLUXO CONTÍNUO

Esclarecimento, Emancipação e Educação: notas sobre o papel do professor na contemporaneidade¹⁷⁶

Álex Deiwison Fiel de Andrade Candido¹⁷⁷

Resumo: O debate concernente à proposta de lei intitulada de ‘Escola sem Partido’ suscita questões relativas ao papel do professor e da educação no processo de formação dos alunos. Tais questões são tópicos de extrema importância na filosofia da educação e, portanto, devem ser analisadas com igual seriedade à luz do que foi considerado ao longo da história da filosofia da educação. Para tal, buscaremos no texto “*O que é Esclarecimento?*”, do filósofo Immanuel Kant (1724 – 1804), considerações acerca do papel do esclarecimento como ideal de progresso concordante com a natureza humana, e de como privações desse progresso tenderiam a contrariar essa mesma natureza. Além disso, para entendermos melhor a atualidade do tema, considerando o debate como um tópico sobretudo contemporâneo, nos basearemos nas considerações feitas no texto “*Boa educação na era da mensuração*”, do filósofo Gert Biast (1957), para que possamos refletir sobre qual é a função da educação e os seus efeitos. Por fim, nos atemos a utilizar a coleção de textos do filósofo Theodor W. Adorno (1903 – 1969), intitulada de “*Educação e Emancipação*”, para que possamos vislumbrar os papéis da educação em relação à ideia de progresso civilizatório e a relação disso com pressupostos éticos e morais.

Palavras-chave: Educação; progresso; moral.

Abstract: The debate concerning the proposed law entitled ‘Escola sem Partido’ raises questions about the role of teachers and education in the process of student training. Such questions are extremely important topics in the philosophy of education and therefore the light of what has been considered throughout the history of the philosophy of education must be analyzed with equal seriousness. For this, we will look for in the text ‘*O que é Esclarecimento?*’ by the philosopher Immanuel Kant (1724-1804), considerations about the role of *Aufklärung* as an ideal of progress consistent with human nature and how deprivations of this progress would tend to counteract that nature. Moreover, in order to better understand

176 O presente texto é fruto de um trabalho utilizado como requisito integral para a disciplina de Filosofia da Educação, ministrada pelo professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento.

177 Graduando do curso de licenciatura em filosofia pela UFS (Universidade Federal de Sergipe). E-mail: alexwarmane@gmail.com

the relevance of the topic, considering the debate as a topic that is mainly contemporary, we will base ourselves on the considerations made in the text “*Boa educação na era da mensuração*”, by the philosopher Gert Biast (1957), reflecting about the function of education and its effects. Finally, we use the collection of texts by the philosopher Theodor W. Adorno (1903-1969), entitled “*Educação e Emancipação*” so that we can glimpse the roles of education in relation to the idea of civilizing progress and the relation thereof with ethical and moral assumptions.

Key-words: Education; Progress; Moral.

Introdução

Não é difícil notar a frequência com que se debate acerca de qual é o papel do professor em sala de aula sem se quer mencionar esse ponto. Isso ocorre porque - mesmo sendo possível que muitas pessoas que frequentemente participam de calorosas discussões não se deem conta - esse tópico é pressuposto quando se fala como a educação deveria se dar e se o que ocorre é algo contrário ao que deveria ocorrer. O debate sobre os limites que contornam aquilo que é permitido ao professor e ao que é seu dever fazê-lo aparece ainda mais nitidamente quando se fala na proposta de lei intitulada de ‘Escola sem partido’, cujo nome já deixa claro o seu estabelecimento enquanto privação de algo à instituição de ensino, algo intitulado de ‘partido’. Contudo, obviamente, a partir do título não é senão impossível, mas certamente ingênuo, tentar inferir com certeza quais são as considerações e sentenças concernentes à proposta em questão e é mais ingênuo ainda fazer suas próprias considerações sem levar em consideração o debate sobre o papel do professor e os limites da educação e, se possível, o que é passível de e o que deveria ser ensinado. Por esse motivo, considerando tais temas como caros à filosofia da educação, devemos buscar na literatura as bases para que possamos nos inteirar do debate de maneira adequada e fazer as devidas reflexões sobre o tema, objetivando compreender as implicações de se considerar uma proposta como a da Escola sem Partido, que chamaremos de ESP para simplificar.

O papel do professor e a ascensão ao esclarecimento

Um dos autores que se preocupou com o tema do papel do indivíduo e de sua liberdade de expressão enquanto membro de um corpo institucional com bases sólidas de propagação de ideias, considerando, além disso, o tópico da importância dessa liberdade como meio de possibilidade de progresso, em uma era tida como de esclarecimento, foi Immanuel Kant (1724 – 1804). No texto “*O que é Esclarecimento?*”, Kant analisa os limites e os meios pelos quais os indivíduos podem, mesmo sendo membros de uma instituição que dite os papéis que estes devem desempenhar, ter a liberdade necessária para analisar e desenvolver suas próprias ideias, mesmo sendo tais ideias contrárias às bases da instituição ao qual o indivíduo pertence, como pode ser observado na seguinte passagem:

“Ouço, agora, porém, excluir de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei!). Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade. Que limitação, porém, impede o esclarecimento [*Aufklärung*]? Qual não o impede, e até mesmo favorece? Respondo: o uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*Aufklärung*] entre os homens. O uso privado da razão pode, porém, muitas vezes, ser muito estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento [*Aufklärung*].” (KANT, 2009, p. 2)

Mesmo havendo limitações em relação aos papéis que se deve desempenhar, como é mostrado por Kant, nada pode impedir que façamos uso da razão. Assim, pode-se fazer duas espécies de uso da razão, uma de cunho público e outra de cunho privado. O uso público deve ser feito à luz de um meio de divulgações de ideias que é chamado pelo filósofo de *mundo letrado*, sendo aquele que faz tal uso público identificado como sábio. Mas o que seria tal mundo letrado? Parece claro identificarmos tal termo com aquilo que chamamos de academia ou instituição de ensino superior, o que já pressupõe que em tal espaço nós temos a liberdade mencionada por Kant para fazermos uso público de nossa razão, fazendo considerações acerca de nossas próprias ideias. Contudo, é possível determinar ao espaço escolar a mesma liberdade que atribuímos às universidades e, se não o for, quais os limites que devemos traçar? Isso parece uma questão de demasiada importância, já que a escola, apesar de ser um prelúdio do mundo letrado, é também uma instituição que dita quais papéis o professor deve

desempenhar, o que dificulta a compreensão de como se deve dar o uso da razão nesse espaço. Todavia, uma coisa deve ser levada em consideração: se restringirmos o predicado de ‘mundo letrado’ apenas às instituições de ensino superior, a academia estaria “insulada”¹⁷⁸ em relação ao restante da sociedade e não faria qualquer sentido ter um meio de propagação das ideias acadêmicas e científicas que esteja presente nas comunidades, ou seja, se a escola não servir como um prelúdio ou meio de expansão do debate acadêmico com o objetivo de formar indivíduos, não faz sentido qualquer uma das coisas pelas quais a escola existe. Assim, deve ser possível identificar a escola como um mundo letrado, considerando tal espaço como de fundamental importância para o uso público da razão em prol do ideal de progresso e saída da menoridade intelectual¹⁷⁹ e de ascensão ao esclarecimento.

Ao se considerar a escola como um espaço que se deve usar publicamente a razão, devemos também nos questionar, então, qual é o papel ditado como sendo obrigação do professor nessa instituição? A resposta, à luz de Kant, é que o papel do professor é o de retirar o indivíduo da *menoridade intelectual*, o fazer ascender ao *esclarecimento*. Assim, sendo esse o papel que o professor deve desempenhar, fica claro o porquê a aparente contradição em se ter um cargo que identifica o seu espaço institucional, em que se deve fazer uso privado da razão, com o espaço do mundo letrado, em que se deve fazer o uso público, é, na verdade, algo simples de ser compreendido. Sendo o uso público da razão o único que possibilita aos indivíduos a retirada da menoridade, não se deve proibir o professor de exercer o seu papel de sujeito que promove a saída de tal débil condição, o que torna ainda mais claro em que sentido a escola se identifica com o predicado de ‘mundo letrado’. Desse modo, é nítido que o professor, mesmo em seu cargo institucional, deve fazer uso público de sua razão com objetivo de dar aos alunos as condições necessárias e suficientes para que saiam de sua menoridade e progridam à condição de indivíduos imersos no esclarecimento. Mas como exatamente isso se dá? De que modo e a partir de que funções específicas o espaço escolar desenvolve meios para que se cumpra o ideal de progresso? Para responder tais perguntas, devemos analisar quais são as funções desempenhadas pela escola e de que modo ela desempenha o papel de formar cidadãos prontos para a vida em sociedade.

As funções do espaço escolar

178 Aqui é feita referência ao fato de que, se não forem promovidas ações de extensão que propiciem que os conhecimentos científicos da universidade, a universidade se torna uma ilha, exclusiva do restante do mundo e sociedade, o que seria algo extremamente prejudicial se tivermos como objetivo o ideal de progresso.

179 Segundo Kant, a não saída da menoridade é culpa do próprio indivíduo (KANT, 2009, p.1). Contudo, não adentraremos na questão da atribuição da responsabilidade e da consciência do indivíduo de sua própria condição.

À luz do texto *Boa educação na era da mensuração*, do filósofo Gert Biast, podemos citar três funções reais que o sistema educacional desempenha: qualificação, socialização e subjetivação.

A qualificação pode ser definida como aquilo que proporciona conhecimento, habilidade, entendimento, disposições e formas de julgamento que propiciem ao indivíduo a capacidade de *fazer algo*. É de fundamental importância enquanto objetivo do processo educacional¹⁸⁰. Apesar dessa função ser alvo dos constantes debates acerca da preparação para o mercado de trabalho, a qualificação se dá nos diversos âmbitos da vida prática do indivíduo imerso em sociedade. Ou seja, as habilidades e entendimentos adquiridos nas instituições de ensino não servem apenas para formar profissionalmente o sujeito, mas também para prepará-lo para a convivência em sociedade. Nesse sentido, a qualificação permite que o indivíduo adquira adequadamente a instrução política, cultural e social, em sentido geral. Tal ponto, contudo, torna-se mais claro quando traçamos as relações entre a função de qualificação e a de socialização.

A segunda função é a de socialização. Não é difícil perceber que as instituições de ensino desempenham um papel importante em relação à atividade social do indivíduo. Tomemos como exemplo as escolas; estas consistem em espécies de micro sociedades, cada uma funcionando segundo suas próprias normas, contendo sua própria hierarquia, cultura e modo de organização. Imerso nas relações com os outros indivíduos no espaço escolar, o sujeito acaba, nos termos da primeira função, *sendo preparado* para a atividade social, mesmo sem se dar conta de como tais relações desempenham um papel fundamental no seu processo de formação. Tal preparação se dá num certo tipo de *adequação* do sujeito às normas pré-estabelecidas. Além disso, o indivíduo acaba adquirindo, por meio das atividades de cunho cultural da escola, conhecimento acerca das práticas culturais da sociedade em que vive, o que tem implicações morais bastante nítidas. O que deve ser posto em pauta é quais são os limites do controle da função de socialização e dos meios utilizados pelas instituições de ensino para alcançar o objetivo de preparar o indivíduo para a vida política, social e cultural, agindo como um meio que objetiva a formação do sujeito, o que nos faz chegar à terceira função das instituições de ensino: a subjetivação.

180 Biesta também fala que a função de qualificação é um forte argumento a favor do ensino público. Pode-se imaginar que isso se dá pelo fato de ainda ser uma crença comum que a qualificação seja uma formação para o mercado de trabalho e seria uma ferramenta de uma economia do estado.

Ao passo que o processo de socialização possibilita ao indivíduo os meios necessários para se adequar às relações sociais pré-estabelecidas antes dele, o processo de subjetivação “distancia” o indivíduo dessas relações, tornando o indivíduo como alguém em particular e não mais um membro de um agregado apenas, como nos indica Giant:

“A função de subjetivação talvez possa ser mais bem entendida como oposta à função de socialização. Não se trata precisamente da inserção de “recém-chegados” às ordens existentes, mas das formas de ser que sugerem independência dessas ordens; formas de ser em que o indivíduo não é simplesmente um espécime de uma ordem mais abrangente. Se toda educação realmente contribui para a subjetivação é um aspecto discutível. Alguns argumentariam que nem sempre é esse o caso e que a influência real da educação pode ser restringida à qualificação e à socialização. Outros argumentariam que a educação também sempre impacta o indivíduo – e dessa forma também tem sempre um efeito individualizador.” (BIESTA, 2009, p. 819)

O que deve ser objetivado como foco do processo de educação é uma formação qualitativa desse sujeito que, além de preparado, saberá se portar mediante às relações sociais, mas, sobretudo, será um sujeito autônomo, como já dissera Kant e é reforçado por Giant: “Alguns argumentariam que qualquer educação que mereça ser chamada assim deve sempre contribuir para processos de subjetivação que permitam que os que estejam sendo ensinados se tornem mais autônomos e independentes em seus pensamentos e ações.” (BIESTA, 2009, p. 819). Um dos objetivos da educação seria, portanto, inclinar os indivíduos à saída da minoridade e à ascensão ao esclarecimento, nos termos kantianos.

Portanto, o objetivo da educação é promover os meios para que o indivíduo se torne autônomo e tal tarefa não pode ser cumprida se o professor não fizer uso público de sua razão, algo que, se considerarmos a proposta ESP, não será possível. O papel de um professor que faz apenas o uso privado de sua razão é tudo aquilo que é ditado pela instituição, o que não promove aos alunos os instrumentos necessários para desenvolverem seu próprio senso crítico e objeto de pensamento enquanto uso público de sua própria razão. O espaço escolar deve, assim, ser um espaço que possibilite o pensamento autônomo e que forme o sujeito, identificado como aluno, para a vida social. Tal foco em perspectiva objetiva duas coisas (1) o ideal de progresso civilizatório – que é influenciado pela função de socialização – e (2) a formação do sujeito enquanto indivíduo autônomo e, respeitando a autonomia dos outros indivíduos, não deve agredir o papel do *outro* em uma sociedade. Nesse ponto, se faz

interessante observar um ideal de educação que visa a identificação do sujeito com o outro, sendo ambos autônomos, em busca de uma extinção de qualquer espécie de comportamento tomado como sendo uma barbárie.

Educação e barbárie

Como nos aponta o filósofo e sociólogo Theodor W. Adorno, em sua coleção de textos intitulada de *Educação e Emancipação*, o objetivo da educação é que Auschwitz não se repita, considerando os eventos ocorridos no campo de concentração como representação de uma atitude que é essencialmente bárbara e que não necessita de qualquer justificação para se considerar como aquilo pelo qual a educação deve ter seu objeto de existência como meio de repressão, ou seja, o objetivo da educação é o de se chegar à emancipação civilizatória e de evitar ao máximo que se chegue à barbárie, representada por Auschwitz.

O filósofo alemão também fala que tipo de conduta é causa da barbárie e de como essa se reproduz no seio das instituições de ensino:

“[...]Quando o problema da barbárie é colocado com toda sua urgência e agudeza na educação, e justamente em instituições como a sua, que desempenha um papel-chave na estrutura educacional da Alemanha hoje, então me inclinaria a pensar que o simples fato de a questão da barbárie estar no centro da consciência provocaria por si uma mudança. Por outro lado, que existam elementos de barbárie, momentos repressivos e opressivos no conceito de educação e, precisamente, também no conceito da educação pretensamente culta, isto eu sou o último a negar. Acredito que — e isto é Freud puro — justamente esses momentos repressivos da cultura produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a essa cultura.” (ADORNO, 2003, p. 156)

Na passagem acima, Adorno identifica na repressão e na opressão os meios de reprodução da barbárie do espaço escolar e, ao fazermos o paralelo com Kant, notaremos que a repressão do uso público da razão no espaço escolar constitui um argumento a favor da barbárie e contra o ideal de progresso civilizatório almejado em virtude do esclarecimento. Também fica claro, sendo o objetivo principal da educação o de evitar Auschwitz, os pressupostos morais do processo educacional na formação do sujeito que estabelece relações sociais com o outro.

Conclusão

Uma proposta tal qual a ESP, além de possibilitar meios para que a barbárie se instaure no processo educacional através da repressão e opressão do uso público da razão, sendo este aquilo que possibilita aos homens ascenderem ao esclarecimento e, desse modo, concordarem com a natureza humana e o ideal de progresso civilizatório, é paradoxal, no sentido que tira da educação o seu objeto de existência, que pode ser traduzido nas três funções enumeradas por Giant: qualificação, socialização e subjetivação. Considerando o espaço escolar como um lugar em que alunos e professores estão impossibilitados de exercerem autonomia de pensamento, contrariando a própria noção de mundo letrado, indicada por Kant, se perde a essência da função da educação como instrumento de promoção da autonomia, saída da menoridade e ascensão ao esclarecimento, o que consistiria num meio de repressão do objetivo primordial da escola de ser um inibidor da barbárie, representada por Auschwitz, o que, por sua vez, reproduziria essa mesma barbárie. Assim, a questão não é se pressupostos morais e políticos devem ser aceitos ao se falar do papel da educação; mas se os indicadores de que tais pressupostos levam à doutrinação não são, eles mesmos, objetos de reprodução e refúgio da própria doutrinação e, o que seria pior ainda, da própria barbárie.

Referências

- ADORNHO, T.W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BIESTA, G. Boa educação na era da mensuração. Tradução de Teresa Dias Carneiro. **Educational Assessment, Evaluation and Accountability**, v. 21, n. 1, p. 33 – 46, fev. 2009.
- KANT, I. **Resposta à Pergunta: O que é esclarecimento?** Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

O ESCOPO DOS PRINCÍPIOS PARA UMA VALIDAÇÃO PRAGMÁTICA ANIMALISTA

Fernando Schell Pereira¹⁸¹

Resumo: Este artigo objetiva mostrar os caminhos percorridos pelas estruturas éticas deontológicas e utilitaristas como bases inerentes na construção de um princípio pragmático animalista, para estabelecer que uma moral pragmática pode ser constituída de princípios e não tomada por aspectos pejorativos ou pelo relativismo moral, e, desse modo, elencar uma análise precisa sobre como seriam válidos os movimentos de defesa animal focados nas ações voltadas ao consequencialismo. Conclui que, assim como o valor subjetivo é um instrumento para a objetividade moral, o pragmatismo também pode ser um instrumento para alcançar seus propósitos morais, objetivando as deliberações empreendidas pelo consequencialismo como eficazes diante da miserável situação em que se encontram os animais não humanos.

Palavras-chave: Utilitarismo. Pragmatismo. Deontologia. Abolicionismo pragmático. Consequencialismo.

Abstract: This article aims to show the paths taken by deontological and utilitarian ethical structures as inherent in the construction of a pragmatic animalism principle, to establish that a moral pragmatics can be constituted of principles and is not taken by pejorative means or by moral relativism, thus, to elencar an analysis of the movements of animals focused on the actions directed to consequentialism. It concludes that, just as subjective value is an instrument for a moral objectivity, pragmatism can also be an instrument for putting into practice its moral purposes, objectifying the deliberations undertaken by the consequentialism in the miserable situation encountered when the interests are not for the animals non humans.

Keywords: Pragmatism. Deontology. Pragmatic abolitionism. Consequentialism.

Introdução

Vivemos em uma sociedade não ideal. Essa é a constatação ao tomarmos conhecimento dos cálculos em que estão inseridos os animais não humanos mortos pela

181Mestrando em Filosofia pela UNISINOS. *E-mail:* fernando.schellpereira@gmail.com

indústria da carne¹⁸². Quanto à defesa direta e indireta em favor dos animais, é necessário tomarmos a linha de um sistema moral para alcançarmos determinados objetivos. Ao falarmos em princípios, as categorias morais deontológicas abarcam boa parte do máximo princípio de “Não matará”.

Nessa perspectiva, identificado o sofrimento e uso dos animais pelos humanos, com bilhões de seres abatidos para a indústria da carne e outras demandas, somente um princípio normativo se faz necessário para legitimar a condenação de tais práticas contra a vida. Contudo, ainda que identificado o princípio máximo de não usar os animais humanos e não humanos como meios (REGAN, 2006), a amplitude desta categoria moral é por demais restrita no que diz respeito aos atos deliberativos enfrentados na vida prática.

Em um mundo não ideal¹⁸³, os animais fazem parte de uma engrenagem moral em que seus corpos são moedas de troca dos humanos. E os poucos direitos são constituídos com *status* protetivo no que diz respeito aos danos causados por terceiros, subtraindo seu valor comercial e de produção. Embora se fale em Direitos dos Animais, esse é um aparato discursivo e de quase nenhum efeito prático, uma vez que assegurar os direitos legais dos animais não humanos implica em criar leis eficazes, de cunho não comercial ou do seu uso deliberativo.

Embora a defesa pela declaração universal dos direitos animais seja cercada de aparatos “legais”, ainda assim é voltada para as garantias de propriedade dos tutores¹⁸⁴, enquanto a concepção filosófica é amparada por um movimento teórico (e prático) que busca romper essa estrutura de que os animais são meios para fins humanos. O empreendimento filosófico contemporâneo teve seu início com o filósofo Tom Regan¹⁸⁵, em sua obra “*The case for animal rights*”, de 1981. Em seu livro, Regan tece um manifesto argumentativo elencando os animais não humanos como “sujeitos de uma vida”, com uma defesa deontológica, ao invés de corroborar tacitamente com o utilitarista Peter Singer, para quem o círculo de considerações abrange os seres sencientes através de um cálculo moral.

182 No primeiro trimestre de 2017 foram abatidos 7,37 milhões de bovinos. (IBGE. **Estatísticas da produção pecuária 2017**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

183 “Em um mundo não ideal” é referência em parte do título do livro de Robert Garner. (GARNER, 2013).

184 Artigo 9º “Quando o animal é criado para alimentação, ele deve de ser alimentado, alojado, transportado e morto sem que disso resulte para ele nem ansiedade nem dor”. (UNESCO, 1978).

185 Tom Regan (Pittsburgh, 28 de novembro de 1938 – Carolina do Norte, 17 de fevereiro de 2017) é reconhecido mundialmente como um dos maiores nomes da bioética. Regan escreveu obras de grande importância filosófica como “*The case for animal rights*” e “*Animal rights and human obligations*”, organizada em parceria com Peter Singer. No Brasil o filósofo lançou a obra “*Jaulas vazias*”, livro de grande síntese argumentativa, tanto para acadêmicos quanto para leigos que buscam a defesa dos animais através da perspectiva dos Direitos.

Convém, através da identificação das vertentes normativas e consequencialistas, derivar resultados pragmáticos com relação a um modo eficaz de defesa aos animais. E essa tarefa nos possibilitará sustentar que há um princípio por trás dessas ações, ao contrário do que insistem em afirmar os críticos do pragmatismo. Propomos então, ressaltar esse fundamento moral e passar a validá-lo de acordo com aspectos do subjetivismo para se chegar a validações do consequencialismo – em acordo com Thomas Nagel, “a objetividade precisa de material subjetivo para trabalhar” (NAGEL, 2004, p. 310) –, convergências da moralidade que se atribuem em muito para os valores do pragmatismo, quanto às perspectivas não parecem visar valores de uma Verdade.

O embate aqui empregado versará transitar por linhas morais que aparentemente estão em falta de conversão uma com as outras, para que se identifique a eficácia nas ações que dizem respeito à defesa animalista. Para isso, não contaremos com a necessidade de nos alongarmos com casuísticas ou abordagens específicas de tópicos da área¹⁸⁶, centrando o tema nas possíveis incompatibilidades estruturais, mas de instrumental aplicabilidade para um valor moral antiespecista.

A estrada deontológica

Uma estrada que liga um ponto ao outro, sem ter necessidade de descanso durante a jornada, longa ou curta, de seus agentes morais. De forma metafórica, poderíamos trabalhar essa imagem como o pilar da condição em que um pesquisador deontológico segue em sua investigação. A conduta não instrumentalizante dos aspectos morais é o que orientará as ações da agência deontológica. Investigações apoiadas nesses preceitos devem (e necessitam) estar em constante defesa de suas ações, e observar a condicional de seus princípios, primeiro, para que não se perca a máxima orientadora do meio para seus fins.

Em vista de tais preceitos por princípios, quando postos em cena na conduta para defesa dos animais não humanos, é exigida a linguagem dos Direitos, como bem o fez o filósofo Tom Regan (2004). A defesa e elaboração que Regan fez em defesa dos não humanos são calcadas no imperativo categórico de Kant. Nela, o filósofo trabalha sua guia argumentativa até chegar ao termo “sujeitos de uma vida” para os animais não humanos. O valor que Regan emprega aos animais é uma extensão dos critérios que identificamos nos Direitos Humanos. Salvo em sua narrativa de que uma vez identificados os critérios em

186 Tópicos de libertação animal são casos elencados pela percepção do especismo eletivo.

comum com os animais humanos, estes mesmos podem (e são) validados por extensão não demarcatória aos não humanos, como podemos ver:

Não apenas estamos no mundo, como também todos somos conscientes do mundo e, ainda, conscientes do que acontece conosco. Além do mais, o que nos acontece - seja aos nossos corpos, à nossa liberdade ou às nossas vidas - importa para nós, porque faz diferença quanto à qualidade e à duração das nossas vidas, conforme experimentadas por nós, quer os outros se importem com isso, quer não. Qualquer que sejam nossas diferenças, essas são nossas semelhanças fundamentais. (REGAN, 2006, p. 60)

E segue a defesa por uma igualdade moral entre humanos e animais não humanos compondo o termo sujeito-de-uma-vida. Regan assume, a partir de um valor normativo deontológico, que a expansão do círculo moral só é possível quando saímos do imperativo que caracteriza os Direitos humanos apenas pela linha de que “humanos têm direitos porque são humanos”. Assim, o filósofo sustenta:

Não existe uma palavra de uso comum que dê nome a essa família de semelhanças. ‘Ser humano’ não serve. (um ser humano morto é um ser humano, mas não tem consciência do mundo, por exemplo). ‘Pessoa’ também não serve (crianças nos primeiros anos de vida são conscientes do que lhes acontece, mas não são pessoas). Ainda assim, essas semelhanças são suficientemente importantes para autorizarem uma designação verbal própria. Eu uso a expressão ‘sujeitos-de-uma-vida’. (REGAN, 2006, p. 61)

O que podemos ver é que Regan prontamente difere da defesa utilitarista de Peter Singer. Aqui o filósofo trabalha a sua defesa através de um valor inerente aos animais, enquanto a perspectiva de Singer abrange a igualdade de interesses semelhantes através do valor intrínseco¹⁸⁷, ou seja, com valores permutáveis de acordo com a espécie em jogo.

Ainda sobre a linha deontológica, sem nos atermos (agora) ao que poderíamos supor para uma defesa “compartilhada” entre cálculos utilitaristas e valores irrevogáveis dos animais em sistemas normativos, é o encontro que podemos traçar com o filósofo Thomas Nagel (2004) na busca incessantemente posta para que não se perca o foco deontológico das ações. Versado sobre diferentes perspectivas, sua filosofia é elegante ao reconhecer que por mais que os filósofos morais trabalhem em linhas tênues argumentativas, eles (de acordo com Nagel) não devem esquecer a busca por valores de uma Verdade.

187 Valores intrínsecos podem ser medidos de acordo com cálculos utilitaristas. Em Regan os valores trabalhados como inerentes são “inegociáveis”. O cálculo é de completa importância e vitalidade aos indivíduos em questão, uma vida tem total valor para aquele que a perde.

O encontro de Nagel com as temáticas animalistas nesse trabalho se dá pela sutileza de seu raciocínio, como podemos ver no encontro (inevitável) das éticas utilitaristas e das normativas do Direito¹⁸⁸:

Em outras palavras, se objetivamos o mal, fazemos de nossas ações uma função dele que é, antes de tudo, positiva, não negativa. Em cada momento, a função intencional é simplesmente a função normativa invertida, o que, do ponto de vista do agente, produz um agudo sentimento de deslocamento moral. (NAGEL, 2004, p.302)

É um recado direto ao utilitarismo quando as condutas podem vir a ser pautadas pelo “melhor resultado, em maioria” das ações. O foco é claro na citação quando é chamada a atenção para que o agente não se perca em sua intencionalidade¹⁸⁹. O que em um primeiro momento podemos entender como “mais um” critério normativo, ressalta sua importância para que não sejam perdidos os princípios das ações:

A restrição deontológica sempre permite que a vítima se oponha aos que visam prejudicá-la, e essa relação, quando vista da perspectiva pessoal da vítima, possui o mesmo caráter especial de ampliação normativa que quando vista da perspectiva pessoal do agente. (NAGEL, 2004, p. 307)

De acordo com a prerrogativa de que os animais não humanos têm Direitos¹⁹⁰, então é um mal tratá-los como meios para os fins humanos, entendendo que agora já passamos a abrir caminho para o diálogo entre as ações deontológicas e as consequencialistas.

Contudo, na abertura para investigação acerca da moral consequencialista, é válido ressaltar que mesmo as deliberações deontológicas podem vir a mudar com o passar dos tempos, como bem afirma Nagel (2004, p. 309). E dessas mudanças, é importante estarmos atentos, já que podem vir de um processo justamente de fatores consequencialistas, aspectos morais que estão inseridos gradualmente no senso comum da sociedade, em que os valores foram absorvidos precisamente por terem sido inseridos com ou sem propósitos normativos, caracterizando-se com roupagens políticas¹⁹¹.

“A objetividade precisa de material subjetivo para trabalhar”, afirma Nagel. E enfatiza que “não pode haver ética sem política”. Essa dimensão que Nagel trata é a engrenagem da

188 Nesse caso, do valor inerente ao Direito dos animais.

189 “Quem deve enfrentar monstros deve permanecer atento para não se tornar também um monstro. Se olhares demasiado tempo dentro de um abismo, o abismo acabará por olhar dentro de ti”. (NIETZSCHE, 2001, p.89).

190 Defesa de acordo com os Direitos Animais.

191 Importante salientar sobre a boa política e as más políticas. Provenientes de fatores onde o interesse comum é dissolvido por interesses privados, alheios ao encontro da justiça com a construção de estâncias morais, como se mostram nas validações pela consideração e deveres também estendidos aos animais não humanos.

boa política. É necessária essa ressalva para que os Direitos animais, os quais Tom Regan insere na filosofia, sejam projetados na vida prática, como bem afirmou Regan:

‘Direitos dos animais’ é mais que uma ideia filosófica; também é parte do nome de um movimento pulsante de justiça social, o movimento pelos direitos dos animais. Se você for julgado com base em padrões contemporâneos, as metas do movimento podem parecer radicais para a maioria das pessoas, entre elas, muitos filósofos. Membros ativos do movimento, entre os quais me incluo, não estão satisfeitos quando os criadores de porcos e os funcionários de fábricas de pele realizam mudanças, segundo dizem, para tratar os animais com mais ‘humanidade’. Em lugar disso, protestamos para que deixem de criar animais para alimentos, e que deixem de matá-los pela sua pele. ‘Não queremos jaulas maiores, queremos jaulas vazias!’ (REGAN, 2016, p.448) [tradução nossa]

Então essa é a máxima de um movimento por justiça, como bem afirmou Regan em sua defesa deontológica de que não se trata apenas do âmbito teórico, mas de todas as margens de uma sociedade que começa a reconhecer nos animais não humanos uma extensão dos Direitos humanos. Lutar por Direitos é condizente a assumir posições da vida pública, da política. Construir espaços já ocupados por pautas em defesa das crianças e vulneráveis, que, na mesma amplitude, se coloca para dentro do círculo de discussões públicas os animais e suas necessidades enquanto pertencentes ao nosso meio, e em regência de assegurar cada vez mais uma noção de deveres, acabamos por construir alicerces morais para os animais não humanos, tendo em vista que de um movimento ético é que se precedem os Direitos.

O consequencialismo em um mundo não ideal

Os defensores dos Direitos Animais há muito tempo vêm enfrentando a dura realidade que é fazer valer, na prática, uma ampla e eficaz ação que livre os animais do sofrimento causado pela humanidade. Contudo, essa defesa nem sempre é pautada através de pessoas com distinção acadêmica para identificar as vertentes argumentativas dos Direitos, ou pela linha profissional das discussões éticas. O embate nas defesas animalistas é regrado por um amplo cenário que o próprio especismo limita à importância das temáticas em questão¹⁹². Com isso, as reivindicações por bem-estar animal são geradas, em boa parte, por uma aproximação empática¹⁹³ que o agente tem com relação aos animais em pauta, de modo que um maior

192 Para uma melhor abrangência das contradições internas em relação a defesa animalista, sugiro a leitura do excelente artigo: *Ética animal... Ou uma “ética para vertebrados”?*, do filósofo Carlos M. Naconecy. (NACONECY, 2007).

193 Estou de acordo com Hume quanto à validação que é dada pela empatia aos sentimentos morais. Especificamente quando a moralidade, em questão, desperta do senso comum.

amparo cognitivo das ações não seja elevado às demais espécies ou raças¹⁹⁴. Assim, temos em grande escala, as chamadas socorristas¹⁹⁵, ou popularmente conhecidas como Protetoras de animais, indivíduos que por diversos motivos atentam seu olhar para a minimização do sofrimento de animais de rua.

Embora a observação para as socorristas tenha sido levantada, o foco não é direcionado para as particularidades dessas ações, mas para o resultado em grande escala na percepção moral de seus atos. Socorristas, de uma maneira desmedida, acabam por gerar um impacto na sociedade com uma ampliação na percepção de que (principalmente) cães e gatos são animais que merecem dignidade e respeito por suas vidas, com isso diminuindo a dissociação moral de que os outros animais (que não os domesticados para companhia) podem ser vitimados diariamente para o consumo humano, por consequência alargando o círculo de considerações gerando um constrangimento moral aos atos de indiferença absoluta, como poderíamos constatar há cerca de alguns anos atrás, no consumo de animais pelos humanos. O consumo é recorrente, mas nos tempos atuais a informação acerca dos métodos de abate e diversos outros meios de exploração são mais acessíveis aos consumidores, dessa forma produzindo a chance de um maior “desconforto” na sustentação moral no uso de animais.

Diante a observação de que não estamos, agora, limitados ao ambiente teórico, mas sim às ações que demandam as nossas deliberações. O consequencialismo é uma linha corrente de pensamento que há muito convivemos, mas não consideramos (e aqui poderia afirmar o acadêmico) bem-vinda. Isso porque os resultados fogem do objeto que a epistemologia clássica sempre “condenou” com relação aos efeitos práticos que são alcançados pelo Utilitarismo¹⁹⁶. Ainda um de seus grandes críticos contemporâneos, Bernard Williams insiste que o utilitarismo busca evitar conflitos por estar dentro de um sistema valorativo (WILLIAMS, 2005). E nesse cálculo, segundo Williams, o utilitarista se “acovarda” em nome da mediação das partes envolvidas.

O que dizer sob o ponto de vista da ampliação de consideração moral para os animais não humanos?¹⁹⁷ Essa proposta é atribuída pelo esforço de Peter Singer, ao trabalhar

194 “Especismo eletivo, com variável ao conceito central de Especismo, é a condição em que os humanos enxergam moralmente determinados animais como merecedores de *status* moral ou dignos de proteção, por ex: cães e gatos merecem respeito, enquanto frangos e porcos nos servem como alimentos”.

195 Cf. FELIPE, , www.anda.jor.br.

196 Em Henry Sidgwick podemos ver a defesa clara de que os métodos do utilitarista não são nada populares em razão de seus resultados: “Mas importa não esquecer que o utilitarista não está interessado em provar a coincidência absoluta de resultados entre os métodos intuicionistas e utilitarista. Na verdade, se conseguisse provar tanto como isso, o seu sucesso seria quase fatal para as suas pretensões práticas, já que a adoção do princípio utilitarista tornar-se-ia uma questão de completa indiferença “. (SIDGWICK, 2013, p. 595).

197 Peter Singer trouxe em seu livro *Libertação Animal*, de 1973. A denúncia do modo como os humanos tratam os outros animais, nas mais diversas formas de crueldade e atribuição de valor econômico sobre suas vidas

(principalmente com relação aos mamíferos) a defesa de que praticamos especismo em não considerar o sofrimento e bem-estar de seres de outras espécies. A linha que Singer prefere ao trabalhar a defesa animalista é através do bem-estar. Diferente de Regan, o filósofo não trabalha a sua perspectiva através da linha dos Direitos¹⁹⁸, atribuindo-os apenas para os animais que configuram *status* de pessoas não humanas, como os grandes mamíferos, golfinhos, bonobos etc., que tenham o aparato cognitivo para identificar passado e futuro.

A grande relevância em Singer consiste no valor de cálculo do bem-estar animal. Muito embora a fronteira dos Direitos seja privilegiada para poucas espécies, como o próprio filósofo atribui aqueles considerados como pessoas, é justamente sob essa linha demarcatória que o argumento reforça a sua potência. Ao elevar (identificar) alguns animais ao *status* de pessoas não humanas, é possível definir que a igual consideração de interesses semelhantes é também necessária para as pessoas humanas. Com isso, Singer sustenta que:

Há outra resposta possível à afirmação de que a autoconsciência, a autonomia, ou qualquer característica semelhante, podem servir para distinguir os seres humanos dos animais: lembremo-nos de que existem seres humanos com deficiências mentais que podemos considerar-nos autoconscientes ou autônomos do que muitos animais. Se usarmos essas características para colocar um abismo entre os seres humanos e outros animais, estaremos colocando esses seres humanos menos capazes do outro lado do abismo; e, se o abismo for usado para marcar uma diferença de *status* moral, então esses seres humanos teriam o status moral de animais, e não de seres humanos. (SINGER, 1998, p. 85)

Com a relevância de *status* é possível trabalhar o argumento consequencialista com maior êxito. Quando se parte do princípio de que os animais devem ser considerados moralmente, se identifica, segundo o utilitarismo de preferências, a incoerência moral de consumir os animais como alimento¹⁹⁹.

De acordo com a defesa animalista de Singer, se boa parte das pessoas das grandes cidades adotasse uma dieta vegetariana, teríamos um grau de enorme minimização de

miseráveis. Embora não se tenha atribuído na ordem cronológica as teorias de Singer e Regan, a teoria dos Direitos é defendida mais tarde, em 1981 com o lançamento do livro “*The Case For Animal Rights*”, de Tom Regan.

198 “Assim, podemos argumentar a favor da igualdade para os animais sem nos enredar em controvérsias filosóficas sobre a natureza última dos direitos.” (SINGER, 2004, p. 10).

199 “Se os animais são importantes por si mesmos, o uso alimentar que deles fazemos torna-se questionável – sobretudo quando a carne animal é um luxo, e não uma necessidade. Os esquimós, que vivem num ambiente que os coloca diante das alternativas de matar os animais para comê-los ou morrer de fome, podem ser justificados quando afirmam que o seu interesse em sobreviver sobrepõe-se ao dos animais que matam. Poucos, dentre nós, poderiam defender nesses termos a sua alimentação. Os cidadãos das sociedades industrializadas podem facilmente conseguir uma alimentação adequada sem que seja preciso recorrer à carne animal”. (SINGER, 1998, p. 72)

sofrimento dos animais²⁰⁰ e também, uma exponencial mudança de hábitos alimentares que tornariam a carne como uma iguaria para aqueles que continuarem na dieta carnista. Com apontamentos a essa “permissão”, que Peter Singer (1998, p. 72) elege como alternativa ética, muitos críticos identificam uma falta de maior rigor na sua defesa pelos animais, deixando aberta a mensurabilidade do uso dos animais desde que sejam “bem tratados”²⁰¹. Ainda que a defesa de Peter Singer não seja pautada com enfoque no Direito a todos os animais²⁰², e somente naqueles categorizados como pessoas não humanas, os resultados através do bem-estar animal podem ser comemorados com significativas mudanças, na prática com o tratamento imposto aos animais²⁰³. O bem-estar animal que Singer defende, mesmo não alçando às considerações acerca do trunfo dos Direitos, se fosse colocado em todos os seus aspectos em prática, teríamos uma erradicação exponencial do sofrimento dos animais.

O pragmatismo como instrumento

Em acordo com as bases deontológicas e consequencialistas no que diz respeito a ações eficazes para a libertação dos animais, viemos de encontro a um denominador comum, o pragmatismo animalista. A linha pragmática visa a trabalhar através das lacunas em que o especismo está concretizado na sociedade. Em linhas gerais, propõe construir através das legislações existentes um maior alívio para o sofrimento animal, a curto e a médio prazo, de maneira que um diálogo com as instituições permita a construção de novas políticas públicas e, por consequência, maiores chances de ascensão moral do *status* dos animais não humanos.

Contudo, é importante lembrar que os abolicionistas pragmáticos não deixam os princípios abolicionistas de lado. Muito pelo contrário, é por conta de acreditarem nesses princípios que seu trabalho é motivado através das realidades especistas, ou seja, trabalhado com os instrumentos disponíveis a curto e a médio prazo. A urgência em solucionar as lacunas institucionais que promovem o sofrimento sem trégua aos animais não humanos é o que fomenta o trabalho (muitas vezes nos limites da ética) dos pragmáticos.

200 Embora a defesa de Singer paute em seus resultados para uma conduta ética em favor do vegetarianismo, a sua linha de valoração ainda persiste na diminuição do sofrimento, da dor. E isso, por vezes, pode autorizar (em determinados casos) o abate de animais, contanto que não seja infligido sofrimento aquele animal.

201 Para uma leitura crítica sobre os limites da ética de Peter Singer, sugiro a obra da filósofa Sônia T. Felipe. Cf. FELIPE, 2003.

202 Importante ressaltar que a Defesa pelos Direitos animais de Tom Regan se dá por aspectos subjetivos. Em sua obra *Jaulas Vazias*, Regan assume as limitações (de maneira estratégica e teórica) sobre quais espécies estariam em sua linha de defesa, como mamíferos e aves. (REGAN, 2006, p. 73)

203 Apesar da morte imposta por humanos aos animais seja um mal em si. Reconheço que exista um “constrangimento moral” na sociedade com relação ao modo como tratamos os animais. E a partir dessa constatação, podemos ver mudanças de paradigmas na economia de mercado de produtos de origem animal. Ver mais em (KORIN AGROPECUÁRIA, 2017; FÓRUM. . . ,)

A estrutura em que se baseia o chamado abolicionismo pragmático é justamente a instrumentação política dos ativistas. Entretanto, é importante clarear a posição de que não se está meramente visando a acomodação em cargos públicos, mas sim criando-se uma estrutura intelectual para ações efetivas²⁰⁴. É necessário um amparo sobre políticas públicas em relação à defesa animal, e esse amparo deve partir das próprias motivações referentes à busca por direitos dos animais. Ainda sobre uma baliza do que se pretende, alerta o filósofo Carlos M. Naconecy²⁰⁵:

O correto ou o justo nada mais é do que uma baliza, um marco, um princípio regulador último para as várias configurações fáticas da nossa sociedade. O abolicionismo pragmático adota a concepção de justiça abolicionista como um ideal regulador. Entretanto, nossa sociedade, real e concreta, ainda não permite a implantação do fim moral da abolição da escravidão animal. De fato, seria ingênuo pensar que o homem deixara de intervir na vida dos animais a curto ou médio prazo. Isso, todavia, não nos deve levar ao ceticismo: a tensão entre o melhor possível aqui e agora (o melhor real) e, do outro lado, o justo e correto (o melhor ideal) é produtiva. Essa dialética gera tensão e diálogo constantes e, desse modo, propicia o progresso moral da nossa sociedade. (NACONECY, 2014, pág.14)

A necessidade deve ser real e concreta quando calculamos esforços para libertar os animais do sofrimento. Esse é, em suma, a mensagem e ênfase para instrumentalizar as ações que visam melhores resultados eficazes. Como horizonte, devemos ter o princípio por detrás das ações que visam a libertação animal, e os princípios não são negociáveis, como poderiam acusar filósofos de linha deontológica, pois, como bem vimos, as ações necessitam de instrumentos disponíveis em uma sociedade especista.

Em um mundo cada vez mais veloz com as tecnologias da informação, a mensagem visando resultados práticos é de suma importância para o sucesso na mudança de paradigmas animalistas. Reforçar as linhas pragmáticas de libertação animal é estar atento para que a defesa (sobretudo pelos Direitos) não caia em ordem discursiva. Ao contrário das injustiças condenadas historicamente pela filosofia, a denúncia referente à libertação dos animais não humanos é a mais urgente²⁰⁶.

Com o identificado estado de urgência para livrar os animais de um sistema permanente de crueldade, o ativista necessita levar em conta a sua incapacidade operacional diante do sistema especista. Essa incapacidade não consta como uma inoperância no seu

204 Cf. PEREIRA, www.principioanimal.org

205 Naconecy é doutor em filosofia pela PUCRS e atualmente é membro do Oxford Centre for Animal Ethics e do corpo editorial do *Journal of Animal Ethics*.

206 Estamos falando em bilhões de animais, por ano, abatidos e mortos de diversas maneiras pela humanidade.

trabalho argumentativo, mas sim, se a sua atividade estiver centrada no próprio discurso e para o mesmo ouvinte adepto da defesa animalista (LEENAERT, 2017). Se faz necessário, então, trabalhar uma maneira de adentrar na linguagem do seu espectador, deixando o ambiente empático para a recepção da mensagem em defesa dos animais.

O pragmatismo animalista é um instrumento multilateral, em que o ativista deve estar em constante atenção ao seu meio e situação; o trabalho voltado como um panóptico (BENTHAM; TADEU, 2008), para enxergar as diferentes maneiras de saber afrontar e recuar diante das práticas e temáticas abolicionistas, sem perder o foco e cair nas paixões acaloradas de possíveis confrontos gerados por discussões especistas.

O escopo dos princípios é a vertente necessária para que todos que almejam os Direitos animais concretizem o seu trabalho para construir por diversos alicerces uma moralidade antiespecista. Ainda que já se tenha afirmado o possível Direito para os animais não humanos, é válido lembrar que das ações do senso comum de uma sociedade ética é que se precedem os valores que mais tarde assentarão como respectivos Direitos, estruturando assim, um movimento de justiça a todos os animais.

Referências

BENTHAM, J.; TADEU, T. O Panóptico ou a Casa de Inspeção. In: BENTHAM, J. **O Panóptico**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. cap. 13. p. 17-87.

FELIPE, S. T. **Abolicionistas, bem-estaristas, socorristas**. Disponível em: <<https://www.anda.jor.br/2011/12/abolicionistas-bem-estaristas-socorristas/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. **Por uma Questão de Princípios**: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Boiteux, 2003.

FÓRUM ANIMAL. **Nosso impacto**. Disponível em: <https://www.forumanimal.org/quem-somos%3Fgclid%3DEAIaIQobChMIq96T-om02AIVRYCRCh0Kqwa0EAAYAiAAEgLEN_D_BwE>. Acesso em: 27 dez. 2017.

GARNER, R. **A Theory of Justice For Animals**: animals rights in a nonideal world. Oxford, Reino Unido: Oxford, 2013.

IBGE. **Estatística da produção pecuária 2017**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

KORIN AGROPECUÁRIA. CERTIFIED HUMANE BRASIL. **Bem-estar animal**: Operações Certificadas. 2017. Disponível em: <<http://certifiedhumanebrasil.org/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

LEENAERT, T. **How To Create A Vegan World**: a pragmatic approach. New York: Lantern Books, 2017.

NACONECY, C. M. *Ética animal... ou uma “ética para vertebrados”?: um animalista também pratica especismo?* **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, BA, v. 2, n. 3, p. 119-153, 2007.

_____. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, BA, v. 4, n. 5, p. 235-267, 2014.

NAGEL, T. **Visão a Partir de Lugar Nenhum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NIETZSCHE, F. W. **Além do Bem e do Mal**. Curitiba: Hemus, 2001.

PEREIRA, F. S. **Existe um princípio no abolicionismo pragmático**. Disponível em: <<https://www.principioanimal.org/single-post/2018/05/17/Existe-um-Principio-no-Abolicionismo-Pragm%C3%83%C2%A1tico>>. Acesso em: 20/05/2018.

REGAN, T. **The Case For Animal Rights**. 2. ed. Los Angeles: University Of California Press, 2004.

_____. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais**. Tradução de R. Rheda. Porto Alegre/PA: Lugano, 2006.

_____. **En Defensa de los Derechos de los Animales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2016.

SIDGWICK, H. **Os Métodos da Ética**. 7. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.

SINGER, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 3.

SINGER, P. **Libertação Animal**. Porto Alegre: Lugano, 2004.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas, 1978.

WILLIAMS, B. **Moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O MECANISMO DE DIFUSÃO IDEOLÓGICA

Igor Ferreira Fontes²⁰⁷

Resumo: Este artigo se propõe a explicar como José Padilha, através da aparência de um produto audiovisual de entretenimento, cria a série *O mecanismo* para atender a propósitos político-ideológicos. A partir do modelo de propaganda elaborado por Edward Herman e Noam Chomsky em *Manufacturing consent*, buscaremos explicar como a série de Padilha, que se vende como uma descrição da Operação Lava Jato, realiza a construção de uma narrativa em consonância com a ideologia propagada pela elite sobre este mesmo evento. A série, portanto, trata-se de uma tentativa de reconstruir a realidade, reescrevendo-a para adequá-la à visão que a elite deseja legitimar.

Palavras-chave: O mecanismo; política; propaganda; ideologia.

Abstract: This paper proposes to explain how José Padilha, through the appearance of an audiovisual product of entertainment, creates the series *The mechanism* to meet political-ideological purposes. We will seek to explain, from the propaganda model elaborated by Edward Herman and Noam Chomsky in *Manufacturing consent*, how the TV Show of Padilha, which is sold as a description of the Operation Car Wash, performs the construction of a narrative in line with the ideology propagated by the elite on this same event. The TV Show, therefore, is an attempt to rebuild reality, rewriting it to suit the vision that the elite wants to legitimize.

Key words: The mechanism; politics; propaganda; ideology.

Introdução

Não é novidade o poder que a arte tem para a construção da opinião pública. Tanto é verdade que a série *O mecanismo*, criada por José Padilha, provocou uma grande polêmica no âmbito social, dividindo ainda mais a população nos famosos rótulos “coxinhas” e “petralhas”. A repercussão dessa série se dá, principalmente, pela manipulação das informações dadas pelo diretor como “ficcionalis”. Toda essa manipulação vai de mudança de datas de determinados eventos até atribuição de frases a personagens de posições opostas no

207 Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe.

espectro político. Este artigo se propõe, portanto, a apresentar como Padilha reconstrói a realidade em sua série a fim de conduzir a opinião pública.

Para tal feito, começaremos abordando o modelo de propaganda apresentado por Edward Herman e Noam Chomsky no livro *Manufacturing consent*. Tal modelo de propaganda serviria ao propósito de selecionar quais notícias seriam retratadas, ou não, na mídia de massa, além de determinar o modo através do qual tais notícias seriam exibidas. Este modelo cumpre o propósito de garantir que a mídia exibirá aquilo que interessa à elite, detentora tanto dos veículos de informação quanto das empresas que investiriam na mídia de massa e permitiriam seu sustento; a elite é, portanto, a detentora do capital necessário para a sobrevivência da mídia, dado que esta dificilmente sobreviveria caso não recebesse dinheiro advindo da publicidade e dependesse apenas da venda de seus volumes.

A mídia de massa não se restringe a jornais e revistas impressos, mas engloba também a televisão, rádio, cinema e produções audiovisuais (como séries, minisséries e novelas, por exemplo) e outros tipos de produções desenvolvidas para serem propagadas entre as massas. Por consequência, os interesses da elite não controlam apenas jornais e revistas, mas toda a indústria de produção de massa. Isso significa que, assim como a mídia impressa representa os interesses de determinado grupo social e difunde a ideologia desta, também filmes e séries estão submetidos ao mesmo mecanismo de controle.

E tal é o caso da série *O mecanismo*. Travestida sob a forma de uma ficção, de produto de entretenimento, a série não passa de uma nova forma de se fazer propaganda política, na qual se difundem os interesses e a ideologia da elite. Com o propósito de reescrever a história para reconstruir a realidade, a série se aproveita da narrativa até então amplamente propagada pela mídia para tentar fortalecer a crença nesta narrativa. Apropriando-se de um discurso autoritário e antipolítico, Padilha tenta convencer o espectador de que a solução para os problemas da política está fora dela, em instituições repressivas e em personagens que supostamente estejam o mais distante possível da política.

O modelo de propaganda

Segundo Herman e Chomsky (1988, p.1), a mídia de massa (*mass media*) é um sistema para comunicar mensagens e símbolos ao público em geral, possuindo como função divertir, entreter e informar, além de inculcar nos indivíduos os valores, crenças e códigos de comportamento que os integrarão às estruturas institucionais da sociedade; para a realização de tal função, a mídia deve adotar um modelo de propaganda sistemática. Este modelo possui

como foco a disparidade entre riqueza e poder, além dos vários níveis de efeitos destes nos interesses e escolhas da mídia de massa; tal modelo traçaria as rotas pelas quais dinheiro e poder seriam capazes de filtrar as notícias apropriadas a serem impressas, marginalizar as opiniões discordantes e permitir que governos e os interesses privados dominantes propaguem suas mensagens entre o público. A mídia atende, portanto, aos interesses da elite dominante.

As notícias apropriadas a serem transmitidas devem passar por cinco filtros, por meio dos quais a mídia pode fixar as premissas do discurso e da interpretação, publicando apenas o que restar após esta filtragem (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.2). Através do controle das premissas do discurso – e aqui inclui-se também a exclusão das opiniões divergentes do debate midiático –, a mídia determina como o debate acerca do evento ocorrerá, e se torna hábil para conduzir a interpretação que se fará deste evento.

O primeiro filtro consiste no tamanho, relacionado às riquezas e lucros das grandes companhias, e nas vantagens da orientação dos termos da mídia de massas dominante. Herman e Chomsky (1988, p.3) observam que na metade do século XIX houve um aumento nos custos de produção dos jornais, o que os obrigou a buscarem outras formas de obter receita além da mera venda de exemplares; desse modo, os jornais se viram necessitados a venderem anúncios: uma empresa pagaria uma certa quantia a um jornal, para que este divulgasse determinado produto, e o jornal por sua vez teria outra fonte de renda que o possibilitasse a continuar existindo. Os anúncios nos jornais, portanto, permitiriam às empresas aumentar o alcance de seus produtos, e juntamente a isso também suas vendas, ao passo que os jornais deixariam de depender exclusivamente das vendas de seus exemplares e teriam outra fonte de renda.

Mas além dos anúncios, Herman e Chomsky (1988, p.10) também observam que as companhias midiáticas possuem relações com bancos: estes forneceriam linhas de crédito e empréstimos e ajudariam aquelas em questões financeiras (por exemplo em aquisições e acordos). Os bancos e investidores, por sua vez – e especialmente se possuírem fatias do veículo de comunicação –, poderiam garantir que suas vozes seriam ouvidas pelos editores, além de suas ações terem o potencial para afetar o bem-estar da companhia. Ademais, caso estes investidores não se sentissem satisfeitos com as decisões tomadas pelo veículo midiático, poderiam, por exemplo, reduzir o valor deste no mercado de ações. Disso resulta que “as empresas de mídia dominante são um negócio muito grande; elas são controladas por pessoas muito ricas ou por gestores que estão sujeitos a restrições acentuadas por proprietários

e outras forças orientadas para o mercado”²⁰⁸ (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.14, tradução nossa), e seus interesses estão, portanto de acordo com os daqueles que financiam as companhias midiáticas.

O segundo filtro consiste na publicidade como a fonte primária de renda da mídia de massa. Com a popularização da mídia de massa, o alcance de um veículo de informação tornou-se maior: se antes a circulação era regional, instrumentos como o rádio e a televisão, por exemplo, permitiram que se obtivesse um alcance nacional ou até internacional. Uma notícia, portanto, não se limitaria ao local em que ocorreu, mas poderia repercutir por todo o país; o jornalista que escrevia uma coluna em um jornal impresso de circulação apenas regional poderia dar sua opinião em cadeia nacional. O mesmo ocorreria com a propaganda: o anúncio de um produto não mais se restringiria ao escopo regional, mas poderia ser anunciado para todo o país. Com um comercial para o rádio ou a televisão, uma empresa poderia fazer seu produto ser vendido em âmbito nacional, obtendo maiores lucros: a difusão da mídia de massa atrairia as empresas a investirem mais em publicidade.

O aumento da propaganda permitiu que os jornais que vendessem anúncios se tornassem mais baratos, de modo que um sistema baseado na venda de anúncios tende a determinar a existência das companhias de mídia, marginalizando ou até eliminando veículos que dependem exclusivamente de suas vendas. Disso resulta que são as escolhas dos investidores (*advertisers*) que influenciam a prosperidade e sobrevivência da mídia; e tais decisões são tomadas com base nos princípios e ideologias próprios: os investidores encaminharão o dinheiro para aqueles veículos que compartilham de suas posições, discriminando os veículos de mídia de posições contrárias – ou de posições consideradas inimigas. Ademais, por vezes até a escolha de qual programa será patrocinado é feita com base nesses princípios e, salvo raras exceções, esses princípios são conservadores (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.14). Assim, para que um programa ou veículo de mídia receba dinheiro de anúncios – e evite se tornar caro e marginalizado –, ele necessita estar em conformidade com a ideologia da elite, daqueles que possuem o dinheiro a ser investido nas propagandas e garanta a sobrevivência da mídia.

O terceiro filtro é o da mídia usando informação fornecida por governos, empresas e “especialistas” criados e aprovados pelas fontes primárias de renda e pelos agentes do poder. Herman e Chomsky (1988, p.18) observam que constantemente a mídia busca fontes que

208 “The dominant media firms are quite large businesses; they are controlled by very wealthy people or by managers who are subject to sharp constraints by owners and other market-profit-oriented forces” (HERMAN; CHOMSKY, 1988, P.14).

possam dar credibilidade ao que se tenta reportar, e uma das principais fontes é o governo: dado que há uma expectativa de que a mídia seja objetiva ao dar as notícias, o uso de fontes oficiais poderá dar a imagem de objetividade, ao mesmo tempo em que protege a mídia de possíveis críticas – dado que foram usadas fontes do próprio governo – e também reduz os custos para a notícia, pois os oficiais simultaneamente possuem e dão fatos e são considerados fontes com credibilidade. Ao se consultar fontes oficiais, portanto, não há a necessidade de buscar outra fonte para confirmar ou legitimar o fato: basta atribuir a notícia ao governo, e se houver algum erro nesta, a culpa será encaminhada ao governo, não ao veículo de mídia.

Porém as fontes oficiais não são as únicas usadas pela mídia, dado que a mídia de massa também produz seus próprios especialistas:

John Barron e Claire Sterling são nomes familiares como autoridades sobre a KGB e terrorismo porque o Reader's Digest financiou, publicou e divulgou seu trabalho; o desertor soviético Arkady Shevchenko se tornou um especialista em armas e inteligência soviéticas porque a Time, a ABC-TV e o New York Times escolheram apresentá-lo (apesar de suas credenciais manchadas). Ao dar uma grande exposição a esses fornecedores da visão preferida, os meios de comunicação conferem status e os tornam candidatos óbvios à opinião e análise (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.24, tradução nossa)²⁰⁹.

Quando houve o atentado ao papa João Paulo II, a mídia de imediato propagou a hipótese formulada por Barron e Sterling mesmo diante de incoerências, fragilidades e refutações²¹⁰. A única hipótese presente na mídia era a deles, sem que sequer fosse permitida uma hipótese alternativa, ou mesmo um debate com alguém que não aceitasse a hipótese deles. Só havia espaço na mídia para uma versão da narrativa: a de Barron e Sterling.

O quarto filtro é o uso da crítica (*flak*) como um meio de disciplinar a mídia. O termo crítica, neste caso, deve ser tomado como uma resposta negativa a algo dito pela mídia. São várias as formas de criticá-la; de cartas a discursos em Congressos ou até ações punitivas; mas se ocorrida em larga escala, ou feita por indivíduos com consideráveis recursos, a crítica pode se tornar prejudicial ao veículo de mídia. Diversas instituições foram criadas pelos grupos corporativos para fiscalizar a mídia e assegurar que ela siga a agenda destes, de modo que se a mídia desobedecesse seria retaliada com críticas financiadas por grupos poderosos, capazes de lhe gerar prejuízos (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.26).

209 “John Barron and Claire Sterling are household names as authorities on the KGB and terrorism because the Reader's Digest has funded, published, and publicized their work; the Soviet defector Arkady Shevchenko became an expert on Soviet arms and intelligence because Time, ABC-TV and the New York Times chose to feature him (despite his badly tarnished credentials). By giving these purveyors of the preferred view a great deal of exposure, the media confer status and make them the obvious candidates for opinion and analysis” (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.24).

210 Não é nosso propósito aqui entrar em detalhes sobre a cobertura midiática do atentado ao papa. Para uma análise detalhada do caso, ver o capítulo 4 de HERMAN; CHOMSKY, 1988.

Por fim, o quinto filtro é a adoção do anticomunismo como uma religião nacional e mecanismo de controle: o comunismo deve ser retratado como o mal supremo, que está sempre caçando a propriedade privada dos indivíduos. Herman e Chomsky (1988, p.29) mencionam que a ideologia do anticomunismo ajuda a mobilizar a população em torno de um inimigo que deve ser combatido; ademais, o fato de o conceito do comunismo não ser claro (*the concept is fuzzy*) permite que ele seja usado contra qualquer pessoa que ameace os interesses da propriedade privada ou simpatize com os Estados ou o radicalismo comunista. A adoção do anticomunismo também serviria para fragmentar a esquerda e os movimentos trabalhistas, de forma a cumprir o papel de um mecanismo de controle político. Outra consequência que os autores apontam sobre a religião do anticomunismo é a aceitação do fascismo: dado que o comunismo seria o mal supremo a ser combatido, sendo seu triunfo o pior resultado que se pode imaginar, o fascismo passa a ser visto como um mal menor, algo aceito e justificado em detrimento do combate ao comunismo. Esse filtro reduz o mundo, portanto, ao embate entre comunistas e anticomunistas: tudo o que for feito pelo “lado correto” – que na mídia deve-se entender como os anticomunistas – torna-se justificado caso se trate de impedir a vitória do comunismo.

Tomemos como exemplo a guerra do Vietnã. Os diversos correspondentes jornalísticos enviados ao país noticiavam a guerra conforme a percepção dos militares estadunidenses ou através de notícias obtidas em coletivas de imprensa. Nos casos envolvendo as atrocidades cometidas pelo exército estadunidense, os repórteres sequer as concebiam como atrocidades, tal como fariam se exatamente os mesmos atos fossem praticados por outros e os Estados Unidos fossem a vítima. Não havia limites para os terrores cometidos pelos vietcongues sobre os soldados americanos; mas as vítimas dos soldados americanos eram categorizadas como meros acidentes indesejados da guerra, efeitos colaterais da tentativa dos Estados Unidos em ajudar o Vietnã do Sul a se salvar da “ameaça comunista” do Vietnã do Norte. A mídia estava de tal modo alinhada com a guerra que raramente exibia as evidências de abuso de violência cometido pelos Estados Unidos – e, quando eventualmente as reportava, era de modo a usar como ilustração das dificuldades enfrentadas pelos estadunidenses em defender sua “nobre causa” (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.193).

A cobertura midiática da guerra do Vietnã reduziu a questão ao combate ao comunismo: os supostos grandes vilões, a serviço do mal supremo, realizadores de incontáveis crueldades e barbaridades – os vietcongues, a URSS, os comunistas – contra os supostos defensores da democracia, da liberdade, os que, em defesa destes valores, encaravam

a “barbárie comunista” – os militares estadunidenses. Em nome do combate ao comunismo, da tentativa de “salvar” o Vietnã do Sul da ameaça comunista, as ações dos Estados Unidos, mesmo que idênticas às dos vietcongues, estariam justificadas e muitas vezes sequer eram vistas como atrocidades. O que os Estados Unidos faziam era retratado como algo necessário para a defesa do bem.

Quando houve a ofensiva comunista Tet e os jornalistas estadunidenses foram obrigados a deixarem o hotel em que estavam, eles se depararam em um cenário cercado por cadáveres, no meio de uma luta extremamente sangrenta²¹¹ (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.201). A ofensiva Tet fez com que os jornalistas se deparassem com as atrocidades da guerra do Vietnã, e por um breve momento os jornais mostraram essas imagens. O horror que os jornalistas tiveram e o impacto das imagens conseguiu fazer com que naquele momento tanto militares quanto a elite não conseguisse controlar a narrativa. Mas apenas naquele momento, porque imediatamente após esse instante as notícias da guerra se voltaram para as mesas de negociação em Paris.

A partir de então iniciou-se um processo de reconstrução da realidade. Os soldados estadunidenses eram retratados como bravos soldados que estavam defendendo o Vietnã e a democracia do terror comunista, enquanto os vietcongues eram retratados como selvagens, brutais, sanguinários. As vítimas civis dos soldados americanos passaram a ser ignoradas; quando ocorria de serem retratadas, o eram como consequências do “trabalho que deveria ser feito”, infelizes baixas inevitáveis de guerra, provocadas pela “ameaça comunista” (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.203).

Outro recurso utilizado foi o enfoque nos traumas e sofrimento dos soldados estadunidenses (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.242). Passou-se a exibir os soldados em guerra, atormentados com o que ocorria no Vietnã e com as barbaridades que viam os vietcongues fazendo; o medo que os assombrava de serem capturados pelos inimigos e passarem pelas inimagináveis torturas que tais selvagens poderiam cometer. Ao retornarem aos Estados Unidos, os soldados eram retratados repletos de traumas psicológicos, membros

211 Importante mencionar que até então a guerra do Vietnã chegara a ser vendida como uma “guerra limpa”, isto é, sem grande carnificina, até certo ponto honesta, de “bonzinhos” contra os “vilões”: “television typically presented events in terms of “a kind of morality play,... a dramatic contrast between good, represented by the American peace offensive [in 1966], and evil, represented by Hanoi”. Reporting was relatively bloodless, focusing on the success of “the ‘good guys’: American boys in action,” regularly depicted as “brave men,” “the greatest men in the world,” “heroes,” exuding competence, humanity, and high morale as they fight against “Communist aggression” in the “battle for democracy,” and “win hearts and minds” by caring for sick and injured civilians after a village “was burned and blasted to death” – properly, because ammunition had been found there, which “was enough proof of its being used by the Vietcong” (Greg Harris, BC-TV, Oct. 27, 1967)” (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p.203).

amputados, dificuldades em se readaptarem à vida fora da guerra. Mas não se mostravam as vítimas dos soldados estadunidenses, nem as barbaridades por eles cometidas – ou do mesmo modo que mostravam as dos vietcongues. Nesses programas de televisão, reportagens, documentários, filmes etc., as únicas vítimas eram os soldados americanos, por vezes atormentados com o que “precisavam fazer” para impedir a “ameaça comunista” no Vietnã.

Esse processo de reescrever a guerra do Vietnã atendia aos interesses da elite de difundir sua ideologia. Através da redução do conflito a “comunistas *versus* anticomunistas” criava-se uma falsa dicotomia a respeito do espectro político; por meio da representação do comunismo como o mal supremo a ser combatido, as ações do exército estadunidense se tornavam não apenas “justificadas”, mas isso permitia a união da população – ou ao menos de parte significativa dela – em torno de um inimigo maior que necessitava ser combatido e derrotado, caso contrário a liberdade e a democracia estariam ameaçadas. Aceitava-se que o exército estadunidense agisse do mesmo modo que os vietcongues, por se acreditar que os Estados Unidos faziam aquilo para defender sua “nobre causa”. Ademais, a mídia também não questionava a guerra, nem as ações dos soldados – exceto em termos de estratégias táticas, custos etc., mas nada relativo às atrocidades cometidas pelos Estados Unidos –; a narrativa midiática era uma, sem espaços para posturas discordantes.

O mesmo pode ser visto nos quadrinhos estadunidenses. A arte, de um certo modo, serviu para ressaltar o que a mídia já propusera como o fato verdadeiro; restava alcançar algo que simples informações fornecidas pelas mídias de massa não conseguiriam: a catarse da população. Se tinha, de fato, a manipulação da opinião pública, restava a emoção. Com isso foram produzidos filmes que giravam em torno do sofrimento do jovem soldado americano que deixou a família para servir ao seu país em uma luta contra aquilo que foi apresentado como a maior ameaça para a sociedade, o comunismo.

Os quadrinhos ressaltavam um *Super-Homem* que vigiava e, muitas vezes, lutava contra ameaças soviéticas; apresentava um *Homem de Ferro* que fornecia armaduras para facilitar a luta dos soldados americanos; enfim, muitas outras séries em quadrinhos difundiram implicitamente esta dicotomia entre comunistas e anticomunistas. Parecendo seguir a contramão destas ideias expostas, foi publicada uma edição intitulada *Superman: Entre a Foice e o Martelo* (publicado pela primeira vez em 2003); porém, no enredo desta estória podemos perceber o quanto a visão fornecida pelo contexto dos autores também reforça estereótipos. A União Soviética, com seus soldados embrutecidos que atiram em “crianças levadas” (MILLAR; JOHNSON; PLUNKETT, 2017, cap. 1), precisou que um

alienígena descesse do céu para que ela pudesse estar no mesmo nível bélico dos Estados Unidos e tivesse algum exemplo de ética e moral em seu contexto social. A “criança levada” era – coincidentemente, pois não haveria outra explicação para tal – quem assume, tempos mais tarde, o codinome de *Batman*. Tomemos dois personagens com mesmo título e nacionalidades distintas para elucidar questões referentes ao tema que abordamos: o *Batman* americano (original, cuja primeira aparição data o ano de 1939) e o *Batman* soviético (criado na edição já citada anteriormente).

O *Batman* americano é um personagem que, ainda criança, perdeu os pais em um caso de latrocínio – isto é, roubo seguido de morte – representado nos quadrinhos. Na medida em que foi crescendo, órfão, desenvolveu suas aptidões físicas e intelectuais sob a tutela do antigo mordomo da família, Alfred Pennyworth. Tendo sempre em mente a injustiça sofrida na infância com a perda dos seus pais, Bruce Wayne (o *Batman* americano) buscou justiça aos outros tomado por uma filantropia etérea herdada por seus pais extremamente ricos. Seguindo seu instinto filantrópico pátrio de ajudar o povo americano, desenvolveu mecanismos para, com iniciativa privada (com seu próprio dinheiro herdado), vigiar, prevenir e combater o avanço do crime na sua cidade. Tudo isso por conta do seu contexto americano? Talvez.

O *Batman* soviético é um personagem que, também na infância, perdeu seus pais brutalmente em um assassinato que foi representado na edição *Superman: Entre a Foice e o Martelo*. No momento em que a polícia chega à cena do crime, a criança (que será, mais adiante, o *Batman*), desamparada e tomada por ódio, encara o policial, que logo se enfurece por estar sendo encarado por uma “criança levada” e atira na criança para dar-lhe um susto. Um detalhe interessante para nosso questionamento é que esse policial é um dos vários filhos ilegítimos de um ditador sem a concepção de “família” tão cara ao povo americano, o “camarada” Stálin. O *Batman*, por conta do predomínio da imagem do Super-Homem, acaba sumindo um pouco do enredo, até que reaparece no segundo capítulo já sob o codinome *Batman*, ou seja, seu nome soviético é desconhecido. Comparado à versão original (americana), o *Batman* soviético é um personagem que, por conta do seu contexto de ódio e falta de exemplos [humanos] morais, acaba seguindo a trilha do crime. Não é rico, portanto consegue seus suprimentos de uma maneira duvidosa, infere-se que seja através de roubos ou coisas do gênero. Tudo isso por causa do seu contexto soviético? Muito provável.

Era comum perceber os vilões com sotaques russos no âmbito da reprodução desses quadrinhos através dos desenhos animados, transmitidos na televisão. As crianças cresciam sendo frequentemente submetidas a esses ideais anticomunistas explicitados por Herman e

Chomsky. Esses desenhos serviam como uma medida doutrinadora extensiva; nesse caso, se dá pela necessidade de conduzir a interpretação do público sobre um determinado evento. O que era exposto constantemente nos jornais, revistas e outros veículos de comunicação, passava a ser disseminado também em programas para crianças ou de entretenimento, com o intuito de dificultar no indivíduo a consideração de uma hipótese alternativa ao evento noticiado. Seria como, em uma mera suposição, se pessoas afirmassem que não há mais necessidade de buscar mais informações, isto é, não existe outra via de interpretação do problema; podemos apreciar, de maneira objetiva, a reprodução imparcial desses fatos. Nos deparando com isso, não sabemos se os produtores desse conteúdo pressupõem que somos acéfalos ou que temos os mesmos interesses que eles.

É a partir dos questionamentos até aqui apresentados que iremos analisar a série da *Netflix* que estreou em março de 2018, *O Mecanismo*. Iremos abordar como houve também uma espécie de coalizão de interesses entre as grandes mídias e as elites para manipular de tal maneira as informações para que houvesse uma subversão total do real.

O mecanismo

Lançada no dia 23 de março de 2018, a série supostamente isenta de interesses políticos, *O mecanismo*, dirigida por José Padilha, foi integralmente disponibilizada pelo serviço de streaming de vídeos *Netflix*, em mais de 190 países simultaneamente. Segundo o próprio diretor, o objetivo da série era o de mostrar os bastidores da operação Lava Jato, que domina o noticiário brasileiro desde 2014. Todavia, o que Padilha fez na série não foi descrever a operação, mas difundir a narrativa que interessa às elites.

A tese principal defendida na série, repetida do começo do primeiro episódio até o final do último, é que a corrupção é um câncer a ser combatido, e que se não for eliminado imediatamente, se alastrará por todo o resto do corpo (Estado, Constituição, sociedade). Vejamos duas falas do ex-delegado Marco Ruffo²¹²:

[Narração:] No Brasil, as pessoas pensam que ser policial é subir favela e trocar tiro com traficante. Isso não é ser policial, isso é ser policial burro. O que fode nosso país não é a violência nas favelas. Não é a falta de educação, não é o sistema de saúde falido, déficit público nem taxa de juro. O que fode o nosso país é a causa de tudo isso. Vinte anos de Polícia Federal. Nunca me vendi. Nunca subi uma favela. Nunca me chamaram de “herói”. Mas sabe o que eu descobri? Eu descobri o que fode com a vida de todos os brasileiros. [Fim da narração e falando para outros personagens:] É um câncer. Sabe câncer? Se a gente não matar isso agora, na raiz, essa porra vai espalhar (S01E01²¹³).

212 Na série, representa Gerson Machado, ex-delegado da Polícia Federal.

213 Para referenciar os episódios nas citações da série, utilizaremos o seguinte modelo: *S* indica temporada (*season*), seguida por dois números que indicam o número da temporada; *E* indica episódio (*episode*), seguido por dois números que indicam o número do episódio. Assim, neste caso, por exemplo, a citação foi extraída do 239

E depois, em outro momento da série:

Seu João, Alfredo, Ibrahim, João Pedro Rangel, Mário Garcez Brito²¹⁴... todos doentes. O câncer é uma doença causada pela falha da regulação do crescimento de células no corpo. Quase todos os casos são provocados por fatores ambientais. Ele pode se espalhar do local original e atingir todo o corpo. É o que a gente chama de “metástase”. [A partir deste momento, a imagem muda de uma sala da casa de Ruffo para dois procuradores do Ministério Público se dirigindo ao prédio da Procuradoria Geral da República, em Brasília] Mesmo com todos os tratamentos que existem, o câncer luta para continuar existindo. E, na maior parte das vezes, ele vence. [A imagem retorna para Ruffo em sua casa] Quando não existe um entendimento exato de como uma doença funciona e por onde ela pode se espalhar, não tem como chegar na cura. Essa é a minha missão: decifrar o mecanismo (S01E07).

Nos atenhamos inicialmente a estas duas passagens. A corrupção é marcada, desde o primeiro momento da série, como a **causa de todos** os males do Brasil; a origem de **todos** os problemas no Brasil, que estraga com a vida de **todos** os brasileiros, é a corrupção. E Ruffo é aquele que descobriu a origem dos problemas que afligem os brasileiros; não apenas quem descobriu a origem, ele encarna como sendo **sua missão** aquela de decifrar “o mecanismo”, de entender como ele funciona – isto é, decifrar como ocorre a corrupção no Brasil, como operam e funcionam os esquemas de corrupção no país.

Esta visão de Ruffo de que é sua missão “decifrar o mecanismo” reflete por toda a série. Ruffo é um ex-delegado da Polícia Federal que frequentemente opta por fazer justiça com as próprias mãos. No primeiro episódio, por exemplo, ele aparece quebrando a moto de Motta, advogado de Ibrahim. Em outro momento, ele invade a cela na qual Ibrahim está preso na Polícia Federal e o ameaça, para forçá-lo a entregar alguém do “cartel das empreiteiras”; Ruffo ameaça contar à esposa de Ibrahim as traições que este cometeu, caso Ibrahim não diga quem é o ponto fraco do “cartel”, o empreiteiro mais vulnerável a chantagens e que poderia entregar todos os outros. Após obter de Ibrahim um nome, Ruffo se dirige ao empreiteiro que Ibrahim falou e o chantageia: aparece em uma festa na qual o empreiteiro estava, mostra-lhe uma arma para forçá-lo a conversarem e diz que se ele delatar os outros membros do “cartel” receberá uma pena menor. Mas apenas se ele for imediatamente, porque esta redução na pena seria apenas para o primeiro que delatasse – uma forma de pressionar o empreiteiro a querer garantir para si a redução de pena.

Ruffo põe a si mesmo como o critério para definir o que é certo e o que é errado, o que é justo e o que é injusto, o que é o bem e o que é o mal. Aquilo que quem ele considera ser seu inimigo faz está sempre errado, enquanto que suas ações, mesmo se vierem a ser semelhantes, não são vistas por ele do mesmo modo – o que ocorre na realidade é o oposto,

primeiro episódio da primeira temporada.

214 Roberto Ibrahim na série corresponde a Alberto Youssef, João Pedro Rangel corresponde a Paulo Roberto Costa e Mário Garcez Brito a Márcio Thomaz Bastos.

ele considera suas ações como justas, necessárias, em prol de um “bem maior” e que exige mais do que a Justiça formal pode fazer. Aqueles que Ruffo persegue são vistos como os destruidores do país, causadores de **todos** os males que afligem a população, e ele se considera o herói desconhecido que enfrenta estes “vilões”, em nome de um “bem maior” que justificaria tudo aquilo que ele faz. Para Ruffo, se ele conseguir atingir seus objetivos, que são prender Ibrahim e “decifrar o mecanismo” – que ele considera ser sua missão –, os meios não possuem importância.

Inserir um espião nas investigações da Polícia Federal da Operação Lava Jato, interferir em investigações em andamento, roubar arquivos da Polícia Federal, invadir cela de prisioneiros para ameaçar, chantagear empreiteiros abordando-os com uma arma, torturas; desde que cumpra aquilo que entende ser sua missão, para Ruffo todos estes métodos são válidos e justos. O que lhe importa é “salvar” o país daqueles que ele acredita causarem **todos** os problemas que atormentam a população. Em nome de sua “nobre causa”, até mortes seriam motivo de comemoração: “Eu só não comemorei a morte do Bruxo [Mário Garcez Brito] porque o Ibrahim completou a delação. E foi solto no dia seguinte” (S01E08). A morte do advogado das empreiteiras seria para Ruffo motivo de comemoração, pois significaria que elas não teriam mais força para se defenderem e a Polícia Federal poderia avançar nas investigações; o que o impediu de comemorar a morte do advogado foi o fato de Ibrahim ter sido solto. A visão de Ruffo é a mesma que os americanos tinham de si durante a Guerra do Vietnã: suas ações, mesmo que se assemelhem às de quem combatem, não são consideradas injustas, mas por causa de sua “nobre causa”, por acreditarem estarem combatendo “o grande mal”, creem que o que fazem está justificado e é o certo a se fazer²¹⁵.

Uma das formas exploradas pela série para tentar legitimar as ações de Ruffo perante o espectador é a constante tentativa de estabelecer vínculos de empatia e identificação do espectador com Ruffo: ele é o pobre delegado que após vinte anos de Polícia Federal conseguiu apenas comprar um carro usado e um sítio no interior do estado, tendo sua vida contrastada pela de quem ele combate. Enquanto Ruffo é o trabalhador que levou décadas juntando dinheiro para, com muito esforço, dar algo à sua família, e se sente mal por não conseguir proporcionar à esposa e à filha boas condições de vida, aqueles que ele persegue, os supostos responsáveis por **todas** as mazelas brasileiras, possuem vidas luxuosas, esbanjando muito dinheiro obtido ilegalmente.

215 Ruffo também representa os típicos justiceiros americanos: eles entendem que o sistema não é tão eficaz, por isso agem como se fossem sua extensão. Metaforicamente, não importa se eles tenham que destruir cem casas para fazer a coisa certa, deve-se a todo custo destruir aquela que contém todo o mal.

Para fortalecer a aproximação entre o espectador e o grupo de Ruffo – e de certo modo a tentativa de legitimação das ações destes – a série faz uso de um recurso eficiente: o apelo à emoção. Além do contraste mostrado entre as vidas de Ruffo e Ibrahim, por exemplo, a série também recorre a sentimentos comuns relacionados à corrupção: ressentimento, angústia, impotência, por vezes até raiva. Ao descobrir a proporção do esquema de corrupção no qual a Lava Jato estava entrando, Ruffo se sente impotente: ele percebe tratar-se de um ciclo sem fim. Enxergando que a corrupção se propagou por todas as camadas da vida do brasileiro, ele se sente impotente, sem ser capaz de enfrentar “o mecanismo”, e durante certo tempo ele desiste de “sua missão”, pois “não haveria o que fazer”. Já a motivação do grupo de Ruffo, como observou Wilson Ferreira (26/03/2018), é o ressentimento: as motivações deles se originam no ódio e desejo de vingança por causa das condições de vidas deles, os “heróis anônimos” que levam vidas miseráveis enquanto os doleiros enriquecem.

Ao fazer de Ruffo o narrador principal da série, essa o toma como o ponto de vista a ser exposto. Desse modo, os acontecimentos são mostrados seja a partir da visão dele, seja com influência da narração dele, na qual expõe diretamente ao espectador sua opinião e seu ponto de vista. E do mesmo modo que Ruffo possui uma visão simplória e dicotômica do mundo (ele *versus* os supostos responsáveis por arruinares o país; bem *versus* mal) a série também a possui. Através de narrações e diálogos, é frequente a dicotomização empregada pela série: são Ruffo e seus companheiros contra os “grandes vilões”. Estes, movidos ninguém sabe por quais motivos – o que serve para construir a imagem do vilão que age por uma espécie de mal natural, que quer apenas prejudicar os outros como um fim em si mesmo – e aqueles, que se atribuem a tarefa de impedir os “vilões” de atingirem seus objetivos e enfrentam oposição de todas as partes.

Todavia, um dos exemplos mais nítidos da redução dicotômica da série é no último episódio, quando a Polícia Federal obtém autorização para prender os empreiteiros, e a série mostra a cena ao som da canção *Juízo Final*, de Nelson Cavaquinho, mas interpretada por Seu Jorge. Vejamos primeiro o trecho da música tocado na série: “O sol/ Há de brilhar mais uma vez/ A luz/ Há de chegar aos corações/ Do mal/ Do mal será queimada a semente/ O amor/ Será eterno novamente/ É o Juízo Final/ A história do Bem contra o Mal/ Quero ter olhos pra ver/ A maldade desaparecer” (S01E08). O trecho se repete ao longo da cena, e termina com a delegada Verena entrando na casa de Tom Carvalho²¹⁶. Nos detenhamos um pouco nesta cena.

Começamos pela música. O Juízo Final é um evento bíblico no qual todas as pessoas serão julgadas, no fim dos tempos. Deus será o juiz e cada pessoa será julgada por seus atos,

216 Correspondente na série de Léo Pinheiro.

indo para o Céu ou Inferno conforme o que fez em vida. A música, portanto, relaciona-se com este momento do último julgamento, no qual os maus serão punidos pelo mal que cometeram e os bons serão recompensados por sua bondade. Nelson Cavaquinho descreve este momento como um momento de combate entre o Bem e o Mal, no qual o Bem vencerá e fará o Mal desaparecer; o sol brilhará, a luz entrará nos corações das pessoas e o amor predominará. Depois deste momento não haverá mais maldade, dado que a semente da corrupção será queimada, destruída, de modo que ele não poderá mais surgir – sem a semente não há como o mal se desenvolver. A clássica oposição entre luz e trevas também pode ser aplicada aqui: a luz, geralmente identificada com o Bem, esperança, alcançará os corações humanos e dissipará as trevas, comumente identificada com o Mal. Em todo caso, trata-se do embate entre Bem e Mal, com a vitória e prevalência do Bem após uma árdua batalha.

Na cena, a música começa a tocar quando a delegada Verena termina de explicar aos policiais como será a Operação Juízo Final. No momento em que Seu Jorge fala que o sol brilhará mais uma vez, a série mostra uma imagem de um carro da Polícia Federal, em Brasília, às 6h da manhã, enquanto o sol está ainda nascendo. Quando a música fala de a luz entrar nos corações, mostra-se carros da Polícia Federal entrando em uma rua, em direção à casa de um dos empreiteiros que está em Salvador. Logo em seguida, quando a música fala que será queimada a semente do mal, a série mostra a Polícia Federal chegando na sede de uma das empreiteiras, em Recife; ainda nesta empreiteira, no momento em que Seu Jorge fala que o amor será eterno novamente, a câmera foca em agentes da Polícia Federal descendo dos carros, todos se dirigindo à entrada do edifício. O momento seguinte, em que na música fala-se do dia do Juízo Final, da história do bem contra o mal, são mostrados agentes da Polícia Federal chegando na sede de uma empreiteira localizada no Rio de Janeiro, descendo de seus carros e se dirigindo ao edifício. Na parte seguinte da música, que fala de ver a maldade desaparecer, são exibidos policiais federais entrando na sede de uma empreiteira localizada em São Paulo.

A partir deste momento a música passa a se repetir, enquanto as imagens seguem o mesmo padrão: agentes da Polícia Federal prendendo os empreiteiros, aqueles que para Ruffo são os responsáveis pelas mazelas brasileiras. Enquanto a música fala da história do Bem contra o Mal, a série mostra empreiteiros algemados, sendo conduzidos aos carros da Polícia, ou já dentro dos carros. Na parte de que será queimada a semente do mal, são mostrados policiais colocando nas caminhonetes caixas apreendidas nas empreiteiras, supostamente com materiais e provas de todo o esquema de corrupção; ou, ainda, os policiais na sede de outra

empreiteira, vasculhando o edifício e coletando papéis, documentos e o que encontrassem e que julgassem pertinentes.

A intenção de Padilha nessa construção é evidente: assemelhar os empreiteiros com o mal e a polícia com o bem. Assim, no combate do bem contra o mal, isto é, dos policiais contra os empreiteiros, aquele seria o momento no qual os policiais conseguiriam vencer os empreiteiros, representados como os responsáveis por **todos** os problemas do Brasil. A Polícia Federal, associada ao sol, à luz, atingiria os corações – aqui de forma metafórica representando as entranhas do corpo, aquilo que estaria no fundo e que constituiria um ponto vital de funcionamento: as empreiteiras. Com a apreensão dos papéis em suas sedes e a prisão dos empreiteiros, a semente do mal teria sido queimada, e dessa forma o mal não poderia mais se desenvolver. O bem – o grupo de Ruffo, agindo junto à Polícia Federal – teria vencido.

E neste ponto entra outra questão da série: a corrupção é um câncer que precisa ser combatido e eliminado o mais depressa possível, e a “solução” apresentada por Padilha para se resolver esse problema é através da polícia. A “solução” apresentada para um problema político se encontraria fora dela – um apelo à ideia do *outsider*. Entretanto, não se trata aqui de um *outsider* qualquer, mas um proveniente de instituições repressivas. A corrupção seria um câncer que precisaria ser combatido por policiais, juízes ou procuradores que estejam hipoteticamente distantes da política; mais precisamente, esta “solução” estaria nos pequenos funcionários, que não fazem parte de cargos maiores porque os que ocupam altas posições estão envolvidos com políticos e com a política, de modo que, no entendimento de Padilha, eles seriam parte do problema e fariam o possível para atrapalhar os “bonzinhos”. Ora, que o *outsider* não solucionará os problemas da política tornou-se mais evidente com os exemplos recentes de João Dória (PSDB), *ex-prefake*²¹⁷ de São Paulo, e Donald Trump, presidente dos Estados Unidos. Apontar que a solução estaria em instituições repressivas é algo ainda mais medíocre – porém, quando se trata de Padilha, não há outra coisa a se esperar²¹⁸.

Mas, em *O mecanismo*, Padilha insere um elemento novo para a “solução” dos problemas políticos: além da polícia, tem-se também o Judiciário. Porém, não qualquer juiz, muito menos os juízes em posições mais elevadas: a “solução” para Padilha está também em um juiz de primeira instância que, em sua cabeça, está distante do envolvimento com a

217 Tomamos aqui de empréstimo o termo frequentemente usado por Paulo Henrique Amorim, segundo o qual Dória apenas fingiria que é o prefeito de São Paulo (daí o termo *prefake*: prefeito + *fake* [falso]). Para mais detalhes sobre o termo, consultar o verbete no ABC do CAF: <<https://bit.ly/2wDwp9l>>. Acesso em: 14/05/2018.

218 Essa “solução” é algo presente em outras obras de Padilha, como *Tropa de Elite* e *Narcos*. Em ambos os casos, Padilha apresenta um problema e a “solução” por ele apresentada está na polícia, mais precisamente naqueles agentes que não ocupam altas posições e que estariam, portanto, afastados da política. Seja em *Tropa de Elite*, *Narcos* ou *O Mecanismo*, a “solução” para os problemas sempre são policiais que agem por conta própria, por vezes em oposição à lei, encarnando o papel de justiceiros.

política. Neste aspecto, Padilha segue sua mentecapta linha de raciocínio: a “solução” para os problemas da política é repressiva, feita por agentes que estão fora dela, mas não quaisquer agentes, apenas aqueles que estão em posições menores, distanciados das relações com políticos e, portanto, estariam também afastados da política.

Aliás, quanto a este juiz, Padilha o representa como se fosse o único juiz do Brasil. Interessante aqui observar o contraste feito entre o juiz Paulo Rigo²¹⁹ e o Supremo Tribunal Federal (STF). Vejamos isso em dois momentos da série:

Agostini [advogado de JPR]: O STF comprou a tese do Bruxo. O Rigo pisou na bola, o Bruxo foi lá e fez a festa. [...] Você vai acordar desse pesadelo, meu amigo. Você vai ser solto.

JPR: Ai, que bom! Não podia ser melhor. Obrigado! [se dirigindo para a grade de sua cela:] Eu vou sair desse lixo. Ibrahim! A gente vai sair daqui! Vai todo mundo embora! Foi pro Supremo [rindo]!

Wilma Kitano²²⁰: Oi? O que?

JPR: Estamos livres [rindo]! Foi pro Supremo, pessoal! Estamos livres!

Wilma Kitano: Foi pro Supremo! Vamos sair daqui! Ibra!

JPR: Vamos sair daqui!

Wilma Kitano: Ibra!

JPR: Foi pro Supremo! Eu vou sair daqui! Eu vou embora para casa!

Wilma Kitano: [comemorando] Estou indo embora! (S01E05).

E mais adiante, ainda no mesmo episódio, em narração de Ruffo:

A decisão do STF de suspender a Lava Jato animou os corruptos. Além de sugerir que o processo acabaria em Brasília e que **todos**²²¹ seriam soltos, livrou a cara do JPR, que estava em regime de prisão temporária. Aquele bosta voltou pra casa que o Ibrahim ajudou ele a comprar com o dinheiro do povo. É foda. Eu não acredito em milagre. Mas eu acho que estava na hora de começar a rezar. [...] Se a 1ª turma do STF decidisse pelo desmembramento do processo, o destino do JPR continuava nas mãos do Rigo. Mas se eles decidissem que o projeto inteiro tinha que subir para Brasília, a Lava Jato estava morta e enterrada. Seis juízes, uma sentença. Era o dia do juízo final (S01E05).

Façamos uma breve contextualização das passagens supracitadas. Enquanto a Polícia Federal investigava JPR e Ibrahim, descobriu deputados envolvidos no esquema, o que exigiria que o processo fosse para o STF por causa do foro privilegiado. JPR e Ibrahim estavam presos na sede da Polícia Federal em Curitiba, até que o advogado de JPR o informou que o processo poderia ir para o STF. Importante mencionar ainda que, antes de ser preso, JPR ordenou ao genro que este pegasse em seu escritório todos os papéis que pudessem ser usados contra ele, a fim de evitar que a Polícia os apreenda. Antes de ser preso, JPR queimou todos estes documentos, e enquanto os destruía o genro falava para que JPR não se preocupasse, pois ele confiava na Justiça – isto é, confiava que a Justiça iria salva-los da prisão.

219 Na série representa o juiz Sérgio Moro. Para a sequência do artigo, nos referiremos ao juiz Moro como *Judge Murrow*, seguindo a nomenclatura adotada por Paulo Henrique Amorim. Para mais detalhes sobre o termo, consultar o verbete no ABC do CAF: <<https://bit.ly/2wDwp9l>>. Acesso em: 26/05/2018.

220 Na série representa Nelma Kodama.

221 Colocamos a palavra em negrito para destacar a ênfase dada na voz do narrador neste momento.

Padilha retrata o STF como o local da impunidade: a Lava Jato só possui chances de sobrevivência se permanecer em Curitiba; se for para Brasília a operação “morre”. Em vários momentos da série, especialmente no quarto e quinto episódios (quando se descobre o envolvimento dos deputados e a questão do foro privilegiado) a mensagem que fora constantemente repetida era a de que a Lava Jato **deveria** ficar Curitiba; caso contrário a operação estaria “**morta**”. Rigo, Verena, Ruffo, outros personagens próximos, todos eles repetiam a mesma coisa: a Lava Jato **só** funcionará se ficar em Curitiba, com Rigo. Para Padilha, o único juiz do Brasil é Rigo; ele é o único capaz de dar prosseguimento à operação, pois não estaria envolvido com nenhum político. O STF, em Brasília, maior instância jurídica do país, estaria envolvido com o governo e agiria para atender aos interesses deste; ou seja, o STF “faria política” – e, por consequência, acredita Padilha, seria incapaz de solucionar os problemas. Só haveria um juiz, em todo o país, capaz de cumprir justamente a Constituição e punir os supostos responsáveis por **todas** as mazelas brasileiras: Rigo.

Outro aspecto ao qual gostaríamos de atentar é à representação feita dos políticos. Quatro políticos foram representados na série: Dilma Rousseff (PT), Lula (PT), Aécio Neves (PSDB) e Michel Temer (MDB)²²². Destes quatro, os dois últimos quase não apareceram, com participações que pouco seriam lembradas pelo espectador; os únicos que receberam tempo de tela ou aparições decisivas foram Dilma e Lula. E, em todas as aparições destes, Padilha os reduziu a apenas participarem do esquema de corrupção, a fim de transforma-los nos “grandes vilões”, chefes de tudo, que precisariam ser combatidos pelos “defensores do bem” – tal como os estadunidenses representaram os vietcongues.

Iniciemos pelo primeiro episódio. Após dedicar todo o episódio a apresentar sua tese – de que a corrupção é um câncer que precisa ser imediatamente eliminada e a “solução” para este problema estaria na polícia –, retratando Ibrahim como uma praga que se não for exterminada apenas adoecerá ainda mais o organismo, Padilha encerra o episódio colocando Ibrahim dentro da campanha à reeleição de Janete Ruscov. Com isso Padilha pôde estabelecer um vínculo direto entre os esquemas ilegais de Ibrahim e o governo de Janete: Ibrahim, apresentado como a praga a ser exterminada, trabalharia para a presidenta e o partido dela, de modo que por associação ela e seu partido participariam das atividades do doleiro. Não importa a Padilha que Youssef estivesse preso durante a campanha eleitoral de 2014, de modo que seria impossível que ele circulasse pelo comitê de campanha de Dilma, tal como retratado na série – mas, para usar uma fala surgida durante a Lava Jato, isso não vem ao caso.

222 Representados pelos personagens Janete Ruscov, João Higino, Lúcio Lemes e Samuel Thames, respectivamente.

No segundo episódio há outra aparição breve de Janete: enquanto Verena narra falando sobre as atividades ilegais de Ibrahim, da relação dele com JPR e os desvios de dinheiro que eles cometeriam na Petrobrás, a série mostra neste instante uma imagem de Janete inaugurando uma refinaria da empresa. O mesmo recurso feito na cena da Polícia Federal prendendo os empreiteiros, já mencionada, foi utilizado aqui: enquanto o áudio falava de corrupção na maior estatal do país, entre um doleiro que trabalharia para a campanha da presidenta e o diretor desta empresa, nomeado pelo presidente antecessor a Janete, exibia-se uma imagem da presidenta em situação direta a ações da empresa – no caso, a inauguração de uma refinaria. Padilha utiliza aqui o mesmo tipo de estratégia usada por Leni Riefenstahl em seu famoso *O triunfo da vontade*: conforme bem observado por Frank Tomasulo (2014, p.90), em um determinado momento do filme, quando o povo entoava as frases “um povo (*people*), um *Führer*, um *Reich*”, Leni edita o filme para que em cada frase apareça, respectivamente, uma imagem de um trabalhador (*labor corpsman*), um *close* em Hitler e, por fim, uma águia em cima de uma suástica, para associar cada um destes elementos e a mensagem de unidade da Alemanha sob Hitler. Logo em seguida, quando o filme exhibe alguns trabalhadores murmurando a frase “nós plantamos florestas, nós construímos estradas... para a Alemanha”, precisamente na palavra “Alemanha” Leni corta a imagem para que apareça Hitler, “fazendo uma ligação visual direta entre a nação e o *der Führer*”²²³ (TOMASULO, 2014, p.90, tradução nossa).

Mas os mecanismos histriões de Padilha continuam. Toda a situação da prisão de Youssef foi alterada por Padilha com o único propósito de continuar corroborando a venda de seu projeto de que os chefes de todo o esquema de corrupção na Petrobras são Dilma e Lula. Para tal, Padilha transportou a prisão de Youssef de São Luís para Brasília. Na série, Ibrahim foi preso em um hotel em Brasília, enquanto estava lá para entregar uma mala de dinheiro à campanha da presidenta; na vida real, Youssef foi preso em São Luís, enquanto estava hospedado em um hotel para entregar uma mala de dinheiro a um secretário do governo de Roseana Sarney (então PMDB; atualmente o partido alterou a sigla para MDB). Qual o motivo desta mudança? Reforçar as alucinações reproduzidas pelo bonifrate Padilha e a tese vendida de que quem comandava o esquema era o PT. O último comentário que gostaríamos de fazer sobre essa cena é que, após a prisão de Ibrahim, Padilha colocou um amigo de Ibrahim se deslocando até o comitê de campanha da presidenta, para entregar a mala; e, para fortalecer a associação, Padilha inseriu na cena uma aparição de Janete, de modo a dizer que

223 “making a direct visual link between the nation and der Führer” (TOMASULO, 2014, p.90).

ela estava presente no local em que sua campanha recebeu dinheiro das atividades ilegais de Ibrahim, estreitando a aproximação entre a presidenta, o doleiro e as atividades deste.

Às vezes, as tentativas de associar o PT ao esquema de corrupção são mais sutis, como por exemplo, na representação do “clube das empreiteiras” – que a série opta por chamar também de “cartel das empreiteiras”. Ao representar o clube, Padilha enumera que as empreiteiras membras do clube equivaliam a 13 – mesmo que o Ministério Público Federal apontasse que fossem 16, podendo chegar a 22 (MACEDO; BRANDT; AFFONSO, 12/12/2014). No filme *Polícia Federal: a lei é para todos*, o clube é identificado contendo 11 empreiteiras. Por que Padilha escolheu que o clube teria 13 empreiteiras? Associação simbólica e sutil com o PT: o número da sigla do partido é transformado no número de empreiteiras que formaram um cartel para se beneficiarem da Petrobras e desviar dinheiro público. Assim, associa-se diretamente um dos mais conhecidos símbolos do partido – o número 13 – às empreiteiras e ao desvio de verba pública.

Gostaríamos de destacar outros três casos do ataque de Padilha ao PT. O primeiro e mais famoso é a atribuição a Lula da frase dita por Romero Jucá (MDB) sobre barrar a Lava Jato, delimita-la onde ela estava, “estancar a sangria”. Desde que a operação foi deflagrada, na série, Padilha sempre tratou de colocar João Higino conversando com Mario Garcez Brito sobre encontrarem uma forma para barrar a operação, frearem Rigo e a Polícia Federal, livrarem JPR da prisão, e até Ibrahim, para que estes não os destruíssem. E em uma dessas conversas Mario Garcez Brito fala que eles precisavam manter a Lava Jato no ponto em que ela estava, ao que João Higino concorda e fala que eles precisam “estancar essa sangria”. Parece que, para Padilha, esta frase ter sido dita por Jucá também não vem ao caso.

O segundo é a representação que Padilha faz de Lula recebendo o imóvel que ficou conhecido como “triplex do Guarujá”. Na cena, Padilha colocou Tom Carvalho e João Higino sozinhos em um apartamento em frente ao mar, ao que Tom pergunta o que João achou do apartamento e este responde que não seria ele quem decidiria “essas coisas”; na cena, João liga para Mario Garcez Brito, pressionando-o para agilizar um acordo que encerrasse a Lava Jato. Um apartamento grande, do presidente da empreiteira, destinado ao ex-presidente da República. As alucinações de Padilha nesta cena são colossais: além de atribuir à falecida dona Marisa as negociações de atividades ilegais, o criador da série ainda ignorou que nenhuma das testemunhas do caso corroborou a hipótese do Ministério Público, além de ter retratado um apartamento grande e luxuoso, em nada correspondente com o real “triplex do Guarujá”²²⁴. Mas talvez, para Padilha, nada disso venha ao caso.

224 Aqui basta comparar o apartamento retratado na série (S01E06) com as imagens tiradas por Guilherme 248

Por fim, o terceiro caso é a conversa entre João Higino e Janete Ruscov sobre trocar o comando da Polícia Federal. Na conversa entre João Higino e Mario Garcez Brito enquanto João estava no apartamento, que acabamos de comentar, Mario sugere a João que ele converse com a presidenta para que ela trocasse o comando da Polícia Federal. E no último episódio da série Padilha insere uma conversa entre João Higino e Janete, em que João tenta convencê-la a mudar o comando da Polícia. Acreditamos que não deve vir ao caso o fato de não haver nenhuma evidência da existência dessa conversa; porém, como serviria para sustentar a tese de Padilha de que foi o PT a comandar o desvio de dinheiro e a liderar a “operação abafa” para barrar a Lava Jato, então seria conveniente a Padilha inserir esta cena na série.

As “imprecisões” históricas são convenientes. Os erros servem ao propósito de atacar o PT, associando-o a esquemas de corrupção. As investigações do Banestado, iniciadas em 1996, foram transferidas para 2003. Por que? Porque em 1996 o presidente não era do PT, o partido não havia assumido o poder e não possuía relação alguma com o caso. Ao deslocá-lo para o primeiro ano do mandato de João Higino, do partido de Janete, Padilha estabelece que a corrupção teve início no mesmo momento em que o partido de “governo popular” assumiu o poder. O Banestado, aliás, também só servira ao propósito de passar todo o primeiro episódio apresentando Ibrahim como uma praga, para que ao final ele fosse associado a Janete e seu partido. Desse modo cumpria-se a associação do PT a casos de corrupção.

Quanto a JPR, a série diz que ele fora nomeado presidente da Petrobras pelo governo de João Higino e quando a operação começou, ele ainda ocupava o cargo. De fato, foi Lula quem nomeou Paulo Roberto Costa à presidência da Petrobras, mas parece que para Padilha não vem ao caso que a indicação veio do deputado federal José Janene, do PP – o partido com mais investigados na operação Lava Jato (na vida real, pois na série esse partido nem existe). E também parece que não vem ao caso o fato de Paulo ter ficado no cargo apenas até 2012, de modo que quando a operação começou ele já não era mais presidente da estatal, nem mesmo quando a série ambienta o começo da narrativa, em 2013. Mas deixando todas essas coisas de lado, cria-se a conveniente imagem de que o presidente responsável pelo desvio de dinheiro na Petrobras fora nomeado pelo ex-presidente, do mesmo partido da atual presidenta, numa nomeação que teria sido ideia do ex-presidente e que o nomeado ainda exercia o cargo quando a operação foi iniciada.

Boulos (PSOL) quando o ocupou no dia 16/04/2018. Imagens disponíveis em: <<https://glo.bo/2KZP8xU>>. Acesso em: 26/05/2018.

Diante de todas as críticas feitas à série, especialmente pelas convenientes “imprecisões” históricas²²⁵, Padilha resolveu se acobertar diante de dois argumentos: a série é uma ficção e há um aviso no começo de cada episódio de que se trata de uma ficção. Realmente aparece uma mensagem, no começo de cada episódio, com o seguinte enunciado: “Este programa é uma obra de ficção inspirada livremente em eventos reais. Personagens, situações e outros elementos foram adaptados para efeito dramático”. A mensagem fica na tela durante cinco segundos, mas é exibida. Porém, para Padilha, isto seria suficiente: “na abertura de cada capítulo da série, avisamos que fatos foram alterados para efeitos dramáticos. Para o pessoal que sabe ler, portanto, não há ruído algum!” (PADILHA apud SOARES, 27/03/2018).

Esperemos que a resposta medíocre de Padilha tenha sido apenas um recurso dele para atrair partidários e que ele não acredite realmente em seu argumento. Supor que ele, como diretor de produções audiovisuais, acredita que uma mera mensagem de cinco segundos seja capaz de bloquear as dezenas de minutos da imagética propaganda ideológica de cada episódio, seria supor que ele é tremendamente liliputiano. Torçamos para que tenha sido mero jogo retórico. Ademais, quanto a este aviso no começo dos episódios, acreditamos que a mensagem mais apropriada a ser exibida seria a conforme descrita por Antonia Pellegrino: “para abrir este mecanismo, seria mais honesto se a cartela dissesse: baseado em delírios toscos, alucinações ingênuas e arrogância elitista” (PELLEGRINO apud MUNDO, 27/03/2018). Como vimos, alucinações de Padilha são elementos presentes em toda a série, então esta mensagem seria mais justa e adequada que a que fora usada.

O diretor ainda acrescentou:

se a principal reclamação é o uso da expressão, pode-se imaginar que o público petista está achando difícil negar todo o resto. Nada a dizer quanto aos roubos e desvios de verba públicas praticadas por Higino e Tames [personagens de Lula e Temer] com os empreiteiros? Hummm... interessante (PADILHA apud SOARES, 27/03/2018).

E afirmou que Dilma só criou a confusão por causa do uso da expressão “estancar a sangria” pelo personagem de Lula porque ela não saberia ler.

Ora, as críticas em relação à série não foram apenas quanto ao uso da expressão. Inclusive na nota de Dilma (ROUSSEFF, 25/03/2018) criticando a série, a ex-presidenta critica o deslocamento do caso do Banestado, a participação e suposta presença de Youssef em sua campanha eleitoral, a suposta proximidade entre Paulo Roberto Costa e Dilma – algo que não possui evidência alguma nas investigações da Lava Jato, mas que Padilha decidiu

225 Importante destacar que José Padilha também foi acusado, por Sebastián Marroquín, filho de Pablo Escobar, de deturpar a história para propósitos ideológicos na série *Narcos* (“JOSÉ...”, 26/03/2018). Assim, parece que a “imprecisão” histórica de suas obras não é algo novo.

inserir –, a declaração de Youssef de que o advogado dele era o então Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos. A crítica à frase atribuída ao personagem de Lula foi apenas uma pequena parte da crítica de Dilma, que acusou Padilha de criar e reproduzir *fake news* para construir uma narrativa que funciona como propaganda político-ideológica. O que não sabemos dizer é se Padilha optou por tentar responder apenas à crítica da expressão “estancar a sangria” porque ele percebeu que não teria respostas às outras críticas; ou se seria apenas um recurso retórico, reduzindo a questão a um único ponto e, assim, tentar reduzir quem o critica ao ridículo; ou se é porque, talvez, seja ele quem de fato não saiba ler.

Considerações finais

A realização da série *O mecanismo* não é algo ocorrido ao mero acaso: trata-se da nova etapa de reconstrução da realidade empreitada pela elite, interessada em difundir sua narrativa sobre a Lava Jato. Após utilizar os veículos de informação para se assenhorear da narrativa da operação e propagar apenas a versão que lhe interessa e lhe é conveniente, restava à elite explorar a mídia de massa e, assim, disseminar sua ideologia através de outros meios.

Antes de *O mecanismo*, houve um filme que se propôs a fazer o mesmo: *Polícia Federal: A lei é para todos*, lançado em 7 de setembro de 2017. Apesar de o filme ser menos delirante e deturpador que a série, a construção, em linhas gerais, é a mesma: a Polícia Federal de Curitiba descobre envolvimento de Alberto Youssef com Paulo Roberto Costa e prende o doleiro que, para se proteger, revelaria um esquema de corrupção envolvendo a Petrobras. A partir deste momento, o filme se dedica a construir a narrativa de que o grande chefe do esquema é Lula, retratado como o grande vilão, o mal supremo a ser enfrentado pelos policiais federais, supostos defensores do bem, da liberdade e da lei. O filme é construído para ter a ilegal condução coercitiva de Lula como clímax, retratada como o embate entre o Bem e Mal, o momento no qual a Polícia Federal se sobreporia a Lula. A corrupção teria se instaurado na política e a única solução estaria fora dela: supostamente, na Polícia Federal e no *Judge Murrow*.

Tanto o filme quanto a série apresentam a mesma ideologia: Lula é o chefe e criador do esquema de corrupção na Petrobras, responsável por **todas** as mazelas que afligem os brasileiros, e a única solução para os problemas políticos está fora dela, em instituições repressivas. Nas duas produções audiovisuais, *Judge Murrow* é retratado como se fosse o único juiz do Brasil, e se a operação fosse enviada para qualquer outro juiz, especialmente do

STF, a operação iria “morrer”. Quanto ao papel atribuído a Lula nestas produções, é algo que alterna entre a completa alucinação e a conveniência ideológica. Ora, Fernando Henrique Cardoso admitiu que em 1996 tomou conhecimento de um esquema ilegal na Petrobras, que exigiria intervenção, mas que preferiu não fazê-lo (ONOFRE; DANTAS; AMORIM, 20/10/2015); Emílio Odebrecht, patriarca da empreiteira Odebrecht, revelou que os esquemas de corrupção ocorriam há 30 anos na Petrobras, e o ex-presidente da Odebrecht, Pedro Augusto Ribeiro Novis, revelou irregularidades cometidas durante as décadas de 1980 e 1990 (MARIZ, 12/04/2017); por fim, o historiador Pedro Henrique Pedreira Campos afirmou que as mesmas construtoras envolvidas na Lava Jato pagavam propinas e se organizavam em cartéis desde a ditadura militar, e até antes dela (ALESSI, 18/03/2015; SCHREIBER, 16/12/2016). Talvez nada disso venha ao caso, dado que o PT não comandava o país nessas épocas e, em alguns destes momentos, sequer existia.

Por fim, gostaríamos ainda de atentar para o marketing realizado a fim de divulgar a série. Em Brasília, a *Netflix* instalou diversos “*corruptômetros*” pela cidade; não se sabe qual a fonte usada para exibir as cifras nos painéis, nem se os números são reais (FIGUEIRA, 13/03/2018). Depois, no aeroporto de Brasília, a *Netflix* inaugurou uma “loja da corrupção”, com inúmeras tornozeleiras eletrônicas, cuecas com bolsos para guardar dinheiro e um livro intitulado *Delação premiada para leigos* (BRANDÃO, 26/03/2018).

Todavia, a estratégia de marketing para a qual mais gostaríamos de atentar é a divulgação feita na mídia impressa. Todos os grandes jornais e revistas, em suas edições da semana na qual a série foi lançada, contavam com uma sobrecapa publicitária divulgando a série. Nas revistas, esta sobrecapa exibia ao fundo diversas matérias reais, publicadas pela própria revista ao decorrer dos últimos anos, sobre a operação Lava Jato, simulando uma capa factual da revista; na parte inferior, aparece o rosto do ator Selton Mello, o logotipo da *Netflix*, o nome da série, seu criador e as obras de sucesso feitas por este, e uma frase em destaque: “você já leu muito, está na hora de assistir”.

Esta frase publicitária visa tornar o conteúdo da série como uma espécie de extensão dos supostos fatos narrados pelas revistas. Para além do apelo que há no uso de uma sobrecapa que simula a própria capa de uma revista, essa tentativa de extensão é problemática:

Se não faz sentido falar em objetividade ideal em discurso, é possível pensar que as ordens discursivas representadas pelo jornalismo, pelo entretenimento e pela publicidade se relacionam com a noção de real de maneiras distintas. É sobre essa diferença que a sobrecapa publicitária de O mecanismo propõe seu efeito persuasivo, fazendo uso de artifícios de intensa carga semântica (como o logotipo da revista, seu layout e, em especial, seu lugar proeminente no projeto editorial) para

uma mensagem publicitária cujo mote trata, justamente, da coincidência dos conteúdos do jornalismo e do entretenimento. Nesse sentido, o título publicitário (“você já leu muito, está na hora de assistir”) leva a crer que, em substância, o que se lê na revista é o mesmo do que se assiste na série (UMEDA, 05/04/2018).

O que a *Netflix* tenta fazer, portanto, é borrar a distinção entre conteúdo jornalístico e entretenimento. Ao vender a série desta forma, ela cria uma noção de identificação entre o que fora noticiado e o que está na série, como se esta fosse apenas uma descrição dos acontecimentos e possuísse um perfil de veracidade, tanto quanto se suporia possuírem os jornais e revistas. Porém a série trata, na realidade, não de descrever os acontecimentos, mas de construir uma narrativa deturpada que sirva a propósitos manipulativo-ideológicos.

A série *O mecanismo*, portanto, nada mais é que mera propaganda ideológica, em um dos usos mais espurcos e futres que a política faz da arte. Buscando difundir uma determinada ideologia antipolítica, Padilha não fora mais que bonifrate da elite, reproduzindo aquilo que esta deseja que seja contado e, ao se orgulhar desse papel, não se revela mais que um peralvilho. Aproveitando-se da narrativa construída pela mídia, a série segue o processo de propagação ideológica em produções audiovisuais de suposto entretenimento. O que é trágico, pois

Um criativo militante de esquerda postou nestes dias no Facebook: “Cuidado. Se rolar a nossa guerra civil, quem vai pintar o nosso Guernica não é o Picasso, mas o Romero Britto”. Isso dá bem a diferença entre arte e figuração. Adaptando a frase para os filmes, podemos dizer que para a guerra civil no Brasil não teremos um Serguei Eisenstein e seu Encouraçado Potemkin. Não. Teremos para a nossa arte O Mecanismo e José Padilha. O que é tragicômico (MOTA, 30/03/2018).

E não ficaríamos surpresos se, para a segunda temporada da série, o Sensacionalista de fato acertasse e Padilha colocasse Lula atirando contra os próprios ônibus da caravana, Dilma pilotando um helicóptero com 450kg de pasta base de alguma substância (SEGUNDA..., 2018) ou Marielle Franco cometendo suicídio.

Referências

“JOSÉ Padilha também foi acusado de deturpar a história em ‘Narcos’”. *Jornal GGN*, 26/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2L2o7L9>>. Acesso em: 14/05/2018.

“SEGUNDA temporada de ‘O mecanismo’ terá Lula atirando no próprio ônibus”. *Sensacionalista*, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2kuyHyy>>. Acesso em: 26/05/2018.

ALESSI, G. “Pagamento de propina na Petrobras transcende o PT e o PSDB”. *El País Brasil*, São Paulo, 18/03/2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2KSewpe>>. Acesso em: 26/05/2018.

AMORIM, P.H. “Padilha 2018! A extrema direita tem candidato!”. *Conversa Afiada*, 25/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2GcJZ2J>>. Acesso em: 14/05/2018.

BRANDÃO, T. “Depois de lançar série O Mecanismo, Netflix abre loja da corrupção no aeroporto de Brasília”. *CidadeMarketing*, 26/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2GCJaEC>>. Acesso em: 14/05/2018.

FERREIRA, F.; FIORATTI, G. “Dilma diz que José Padilha distorceu fatos em série”. *Folha de S.Paulo*, 25/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2jV2sbn>>. Acesso em: 14/05/2018.

FERREIRA, W.R.V. “Nietzsche explica “O Mecanismo”: série explora o veneno psíquico nacional do ressentimento”. *Cinegnose*, 26/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2KkWGUS>>. Acesso em: 14/05/2018.

FIGUEIRA, J.V. “O Mecanismo: Netflix instala “corruptômetro” em Brasília para promover série”. *AdoroCinema*, 13/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2IryZB1>>. Acesso em: 14/05/2018.

GONTIJO, M.V. “O “Mecanismo” para boi dormir: distorções e narrativas da Lava-Jato na série”. *Justificando*, 10/04/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2HuEJKp>>. Acesso em: 14/05/2018.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. With a new introduction by the authors. New York: Pantheon Books, 1988.

MACEDO, F.; BRANDT, R.; AFFONSO, J. “Procuradoria aponta 16 empreiteiras alvos de ‘clube’ do cartel”. *O Estado de S.Paulo*, 12/12/2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2IIUbMo>>. Acesso em: 16/05/2018.

MARIZ, R. “Vídeo: ‘há 30 anos se faz isso’, afirma Emílio Odebrecht”. *GI*, Brasília, 12/04/2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2ktNKZn>>. Acesso em: 26/05/2018.

MIGUEL, L.F. “Na Folha, mais um capítulo da desonestidade de Padilha”. *Jornal GGN*, 27/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2KngON0>>. Acesso em: 14/05/2018.

MILLAR, M. *Superman: entre a foice e o martelo*. Roteiro por Mark Millar; arte por Dave Johnson; tradução por Jotapê Martins. Barueri: Panini Brasil, 2017.

MORAES, D. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTA, U. “O Mecanismo, José Padilha – Qual o limite da arte?”. *Vermelho*, 30/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2wKUwCK>>. Acesso em: 14/05/2018.

MUNDO, D.C. “Antonia Pellegrino: artistas aceitaram dedicar tempo, energia, talento e amor ao panfleto fascista de Padilha”. *Diário do Centro do Mundo*, 27/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2Kncq0u>>. Acesso em: 14/05/2018.

ONOFRE, R.; DANTAS, T.; AMORIM, S. “FH foi alertado de que Petrobras era um ‘escândalo’”. *GI*, São Paulo, 20/10/2015. Disponível em: <<https://glo.bo/2LtuV4C>>. acesso em: 26/05/2018.

ROUSSEFF, D. “O mecanismo de José Padilha para assassinar reputações”. *Dilma: presidenta eleita do Brasil*, 25/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2pFTAtt>>. Acesso em: 14/05/2018.

SCHREIBER, M. “Pagamento de propinas por empreiteiras se consolidou durante ditadura, diz historiador”. *BBC Brasil*, Brasília, 16/12/2016. Disponível em: <<https://bbc.in/2hrmsT0>>. Acesso em: 26/05/2018.

SHALDERS, A. “O que é verdade e o que é invenção em “O Mecanismo”, a série da Netflix sobre a Lava Jato”. *BBC Brasil*, São Paulo, 27/03/2018. Disponível em: <<https://bbc.in/2uHlyKq>>. Acesso em: 14/05/2018.

SOARES, J. “Ficção X realidade: a polêmica em torno da série “O Mecanismo””. *DW Brasil*, 27/03/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2InezJb>>. Acesso em: 14/05/2018.

TOMASULO, F.P. The mass psychology of fascist cinema: Leni Riefenstahl’s *Triumph of the Will*. In: GRANT, B.K.; SLONIOWSKI, J. (editors). *Documenting the documentary: close readings of documentary film and video*. New and expanded edition. Detroit: Wayne State University Press, 2014, p.81-102.

UMEDA, G.M. “O mecanismo nas capas das revistas semanais”. *Observatório da Imprensa*, 05/04/2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2GXjKSq>>. Acesso em: 14/05/2018.

QUE CETICISMO?

O “pirronismo moderno” e o ceticismo acadêmico

Karina Nunes dos Santos²²⁶

Resumo: Este texto é produto de estudos acerca da retomada do ceticismo antigo na modernidade. Pretendemos nele, primeiramente, mostrar como o ceticismo pirrônico ganha espaço na modernidade, em detrimento da queda do ceticismo acadêmico; em segundo lugar, evidenciar as razões pelas quais isto ocorre e a maneira como contribui para a formação do pensamento moderno. Para tanto, analisaremos fontes históricas e filosóficas que vinculam o ceticismo acadêmico ao antirracionalismo e o ceticismo pirrônico à racionalidade no fim do Renascimento, a partir da postura adotada frente ao problema do critério da verdade na religião.

Palavras-chave: Ceticismo; pirronismo; Academia; razão; fideísmo; modernidade.

Abstract: This text is the product of studies about the resumption of skepticism old in modernity. We intend first to show how Pyrrhonic skepticism gains space in modernity, to the detriment of the fall of academic skepticism; secondly, show the reasons why this occurs and the way in which it contributes to the formation of modern thought. In order to do so, we will analyze historical and philosophical sources that link academic skepticism with anti-rationalism and Pyrrhic skepticism to rationality, at the end of the Renaissance, from the position adopted around the problem of the criterion of truth in religion.

Keywords: Skepticism; pyrronism; Academy; reason; fideism; modernity.

Dizemos, então, que o gérmen do ceticismo esteve presente já nos textos idílicos, que mencionavam os conflitos de opiniões, por exemplo. Sugerindo uma aparição rasteira do que seria uma forma de pensamento cético, alguns comentadores afirmam que ele aparece também ligado a filósofos pré-socráticos, como no “movimento” de Heráclito ou em Xenófanes; nos argumentos filosóficos, como no princípio da não contradição, de Aristóteles, presente no Livro IV, de *A metafísica*; nas obras de sofistas, como o relativismo de Protágoras e mesmo

226 Graduanda do curso de licenciatura em filosofia, pela Universidade Federal de Sergipe.

Karina.filosofia@hotmail.com

na filosofia de Sócrates e Platão, na argumentação dos diálogos platônicos (MARCONDES, 1994, p.87).

O ceticismo, no entanto, não se reduz ao ato de duvidar ou ao debate de opiniões, mas à maneira de proceder diante da dúvida através da oposição de argumentos racionais.

O ceticismo é a habilidade antitética de [opor] [coisas] aparentes e também pensamentos, de todos os modos e sempre que possível; [habilidade] que, por causa da equipolência das coisas e argumentos opostos, leva-nos primeiro à suspensão de juízo, depois à imperturbabilidade. (H.P., I, 4)

Ele surge primeiramente como prática e depois teoricamente sistematizado, ainda na Antiguidade, mas, na modernidade o ceticismo passa a ser abordado com mais proeminência no cenário filosófico. Nosso objetivo é, portanto, demonstrar que o ceticismo pirrônico, esquecido durante o período medieval, retomou os palcos filosóficos na modernidade com mais relevância que o ceticismo acadêmico, igualmente esquecido. Mostraremos como isso ocorre e quais as possíveis motivações e consequências para a formação do pensamento moderno, analisando obras históricas e filosóficas que nos forneçam dados das aparições de cada forma de ceticismo, seus defensores, seus usos e suas vinculações.

Pirrônicos e Acadêmicos: que diferenças?

Historicamente, o ceticismo surge com Pirro de Élis (c. 315-225 a. C.), a quem se atribui o título de primeiro cético. Seu ceticismo, no entanto, se mostra como prática, muito semelhante ao estoicismo e epicurismo. Mas, é na Academia de Platão que o ceticismo – acadêmico – passa por uma elaboração teórica, feita por Carnéades (c.213-129 a.C.) e Clitômaco (175-110 a.C.), inspirados por Arcesilau (c.315-241 a.C.) (POPKIN, 2000, prefácio) e seus principais difusores; Cícero, Diógenes Laércio e Santo Agostinho. O ceticismo acadêmico se colocava frente ao dogmatismo positivo, numa postura de negação da possibilidade de conhecimento verdadeiro, baseado numa cadeia de argumentos formulados na forma de proposições em que eram verificadas sua verdade e falseabilidade, embora partissem do princípio de que nenhum conhecimento era possível. Os céticos acadêmicos afirmavam que as fontes de conhecimento do mundo, os sentidos e a razão eram falhas, de modo que jamais poderiam gerar conhecimento verdadeiro das coisas, restando como alternativa, apenas uma possibilidade aproximada da verdade. Embora esse ceticismo fosse uma reação ao dogmatismo da época, sua postura apresentava um dogmatismo negativo, ao negar toda e qualquer forma de conhecimento verdadeiro.

Da Academia, o ceticismo migrou para as escolas pirrônicas, que, como o nome sugere, estão atreladas à figura de Pirro. O ceticismo pirrônico foi formulado teoricamente por Enesidemo de Cnossos (c.100-40 a.C.), que pensou um meio termo entre o ceticismo acadêmico, na negação da verdade, e os dogmáticos, na afirmação da mesma. A suspensão de juízo (*époche*) formulada pelos estoicos foi, posteriormente, adotada por Arcesilau e, depois, pelos pirrônicos, de modo que essa não é uma noção de Pirro, originalmente. Esse modelo de ceticismo foi elaborado na forma de “tropos” ou “modos” de proceder ante a dúvida, sendo, antes de tudo, uma habilidade que, dada a impossibilidade de resolução, levaria à suspensão de juízo, conduzindo o indivíduo a um estado de imperturbabilidade da alma (*ataraxia*). O ceticismo pirrônico está comprometido, antes, com a imperturbabilidade, que é o objetivo último de sua busca: manter-se ativo diante das aporias, pois elas não devem dificultar o curso da vida comum, como o próprio Pirro procedia, chegando à felicidade (*eudaimonia*).

Dizemos que a causa primeira do ceticismo é a expectativa de alcançar a imperturbabilidade; pois os homens valorosos, perturbados por causa da irregularidade nas coisas e em aporia acerca de a qual [alternativa] se deve assentir, foram levados a investigar o que é verdadeiro e o que é falso nas coisas, como se, a partir da verificação disso, chegassem à imperturbabilidade. O princípio mais substancial do ceticismo é o de, a todo argumento, opor um argumento igual. Pois achamos que após isso acaba que não dogmatiza. (H.P., I, 6)

Os “tropos”, reunidos na obra *Hipotiposes pirrônicas*, de Sexto Empírico, foram aplicados em diversas áreas do conhecimento, na Antiguidade, como na matemática, na lógica, na astrologia, na gramática e, principalmente, na medicina grega, na comunidade médica de Alexandria como contraponto tanto ao dogmatismo positivo quanto ao negativo. Antes de se tornar uma investigação argumentativa, como exposta por Sexto Empírico, o ceticismo aparece na atitude radical de duvidar de tudo que está além da aparência, com Pirro, que vivia um ceticismo prático. A caricatura que se faz de Pirro, no entanto, não pode ser afirmada categoricamente, uma vez que partimos de testemunhos por vezes contraditórios, pois, o mesmo Pirro que aparece nas *Hipotiposes*, de Sexto, aparece também vinculado a um ceticismo “indiferente”, por Diógenes Laércio, segundo Bolzani (2011, p.3). Diógenes confunde o distanciamento da dúvida com a ausência de sensação (*apathia*) e inação (*apraxia*). A interpretação de Diógenes Laércio acerca da conduta pirrônica parece contraditória, pois o ceticismo de Pirro é estritamente prático. Entretanto, todos convergem quanto ao pirronismo tratar-se, sobretudo, duma filosofia comprometida com a ética. É certo, porém, que a forma como o ceticismo é conhecido hoje, em muito deve-se à obra de Sexto Empírico, principal difusor do ceticismo pirrônico, embora se saiba que Diógenes Laércio fora lido com significativa intensidade. Mas o que pretendemos é privilegiar o renascimento do ceticismo à maneira sextiana, pois foram seus argumentos os responsáveis pela crise que se

instaurou a partir de Lutero, abrindo caminho para discussões filosóficas posteriores. A despeito dessas divergências, parece correto suspender o juízo e seguir o curso de nossa investigação, não apáticos, mas tranquilos, uma vez que sabemos que essas dúvidas redundam na impossibilidade de resolução, já que partimos de testemunhos tão controversos.

Como se percebe, há inúmeras dificuldades ao tratar de filósofos antigos, que partem da escassez de fonte documental, pois boa parte desses filósofos nada ou pouco escreveu, ou ainda, o que foi escrito perdeu-se, restando, de alguns, apenas fragmentos. Esses estudos se fazem, então, a partir duma análise doxográfica ou de relatos e textos de seus discípulos. Pirro nada escreveu sobre o ceticismo que lhe é atribuído, pois fazia parte daquele grupo de filósofos que dedicavam-se à prática da filosofia, porém, é considerado o pai do ceticismo por ter sido o primeiro e mais completo cético, segundo o próprio Sexto Empírico. As duas filosofias – a pirrônica e a acadêmica –, no entanto, se dizem céticas, suspensivas e aporéticas, de modo que o limite entre elas parece imperceptível. O que difere o cético acadêmico do cético pirrônico é assunto complexo mesmo na antiguidade, segundo afirma Bolzani (2011, p.7). Mas, Sexto Empírico sinaliza que há uma diferença entre elas, afirmando, nas *Hipotipoeses*, que:

Para aqueles que investigam um assunto, provavelmente ou segue-se a descoberta, ou a rejeição da descoberta e a admissão da inapreensibilidade, ou a persistência na investigação [...] Eis porque, do mesmo modo, quanto às investigações filosóficas, uns afirmaram que descobriram a verdade, outros proclamaram que [ela] não é capaz de ser apreendida, já outros investigam. (H.P., I, 1)

O ceticismo pirrônico trabalha com a investigação, ao contrário do ceticismo acadêmico, que atesta a impossibilidade de conhecimento verdadeiro, sendo mais facilmente confundido com o dogmatismo negativo que com ceticismo. Ao afirmar que o ceticismo acadêmico se equipara ao dogmatismo que tentou combater, Sexto Empírico coloca o pirronismo em posição privilegiada, sendo, antes, uma forma de ceticismo intermediária entre os dogmatismos, mas, do ponto de vista cético, uma forma radical.

Esta distinção, apontada por Sexto, é de suma importância para a fundamentação de um dos objetivos deste trabalho, que consiste em tornar evidente a ascensão do pirronismo na modernidade, em razão da queda do ceticismo acadêmico estar vinculada justamente ao seu caráter dogmático.

A obra de Sexto Empírico (séc. II d.C.) pertence a esta nova tradição, e é provável que Sexto tenha tentado caracterizar os Acadêmicos como dogmáticos negativos visando enfatizar a originalidade e a autenticidade do Pirronismo como realmente representando o Ceticismo. Sexto insiste na interpretação da época como suspensão de juízo, i.é. uma posição segundo a qual não se afirma nem nega algo, evitando, assim, o dogmatismo negativo dos Acadêmicos que afirmavam ser impossível encontrar a verdade (ver acima). Desta forma, o recurso ao probabilismo não se

torna necessário, não havendo motivo para a adoção de um sucedâneo do critério estóico [sic] de decisão. (MARCONDES, 1994, p.94)

É, portanto, o caráter investigativo (*sképsis*) do ceticismo pirrônico que o difere fundamentalmente do ceticismo acadêmico.

O renascimento do ceticismo no Renascimento

Apesar de seu surgimento datar do período helenístico, o ceticismo passa a ser abordado com relevância somente no início da modernidade, a partir de debates que se precipitaram na esfera religiosa. Há, no entanto, estudos recentes sobre o impacto do ceticismo ainda no período helenístico (BRITO, 2015). Com a crise intelectual da Reforma Protestante acerca do padrão correto de conhecimento religioso, a chamada “regra de fé” passava por uma verificação do critério de verdade, na qual o pirronismo se inseria como argumento cético em relação ao conhecimento natural. Adormecido durante o período medieval, o ceticismo pirrônico alimentava e, ao mesmo tempo, era alimentado por uma crise intelectual que lhe devolvia o valor, ao romper com os moldes do pensamento medieval.

No início do medievo, a Igreja parecia ter superado o pensamento cético, implantando em seu lugar uma doutrina cristã que asfixiou o critério de verdade. Através do fideísmo antirracional de Santo Agostinho, a Igreja detinha as rédeas do critério de fé, sendo ela mesma o critério, numa postura de deturpação e imposição moral em causa própria. Quando Martinho Lutero (1483-1546) começa a questionar os critérios pelos quais a Igreja julgava-se a única autoridade, o ceticismo pirrônico retoma sua forma anterior de pensar a verdade, gerando conflitos e dificuldades filosóficas que foram discutidas no ceio da religião.

Ao negar o critério de fé, adotado pela tradição católica, Lutero suscitou a Reforma Protestante, retirando da Igreja sua autoridade, dando ao homem comum a capacidade de julgar o Evangelho e tomar decisões baseadas apenas em sua própria interpretação e consciência. A partir da negação à tradição da Igreja Católica, o problema do critério foi abordado de acordo com a formulação de Sexto Empírico, nas *Hipotiposes pirrônicas*.

Portanto, dizemos que o critério da conduta cética é o aparente, assim, é potencialmente chamando de impressão; pois, baseado na sensação e na afecção involuntária, é ininvestigável. Por isso, do mesmo modo, ninguém divergirá sobre se o subjacente aparece de uma maneira ou de outra, mas investiga-se sobre se este [subjacente] é tal como aparece. (H.P., I, 11)

Significa dizer que é desnecessário questionar o que se nos apresenta como algo evidente, mas questionar se o que se apresenta é tal como se apresenta. Na discussão, cabia questionar se a Igreja realmente detinha o critério de verdade que a colocava como única capaz de decidir no que se deveria crer.

Em réplica a Lutero, Erasmo de Roterdã escreve *De Libero Arbitrio*, uma crítica ao critério adotado por Lutero na Reforma Protestante. Sua posição consistia na “defesa ética da fé”, na qual era adotada a suspensão de juízo – atitude cética – diante da impossibilidade de julgar o critério de fé. Embora sua crítica fosse voltada a Lutero, sua posição assumia a incapacidade da Igreja em eleger um critério que atendessem racionalmente às exigências que Lutero havia exposto. No entanto, essa posição permitia que o fiel permanecesse no ceio da religião, sem questionar a regra de fé, mas aceitando que não era possível defini-la ou identificá-la. A postura acomodada de Roterdã privilegiava ainda mais o ceticismo, ao confessar a impossibilidade de encontrar um critério adequado, porém, acatando como verdade a falácia da autoridade da Igreja, eximindo-se do debate argumentativo.

Havia um consenso em relação ao desaparecimento do ceticismo na Idade Média e retorno no fim do Renascimento, a partir da obra de Sexto. Porém, a partir do ceticismo agostiniano, essa discussão toma outro rumo, segundo Marcondes (2012). No século IV, Agostinho escreve uma obra chamada *Contra acadêmicos*, num ataque ao ceticismo, vinculando-o, no entanto, unicamente ao ceticismo acadêmico, como se esta fosse a única forma de ceticismo existente, levantando suspeitas de que pode ter havido uma influência do pirronismo sobre a filosofia acadêmica, ao ponto de serem tomadas como uma só. Após a morte de Sexto Empírico, no século II d.C., essa havia sido a única menção ao ceticismo no medievo. A defesa de Marcondes é a de que os textos céticos agostinianos estiveram presentes no período medieval como representação do ceticismo acadêmico, o que nos chama a atenção para a presença do ceticismo na forma de questões céticas, como da possibilidade de conhecimento e sua verificação, diferentemente, porém, duma filosofia cética mais elaborada. A difusão do ceticismo acadêmico a partir da obra de Santo Agostinho possibilita, então, pensar a presença do ceticismo no medievo, embora essa aparição redunde na reafirmação da fé. Esse caminho, entretanto, revela uma tendência cética presente em outras abordagens na religião, como as dos teólogos antirracionais judeus, muçulmanos e cristãos (POPKIN, 2000, prefácio). O fideísmo antirracional, portanto, aparece vinculado a uma postura cética, ao substituir a suspensão de juízo pela fé, na impossibilidade de se chegar à verdade a partir da racionalidade. Se, por um lado, o fideísmo agostiniano gerou a queda da racionalidade nos assuntos religiosos, superando o ceticismo pela fé, no medievo, por outro lado, seu antirracionalismo pode ser interpretado como uma forma de ceticismo ao negar a razão.

A crise instaurada por Lutero permitiu um amplo debate intelectual acerca da verificação da verdade, a partir dos argumentos de Sexto Empírico, em que outros defensores

dos principais pontos de vista, da Reforma e Contrarreforma, se posicionaram, numa insolúvel disputa, como Calvino, seguidor de Lutero, e Castellio, seu opositor. Calvino defendia a evidência, a despeito do argumento, que consistia em um tipo de iluminação divina para que o indivíduo pudesse compreender as Escrituras e julgar a conduta humana, segundo um senso de bem e mal dado por Deus. Essa teoria é um desenvolvimento da teoria subjetivista de Lutero, que visava estabelecer um critério através da evidência da escolha divina. Enquanto isso, Castellio se ocupava com uma defesa argumentativa e racional, procurando questionar os critérios da escolha divina enunciada por Calvino. Castellio partia duma argumentação cética moderada, que consistia em discernir aquilo em que devemos acreditar daquilo do que devemos duvidar, e o critério usado deveria presumir que a verdade pudesse ser verificada por todos, o que seria estabelecido pelo uso de instrumentos de juízo, ou seja, pelo uso da razão e dos sentidos, argumento semelhante ao de Sexto Empírico nas *Hipotiposes pirrônicas*. Diferentemente de Roterdã, que defendia a autoridade da Igreja em caso de dúvida, o ceticismo moderado de Castellio priorizava a defesa da racionalidade, embora os dois argumentos possam ser classificados como céticos.

O ceticismo emerge no fim do Renascimento, a partir da retomada de três fontes: Sexto Empírico, Cícero e Diógenes Laércio (POPKIN, 2000, p.49). Sexto Empírico tornou-se o “pai da filosofia moderna” ao final do século XVII, embora Cícero e Diógenes Laércio tenham sido também difusores do ceticismo antigo. A discussão acerca do critério da fé ganha mais vulto a partir da leitura Sexto Empírico, por ele dispor os argumentos que serviriam de base para os questionamentos de Lutero, no âmago da religião. A crise cética do Renascimento e da Reforma Protestante exaltaram a obra de Sexto, tornando-o o cético mais abordado no período moderno por filósofos que viriam a desenvolver seu pensamento posteriormente, como Montaigne, Mersenne e Gassendi (POPKIN, 2000, p.55).

Como vimos, a tensão provocada pela inserção do pensamento cético na religião fomentou algumas transformações ocorridas no cenário intelectual, semeando o nascimento do pensamento moderno, a partir do renascimento do ceticismo. Vejamos como isso acontece.

O antirracionalismo e o ceticismo acadêmico

A obra de Sexto Empírico reaparece nos séculos XIII e XIV, em Paris e na Espanha, respectivamente, e é publicada na íntegra pelo contrarreformista Gentian Hervet, disseminando-se por toda a Europa. No século XVI, Gian Francesco Pico della Mirandola revisita a obra de Sexto Empírico, mas se posiciona em favor da Igreja, utilizando seus

argumentos para derrubar a filosofia racional. Na impossibilidade de saída diante da dúvida, a solução de Pico della Mirandola era depositar fé no conhecimento e poder da “revelação” (POPKIN, 2000, p. 53).

O cardeal Jacopo Sadoletto, bispo de Carpentras, escreveu uma resposta ao ceticismo acadêmico, em que o acusava de ser uma filosofia inútil. Ao mesmo tempo, elevava a filosofia aristotélica, num elogio à razão que conduziria ao conhecimento dos universais, que traria a felicidade, e esta seria a filosofia verdadeira. Sadoletto depositava extrema fé na razão humana, mas não parecia preocupado com argumentações céticas (POPKIN, 2000, p.63). Henricus Cornelius Agrippa von Nettesheim, em *De incertitudine et vanitate scientiarum declamatio invectiva...* debruçava-se sobre a denúncia do orgulho do conhecimento, em detrimento da fé na Escritura, mencionando apenas a influência cética de Cícero e Diógenes Laércio, difusores do ceticismo acadêmico. Outros autores, como Reginald Pole, Pierre Bunel e Arnold Du Ferron, buscaram no ceticismo acadêmico suporte para suas filosofias antirracionais, e foram chamados de *nouveaux academiciens*, por recuperarem o ceticismo acadêmico, embora o usassem apenas na defesa de suas teorias fideístas. Podemos perceber que o fideísmo se apoderou do ceticismo acadêmico para justificar suas teorias antirracionais em defesa da fé.

Comumente, os fideístas isentam o conhecimento religioso dos ataques céticos, mas Guilherme de Budé, que também era fideísta, bebia da fonte do ceticismo acadêmico, lançando dúvidas sobre a razão humana e também sobre as verdades reveladas, sem, no entanto, abandoná-las. Em resposta à crítica de Budé, Omer Talon escreve em favor do ceticismo acadêmico, exaltando sua característica de extensão ao fideísmo, publicando posteriormente uma obra intitulada *Academica*, baseada numa visão do ceticismo acadêmico de Cícero, acerca da história do movimento acadêmico, desde as ideias de Sócrates. Talon inaugurou uma distinção entre o ceticismo religioso e o ceticismo quanto à razão, afirmando que em relação à religião é preciso antes crer, ao contrário do que se deve fazer em relação à razão (POPKIN, 2000, pp. 66-67). Pedro Ramus e Omer Talon foram acusados por Galland de fazerem parte dos *nouveaux academiciens*, por defenderem o ceticismo acadêmico, apesar de serem fideístas. Outros debates agitaram o palco do ceticismo acadêmico, que vivia um período de efervescência, ao ser capaz de conciliar razão e fé. *Les Dialogues de Guy de Bruès contre les Nouveaux Academiciens* foi publicado em 1557, por Guy de Bruès, apresentando argumentos e refutações acerca dos méritos do ceticismo acadêmico entre quatro de seus contemporâneos: Pierre de Rosard, Jean Antoine, Guillaume Aubert e Jean Nicot:

Busson e Greenwood vêem os esforços de Bruès como parte de um grande retrato dos primeiros apologistas a lutar contra um conjunto de monstros renascentistas surgindo aristotelismo de Pádua, do pirronismo, etc.; alinham Bruès junto a um movimento contínuo do séc. XVI de lutas contra todo o tipo de “irreligião cética”. (POPKIN, 2000, pp. 73-74)

A impressão que se tem é a de que a Igreja agonizava, e seus defensores viram no ceticismo acadêmico uma possibilidade de manter o controle das leis divinas, unindo a racionalidade exigida por um movimento da época à fé, pois, a despeito dessas tentativas, a Igreja, assim como o ceticismo acadêmico, viu-se incapaz de sustentar-se. O ceticismo acadêmico, mesmo tendo sido usado pelos fideístas, não rendeu à filosofia contribuições consideradas sérias e, somente com as publicações de Sexto Empírico, o ceticismo – pirrônico – passou a ter importância no campo filosófico.

Sexto foi lido e comentado por Giordano Bruno, teólogo, filólogo e líder do catolicismo francês, que viria a ser condenado e morto pela Santa Inquisição, sob acusação de heresia. Também foi abordado por médicos da época, a exemplo de Marsílio Cagnati, em *Variarum Observationum*, em que dedica parte da obra à biografia de Sexto; e pela obra histórica de Justus Lipsius, em que se refere ao ceticismo de Sexto como único ceticismo. Com Sanchez e Montaigne, no entanto, o ceticismo passa a ter uma importância maior em relação à filosofia, embora a filiação de Sanchez a uma forma específica de ceticismo seja assunto controverso.

Francisco Sanchez (1552-1623) foi um médico português que se dedicou ao ceticismo na obra *Quod nihil scitur*, em que tece uma crítica à noção aristotélica de conhecimento, adotando um nominalismo radical, ao atacar a ideia de definição das coisas, utilizada por Aristóteles. Essas definições são, para Sanchez, apenas nomes atribuídos às coisas que não fornecem nenhum dado explicativo sobre a coisa mesma. Critica, também, a noção de ciência, bem como o método demonstrativo de Aristóteles, acusando-o de ser demasiado obscuro, abstrato e trabalhar a partir de silogismos circulares (POPKIN, 2000, pp. 81-82). Sanchez conclui que o conhecimento não pode ser adquirido através de definições, pois definir é presumir causas que jamais seriam conhecidas verdadeiramente, posto que precisaríamos retroceder *ad infinitum*. Propunha, então, que em lugar de conhecer as definições e causas das coisas se conhecesse a coisa mesma, através da apreensão imediata de todas as qualidades reais do objeto. Porém, o próprio Sanchez reconheceu que era impossível ao homem conhecer todos os objetos particulares, por haver um número ilimitado deles. Dedicou parte de sua obra ao estudo das possibilidades de conhecimento verdadeiro a partir dos sentidos humanos e suas limitações em conhecer as substâncias das coisas. Seu ceticismo se mostra na conclusão de que a forma verdadeira de conhecimento significativo é impossível. Alguns estudos

consideram Sanchez um sucessor de Sexto Empírico, mesmo que não o mencione em sua obra e que seu ceticismo negativo e probabilístico se assemelhe mais ao acadêmico (POPKIN, 2000, p.85). Essa atribuição talvez se deva à forma como trabalha os argumentos céticos, assemelhando-se à tradução de Estienne da obra de Sexto (POPKIN, 2000, p.51). Outras fontes sustentam ainda que Sanchez era na verdade um empirista que se utilizava dos argumentos céticos para se opor ao modelo aristotélico de fazer ciência. O que se sabe, ao menos para fins deste estudo, é que o ceticismo aparecia fora do cenário religioso, tratando do conhecimento como um problema científico. Mas, é com Montaigne que o ceticismo pirrônico ganha força e visibilidade na Idade Moderna, como veremos no capítulo a seguir.

A vinculação do fideísmo antirracionalista ao ceticismo acadêmico parece se dever a um acidente de percurso, ao ser visitado por Agostinho e posteriormente por filósofos que o utilizaram para fundamentar uma defesa da fé como resolução do problema do critério. Mas não só, isso também se deve ao fato de que sua postura é mais inclinada ao dogmatismo negativo, na negação da possibilidade de conhecimento verdadeiro, postura que é facilmente desenvolvida pelos fideístas antirracionalistas, que atribuem à Igreja a autoridade por aproximação, atitude característica do probabilismo do ceticismo acadêmico.

É perceptível, a partir dum estudo histórico, que o ceticismo acadêmico aparece frequentemente vinculado à defesa antirracional do fideísmo, uma vez que a negação do conhecimento redundava na reafirmação da fé, para os defensores da Igreja, enquanto o pirrônico se insere nos debates argumentativos que privilegiam a racionalidade, trazendo a suspensão do juízo como alternativa ante a aporia. Essa diferença, exposta no primeiro capítulo deste estudo, parece fundamentar a queda do ceticismo acadêmico e ascensão do pirronismo na modernidade, o que fica claro a partir da obra de Montaigne.

O ceticismo acadêmico, que já havia perdido forças quando o pirronismo surgiu, na tentativa de retomar o ceticismo investigativo de Pirro, viu-se, no início da modernidade, tão preterido quanto no próprio medievo, com suas doutrinas dogmáticas.

O “pirronismo moderno”

Longe de resolver o problema do critério, para fins filosóficos ou religiosos, Lutero apenas abriu o debate que recolocou o ceticismo pirrônico nas discussões filosóficas da época, a partir da *crise pyrrhonienne* do Renascimento. Mas, é a Montaigne que devemos a recuperação e ascensão do pirronismo na Idade Moderna, a partir dos argumentos sextianos.

Michel de Montaigne (1533-1592) foi o maior pensador do ceticismo pirrônico na modernidade. Isso se deve, sem dúvida, à sua vivência pessoal de problemas com as dúvidas extremas, em que os argumentos do ceticismo pirrônico foram a cura para a doença intelectual que lhe acometia. À essa crise, Popkin chama de *crise pyrrhonienne* pessoal, numa analogia à crise da Reforma Protestante, que derrubou as bases sólidas da Igreja e em seu lugar colocou dúvidas insolúveis. Montaigne, de igual modo, se via cercado por dúvidas das quais não conseguia fugir. O filósofo compôs seu Ensaio cético, *Apologia de Raymond Sebond* – obra que se refere à defesa de Montaigne às críticas sofridas pela publicação de *Theologia Naturalis*, escrito pelo teólogo Raymond Sebond – enquanto lia Sexto Empírico. As críticas à obra de Sebond diziam que a fé não deveria ser sustentada pela razão e que os seus argumentos não eram suficientemente bons e racionais. Embora Montaigne tenha escrito a defesa de Raymond Sebond em razão de seu fideísmo, o processo se dá de maneira bastante diversa daquele adotado pelos fideístas antirracionalistas, adeptos do ceticismo acadêmico.

Entretanto, julgo que em uma coisa tão elevada e divina, que sobreexcede a inteligência humana, como essa verdade com que a bondade de Deus houve por bem iluminar-nos, cumpre que Ele nos continue a auxiliar, e que só por um favor especial de Sua parte podemos percebê-la e penetrá-la. Abandonados unicamente à nossa inteligência, não seremos capazes, pois se assim não fosse, muitos espíritos superiores e privilegiados como os que floresceram nos séculos passados teriam chegado à fé por intermédio da razão. (MONTAIGNE, 1972, P.209)

Montaigne divide sua defesa em duas partes: as questões de fé e as questões céticas. Ao contrário dos outros fideístas, ele não se utiliza do ceticismo pirrônico para fundamentar uma crença irracional, mas divide os assuntos em duas categorias diferentes; afirmando a fé antes de qualquer coisa e pondo em dúvida toda a racionalidade, numa atitude de superação da ideia de razão através duma espécie de relativismo. A razão não pode interferir nos assuntos divinos, assim como a fé não pode justificar argumentos racionais. Talvez pareça contraditório afirmar que o ceticismo pirrônico não forneça argumentos para o antirracionalismo, na medida em que afirmamos que Montaigne o usou para apoiar seu fideísmo. Mas a diferença se instaura no modo como isto ocorre. Os argumentos sextianos são usados por Montaigne para justificar o conhecimento das coisas, quando possível, pois não condizem com o probabilismo do ceticismo acadêmico – que gerava uma atribuição da verdade – nem sugerem que a verdade não possa ser conhecida. Ele se utiliza desses argumentos para expor suas ideias relativistas, partindo da limitação de nossos sentidos em relação ao que eles podem captar da verdadeira essência das coisas. Essa limitação dos sentidos revela as dificuldades enfrentadas pelos céticos acadêmicos do Renascimento na busca do critério da verdade. Sem os sentidos, restaria a razão, mas esta precisaria se sustentar a partir de critérios que ela mesma estabeleceria, sendo, portanto, incapaz de gerar

conhecimento verdadeiro nos assuntos éticos, em que se faz necessária, então, a suspensão do juízo. Com esse raciocínio Montaigne resolve o problema do critério da verdade, concluindo a impossibilidade de encontrá-lo, e constrói seu ceticismo a partir duma cadeia de dúvidas e argumentos racionais, diferentemente dos outros cétricos fideístas, que se baseavam no anti-intelectualismo para justificar a fé.

O dualismo fé/razão, criado durante a Reforma, fora desmistificado na obra de Montaigne e usado em defesa do fideísmo pela Contrarreforma, não unindo razão e fé, como os cétricos acadêmicos do Renascimento, mas separando-as originalmente em dois departamentos, de maneira que poderiam coexistir tranquilamente e, assim, se apoiar. Mais que isso, o ceticismo pirrônico tornou-se o modelo de ceticismo que mais combinava com o fideísmo, por libertar o homem do dualismo fé/razão ao qual fora submetido durante as disputas da Reforma e Contrarreforma.

A defesa do ceticismo pirrônico de Montaigne foi um dos pilares da construção do pensamento moderno. Mais do que resolver o problema do critério – esclarecendo sua impossibilidade – Montaigne recolocou o pirronismo na filosofia, que foi de extrema relevância nas discussões humanistas e científicas da época, tornando-se, até o século XVIII, o “filósofo da transição” entre medievo e Idade Moderna (POPKIN, 2000, p.106). Montaigne foi, decididamente, o filósofo que mais privilegiou o ceticismo pirrônico, expondo ao mundo os argumentos de Sexto Empírico.

A Igreja Católica, antes responsável pela ascensão do dogmatismo positivo, parece ter decretado a morte do ceticismo acadêmico, ao se utilizar de seus argumentos em causa própria. A Idade Moderna suscitou justamente o que faltava às posições da Igreja e do ceticismo acadêmico: investigação e argumentação racional. Parece coerente afirmar que ceticismo moderno é o mesmo que “pirronismo moderno”, pois, foi na modernidade que o ceticismo passou a ser sinônimo de pirronismo, a partir da obra de Sexto Empírico, recuperado pela religião e devolvido aos braços da filosofia.

Bibliografia

BOLZANI FILHO, Roberto. **Acadêmicos versus pirrônicos**. Sképsis, 2011. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://philosophicalskepticism.org/wp-content/uploads/2014/06/1academicos_versus_pirronicos.pdf. Acesso em 20 de junho, 2018.

BRITO, Rodrigo de Pinto. **Algumas outras palavras sobre ceticismo e cristianismo.** Archai, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11926994/ALGUMAS_OUTRAS_PALAVRAS_SOBRE_CETICISMO_E_CRISTIANISMO_Some_other_Words_on_Skepticism_and_Christianism. Publicado em 2015. Acesso em 29 de junho, 2018.

EMPÍRICO, Sexto. **Esboços pirrônicos I-30.** Tradução (bilíngüe grego/português e espelhada) Rodrigo Pinto de Brito. Sképsis, 2018. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/E_autores/EVA_Luiz_Antonio_Alves_tit_Paradigma_oculto_da_filosofia_moderna-O_o_ceticismo.htm#.Wwxk_wox5Rc.facebook. Acesso em 20 de junho, 2018.

EVA, Luiz Antonio Alves. **O paradigma oculto da modernidade - o ceticismo.** Espiritualidade e Sociedade, S.D. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/E_autores/EVA_Luiz_Antonio_Alves_tit_Paradigma_oculto_da_filosofia_moderna-O_o_ceticismo.htm#.Wwxk_wox5Rc.facebook. Acesso em 20 de junho, 2018.

MARCONDES, Danilo. **Montaigne e a descoberta do Novo Mundo.** Kriterion, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2012000200006. Acesso em 20 de junho, 2018.

MARCONDES, Danilo. **Pirronismo e a Nova Academia.** Revista de Ciências Humanas, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a08>. Acesso em 20 de junho, 2018.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio.** Coleção Os Pensadores. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultura, 1972.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. **Rumo ao ceticismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2007. SciELO Books. Disponível em: <file:///C:/Users/Karina/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/artigo-revista%20manguezal/Rumo%20ao%20ceticismo%20-%20Oswaldo%20Porchat%20Pereira.PDF>. Acesso em 16 de junho, 2018.

POPKIN, Richard. **História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza.** Tradução Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

A RUÍNA ESPIRITUAL DA HUMANIDADE EUROPEIA A PARTIR DA CRISE TEÓRICA DOS FUNDAMENTOS:

A denúncia de Edmund Husserl ao método positivo de evidenciação do real.

Lucas Mattos Mesquita²²⁷

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar o cenário de “crise das ciências” pela qual a Europa atravessava no início do século XX, e a qual se refere Husserl nos seus textos mais tardios, situando-a num contexto que exigia, urgentemente, a elaboração de uma ciência capaz de dar rigor aos demais saberes científicos. Em seu desenvolvimento, destaca-se a relação entre a crise teórica dos fundamentos e o colapso da cultura ocidental, mostrando como, para Husserl, a crise dos sentidos estava intimamente ligada ao advento da ciência moderna que, historicamente, desenvolveu-se no positivismo. Por meio de uma pesquisa panorâmica dos movimentos positivistas da modernidade, apontamos, finalmente, para o contrassenso no modelo das Ciências do Espírito enquanto executoras de uma metodologia científico-natural, que, por sua vez, mostra-se extremamente nociva ao desenvolvimento espiritual da humanidade ocidental.

Palavras-chave: crise, ciência, positivismo, Husserl.

Abstract: The present study aims to present the scenario of "crisis of the sciences" that Europe was experiencing in the early twentieth century, which Husserl refers to in his later texts, placing it in a context that urgently required the elaboration of a science capable of giving rigor to other scientific knowledge. In his development, the relationship between the theoretical crisis of fundamentals and the collapse of Western culture is highlighted, showing how, for Husserl, the crisis of the senses was closely linked to the advent of modern science which, historically, developed in positivism. Through a panoramic survey of the positivist movements of modernity, we finally point to the contrassense in the model of the Sciences of the Spirit as executors of a scientific-natural methodology, which, in turn, proves extremely harmful to the spiritual development of humanity west.

Key-words: crisis, science, positivism, Husserl.

No ano de 1935, na conferência de Viena, Edmund Husserl abordou com vitalidade o tema da crise da humanidade europeia e trouxe reflexões pontuais sobre sua suposta origem ao sugerir a necessidade de uma discussão através de uma nova perspectiva. Assunto de diversos teóricos, a temática da crise europeia proliferou-se em larga escala, sobretudo, após a Primeira Grande Guerra, inaugurando questões referentes aos valores da humanidade europeia e sua ruína. Oswald Spengler advertiu em tom fatalista, em 1918, na sua obra intitulada *A Decadência do Ocidente. Esboço de uma Morfologia da História Mundial*, sobre a inevitável decadência do ocidente como um “desenlace absolutamente inalterável” (SPENGLER, 1964, p. 52). Contemporâneo das discussões acerca da falência cultural e dos valores europeus, o historiador holandês Johan Huizinga, em 1929, no seu livro *Em torno da definição do conceito de História*, refutou a ideia de que as bases metódicas e os fundamentos da história devessem ser substituídos por conceitos científicos positivo-naturalistas, mas vinculados a uma ciência que não nega o elemento subjetivo na formação do conhecimento. Husserl, portanto, contemporâneo e partícipe das questões mais elementares referidas ao problema da Europa, na conferência de 1935, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, apresentou uma de suas últimas reflexões, refazendo os passos da tradição e da cultura europeia na busca pela causa da falência estrutural do espírito, trazendo à tona temáticas pontuais como a crítica ao positivismo, a naturalização das Ciências do Espírito e a superação ética da humanidade por via da Filosofia.

O interesse pelo declínio do Ocidente e as reflexões sobre a cultura, em particular, apareceram tardiamente na obra de Husserl nas décadas de 20 e 30, evidenciando uma preocupação legítima em discutir a crise; deslocando para fora do problema as soluções reformistas exaltadas que, até então, não tocaram no âmago do *problema-Europa* de maneira eficiente. A Primeira Grande Guerra foi miserável para a Europa como um todo e, especificamente, para Husserl que enfrentou o mais duro dos tormentos, após perder seu filho mais novo, Wolfgang, no campo de batalha de Verdun, em 1916, e receber seu primogênito Gerhart gravemente ferido no ano seguinte. O cenário de desgraça que acometeu o continente de 1914 a 1918 revelou uma ausência de sentido na cultura europeia e colocou em jogo a força impulsionadora que mantinha aceso o espírito daquela humanidade. Em 1923, no primeiro dos artigos publicados pela revista japonesa *Kaizo*, sob o título de *Renovação: seu problema e seu método*, Husserl afirmou a prioridade de “reconhecer como uma exigência ética absoluta uma disposição para o combate em direção a uma humanidade melhor e a uma autêntica cultura.” (HUSSERL, 2012, p.5). A decadência do Ocidente não deveria ser

observada com passividade e é justamente sobre a falência do espírito europeu que a ideia de *Renovação* (*Erneuerung*) deveria se desenvolver.

Se, para Husserl, o colapso espiritual que assolava o Ocidente tinha por sintoma a perda de sentido nas finalidades do agir e do criar da humanidade, a máxima de *renovação* deveria ser direcionada para a produção de uma ciência rigorosa que tivesse por tarefa constituir um conhecimento sólido com base nas necessidades humanas. Adotar uma postura naturalista, reduzir a realidade em dados mensuráveis e quantitativos, produzir uma ciência afastada das imprescindibilidades humanas e que, por consequência, se ausenta da sua função de orientadora da humanidade, é abrir mão da direção espiritual que nos originou. Quando, portanto, Husserl afirma, em toda sua obra, a necessidade de uma fundamentação rigorosa, aqui, na discussão sobre questões éticas, tal fundamentação tem, por exigência, um resgate da fé na humanidade em seus próprios valores fundadores.

Crise e retorno à autêntica humanidade: os artigos de 1923 e a conferência de 1935, em Viena.

Aos olhos de Husserl, a crise que assolou indigentemente a nação europeia e que, na guerra, se revelou nos “meios mais refinados das torturas da alma”, exigiria, para sua recuperação, uma reforma racional que tivesse a tarefa de constituir uma genuína humanidade vinculada pelo espírito. A definição que Husserl usou para descrever a situação da Europa, na conferência de 1935, é de uma nação doente que precisaria urgentemente de uma reforma ou, seguindo seu raciocínio clínico, de uma cura: “as nações europeias estão doentes, a própria Europa, diz-se, está em crise.” (HUSSERL, 2012, p.116). Não seria impreciso afirmar, portanto, que a noção de crise se aproximou do estado crítico de uma disfunção, cujo sintoma atingiu a humanidade na sua própria experiência e relação com o mundo ao seu redor. A Europa adoecida revelou-se uma nação desprovida das forças essenciais para se manter vigorosa e, por consequência direta, exercer a lúdima humanidade com valores cada vez mais elevados, acima das suas preocupações e infortúnios individuais. Logo, é bastante elucidativo pensar na proposta husserliana de uma comunidade ética tendo a guerra que mais mudou o mapa da Europa como pano de fundo. Afinal, conforme declarou Husserl, se uma cultura e uma verdadeira vida comunitária têm, como condição de possibilidade, valores singulares que estão fundados no trabalho dos indivíduos, compete, assim, à vida ética de cada homem o desejo de alcançar bons valores não apenas para si, mas para o conjunto da comunidade humana da qual faz parte. Na verdade, no artigo “Renovação: seu problema e seu método”,

Husserl chega a convidar o indivíduo singular a efetuar sua racionalidade e excelência sem abandonar o combate ético, ao mesmo tempo em que confronta todos aqueles que supostamente negarão a “possibilidade de um progresso continuado sob a direção do ideal da razão” (HUSSERL, 2012, p.4).

Para Husserl, no artigo *Renovação e Ciência*, de 1922, aquilo que nos torna sujeitos de um valor absoluto é a disposição em efetuar o melhor possível sob circunstâncias dadas para conferir, desse modo, inalienavelmente, um sentido mais elevado à vida. Quanto maior o número de homens partilhando a mesma disposição, maior a possibilidade de uma verdadeira vida comunitária em geral e, dessa forma, um mundo com valor superior e uma vida mais bela se realizam. Não obstante, a Primeira Grande Guerra representou, nesse contexto, a manifestação de um desvio ético na maneira do Ocidente dirigir seu olhar para o mundo, acentuando a constituição de um mundo circundante com valores divergentes da efetiva racionalidade que outrora havia promovido o espírito daquela comunidade. Mas, o que seria “mundo circundante?” A definição dada pelo autor na conferência de 1935 para o conceito é apresentada da seguinte maneira:

Mundo circundante é um conceito que tem o seu lugar exclusivamente na esfera espiritual. Que nós vivamos no nosso mundo circundante respectivo, que vale para todos os nossos cuidados e esforços, tal designa um facto que se passa puramente na esfera do espírito. O nosso mundo circundante é uma formação espiritual em nós e na nossa vida histórica. Para quem toma como seu tema o espírito enquanto espírito, não há aqui, por conseguinte, qualquer razão para exigir outra explicação para ele que não seja uma explicação puramente espiritual. (HUSSERL, 2012, p.119)

Antes da noção objetiva de um mundo que é universalmente válido para qualquer indivíduo, o mundo circundante é a *representação* desse mundo, coberto de significados e acepções, diferente para cada um de nós, conforme atribuímos sentidos para a realidade que nos rodeia. Em outras palavras, é uma realidade espiritual construída sobre elementos espirituais próprios com sentidos específicos, segundo sua validação subjetiva e, dessa forma, a constituição do mundo circundante europeu, sua variedade de sentidos e representações singulares, foi comprometida por valores éticos defeituosos, apoiados em fundamentos teóricos de evidenciação inadequados. Ou seja, o início do século XX, auxiliado pela guerra, anunciava a urgência de uma reforma de caráter *ético* na cultura, que, segundo Husserl, deveria resgatar o espírito da humanidade europeia através de uma autêntica Ciência do Espírito e que, só assim, haveria fundamentos para uma técnica política racional. A ruína dos

valores exaltantes da comunidade ocidental e a desarmonia entre as nações, antes vinculadas por um espírito comum, refletiam o sentido do mundo circundante atravessado por uma Ciência do Espírito digressiva e distante do caráter espiritual que antes havia unido a humanidade europeia. Daí o lamento de Husserl em “Renovação: seu problema e seu método” ao reconhecer que “a Ciência que nos deveria servir, procuramo-la nós em vão.” Trata-se, portanto, de recolher a ideia de homem, da sua comunidade e cultura, e edificá-las sobre os conceitos que lhe pertencem, enquanto determinações de mundo circundantes comunitários possíveis; distinguir teórica e sistematicamente as formas possíveis de humanidades para que, à vista disso, se possa elaborar cientificamente as correspondentes ideias normativas. Ou seja, em Husserl, naquele contexto no qual ganhava contornos mais nítidos o projeto de naturalização do pensamento, cada vez menos abriam-se caminhos que permitissem a Europa sair vitoriosa do combate ético, produzindo uma nação orientada pela luz da racionalidade efetiva, realizando uma Ciência do Espírito purificada dos “preconceitos naturalistas” que atravessasse a prática científica do início do século XX e que divergisse da realidade *circunmundana* característica do estágio no qual se encontrava a humanidade europeia.

O projeto positivista: um panorama pela doutrina científica por excelência, no cenário europeu dos séculos XIX e XX.

Se considerarmos o espírito europeu como uma extensão da cultura da Europa que transcende o critério geográfico e territorial, devemos, então, reunir no conjunto qualquer sociedade que possui um modo de agir com finalidades e esforços influenciados pela cultura hegemônica europeia. O espírito europeu surge desse modo em nações de outras partes do mundo com ideias de pertencimento cultural e histórico como, por exemplo, os Estados Unidos, os domínios coloniais ingleses e, inclusive, em nações como a japonesa que, conforme assinalou Husserl, “nos tempos mais recentes se juntaram ao trabalho da cultura europeia” (HUSSERL, 2012, p.1). Em outras palavras, tratava-se do Ocidente cultural. A crise, em vista disso, atingiu as finalidades para qual o Ocidente se dirigia e, para superá-la, recorrendo a uma cura mediante fundamentos teóricos, dependeria essencialmente da derrocada da novidade positivista. Se, por um lado, Husserl predica a crise europeia como uma crise da ciência, ou crise do espírito, que atinge especificamente as chamadas Ciências do Espírito, como afirma na conferência de Viena, ao dizer que “as reflexões precedentes sobre a Filosofia do Espírito fornecem-nos a atitude correta para captar e tratar o nosso tema

da Europa espiritual como um problema puro das Ciências do Espírito, desde logo, por conseguinte, histórico-espiritualmente” (HUSSERL, 2012, p.119-120), por outro lado, em vista do auge do positivismo científico, atravessado pelo naturalismo, seu diagnóstico parece ser a primeira vista paradoxal. No entanto, ao olhar mais profundamente o colapso, manifesto no problema teórico dos fundamentos e, conseqüentemente, na crise ética como um todo, percebe-se um esquecimento dos valores espirituais efetivamente racionais, justamente por meio de uma apropriação de premissas científico-positivistas. Vale lembrar, desse modo, que o início do século XIX foi emblemático para a Europa no que se refere ao desenvolvimento das ciências e do nascimento da sociedade industrial que, com novas tecnologias de produção, trouxeram consigo novos rumos para a humanidade. Nesse cenário frutífero para a expansão de correntes de pensamento que ganhavam força ao englobar as perspectivas filosóficas e científicas, o positivismo de Augusto Comte (1798-1857) surge na França, a partir do desdobramento sociológico do Iluminismo, trazendo premissas que estruturam um sistema operacional no qual o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Tal doutrina filosófica anuncia, em definitivo, a possibilidade das Ciências do Espírito explicarem a sociedade seguindo o modelo naturalista, compreendendo a vida social como que regida por leis fixas e imutáveis e que podem, portanto, ser analisada através dos processos de observação empregados pelas Ciências da Natureza. Independente da relação de consciência ou da percepção subjetiva, o mundo continua a existir em sua realidade própria e a conexão direta do ser humano com essa realidade se dá através dos sentidos. O valor das coisas pertence às próprias coisas e é capturado pelo sujeito, que pode ter um conhecimento objetivo pelo processo de formação de conceitos. Sua forte assimilação pela humanidade europeia dos séculos XIX e XX, reduzindo a experiência cognitiva a uma “unilateralidade ingênua”, indica o motivo de Husserl dedicar uma parcela considerável de seus primeiros textos fenomenológicos a crítica aos fundamentos das Ciências como nas suas *Investigações Lógicas – Prolegômenos para uma Lógica Pura* de 1900, ao dizer que as leis gerais pelas quais a universalidade objetiva das Ciências da Natureza caminha, não são mais que “leis empíricas”, de validade circunstancial, confinadas ao ponto de vista metodológico. Segundo Comte, no entanto, a sociologia, chamada por ele de “física social”, deveria estudar os fenômenos sociais à maneira dos “fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o fim especial de suas pesquisas.” (COMTE, 1983, p. 140). As Ciências do Espírito, incumbidas da tarefa de investigar o espírito, a cultura e o comportamento humano individual ou coletivo, sua

atividade cognitiva e epistemológica, nesse contexto, foram influenciadas em sua grande maioria pela razão científica na qual prevaleceu o projeto de naturalização do espírito, resultado da falsa noção de que a consciência seria um “anexo externo” das realidades físicas e, assim como elas, deveriam ser consideradas.

Tomando emprestados os termos naturalistas, aos quais se referem ao homem como um “fato natural” cercado de outros fatos, constituindo a realidade como um conglomerado de dados objetivos, as ciências positivas partem do princípio de que todas as coisas seriam, dessa forma, explicáveis pelas ciências empíricas, incluindo aí a consciência e a cultura dos povos, lançando, assim, “uma cortina de opacidade sobre a vida do espírito”, como coloca o filósofo Aquiles Côrtes Guimarães em seu artigo de 2011, *Para uma teoria fenomenológica do Direito*. Ao inferir uma lei universal no estudo das sociedades a partir de casos particulares em sua regularidade, as ciências positivas substituem a probabilidade por verdades factuais explicativas e, diante disso, a mentalidade do homem europeu é formada desconsiderando as distinções entre o aspecto natural e espiritual da realidade; o que leva Husserl a concluir que uma Ciência do Espírito fundada segundo o modelo científico-naturalista seria um contrassenso, por conta dos seus fundamentos deslocados para uma dependência substantiva diante das Ciências Naturais, no qual o privilégio do método pertence, decididamente, a um *objetivismo* naturalista - cuja ingenuidade se manifesta como um perigo crescente para a cultura - enquanto estudo da realidade cognoscível.

Uma Ciência do Espírito liberta da ação positivista deveria evocar, consoante a análise de Husserl, um sistema científico próprio desenvolvido do racional puro a partir de uma verdade assentada na *essência* do homem. Assim, como ocorre com a possibilidade de produzir leis gerais na física e na química a partir da matemática pura da natureza que, nas suas disciplinas apriorísticas, ou seja, nos princípios que independem da constatação fática dos fenômenos empíricos, desenvolve as bases racionais de uma natureza em geral, as ciências que têm por estudo o homem e a comunidade humana precisariam, necessariamente, de um autêntico *lógos* para a estrutura do método, uma racionalidade “princípial”, que permitisse um desdobramento em seus próprios termos. Nas palavras do autor, “falta aqui, precisamente, tal ciência apriorística paralela, por assim dizer, a *mathesis do espírito e da humanidade*” (HUSSERL, 2012, p.7). No entanto, o tratamento positivo-naturalista de igualar os diferentes tipos de essência das realidades naturais e espirituais, resulta numa Ciência do Espírito incapaz de racionalizar a experiência empírica adequadamente, em virtude dos fundamentos que, para cada uma das esferas, se distinguem.

Se em Husserl, natureza é, por essência, “simples existência factual”, a matemática, ciência apriorística fundamental que ordena e regula a experiência externa das Ciências da Natureza, deve ter por tarefa conduzir a uma racionalidade das exterioridades com precisão a partir de sistematizações do espaço, do tempo, do movimento, das forças motrizes, etc. Todavia, a esfera espiritual contém determinações completamente diferentes da noção de existência factual da realidade natural. O cientista do espírito deve considerar que cada realidade espiritual singular é delimitada pelo elemento subjetivo que escapa à análise naturalista. Dito de outra forma, a realidade espiritual não é meramente um fato observável que pode ser explicada com precisão através de seus dados sensíveis, mas uma “vida de consciência” em si mesma fechada, referida às motivações particulares, compreendendo que mesmo dentro do território espaço-temporal objetivo da natureza, existem realidades singulares separadas correspondentes às subjetividades que com elas se relacionam. No entanto, Husserl constata, na conferência de 1935, a negligência teórica no que diz respeito às diferentes essências por parte dos cientistas do espírito de sua época e a questão que surge de imediato é a recusa de tais teóricos em buscar fundamentos sólidos, dissociados das bases naturalistas, para as Ciências do Espírito, pois, à maneira dos positivistas, abdicam da tarefa racional e infinita proposta pela filosofia substituindo-a por um naturalismo funesto. Se, por um lado, as Ciências da Natureza possuem um mundo substantivamente fechado que permite a realização de seus fins investigativos “numa aproximação sistemática segundo os seus elementos e leis incondicionadamente gerais” (HUSSERL, 2012, p. 116), em contrapartida, as Ciências do Espírito não gozam de uma autonomia que as torne capaz de investigar o espiritual puramente como espiritual.

Obcecados pelo naturalismo (por mais que o combatam verbalmente), os cientistas do espírito têm descurado, total e completamente, até o próprio levantamento do problema de uma Ciência do Espírito, universal e pura, e o questionamento do espírito puramente enquanto espírito segundo uma doutrina eidética, doutrina que indagasse o incondicionadamente universal da espiritualidade, de acordo com os seus elementos e leis, com a finalidade de obter, por aí, explicações científicas num sentido absolutamente conclusivo. (HUSSERL, 2012, p.119)

A virada do século, portanto, carregava uma variedade significativa de teorias e métodos naturalistas que surgiam em divisões das ciências espirituais, como, por exemplo, na Psicologia Experimental de Wilhelm Wundt (1832-1920) que, vinculada à influência positivista, acreditava ser capaz de se fundamentar no modelo da Física em termos de

quantificação, combinando os papéis do filósofo e do cientista de laboratório. Ao seu lado, Theodor Lipps (1851-1914) com sua Psicologia Associativa, trazia na bagagem as concepções da ciência de seu século, aplicando à alma modelos mecanicistas influenciados pela física newtoniana, de modo que a vida psíquica seria, assim, um sistema de forças. No direito, conjuntamente, a *Escola da Exegese*, na França, representa o auge do positivismo jurídico em resposta às abstrações do Direito Natural. Como consequência da criação do *Código de Napoleão*(1804), um dos primeiros códigos legais a ser estabelecido numa nação europeia, a *Escola da Exegese* partia de uma interpretação mediante privilégio dos aspectos gramaticais e lógicos. Dentro da nascente tradição antropológica que começava a dar seus primeiros passos, fruto da teoria da seleção natural proposta por Darwin, em 1859, o evolucionismo e o difusionismo, representados por Lewis Morgan (1818-1881), Edward Tylor (1832-1917) e James Frazer (1854-1941), eram correntes antropológicas que pressupunham uma unidade psíquica do ser humano, onde todos os povos passariam por estágios civilizatórios de desenvolvimento social em uma progressão unilinear, tomando por base a sociedade europeia. Seu postulado básico era de que toda humanidade deveria percorrer os mesmos estágios, numa direção ascendente do simples para o complexo, ou do mais indiferenciado ao mais diferenciado. E, ainda, sob a sombra da novidade que o darwinismo representava para as Ciências do Espírito, Herbert Spencer (1820-1903) aplica à sociologia ideias como seleção natural, luta pela vida e sobrevivência do mais apto: um sistema determinista como tentativa de explicar a natureza humana, sua moralidade e a finalidade de seus atos. Não a toa as concepções de Comte e de Spencer convergem quanto à gradação dos estados de progressão da ação humana em uma generalização do processo evolucionário, como podemos perceber no texto *Progress: its Law and Cause*, de 1857, em que Spencer afirma:

O avanço do simples para o complexo, através de um processo de sucessivas diferenciações, é igualmente visto nas mais antigas mudanças do Universo que podemos conceber racionalmente e indutivamente estabelecer; ele é visto na evolução geológica e climática da Terra, e de cada um dos organismos sobre sua superfície; ele é visto na evolução da Humanidade, quer seja contemplada no indivíduo civilizado, ou nas agregações de raças; ele é igualmente visto na evolução da Sociedade com respeito a sua organização política, religiosa e econômica; e é visto na evolução de todos os infindáveis produtos concretos e abstratos da atividade humana. (SPENCER, 1996, p.136)

A ideia de uma “unilinearidade” na corrente evolutiva das sociedades se tornaria o pilar estrutural do período clássico evolucionista, tanto na antropologia, quanto na sociologia,

servindo de base para uma noção de que o homem, em sua máxima capacidade, poderia fazer uma história cada vez mais grandiosa. O próprio panorama histórico europeu do início do século XIX fortaleceu a ideia de progresso com o crescimento da produção, dos conhecimentos e da concentração demográfica. Logo, o entendimento de uma formalização do pensamento social das Ciências do Espírito, a partir de premissas positivistas, significava historicamente uma emancipação das ideias impostas pela igreja e, conseqüentemente, pela intervenção religiosa ou metafísica de explicar a existência e a totalidade das coisas. Se, na modernidade, Deus morre enquanto referência de uma verdade sólida e indubitável, a primeira candidata para ocupar o posto de predadora da realidade cognoscível é a ciência positiva.

Com vistas a cessar o projeto metafísico da tradição do pensamento filosófico, Comte, pai do positivismo, articula, como ponto de partida de seu parecer, três estados fundamentais na compreensão do desenvolvimento da inteligência humana: o estado teológico, que corresponderia à infância da humanidade, caracterizado pela forma mitológica de pensar e explicar os fenômenos ao redor; o estado metafísico, ou ontológico, determinado pela ausência de forças sobrenaturais na explicação da realidade, as quais são substituídas por forças abstratas inerentes aos diversos seres do mundo e que, apesar de não predominar mais a chamada “imaginação”, ainda carregava a ideia de uma modificação do estado teológico por não pertencer ao domínio da pura observação; e, por fim, o terceiro e último estado, em uma linearidade progressiva, seria o estado positivo, ou científico, que representaria o ideal da inteligência humana: o homem abre mão de conhecer as causas dos fenômenos da realidade natural para estudar, mais adequadamente, as leis que explicam as relações que surgem entre eles na realidade observável. Logo, em Comte, a evolução da inteligência do homem é caracterizada pela noção de um progresso que verá seu apogeu no momento em que a razão humana já tenha amadurecido o suficiente para empreender grandes investigações científicas e seu único fim possível seja “descobrir as leis dos fenômenos, pelo simples desejo de confirmar ou infirmar uma teoria.” (COMTE, 1996)

Para Comte, no entanto, a evolução do saber não era distribuída harmonicamente nos casos particulares de cada ciência. As Ciências da Natureza, tais como a física, a química e a biologia, seguiam na vantagem do desenvolvimento de seus métodos sendo necessário aplicar, ainda, a leitura positiva no entendimento da sociedade que, por sua vez, ainda eram influenciadas por uma Ciência do Espírito amparada por termos metafísicos. Em outras palavras, se as Ciências da Natureza tinham o poder de interpretar a natureza segundo leis

intrínsecas que explicavam a relação dos fenômenos naturais, uns com os outros, porque não aceitar a existência de leis sociais? O resultado inevitável foi o de uma profusão das mais variadas Ciências do Espírito que traziam, em sua definição, o homem e as realidades circundantes como fatos naturais. De acordo com Husserl, para remediar tal crise, que surgiu da ausência de uma ciência racional da comunidade humana, seria necessário, mais do que nunca, denunciar tais ciências como ciências “simplesmente empíricas”, ausentes de um fundamento apriorístico que captasse a essência do que é estudado nas Ciências do Espírito, a saber, o elemento espiritual do homem e da comunidade humana.

Por intervenção das ciências positivas, a naturalização do espírito provocou reações significativas em expoentes intelectuais da época, a partir das quais se percebeu a necessidade de dividir em esferas metodológicas diferentes os reinos do espírito e da natureza. A noção de um mundo circundante próprio (que antecede à ideia de um mundo de fatos objetivos) desloca a realidade da humanidade para um campo ontológico espiritual incapaz de ser apreendido pela pura observação ou explicado por meio de um método científico simplesmente empírico. Não se poderia, por exemplo, ampliar o conceito de ciência a ponto de incluir a dimensão espiritual do sociólogo ou do historiador sem refletir sobre como a objetividade no método de análise operava na formação do conhecimento. Consoante a isso, Husserl, herdeiro do movimento crítico à teoria positivista do conhecimento, foi acompanhado de pensadores contemporâneos de sua época na militância por uma Ciência do Espírito emancipada dos meios de validação naturalistas. Wilhelm Dilthey (1833-1911), longe de ser anticientífico, acreditava que uma ciência interessada na investigação daquilo que é meramente espiritual não deveria tomar emprestado o método das Ciências da Natureza. Sua atenção se volta para a ação humana livremente escolhida e, portanto, passível de ser investigada somente “de dentro”, a partir de suas intenções e crenças. Para ele, a compreensão interpretativa possibilita acessar as estruturas mais íntimas dos indivíduos no mundo, distanciando, assim, as ciências espirituais, que buscam compreender e apreender o sentido, das ciências naturais, que procuram explicar o fenômeno pelo esclarecimento das conexões causais. Em outras palavras, a explicação exterior, aplicada no caso da cultura, é insuficiente se não houver uma compreensão do significado. Todavia, apesar das afinidades, as críticas de Dilthey e Husserl não são homólogas, pois atuam em campos diferentes e o que suscita interesse aqui é fundamentalmente destacar o cenário reformista que Husserl contracena, e, em certa medida, protagoniza. Por exemplo, Johan Huizinga, citado anteriormente, historiador e proeminente defensor do elemento subjetivo na análise das Ciências do Espírito, em seu discurso *O*

elemento estético das representações históricas, se diferencia das correntes predominantes da historiografia europeia ao afirmar que o ato de compreender a história comporta características distintivas que o aproxima mais da Arte do que da Ciência, chegando ao ponto de constatar em sua pequena autobiografia de 1942, *My path to history*, que o conhecimento histórico estava sob uma crise sem precedentes, desde sua constituição como ciência moderna na virada do século XVIII para o século XIX. Henri Bergson (1859-1941), filósofo francês que, assim como Husserl, possuía ascendência judia, recusa o positivismo filosófico e, conseqüentemente, a física social de Comte ao mesmo tempo em que combate o evolucionismo spenceriano. Para Bergson, o mundo é um fluxo contínuo, uma “duração” que mistura continuidade e novidade (BERGSON, 2006) enquanto que a ciência positiva só apreende a repetição e enquadra os fatos numa certa ordem, ignorando as demais ordens possíveis.

Considerações finais

É possível comparar, através das semelhanças, a tentativa husserliana de reformulações metódicas com a dos demais pensadores de seu tempo. Mas, a reflexão sugerida pela qual Husserl se destaca não fere apenas a premissa de que o conhecimento para alcançar legitimidade apodítica precisa, necessariamente, ser científico, mas evoca uma alternativa ao projeto de naturalização da consciência, em vistas de captar a essência fundamental do espírito nas suas intencionalidades e edificar, assim, uma analítica do espírito consistente. Desde os primeiros textos do período de 1900 a 1911, Husserl já afirma que todo e qualquer pensamento que tenha como base a doutrina do naturalismo, incorre, inevitavelmente, em um contrassenso teórico, o que leva o autor, nos períodos de 1923 a 1935, sobretudo, nos artigos sobre renovação, a se concentrar nos impactos negativos da doutrina positivista sobre a constituição espiritual do homem europeu e, conseqüentemente, de sua comunidade. Uma humanidade fundada a partir de uma consideração do mundo como um mundo de fatos estaria confinada, por meio de inumeráveis sintomas de desagregação da vida, a conclusões contingentes da realidade e a generalizações empíricas e insuficientes. Para Husserl, enquanto não se colocar em evidência a ingenuidade do objetivismo, dissociar as esferas da natureza e do espírito, assim como seus meios de abordagem, a crise que se manifestou desde o contrassenso teórico dos fundamentos, até a própria realidade da guerra na Europa, perpetuaria o esquecimento da *filosofia* que, desde o seu surgimento expressou, enquanto forma cultural peculiar, o sentido originário da humanidade europeia.

Referências

BERGSON, H. **O pensamento e o movente**, São Paulo. Martins Fontes, 2006

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. Em: Os Pensadores. 2.ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

_____. Os pensadores. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

HUIZINGA, J. **En torno a la definición del concepto de Historia**. In: El concepto de La historia y otros ensayos. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. **My path to history**. In: Dutch Civilization in the Seventeenth Century and Other Essays. Nova York: Harper & Row, 1969.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade européia e a filosofia** In: HUSSERL, E. Europa: crise e renovação. Trad. P. M. S. Alves e C. A. Morujão. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2012.

_____. **Renovação como problema ético-individual** In: HUSSERL, E. Europa: crise e renovação. Trad. P. M. S. Alves e C. A. Morujão. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2012.

_____. **Renovação e ciência** In: HUSSERL, E. Europa: crise e renovação. Trad. P. M. S. Alves e C. A. Morujão. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2012.

_____. **Renovação. Seu problema e método** In: HUSSERL, E. Europa: crise e renovação. Trad. P. M. S. Alves e C. A. Morujão. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2012.

SPENCER, H. **Progress: Its Law and cause**. Hebert Spencer Collected Writings, Vol. X. Routledge & Thoemmes Press. Londres, 1996

SPENGLER, O. **A Decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

DA DEFINIÇÃO NOS TEXTOS DE INSPIRAÇÃO GEOMÉTRICA DE DESCARTES E SPINOZA

Allan Wolney Mesquita Santos²²⁸

Resumo: Nas respostas às segundas objeções, Marin Mersenne pede ao autor das meditações que exponha algumas das conclusões em um escrito disposto a forma dos geômetras. Tal pedido, fez com que Descartes dissertasse sobre a natureza dessa forma de exposição e a influência que exerceu sob a sua filosofia. Assim nasceu o “Razões que provam a existência de Deus e a distinção que há entre o espírito e o corpo humano, dispostas de uma forma geométrica”, um pequeno escrito que apresentava uma compilado conceitual de alguns termos de sua filosofia, fornecido graças as “definições” do escrito. Deste modo, utilizando escritos de Spinoza, tais como a “Ética demonstrada à maneira dos geômetras” e o inacabado texto “Tratado da correção do intelecto e do caminho pelo qual melhor se dirige ao verdadeiro conhecimento das coisas”, analisar-se-á a importância da definição nos escritos filosóficos que se utilizaram da forma de exposição geométrica.

Palavras-chave: Definição, método geométrico, essência.

Introdução

A natureza da definição nos textos filosóficos inspirados no método geométrico é um tema substancial a respeito da ligação entre essência, definição e conhecimento. Deste modo, a investigação sobre como o um método de escrita ordenada que consista em demonstrações de proposições através das anteriores a partir de uma concepção de definição essencialista com um objetivo de expor verdades do conhecimento humano, consiste em três pontos: critérios de uma boa definição, o funcionamento e características do método geométrico e a natureza da definição nesses sistemas.

A definição tem uma importância central na metafísica de Spinoza. Tal importância se deve ao seu papel fundamental para formação do conhecimento e sua qualidade. Dessa forma, no “Tratado da correção”, são expostas as condições para uma boa definição.

228 Graduando em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: sirrossaymons@gmail.com

Uma vez que se elencam esses critérios para a Definição, a discussão prossegue com qual é a melhor forma de exposição de verdades do conhecimento humano. Em uma passagem do “Discurso do método”, Descartes descreve como a geometria o influenciou na concepção do método, mas são nas respostas às segundas objeções que ele discorre sobre a ordem e classifica e descreve os dois modos de exposição geométrica, sendo que um deles foi usado nas meditações.

Os critérios de uma boa definição junto com o desejo de reduzir os números de ideias a uma, tentando conectá-las e ordená-las, parece sugerir que o método geométrico é uma abordagem possível dentro da filosofia de Spinoza, entretanto qual é a natureza das definições dentro sistema formado de tal maneira.

Sobre a definição no Tratado da correção do intelecto de Spinoza

Num escrito inacabado chamado ‘Tratado da correção do intelecto e do caminho pelo qual melhor se dirige ao verdadeiro conhecimento das coisas’, Spinoza expõe a necessidade de um método para obtenção de verdades que revelam ideias claras e distintas somente através o intelecto. Na segunda parte deste método propõe dois objetivos, a saber, dissertar sobre o intuito do método e qual são os meios para almeja-lo.

O intuito, segundo Spinoza, é fazer que algo que é o objeto da intelecção seja concebida somente por sua essência ou por sua causa próxima, ou seja, aquela na qual não se pode pensar uma causa intermediária que é efeito desta. Neste ponto, é alicerçada a intelecção de dois tipos de seres, a saber, são causa de si mesmos (causa sui) e os que são efeitos de outras causas. Se se recorrer à um outro escrito do mesmo autor intitulado ‘Ética Demonstrada a maneira dos geômetras’, mais precisamente o axioma IV (O conhecimento do efeito depende do conhecimento da causa e envolve-o) e V (Coisas que nada tenham de comum entre si também não podem ser entendidas umas pelas outras, ou, por palavras diversas, o conceito de uma não envolve o conceito da outra), fica explicitado o motivo de uma coisa que é causa de si mesma deverá ser inteligida só por sua essência e a coisa que exige outra para existir precisa ser inteligida por sua causa que é mais próxima. Isso permite uma conclusão interessante:

nunca poderemos, enquanto tratamos da investigação das coisas, concluir algo de abstrações, e tomaremos muito cuidado em não misturar o que está só no intelecto com o que está na coisa. Mas a melhor conclusão se tirará de alguma essência particular afirmativa, ou seja, de uma verdadeira e legítima definição. Efetivamente, o intelecto não pode descer de axiomas só universais a realidades singulares, visto que os axiomas se estendem a coisas infinitas e não determinam o intelecto para contemplar uma coisa singular mais do que outra (SPINOZA, 1999, p.83).

Assim é justificado o tratamento que será dado a definição, pois é através dela que forma-se o conhecimento, e a acurácia deste depende diretamente da qualidade da mesma. “Portanto, o essencial de toda esta segunda parte do método consiste só nisso, a saber, em conhecer as condições de uma boa definição e, a seguir, no modo de encontrá-las.”

O primeiro ponto a respeito da definição é saber quais são as suas condições. A definição para ser perfeita tem que explicar a essência íntima da coisa. No objetivo de tentar mostrar que isto é diferente de definir descrevendo propriedades, Spinoza argumenta que a inteligibilidade das propriedades depende do entendimento da essência. Embora o entendimento para os seres de razão seja dispensável, não ocorre o mesmo com os seres reais, em que a concatenação do intelecto deve reproduzir a concatenação da Natureza, e o abandono das essências impossibilita esta reprodução. Assim, é elencado um conjunto de características que deve ser observado na definição: “Se a coisa for criada, a definição deverá, como dissemos, abranger a causa próxima” e “Requer-se um tal conceito ou definição da coisa que todas as suas propriedades (quando a coisa é vista isoladamente, mas não junto com outras) possam concluir-se dela”; mas se a coisa for “incriada” os conjuntos de características são:

- I. Que exclua toda causa, isto é, que o objeto não exija nada mais que seu próprio ser para sua explicação.
- II. Que, dada a sua definição, não reste lugar para a pergunta: "Existe ou não?"
- III. Que não contenha, no sentido real, substantivos que possam ser adjetivados, ou seja, que não possa ser explicada em termos abstratos.
- IV. Exige-se, por último (embora isto não necessite muito ser anotado), que de sua definição se concluam todas as suas propriedades. Tudo isso são coisas manifestas a quem prestar bem atenção (SPINOZA, 1999, p.84).

A geometria como modelo para exposição de verdades do conhecimento humano em Descartes e Spinoza

Na segunda parte do discurso do método, logo após exposição das quatro regras do método, Descartes disserta sobre como o conhecimento humano poderia ser disposta da mesma forma do método geométrico:

Essas longas cadeias de razões, tão simples e fáceis, de que os geômetras costumam servir-se para chegar às suas mais difíceis demonstrações, levaram-me a imaginar que todas as coisas que podem cair sob o conhecimento dos homens encadeiam-se da mesma maneira, e que, com a única condição de nos abstermos de aceitar por verdadeira alguma que não o seja, e de observarmos sempre a ordem necessária para deduzir-las umas das outras, não pode haver nenhuma tão afastada que não acabemos por chegar a ela e nem tão escondida que não a descubramos (DESCARTES, 1996, p. 23-24).

Tal concepção influenciou profundamente Spinoza, que escreveu um livro cujo nome explicita sua abordagem fortemente margeada pela opinião do método geométrico ser uma opção de exposição de verdades do conhecimento humano, a saber, ‘Ética demonstrada a maneira dos geometras’. Este livro que organiza suas proposições através das seguintes classificações: definição, axiomas, proposição, corolário e lema; e os textos utilizados para mostrar a luz natural que tais enunciados são verdadeiros são classificados em: explicação, demonstração e escólio. Essa forma de exposição parece ser justificada por Spinoza através do seguinte trecho do Tratado:

[...] para que todas as idéias sejam reduzidas a uma, tentaremos ligá-las e ordená-las de tal modo que nossa mente, quanto possível, reproduza objetivamente a formalidade da natureza, no todo e em cada uma de suas partes (SPINOZA, 1997, p.83).

Entretanto, essa abordagem não é pioneira. Descartes, nas repostas às segundas objeções, satisfaz o seguinte pedido de Marin Mersenne:

Esses, senhor, são os pontos que desejamos ser esclarecidos por ti, para que uma leitura das suas mais sutis e, assim crermos, verdadeiras Meditações possam ser especialmente profícuas para todos. Assim, seria útil se, no final das suas explanações, tu apresentar-te-ias toda a prova em forma geométrica (na qual tu és tão versado), depois de estabelecer como premissas certas definições, postulados e axiomas, de modo que, com uma única intuição, a mente de qualquer leitor pode ser satisfeito por tu e imbuído com poder divino²²⁹ (DESCARTES, 2006, p. 75).

Assim surge o texto ‘Razões que provam a existência de Deus e a distinção entre o espírito e o corpo humano, dispostas de uma forma geométrica’ um texto pequeno que consiste em: dez definições, sete postulados e dez axiomas; utilizados para demonstrar quatro proposições e um corolário. Entretanto, antes de expô-lo, Descartes comenta sobre a diferença entre o método de suas meditações e o método geométrico que irá empregar nesse texto. Primeiro, traça uma distinção entre duas características do estilo geométrico, a saber, a ordem e o modo [razão, relação] da demonstração.

A ordem, para Descartes, consiste simplesmente em apresentar as proposições dispostas num arranjo sequencial, onde o primeiro não precisa de nenhuma outra ajuda para ser entendido e reconhecido como verdadeiro, mas os demais necessitam dos anteriores para serem demonstrados. Por exemplo:

DEFINIÇÕES

[...]III. Por substância entendo o que existe em si e por si é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não carece do conceito de outra coisa do qual deva ser formado.

[...]V. Por *modo* entendo as afecções da substância, isto é, o que existe noutra coisa pela qual também é concebido.

229 “These, sir, are the points on which we desire to be enlightened by you, so that a reading of your most subtle and, we believe, true Meditations may be especially profitable to everyone. Thus it would be useful if, at the end of your explanations, you were to set forth the entire proof in geometrical form (in which you are so well versed), after establishing as premises certain definitions, postulates, and axioms, so that, with a single intuition, the mind of any reader might be satisfied by you and imbued with divine power.”

[...]Axiomas

[...]PROPOSIÇÃO I

A substância é por natureza anterior às suas afecções.

DEMONSTRAÇÃO

É evidente pelas *definições 3 e 5*.

PROPOSIÇÃO II

Duas substâncias que tenham atributos diversos nada têm de comum entre si.

OUTRA DEMONSTRAÇÃO

É também evidente pela *definição 3*. Com efeito, cada uma delas deve existir em si e por si deve ser concebida, ou, por outras palavras, o conceito de uma não envolve o conceito da outra (SPINOZA, 1997, p. 89-92).

A primeira proposição da *Ética* de Spinoza tem que ser necessariamente demonstrada por algumas das definições e/ou axiomas precedentes, jamais poderia ser demonstrada pela segunda proposição, já que ela a sucede. Entretanto, uma vez que foi demonstrada, ela pode servir como premissa para demonstração de outra proposição posterior da cadeia como, por exemplo, a quinta proposição, a saber, “Na natureza não podem ser dadas duas ou mais substâncias com a mesma propriedade ou atributo”. Neste momento, é relevante lembrar que é o procedimento oposto ao sugerido por Thomas de Aquino no livro o “*Ente e a Essência*”: “[...] começando pelo mais fácil, o aprendizado se dê de maneira mais adequada, pois devemos receber o conhecimento do simples a partir do composto e chegar ao anterior a partir do posterior” (AQUINO, 2005 p. 12),

O modo [relação, razão] de um argumento, por sua vez, pode ser dividido em dois tipos, a saber, sintético e analítico. Sobre este último, Descartes diz que essa maneira mostra como a coisa foi descoberta metodicamente a priori, na qual o leitor se apropria do que está lendo, do que ele está descobrindo ao ler. O sintético demonstra suas conclusões a posteriori, embora sua prova seja mais a priori do que o analítico, através de uma cadeia de definições, postulados, axiomas e teoremas dispostos em tal maneira que o non sequitur [aquilo que não se segue] é negado, entretanto não ensina a maneira que o objeto foi descoberto.

Descartes, segundo o que descreve, seguiu exclusivamente o modo analítico em suas meditações, não acredita que o método sintético possa ser convenientemente aplicado a assuntos metafísicos, porque na geometria existe concordância nos sentidos empregados nos termos, o que facilita a manutenção da atenção no leitor durante as exposições. Entretanto, é explícito que Descartes acredita já está empregando um tipo de modo do método geométrico nas meditações, a única coisa que Marin Mersenne pediu, para o autor das meditações, foi que fosse exposto do outro modo, mais usual entre geômetras modernos.

Sobre as definições dos escritos ‘Razões’ de Descartes e ‘Ética’ de Spinoza

Descartes, em seu escrito, define vários termos que são evidências da influência escolástica em sua formação como: ser formalmente, ser eminentemente, Substância, Espírito, Corpo e Deus. Todavia, ainda nas definições ele irá explicitar conceitos que serão utilizados por toda a modernidade: ideia e pensamento.

As definições de Spinoza são, sem sombra de dúvida, mas concisas do que as de Descartes e, se observar o contexto da obra, mais sistemática, pois são oito definições, sete axiomas para demonstrar trinta e seis proposições (sem contar os corolários) na parte I da *Ética*, intitulado de Deus. O que é definido, de maneira geral, é: causa de si, finito no seu gênero, substância, modo, Deus, absolutamente infinito, livre, necessário e eternidade.

A diferença substancial entre Descartes e Spinoza pode ser atribuída ao estudo que o segundo fez sobre a qualidade das Definições no seu tratado da correção do intelecto, corroborado com a criação da classificação “Explicação” que tira do corpo da definição enunciados elucidativos. Segundo Joaquim de Carvalho:

No *Da Correção do Intelecto* diz que a definição, para ser perfeita, *debebit intimam essentiam rei explicare* [deverá explicar a essência íntima da coisa]. Isso mostra que para Espinosa a definição não é a explicitação lógica de um conceito mediante o gênero próximo e a diferença específica. Este tipo de definição assenta nas propriedades, está ligado ao método da divisão e é diferencial, enquanto que as definições de Espinosa pretendem ser *essenciais*, isto é, dar a idéia clara e distinta da essência da coisa definida e da qual a idéia é inseparável; por isso identifica definição verdadeira com idéia adequada, isto é, essência objetiva, ou, por outras palavras, a essência presente ao intelecto que define: *ea rei idea sive definitio* [esta idéia da coisa ou definição] (*Epístola LX*). Na *Epístola IX* distingue os seguintes *genera*: a definição que *explicai rem prout est extra intellectum...*, [explica a coisa como é fora do intelecto] isto é, a definição, e a definição que *explicai rem, prout a nobis concipitur vel concipi potest..* [explica a coisa como é concebida por nós ou como pode ser concebida] que é a definição nominal. Em rigor, as definições aqui dadas são deste tipo; porém, pela intenção pertencem ao primeiro, dado que no sistema de Espinosa tudo se passa como expressão da necessidade real, que também é a necessidade lógica. As definições aqui apresentadas enunciam conceitos fundamentais, dada a exposição *more geométrico* do sistema. "A meu ver", escreveu Espinosa no final da *Epístola LX*, "a única regra a observar é que cumpre achar uma definição da qual tudo possa deduzir-se... Propondo-me a tirar do conceito de uma coisa tudo o que dele é possível deduzir, é bem de ver que o que vem depois é mais difícil do que o que está antes." Com serem distintas, as oito definições assentam na discriminação de duas determinações ontológicas: o ser que é causa de si, possui infinitos atributos, é livre, etc., isto é, a substância, ou Deus, e o ser que não é causa de si, isto é, é condicionado, existe e é concebido por outro, ou seja, os modos (SPINOZA, 1997, p. 89).

Assim, Spinoza não estaria reproduzindo uma metafísica tomista escolástica, pois o papel do intelecto é distinto entre os dois. O intelecto para Aquino é aquilo que decompõe a essência e enquadra essas partes em classes como: ‘gênero’, ‘diferença’, ‘universal’, ‘particular’, ‘comunidade’ e ‘singular’; entretanto o ser só é passível de definição se for uma espécie, pois assim pode ser decomposta em gênero próximo e diferença específica. A passagem sobre a predicação margeia a noção da função do intelecto:

A predicação é algo que se completa pela ação do intelecto que compõe e divide, tendo fundamento na própria coisa, a unidade daqueles dos quais um é dito do outro [...] A noção de predicabilidade pode estar encerrada na noção desta intenção que é o gênero [...] O que o intelecto atribui a intenção de predicabilidade, compondo-o com outro, não é a própria intenção de gênero (AQUINO, 2005, p. 28).

A posição de Spinoza perante a definição é que elas são “essenciais”, não no sentido que expressão uma essência, mas sim porque ideia e essência são indissociáveis, Além disso, o intelecto é somente um certo modo do pensar, que por sua vez é um dos infinitos atributos da substância divina, o intelecto finito seria constituído de ideias. Na classificação exposta por Joaquim de Carvalho, na “Ética”, Spinoza parece usar a definição nominal, mas pela natureza da obra (que é metafísica) acaba fazendo uma definição da coisa como é fora do intelecto, assim é forçoso afirmar que, pelo menos nesta obra, os dois tipos de definições se conciliam.

Conclusão

A definição tem duas naturezas de critérios dependendo do tipo de ser no qual está sendo definido, assim, se a coisa for criada, sua causa mais próxima deve está na definição e esta deve abranger todas as suas propriedades, senão a definição deve: excluir toda a causa, que seja evidente por tal sua existência ou falta dela, que não tenha substantivos que possam ser adjetivados e que abarque todas as suas propriedades.

O conhecimento humano poderia ser disposto da mesma forma do método geométrico para Descartes. Este método consiste de duas características: ordem, que é a maneira de exposição em que a proposição consequente é demonstrado pela antecedente, e modo, que são de dois tipos. O primeiro é o analítico, que é o mais pedagógico e que ele utiliza nas meditações, pois faz com que o leitor se aproprie das ideias e percorra o percurso demonstrativo descobrindo a verdade da proposição. O segundo é o sintético que se utiliza de definições, postulados e axiomas a fim de não permitir o *non sequitur*.

A natureza da definição, no texto da *Ética*, é estar intrinsecamente ligada a essência, pois o papel dela é fornecer uma ideia clara e distinta para a intelecção, a ideia e essência, por sua vez, são inseparáveis. Por sua natureza metafísica, em conjunto com o modo sintético de exposição geométrica, neste livro, os dois tipos de definição, a que “explica a coisa como é fora do intelecto” e a “que explica a coisa como é concebida por nós ou como pode ser concebida” são conciliadas em uma só.

Referências

AQUINO, Tomás de. **O ente e a essência**. Trad. Carlos Arthur do Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1996.

DESCARTES, René. **Discurso do método; as paixões da alma; objeções e respostas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DESCARTES, René. **Meditations, Objections, and Replies**. Trad. Roger Ariew Donald Cress. Indianapolis, IN: Hackett Publishing Company, 2006.

GUINSBURG, J; ROMANO, Roberto; CUNHA, Newton (Org.). **Descartes: obras escolhidas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.

SPINOZA, Benedictus de. **Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.